

**O USO DO TERRITÓRIO PELA CITRICULTURA E A
PERMANÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL NO
CENTRO-SUL DE SERGIPE**

CARLOS ABERTO DE VASCONCELOS

São Cristóvão/SE, 2009

CARLOS ALBERTO DE VASCONCELOS
O USO DO TERRITÓRIO PELA CITRICULTURA E A
PERMANÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL NO CENTRO-SUL
DE SERGIPE

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (NPGEUFS), sob orientação do Prof. Dr. Rubens de Toledo Júnior.

São Cristóvão/SE, 2009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

V331u Vasconcelos, Carlos Alberto de
O uso do território pela citricultura e a permanência
do trabalho infantil no centro-sul de Sergipe / Carlos
Alberto de Vasconcelos. – São Cristóvão, 2009.
xxiii, 291 f. : il.

Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-
Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de
Sergipe, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Rubens de Toledo Júnior.

1. Geografia regional – Território 2. Citricultura –
Sergipe – Centro sul. 3. Trabalho infantil – Políticas
públicas. I. Título.

CDU 913:634.31(813.7)(1-12)

CARLOS ALBERTO DE VASCONCELOS

**O USO DO TERRITÓRIO PELA CITRICULTURA E A PERMANÊNCIA
DO TRABALHO INFANTIL NO CENTRO-SUL DE SERGIPE**

Aprovada em 17 de dezembro de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rubens de Toledo Júnior (Orientador) – UFS/UFBA

Prof. Dr. Alcindo José de Sá – (Membro Externo – UFPE)

Prof.^a Dr.^a Tânia Elias Magno da Silva – (Membro Externo – UFS/NPPCS)

Prof.^a Dr.^a Josefa Eliane S. Siqueira Pinto – (Membro Interno – UFS)

Prof. Dr. José Eloísio da Costa – (Membro Interno – UFS)

Carlos Alberto de Vasconcelos

Suplente Externo – UFS/Itabaiana

Suplente Interno – UFS

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Matos Araújo

Prof.^a Dr.^a Josefa Lisboa dos Santos

São Cristóvão/SE, 2009

Dedico esses conceitos e concepções a todas aquelas pessoas que buscam a paz e têm ânsia de poder através do saber.

Carlos Alberto

“ Não ensinar o filho a trabalhar é como ensiná-lo a roubar”.

(Provérbio italiano)

“... Se alguma nação não adotar condições humanas de trabalho, esta omissão constitui um obstáculo aos esforços de outras nações que desejem melhorar as condutas dos trabalhadores em seus próprios países”.

(Constituição da OIT)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que, a partir da espiritualidade, me conduz e solidifica minha fé. Obrigado por tudo!
Sem Ele não teria conseguido!

Agradeço a minha família que, mesmo distante e silenciosa, foi constructa de uma herança fecunda, especialmente Maria Bezerra e Cássio Pitter.

Ao Prof. Dr. Rubens Toledo Junior, pela aceitação em me orientar.

À amiga e coorientadora, Ana Maria Matos de Araújo. Viva o Karma!

À Universidade Federal de Pernambuco (Instituição de origem), que me concedeu licença de alguns meses para finalização deste árduo trabalho, sem a qual não teria finalizado.

Aos colegas e professores da UFS e do NPGEOP, representados por: Zenilde Pinto, Marta Cristina, Aracy Losano ,Marleide Maria e Josefa Lisboa.

Aos poucos amigos e amigas, que às vezes estavam por perto nos principais momentos de minha vida, pelo apoio e palavras de conforto, bem como pelos favores. Obrigado a todos pela participação direta ou indireta.

A todos os alunos e ex-alunos que contribuíram e me incentivaram nestes cinco anos de muito trabalho, inclusive ajudando-me na longa pesquisa de campo.

Um agradecimento especial à amicíssima, Prazeres Nery, que, com muita sabedoria, sempre me ouviu. Muito obrigado por tudo, inclusive pelas orações.

Ao companheiro Cleverton Freire, que contribui para meu aperfeiçoamento moral e espiritual, com discussões e provações.

Aos ilustres Adelci Figueiredo, Antônio Ponciano e Miguel Berger, pelos quais tenho bastante apreço e admiração.

Aos colegas pernambucanos, representados por Otávio Juliano, pelos préstimos e favores.
Muito grato pelo apoio!

Aos órgãos que forneceram informações: SEIDES, SEED, EMBRAPA, IBGE, prefeituras, sindicatos rurais, associações.

Aos entes que partiram desta vida terrena, a exemplo de meu pai. Estariam muito orgulhosos!

Ao término, a todas as crianças e adolescentes, bem como agricultores, que foram coadjuvantes neste trabalho, sem os quais não teria alcançado os objetivos nem chegado a tantas reflexões e apropriação de saberes.

Não poderia deixar de mencionar a professora e amiga Rosemeri Melo, inclusive por ter acompanhado minha trajetória e inquietações, sempre apta para conversar e orientar questões profissionais e acadêmicas. Continue assim. Preciso de sua prontidão!

Agradeço também ao revisor textual, Adilson Almeida, a Marta Cristina, que em muito me ajudou, tanto na formatação como na escuta dos desabafos, e aos tradutores dos resumos, valeu!

Por fim, a todos que, para evitar prolongamento, não foram mencionados, mas que torceram por mim, acreditaram na minha capacidade e força de vontade. Obrigado, mais uma batalha vencida!

EPÍGRAFE

“Para muitos de nós, ainda hoje, o mundo rural é imóvel e/ou atrasado. A lentidão das plantações, a espera das chuvas, a sucessão das colheitas, tudo reflete um tempo cíclico ao qual não estamos mais acostumados. ‘tempo de plantar, tempo de colher’, diria o Eclesiastes.

Mas, ao contrário do que se possa imaginar, a vida rural de nossos antepassados também trazia embutida uma agenda de transformações e de lentas inovações em busca de melhores resultados, do melhor produto, da melhor colheita. A luta no campo para adaptar espécimes vegetais ou animais foi longa e repleta de criatividade. Não faltaram ideias e tentativas de solucionar todos os problemas que tivemos de enfrentar: escassez de água, pragas, solos desfavoráveis, exploração de mão de obra, condições técnicas, e outras.”

(PRIORE & VENÂNCIO, 2006)

Sem esgotar o assunto, este trabalho perpassa por essa trajetória, iluminando aspectos ainda pouco explorados pela geografia regional.

VASCONCELOS, Carlos Alberto de
O USO DO TERRITÓRIO PELA CITRICULTURA E A PERMANÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL NO CENTRO-SUL DE SERGIPE
TESE – Doutorado - NPGE/ UFS
ORIENTADOR: Prof. Dr. Rubens Toledo Junior
São Cristóvão/SE, 2009.
314p.

RESUMO

O território citricultor no centro-sul de Sergipe passa por transformações decorrentes de relações capitalistas de trabalho no meio rural, combinadas com o uso do trabalho familiar e da mão de obra infantil. Este estudo analisa as relações de trabalho infantil na atividade citrícola, considerando a (des)territorialização e a precarização do uso e abuso da força de trabalho ilegal, as quais requerem investigar o desenvolvimento da citricultura na região e os impactos socioeconômicos causados à população. Trata-se de uma problemática inerente às crianças e adolescentes pobres, enquanto mecanismo de sobrevivência, simultaneamente, de exploração entre diversificados mecanismos de acumulação capitalista. Na contemporaneidade não ocorreu a mudança a que se aspirava diante do avanço da tecnologia em todas as áreas produtivas e nas formas de relações de trabalho difundidas. A investigação permitiu a reconfiguração territorial do trabalho infantil no centro-sul sergipano, tendo como marco referencial a atividade citrícola e a permanência da força de trabalho das crianças e adolescentes, inclusive como estratégia das famílias para subsistência das unidades de produção dentro do capitalismo. O estudo partiu de pesquisa bibliográfica limitada, complementada por pesquisa de campo, propiciando identificar questionamentos, sugestões, problemas e alternativas socioeconômicos. Como destaque foram constatadas questões relativas à modernização agrícola e ao uso do território, espacialmente diversificados, independentemente da escala, sem apresentarem a mesma dinamicidade; a citricultura sergipana ainda se encontra em crise, mesmo com variadas políticas agrícolas específicas; permanece o predomínio da agricultura familiar, inclusive com o emprego indiscriminado do trabalho de crianças e adolescentes. O setor continua ressentindo-se de políticas eficazes e distributivas que proporcionem condições dignas para a sustentação das famílias e erradicação ou diminuição do trabalho infantil. Evidencia-se a persistente inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho diante das precárias condições materiais de vida, de produção e de renda insuficiente das famílias, mesmo entre aquelas beneficiadas por programas sociais de governo com suas contradições e fragilidades na reversão da problemática. Espera-se, finalmente, que esta pesquisa contribua com estudos sociais, sobretudo os relacionados à geografia agrária e regional no país, especificamente no estado de Sergipe.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Citricultura; Território; Políticas Públicas.

VASCONCELOS, Carlos Alberto de
THE USE OF LAND FOR CITRICULTURE AND THE CONTINUANCE OF CHILD LABOR
IN SOUTH-CENTRAL SERGIPE
THESIS - Doctorate - NPGE / UFS
ADVISOR: Prof. Dr. Rubens Toledo Junior
São Cristóvão/SE, 2009
314p.

DOCTORAL THESIS ABSTRACT

Land for citriculture in south-central Sergipe is passing through transformations resulting from capitalistic work relations in the rural environment, combined with the use of family work and child labor. This study analyzes the relationships of child labor in citriculture activities, considering the (de)territorialization and precariousness of the use and abuse of an illegal labor force, which require investigation of the development of citrus farming in the region and the socioeconomic impact caused to the population. It is about a problematic inherency of poor children and adolescents, as a mechanism of survival as well as of exploitation among the diversified mechanisms of capitalistic accumulation. In contemporaneity there does not occur the desired change in face of the advance of technology in all the productive areas and in ways of diffused work relations. This investigation permitted the territorial reconfiguration of child labor in south-central Sergipe, having as reference point the citrus farming activity and the continuance of a child and adolescent work force, inclusive as a family strategy for the subsistence of the production units in capitalism. The study started from limited bibliographical research, complemented by field research, intending to identify questions, suggestions, problems, and socioeconomic alternatives. As a highlight, relative questions about the modernization of agriculture were acknowledged and the use of land, spatially diversified, independent of scale, without presenting the same dynamics; the citriculture of Sergipe yet encountering a crisis, even with varied specific agricultural policies; continuing the predominance of the agricultural family, including the indiscriminate employment of child and adolescent labor. The sector continues to lack effective and distributive policies that provide dignified conditions for the sustenance of families and the eradication or minimization of child labor. There is evidence of the persistent early insertion of children and adolescents in the world of labor in face of the precarious material conditions of life, of production, and of income that is insufficient for families, even among those benefited by social programs from the government with its contradictions and fragilities in reversion of the problem. It is hoped, finally, that this research contributes to social studies, mainly the ones related to agricultural and regional geography in the country, specifically in the state of Sergipe.

Keywords: Child labor; Citriculture; Land; Public policies.

VASCONCELOS, Carlos Alberto de
EL USO DEL TERRITORIO POR LA CITRICULTURA Y LA PERMANENCIA DEL TRABAJO INFANTIL EN EL CENTRO-SUR DE SERGIPE
TESIS – Doutorado - NPGE/ UFS
ORIENTADOR: Prof. Dr. Rubens Toledo Junior
São Cristóvão/SE, 2009.
314p.

RESUMEN

El territorio citricultor en el centro-sur de Sergipe pasa por transformaciones que surgieron a partir de relaciones capitalistas de trabajo en el medio rural, acordadas con el uso del trabajo infantil en la actividad citrícola, considerando la (des)territorialidad y la precariedad del uso y abuso de la fuerza de trabajo ilegal, las cuales requieren investigar el desarrollo de la citricultura en la región y los impactos socioeconómicos causados a la población. Se trata de una problemática inherente a los niños y adolescentes pobres, mientras mecanismo de sobrevivencia, simultáneamente, de exploración entre diversificados mecanismos de acumulación capitalista. En la contemporaneidad no ocurrió el cambio que se deseaba ante el avance de la tecnología en todas las áreas productivas y en las formas de relaciones de trabajo difundidas. La investigación permitió la reconfiguración territorial del trabajo infantil en el centro-sur sergipano, se tiene como referencia, la actividad citrícola y la permanencia de la fuerza de trabajo de los niños y adolescentes, incluso como estrategia de las familias para subsistencia de las unidades de producción dentro del capitalismo. El estudio partió de pesquisa bibliográfica limitada, completamente por pesquisa de campo, propiciando identificar cuestionamientos, sugerencias, problemas y alternativas socioeconómicas. Como destaque fueron constatadas cuestiones relativas a la modernización agrícola y al uso del territorio, espacialmente diversificados independientemente de la escala, sin presentaren la misma dinámica; la citricultura sergipana aun se encuentra en crisis, mismo con variadas políticas específicas; permanece el predominio de la agricultura familiar, incluso con el empleo indiscriminado del trabajo de niños y adolescentes. El sector continúa careciendo de políticas eficaces y distributivas que proporcionen condiciones dignas para la sustentación de las familias y erradicación o disminución del trabajo infantil. Se evidencia la persistente inserción precoz de niños y adolescentes en el mundo del trabajo delante de las precarias condiciones materiales de vida, de producción y de renta insuficiente de las familias, mismo entre aquellas beneficiadas por programas sociales de gobierno con sus contradicciones y fragilidades en la reversión de la problemática. Se espera, finalmente, que esta pesquisa contribuya con estudios sociales, sobretodo los relacionados a la geografía agraria y regional en el país, específicamente en el estado de Sergipe.

Palabras-clave: Trabajo Infantil; Citricultura; Territorio; Políticas Públicas.

VASCONCELOS, Carlos Alberto de
L'UTILISATION DE LA TERRE PAR LA CITRICULTURE ET LA PERMANENCE DE LA
MAIN-D'OEUVRE DES ENFANTS AU CENTRE-SUD DE SERGIPE
THÈSE – Doutorado - NPGEU/ UFS
PROFESEUR: Prof. Dr. Rubens Toledo Junior
São Cristóvão/SE, 2009.
314p.

RÈSUMÉ

La production d'agrumes au centre-sud de l'état de Sergipe engendre une transformation des relations capitalistes de travail dans les zones rurales, combinée avec l'utilisation de la main-d'œuvre familiale et de la main-d'oeuvre des enfants. Cette étude analyse les relations de travail dans la production d'agrumes, tandis que la délocalisation et la précarité liée à l'abus d'utilisation de main-d'œuvre clandestine. Cette-ci demande une investigation sur le développement de l'industrie des agrumes dans la région et les impacts socio-économiques causés à la population. Il s'agit d'un problème inhérent aux enfants et adolescents pauvres comme mécanisme de vie et aussi d'exploitation des divers mécanismes d'accumulation capitaliste. À l'époque contemporaine le changement qui l'on attendait face à l'avance de la technologie dans tous les domaines de la production et dans les formes de relations de travail généralisé n'a pas été réussi. L'investigation a permis la reconfiguration territoriale de la main-d'oeuvre des enfants au sud de Sergipe, en prenant comme référence l'activité des agrumes et la permanence de la main-d'œuvre des enfants et adolescents y compris la stratégie de subsistance des familles des unités de production du capitalisme. L'étude a été basée sur une littérature limitée, complétée par des recherches *in loco*, fournissant les questions d'identification, suggestions, problèmes et socio-alternatives économiques. L'étude a souligné des questions par rapport à la modernisation agricole et à l'utilisation du territoire, géographiquement diversifié, indépendamment de l'échelle, sans présenter la même dynamique. La production d'agrumes en Sergipe est encore en crise, même avec l'aide de différentes politiques agricoles spécifiques. En particulier, reste la prédominance de l'agriculture familiale, y compris l'utilisation générale de la main-d'oeuvre des enfants et des adolescents. Ce secteur productif se plaint de ne pas avoir reçu des politiques efficaces et de distribution pour fournir un soutien décent pour les familles et l'élimination ou la réduction de la main-d'oeuvre des enfants. Cette étude souligne l'insertion précoce des enfants et adolescents dans le monde du travail face aux conditions précaires de vie et à la production de revenus insuffisants des familles, même lesquelles qui bénéficient de programmes sociaux du gouvernement. Il faut remarquer que ces programmes présentent contradictions et faiblesses dans son but d'améliorer les conditions de vie de la population rurale. On souhaite, enfin, que cette recherche soit une contribution aux études sociales, surtout à celles liées à la géographie agraire et régionale du pays, et en particulier de l'Etat de Sergipe.

Mots Clé: Main-d'oeuvre des enfants; Citriculture; Terre; Programmes Sociaux

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	01
1. TERRITÓRIO CITRICULTOR: DISCUTINDO SOBRE O TERRITÓRIO E SUA DINÂMICA	24
1.1. CONCEITUANDO TERRITÓRIO ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA	24
1.1.1. Territorialidade, territorialização e desterritorialização	29
1.1.2. O uso do território brasileiro	33
1.1.3. Organização do território no nordeste: o caso de Sergipe	40
1.2. CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: A CITRICULTURA.....	44
1.2.1. Meio geográfico: breve caracterização, evolução e impactos	53
1.2.2. A Dinâmica do território na perspectiva miltoniana	55
1.3. MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL	58
1.3.1. Um meio produtor capitalista e globalizado	61
2. AGRICULTURA, MODERNIZAÇÃO E GEOGRAFIA AGRÍCOLA	67
2.1. EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA: COMPREENDENDO O PROCESSO	67
2.1.1. Racionalização do espaço e capitalismo no campo	70
2.1.2. Modernização, complexização e dinamicidade dos espaços agrários	74
2.1.3. O meio rural no contexto da modernização	76
2.2. RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA: BREVE FEIÇÃO	79
2.2.1. Modernização na agricultura sergipana: a citricultura	85
2.2.2. A modernização desigual: exclusão e pobreza no campo	92
2.3. CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E DE COOPERAÇÃO	94
2.3.1. Descrevendo e exemplificando os circuitos de produção	94
2.3.2. Circuitos espaciais de produção da laranja	97
2.3.3. Formas recentes de articulação na agricultura e a organização em redes	102
2.4. GEOGRAFIA AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO SERGIPANO	104

2.4.1. Mudanças agrícolas nas microrregiões sergipanas	104
2.4.2. Formas de trabalho da produção agrícola: o caso dos citricultores	106
3. CITRICULTURA: DA ORIGEM À COMERCIALIZAÇÃO	111
3.1. ORIGEM, PROPRIEDADES E EVOLUÇÃO DOS CÍTRICOS	111
3.1.1. Desenvolvimento da citricultura sergipana	115
3.1.2. Fruticultura no nordeste	127
3.2. EXPORTAÇÃO E MERCADO INTERNO	135
3.2.1. Mercado internacional: atualidades	138
3.2.2. Mercado nacional de citros	143
3.2.3. Negócios citrícolas de Sergipe	146
3.3. INDUSTRIALIZAÇÃO CITRÍCOLA COMERCIAL	149
3.3.1. Maratá Sucos do Nordeste	153
3.3.2. Tropfruit Nordeste S/A	155
3.3.3. Sumo Industrial	158
3.3.4. Sintetizando a atividade citrícola.....	161
4. DISCUTINDO O TRABALHO E SUAS NUANCES	168
4.1. TRABALHO: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS	168
4.1.1. Trabalho como categoria central da atividade humana	172
4.1.2. A divisão social e territorial do trabalho	175
4.2. TRABALHO E CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE	177
4.2.1. O trabalho no processo de produção capitalista	177
4.2.2. O capital e as exigências/alternâncias críticas no mundo do trabalho	181
4.3. PRESSUPOSTOS E LEGISLAÇÃO SOBRE O TRABALHO INFANTIL E SEU DESENVOLVIMENTO NO CENTRO-SUL SERGIPANO	185
4.3.1. Introduzindo a questão: passado e presente	185
4.3.2. Situando o Brasil no contexto legal	190
4.3.3. A unidade familiar de exploração infantil nos territórios de citricultura sergipana	194
5. TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS DE ERRADICAÇÃO	205
5.1. ASPECTOS GLOBAIS DO TRABALHO INFANTIL: GÊNESE	205

5.1.1. A evolução do trabalho de crianças e adolescentes	210
5.1.2. Caracterizando a questão e situação do grupo das crianças entre 5 e 9 anos ..	214
5.1.3. Caracterizando e analisando o grupo de menores de 10 a 14 anos e adolescentes de 15 a 17 anos	217
5.2. QUESTÕES SOCIAIS NOS PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.....	222
5.2.1. A pobreza como causadora da exploração infantil	222
5.2.2. Ações/Programas de erradicação do trabalho infantil	223
5.2.3. Programas sócio-educativos: transferências de renda	232
5.3. CENÁRIO SÓCIO-EDUCACIONAL NO ESTADO SERGIPANO: BREVE RELAÇÃO.....	237
5.3.1. Programa Bolsa Família em Sergipe	237
5.3.2. Ensaios sobre educação e trabalho infantil	240
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
7. REFERÊNCIAS	258
8. ANEXOS	284
Anexo 1. Estabelecimentos agropecuários de proprietários e ocupantes, Sergipe, municípios selecionados, 1995/1996	285
Anexo 2. Área dos estabelecimentos agropecuários com lavouras permanentes, temporárias e com pastagens, Sergipe, municípios selecionados, 1995/1996	286
Anexo 3. Pessoal Ocupado segundo a condição de ocupação, Sergipe, municípios selecionados, 1995/1996	287
Anexo 4. Questionário Agricultável	288
Anexo 5. Tabela Metodológica	290
Anexo 6. Questionário Infantil	292
Anexo 7. Petição Judicial	293

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Área dos estabelecimentos agropecuários com lavouras permanentes, temporárias e com pastagens, Sergipe, municípios selecionados, 1995/1996	15
Tabela 2: Lavouras permanentes segundo pessoal ocupado, entre homens, mulheres de 0 a 14 anos e percentuais, Sergipe, 1995/1996	18
Tabela 3: Principais produtores de laranja (em milhões de caixas de 40,8 Kg)	47
Tabela 4: Produção, processamento e consumo de laranja em São Paulo (em milhões de caixas de 40,8 KG). 1990 – 2006	50
Tabela 5: Produção, área e rendimento de laranja dos principais estados brasileiros nos anos de 2003 e 2004	54
Tabela 6: Questões 5 e 15 – Problemas existentes na agricultura / o que mais favorece e prejudica o cultivo da laranja	82
Tabela 7: Evolução da quantidade de laranja produzida nos municípios produtores do centro-sul no período de 1975 a 20.....	88
Tabela 8: Rendimento médio da laranja nos municípios produtores de Sergipe – 1975 – 2005	91
Tabela 9: Principais países produtores de citros 1992 – 1997	98
Tabela 10: Produção e destino da laranja brasileira (milhões de caixas de 40,8 kg – 2002 a 2005)	99
Tabela 11: Principais estados brasileiros produtores de laranja 1975 – 1996 (Em 1.000 Caixas – 40,8 Kg)	100
Tabela 12: Participação de cada microrregião na área total cultivada e no total de cada tipo de cultura agrícola em Sergipe em 1990 e evolução da participação em 2004 ...	105
Tabela 13: Mão de obra utilizada nos municípios pesquisados – 2008	109
Tabela 14: Sergipe. Evolução da área colhida com laranja nos principais municípios produtores no período de 1975 a 2005	122
Tabela 15: Quantitativo de mão de obra utilizada na produção de citros em Sergipe – 2007–2008	125
Tabela 16: Destinos da produção de citros em Sergipe – 2007–2008	126
Tabela 17: Área colhida, produção e rendimento da citricultura na região nordeste do Brasil, em 2001	129
Tabela 18: Brasil. Indicadores dos dez maiores municípios produtores de laranja – 2004	135
Tabela 19: Exportação brasileira de suco concentrado de laranja entre 1988 e 1996	136
Tabela 20: Produção mundial de laranja, entre 1999 e 2008	138
Tabela 21: Produção mundial de suco de laranja, entre 1999 e 2008	141
Tabela 22: Principais países exportadores de laranja, entre 1999 e 2008	142
Tabela 23: Produção de laranja no Brasil. 2003-2006	143
Tabela 24: Área plantada de laranja no Brasil	144
Tabela 25: Principais produtos de exportação de Sergipe. 2002-2003	148
Tabela 26: Quantidade produzida das principais lavouras permanentes em Sergipe 2003 – 2006	165

Tabela 27: Ranking do trabalho infantil por unidade federativa (comparação entre 2005 e 2004, levando em conta pessoas de 5 a 15 anos de idade)	191
Tabela 28: Desgastes físicos pelas condições do trabalho no centro-sul de Sergipe	202
Tabela 29: Composição familiar da mão de obra infantil na citricultura sergipana – 2007/2008	214
Tabela 30: Crianças e adolescentes que ajudam os pais na citricultura, segundo a idade em que iniciou a trabalhar. Municípios selecionados da citricultura sergipana – 2007/2008	216
Tabela 31: Número de crianças e adolescentes trabalhadores por faixa etária e grandes regiões brasileiras – 1999	217
Tabela 32: Número de crianças cadastradas no PETI. Sergipe. Municípios da citricultura, 2009	229
Tabela 33: Índices de desenvolvimento sócio-econômico do centro-sul sergipano, 2000	234
Tabela 34: Programa Bolsa Família no centro-sul sergipano, em Junho de 2009	238
Tabela 35: Número de crianças e adolescentes com ajuda de Governo. Municípios citricultores selecionados. Sergipe, 2007-2008	239
Tabela 36: Atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes nos municípios citricultores selecionados. Sergipe, 2007-2008	241
Tabela 37: Concepções e expectativas sobre a escola e o trabalho. Sergipe. Municípios da citricultura, 2007-2008	245
Tabela 38: Número de menores que estudam por municípios pesquisados. Sergipe. Municípios da citricultura, 2007-2008	246
Tabela 39: Quantitativo de beneficiados com BF e frequência escolar, municípios do centro-sul, em julho de 2009	248

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica de Sergipe	06
Figura 2: Sergipe, divisão territorial municipal	07
Figura 3: Localização da área de estudo	08
Figura 4 e 5: Laranja-pera, a mais cultivada na citricultura sergipana	117
Figura 6: Forma artesanal de manuseio da laranja	118
Figura 7: Sergipe. Produção agrícola municipal de citros em 2005	124
Figura 8: Laranjais próximos à divisa de Bahia e Sergipe	131
Figura 9: Laranjais próximos à divisa de Bahia e Sergipe	131
Figura 10: Vendas de laranjas na BR 101, no município de Umbaúba	133
Figura 11: Comércio de laranja em varejo, na rodovia BR 101	134
Figura 12: Meio de transporte utilizado para a distribuição da laranja	152
Figura 13: Plantação de laranjas da empresa Maratá	154
Figura 14: Plantação de laranjas do grupo Samam – cítricos brejinho	156
Figura 15: Beneficiadora de laranja no município de Boquim	159
Figura 16: Beneficiadora de laranja no município de Boquim	160
Figura 17: Plantação de Laranja em consórcio	163
Figura 18: Plantação de Laranja em consórcio	164
Figura 19: Carregamento de caminhão para o transporte de laranjas às indústrias ..	166
Figura 20: Transporte de tamanho médio da laranja	166
Figura 21: Transporte de laranja de grande porte	167
Figura 22: Número de trabalhadores entre 5 e 17 anos. Brasil, 2001	193
Figura 23: Crianças trabalhando nos laranjais em Umbaúba e Boquim, 2009	197
Figura 24: Crianças trabalhando nos laranjais em Umbaúba e Boquim, 2009	198
Figura 25: Crianças trabalhando nos laranjais em Umbaúba e Boquim, 2009	199
Figura 26: Criança trabalhando acompanhada do pai, 2009	200
Figura 27: Crianças trabalhando nos laranjais sergipanos, 2007	201
Figura 28: Escola que desenvolve atividades sócio-educativas no município de Tomar de Geru	226
Figura 29: Escola que desenvolve atividades sócio-educativas no município de Tomar de Geru	226
Figura 30: Atividades escolares complementares desenvolvidas pelo PETI	227
Figura 31: Pedreiras no município de Tomar de Geru, palco de trabalho infantil	229

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1: Sergipe: Condição do produtor	14
Gráficos 2 e 3: Principais produtores de laranja – safra 1980/89 e 2002/03	48
Gráfico 4: Principais produtores de laranja – safra 1993/94 (Total: 51.159.200 tona- ladas (1,253 bilhão de caixas)	49
Gráfico 5: Principais produtores de laranja – safra 1996/1997 (total: 56.048.000 tona- ladas (1,373 bilhão de caixas)	49
Gráfico 6: Participação relativa das regiões brasileiras na produção de laranjas em 2004	51
Gráfico 7: Participação relativa da produção de laranja dos principais estados pro- dutores no Brasil em 2004	53
Gráfico 8: Área plantada com laranja nos principais municípios produtores de laranja em Sergipe, 2005	122
Gráfico 9: Principais importadores de laranja – 2007/2008	139
Gráfico 10: Produtividade da Citricultura Brasileira – 2003/2006	144
Gráfico 11: Distribuição regional das crianças que trabalham, por faixa etária, Brasil, 1995	215
Gráfico 12: Distribuição das crianças que trabalham, segundo o sexo, por faixa etária, Brasil, 1995	219
Gráfico 13: Distribuição das crianças de 10 a 14 anos que trabalham, segundo o setor onde exercem a ocupação, Brasil, 1995	220
Gráfico 14: Distribuição das crianças de 10 a 14 anos que trabalham, segundo o local onde exercem suas atividades, Brasil, 1995	220
Gráfico 15: Distribuição das crianças de 10 a 14 anos por horas trabalhadas na semana, em todos os tipos de trabalho, Brasil, 1995	221
Quadro 1: Destino das Exportações de Sergipe	148

SIGLAS/ABREVIATURAS

ABECITRUS – Associação Brasileira de Exportadores de Citros

AESE – Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe.

ASCISE – Associação de Citricultores de Sergipe

ASSOCITRUS – Associação Brasileira de Citricultores

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

BR – Rodovia Brasileira

BVJ – Benefício Variável Jovem

CAI – Complexo Agroindustrial

CAPADR – Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados

CEASA – Centrais de Abastecimento S/A

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

COMASE – Companhia Agrícola de Sergipe

CONDESE – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe

COOPAME – Cooperativa de Estância

COOPERTREZE – Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze

CPRH – Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos

CVC – Clorose variegada dos Citrus

DEAGRO – Departamento de Desenvolvimento Agrário de Sergipe

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNA – traduzido para Ácido Desoxirribonucléico

- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
- DRT – Delegacia Regional do Trabalho
- DTT – Divisão Territorial do Trabalho
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EUA – Estados Unidos da América
- FAO – Food and Agriculture Organization/ONU
- FAP/SE – Fundação de Amparo a Pesquisa de Sergipe
- FCOJ – Frozen Concentrate Orange Juice
- FNE – Fundo Constitucional do Nordeste
- FNP – Instituto de Pesquisa
- FTD – Força de Trabalho Disponível
- FRUTENE – Frutos Tropicais do Nordeste
- FUNDECITRUS – Fundo Paulista de Defesa da Citricultura
- GCONGI – Grupo de Consultores em Citros
- HLB – Huanglongbing (gruning) – doença que ataca os cítricos, originária do Oriente
- IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- IPA – Instituto de Pesquisas Agropecuárias
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- JAV – Grupo José Augusto Vieira

- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
- NAFTA – traduzido para Área de Livre Comércio da América do Norte
- NIS – Número de Identificação Social
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONG – Organização Não-Governamental
- PAM – Produção Agrícola Municipal
- PBF – Programa Bolsa Família
- PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
- PND – Programa Nacional de Desenvolvimento
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- POLONORDESTE – Projeto Nordeste
- PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
- PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
- SAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura
- SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
- SEED – Secretaria de Estado da Educação
- SEIDES – Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
- SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento
- SLCC – Suco de Laranja Concentrado Congelado

SRH – Secretaria de Recursos Hídricos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDAP – Superintendência da Agricultura e Produção

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TROPFRUIT-NE – Tropicais Frutos do Nordeste

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

ONU – Organização das Nações Unidas

UP – Unidade Produtiva

USGAD – United States Government Administration Department

USDA – United States Department of Agriculture

VBP – Valor Bruto da Produção

WBDL – Witche's Broon = Vassoura de Bruxa

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte do pressuposto de que as transformações do padrão tecnológico e das relações sociais na agricultura brasileira ocorreram de forma desigual entre regiões, produtores e atividades agropecuárias (SILVA, 1998). O principal foco do processo modernizante foi o complexo regional do centro-sul do país com os grandes proprietários de terra e atividades voltadas para o comércio internacional, vinculadas a complexos agroindustriais. O caráter desigual da modernização agrícola acentuou a diferença social na agricultura, consolidando estrutura bimodal (FAO-INCRA, 1995), marcada pela convivência de duas lógicas de organização da produção: agricultores empresariais altamente tecnificados, que buscam na simplificação do meio natural as condições ótimas para desempenharem suas atividades produtivas, em geral, médios e grandes proprietários de terra que dispõem de trabalhadores assalariados e produzem para o mercado externo; complementarmente permanecem agricultores familiares, produzindo com poucos insumos e limites do processo produtivo e com formas tradicionais de utilização da força de trabalho, a exemplo do trabalho infantil como estratégia de reprodução.

Os pequenos proprietários de terra empregam fundamentalmente trabalho familiar para produção diversificada em termos de cultivos e criatórios voltados para o autoconsumo e para o mercado interno.

Os agricultores tradicionais surgiram e mantiveram-se historicamente na relação com latifúndios e as atividades capitalistas de exportação, ou seja, são culturas vinculadas aos complexos agroindustriais. Mesmo que eventualmente se envolviam nas atividades capitalistas, esses agricultores realizam-nas com relações distintas das do grande capital, sem trabalho externo à unidade de produção (e familiar), recorrendo a precários instrumentos de trabalho e, muitas vezes, sem a posse legal da terra; portanto, sem acesso ao crédito oficial. O pequeno proprietário, o parceiro, o arrendatário e o posseiro podem ser enquadrados nessa categoria, o que traz implicações sobre a racionalidade de uso do território.

O território é categoria geográfica importante, tendo em vista sua ocupação e uso pela sociedade, ou ainda, como define Milton Santos, simplesmente “território usado”. Representa a instância social e material onde as relações sociais expressam-se organicamente e, justamente por isso, revela-se como objeto privilegiado da análise geográfica.

Unindo materialidade e ação, o território oferece aos geógrafos um laboratório vivo e renovado para a compreensão dos problemas da vida cotidiana em sociedade, nas mais

distintas esferas. Assim, e como propõem Santos e Silveira (2001), o território pode e muitas vezes é compreendido pelos geógrafos como a fala privilegiada da nação.

Desde a geografia tradicional, a categoria território normalmente comprehende o espaço apropriado e de poder, delimitado principalmente pelo Estado, principal agente controlador e normatizador. Território usado é sinônimo de espaço geográfico, cuja ação social produzida revela-se como produto de uma série de ações e intenções de distintos agentes sociais que, ao mesmo tempo, produzem-no e integram-no.

Entre interesses divergentes e conflitantes, criam-se as condições de uso do território visando à (re)produção de relações, ações/intenções no espaço geográfico.

A formação de territórios permite a conscientização de participação e faz emergir o sentimento da territorialidade. Movimento de apropriação do território, cuja dinâmica expansiva ou concentradora permite-nos delimitar os territórios citricultores do centro-sul sergipano.

A complexização e dinamicidade da agricultura e da produção do território determinam o segmento social de trabalhadores rurais e de pequenos produtores nem sempre beneficiados por diretrizes governamentais de desenvolvimento rural. São produtores e trabalhadores ainda hoje responsáveis por significativa parcela da produção de alimentos básicos e mercado interno.

Grande parte do espaço agrário brasileiro ainda se encontra condicionado pelo mercado externo. Algumas lavouras, como as de soja, laranja, café, cana-de-açúcar e cacau, ocupam cerca de 40% da área de terra plantada no país, as quais, além de atender às necessidades do mercado interno, visam, principalmente, suprir a agroindústria de matérias-primas, e esta, por sua vez, destina grande parte de sua produção à exportação (suco de laranja, café solúvel, açúcar e álcool, óleo e farelo de soja). Contradictoriamente, as lavouras de alimentação diária do brasileiro – arroz, feijão, mandioca – ocupam posição secundária no decorrer de nossa história e na política agrária governamental.

A produção e ordenação do território se dão a partir do relacionamento entre os sujeitos concretos que produzem o espaço e são representados especificamente por trabalhadores temporários. A produção do espaço dá-se imbricada a uma teia de relações nem sempre diretas, mas subjacentes às relações sociais de produção. Parte dessas relações sociais são também relações de poder, exercidas sobre grupos subordinados, ou seja, aqueles que concretamente produzem o espaço.

No território citricultor são perceptíveis as relações de trabalhadores, principalmente os temporários: os proprietários minifundistas, que recorrem temporariamente ao trabalho fora do estabelecimento, e os trabalhadores com pouca ou nenhuma terra os quais que sobrevivem exclusivamente da venda da força de trabalho. A propriedade com pequena parcela de terra faz diferença entre os tipos de trabalhadores. Alguns somente se ocupam durante a colheita da laranja, outros também realizam serviços agrícolas para os quais são contratados, transformam-se contribuintes das relações de poder e de subordinação (PINTO, 1996).

Na condição de proprietários minifundistas, os trabalhadores das regiões citrícolas, especificamente no nordeste, dedicam-se principalmente ao cultivo da laranja, produto com destino exclusivo ao mercado, seja para o comércio “*in natura*” ou para a indústria. A laranja, contudo, não é monocultura; reúne-se a diversos outros produtos de mercado. Juntamente a laranja produz-se mandioca, milho, fumo, maracujá, acerola, amendoim, dentre outros, alternando com a laranja ou em área específica. Muitas vezes grandes e médios produtores cedem parte das terras para a formação de pasto ou trato de pomares nos primeiros anos de existência.

O que levantamos como problema para o estudo desta tese é a permanência da força do trabalho de crianças e adolescentes, notadamente, na região nordestina. Ressalta-se, contudo, que a exploração infantil é fenômeno universal e histórico, visível em diversas partes do globo, problema secular e sem respostas satisfatórias.

A utilização do trabalho de crianças e adolescentes na citricultura faz parte de um universo cultural do meio rural construído historicamente. A criança e o adolescente são introduzidos no trabalho citrícola na condição de ajudantes de seus pais como forma de aprendizagem. Conforme salienta Rodrigues, (2002:29), “[...] a lógica dos camponeses, ao introduzirem seus filhos no trabalho da lavoura, é a aprendizagem e a aquisição de um saber camponês”.

A pobreza impõe à família única opção: submeter o maior número de membros ao trabalho, mesmo que em desrespeito à legislação trabalhista, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, com suas consequências para os prejudicados e para a família.

Em 2003, 5,1 milhões de crianças entre 5 e 17 anos trabalhavam no Brasil. Desses, 1,9 milhão (37%) tinha menos de 14 anos (IBGE/PNAD, 2003). De acordo com a legislação nacional, o trabalho é proibido aos menores de 16 anos. No entanto, é permitido a partir dos 14 anos de idade, desde que seja na condição de aprendiz, com autorização dos pais e em atividades que não sejam degradantes, perigosas ou insalubres.

Normalmente, o trabalho infantil no Brasil está associado à pobreza rural. Além disso, há casos, na região sul, por exemplo, em que, por tradição, pequenos proprietários com agricultura familiar contam com a ajuda dos filhos nas lavouras, mas de forma geral, mesmo reconhecendo que a situação do trabalho infantil constitui um grave problema social.

A maior parte do trabalho infantil ocorre no meio rural, tanto em termos absolutos quanto em percentuais, e em cada cinco crianças que trabalham no campo, apenas uma recebe algum tipo de remuneração (PNAD, 2003).

Nas cidades, são comuns casos de crianças que perambulam pelos lixões, vendem balas e quinquilharias nos faróis e exercem atividades domésticas (especialmente as meninas). Essa prática rouba a infância e compromete a vida futura. A deficiência escolar relacionada ao trabalho infantil soma-se às limitações do sistema educacional. A taxa de escolarização de crianças e adolescentes com história de trabalho precoce é mais baixa que as taxas dos que não foram obrigados a trabalhar em idade mais adequada.

Há vários estudos delineados na temática, principalmente por órgãos governamentais empenhados na erradicação desse trabalho, de certa forma intolerável, subumano. Isto suscitou a tentativa de erradicação do trabalho infantil com o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que, apoiado em circunstâncias jurídicas, tenta exaurir as crianças do trabalho forçado tido como necessário. Também se salienta o Programa Bolsa Família, que, comedido de reestruturação, procura amenizar a situação, ou eliminar as dificuldades materiais das famílias brasileiras em situação de pobreza, consequentemente retirando as crianças e adolescentes do trabalho.

O PETI objetiva a parceria com os setores do governo estadual e municipal e da sociedade civil. O objetivo é pôr fim às atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas rural e urbana realizadas pela força de trabalho das crianças e adolescentes.

Apesar de toda ênfase contrária ao trabalho infantil pela imprensa, sindicatos, governos, políticos, entre outros segmentos, ainda é elevado o número de crianças vítimas da exploração precoce, fato que diverge das leis decorrentes da Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, por exemplo.

A Constituição Federal (Art. 227) responsabiliza os limites à sociedade e ao Estado na garantia dos direitos desse grupo populacional:

É dever da família, da sociedade e do estado, assegurar à criança e adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e

comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também enfatiza a proibição do trabalho infantil: “É proibido qualquer forma de trabalho ao menor de 14 ou 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz”.

Ao privilegiar políticas econômicas que atendam aos interesses de uma minoria, demonstrando o nosso precário quadro de programas sociais, os governos, de certo modo, são coniventes com o “massacre” de crianças, conforme Grajew (1997), ao impedir de estudar ao envolvê-las nos ciclos da pobreza, com direitos elementares transgredidos, tais como: de saúde e até mesmo de vida, expostas à violência das ruas dos canaviais, pedreiras e laranjais com seus riscos constantes e graves.

Essa situação é agravada com a crise no setor agrícola brasileiro desde a década de 1970, em contexto de quase inexistência de políticas públicas voltadas para o setor, fundamentalmente para os pequenos produtores, e da precarização das relações de trabalho no campo. Esses fatores contribuíram para a pauperização crescente das famílias dependentes da pequena produção agrícola.

O trabalho infantil surge na citricultura como consequência direta dessas sucessivas crises capitalistas associadas às perdas em decorrência de secas periódicas, obrigando o pequeno produtor ao trabalho assalariado temporário como saída para a sobrevivência familiar, utilizando-se do trabalho de maior número de componentes da família como fonte de renda (MORAIS et al, 1999).

O trabalho precoce sugere a baixa qualidade de vida das crianças e adolescentes e de seus familiares e é, ao mesmo tempo, expressão e processo que ratifica a desigualdade e a exclusão social. É o fenômeno da precarização das relações de trabalho que reintroduz o círculo vicioso da pobreza: as oportunidades de ascensão e melhoria desses trabalhadores praticamente inexistem. A educação, como meio possível de ingresso aos propósitos oferecidos pelo mercado, lhes é negada. Troca-se o direito a saciar a fome, à formação escolar e ao tempo livre pelo trabalho.

Apesar da condição econômica preponderante, há os fatores culturais que influenciam significativamente a inserção precoce de crianças no trabalho, este muitas vezes concebido como “instrumento que enobrece o homem”.

Esta problemática que envolve o uso do território citricultor no estado de Sergipe se insere em mercado regional e nacional como estratégia de expansão do território.

O processo que permeia este trabalho acontece em meio a mudanças de trajetórias histórica e geográfica da citricultura nacional e regional. Assim, para melhor situar os fenômenos no espaço e no tempo, resgatam-se e explicitam-se as principais transformações com suas mutações significativas de fixação de objetos territoriais.

O estado de Sergipe conta com uma extensão de 21.910,34 km², correspondendo a 0,26% do território nacional e 1,4% da região nordeste. Sua posição absoluta está compreendida entre os paralelos 9° 31' e 11° 34' de latitude sul e os meridianos de 36° 25' e 38° 14' de longitude oeste de Greenwich.

Figura 1: Localização geográfica de Sergipe



Inserido na parte oriental do nordeste, Sergipe faz divisa com dois estados, limitando-se ao norte com Alagoas, separado pelo Rio São Francisco; ao sul, com a Bahia, separado

pelo Rio Real; ao oeste, novamente com a Bahia, e ao leste pelo Oceano Atlântico, sendo esse estado formado por 75 municípios.

As sedes municipais se constituem em cidades que estão todas interligadas a Aracaju, a capital, para onde acorre a maior intensidade dos fluxos, tendo em vista as condições de acessibilidade facilitadas por um sistema de rodovias radiais.

Figura 2: Sergipe, divisão territorial municipal

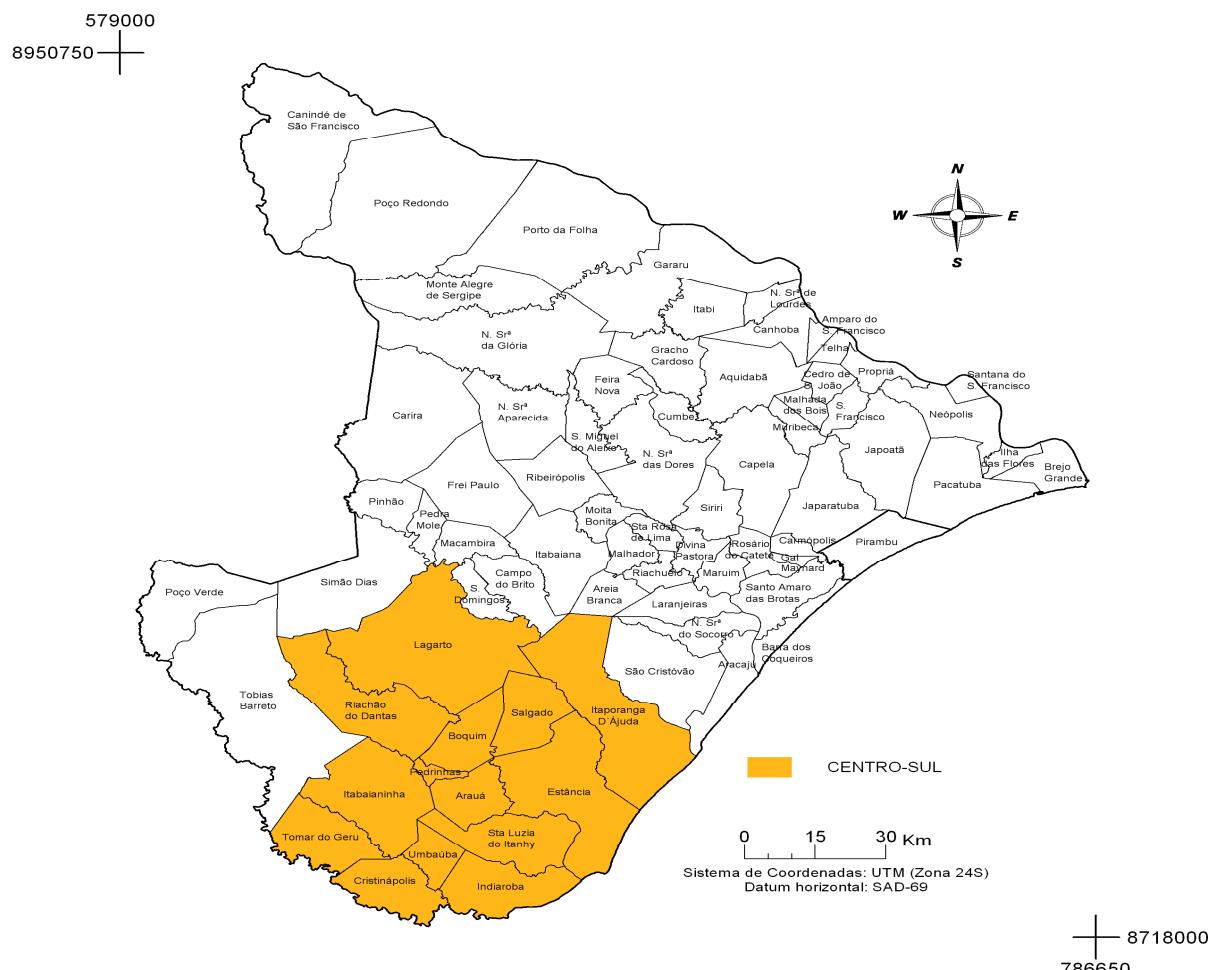


O estado tem pequena dimensão territorial e populacional, com apenas 1.939.426 habitantes, segundo IBGE, 2007. Contudo, ou em função disso, Sergipe ocupa uma posição privilegiada no conjunto econômico e social do nordeste, com inserção em atividades econômicas modernas, a exemplo da indústria extrativo-mineral que colaborou, a partir da década de 1970, para o crescimento dos setores de comércio e serviços, além da implantação

de políticas públicas com objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. A atividade citrícola coloca o estado como um dos grandes produtores de laranja do país, dando-lhe visibilidade nacional.

O presente trabalho tem por área de estudo a região centro-sul de Sergipe, segundo regionalização estadual, conforme se pode observar na figura 3. Essa região compreende 14 municípios abrangendo área de 5.386 Km² e população, segundo o IBGE (2007), de 377.422 habitantes. Os municípios que compõem essa área são: Boquim, Cristinápolis, Arauá, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Umbaúba e Tomar do Geru, na microrregião geográfica de Boquim; Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda e Santa Luzia do Itanhy pertencentes à microrregião geográfica de Estância, e os municípios de Lagarto e Riachão do Dantas na microrregião agreste de Lagarto, conforme IBGE.

Figura 3: Localização da área de estudo



Fonte: SAGRI, 2001.

Elaboração: Edson Bastos e Vanessa Oliveira, 2007.

Esta região tradicionalmente recorre a parcelamento da terra, distintamente do perfil da estrutura fundiária do sertão, do litoral e da zona da mata, com histórico pecuarista e monocultor, respectivamente. Apenas Santa Luzia do Itanhy e Estância são municípios litorâneos e, portanto, tem um processo de ocupação da terra semelhante ao dos demais municípios situados na costa sergipana de extrema concentração fundiária e agricultura pouco diversificada. Além disso, Indiaroba e Itaporanga d'Ajuda, em que pese a localização próxima ao atlântico, incluídos na pesquisa, por fazerem parte da região centro sul do estado, são produtores de citros, embora com pequeno destaque no volume de produção. A região pesquisada apresenta aspectos gerais e comuns à maioria dos municípios e peculiaridades. Lagarto, por exemplo, possui área, população e economia absolutamente divergentes de Pedrinhas e Arauá, por sua vez igualmente diferentes de Estância que é mais industrial. Alguns municípios têm na pecuária a principal atividade econômica; outros, na lavoura. Observa-se que são inúmeras as particularidades, e não há necessidade de enumerá-las por completo. Há, sim, que apontar as similitudes, sobretudo, aquelas que dizem respeito ao objeto de investigação deste estudo, o trabalho infantil e a citricultura, além de elementos correlatos.

No geral, a propriedade da terra na área é fragmentada, com predominância da agricultura familiar. A citricultura encontrou respaldo e condições favoráveis para ser desenvolvida nas pequenas propriedades no centro sul sergipano, distintamente de outras regiões do agreste do estado.

Os citricultores não dispõem de autonomia na circulação e na distribuição da produção. A industrialização da laranja (principal produto), restringe-se a pequenas fabriquetas de polpas, doces ou licores. São nichos insuficientes, considerando-se o volume da colheita dirigida para estas, cujos excedentes são destinados a indústrias de suco. Os agricultores se encontram em dilema sem aparente solução. Defende-se a opção de criar indústrias com financiamento de agentes fomentadores como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em forma de cooperativas. A alternativa, contudo, não oferece expectativas favoráveis, diante da história de malogros das experiências cooperativistas dos anos 1960, 1970 e 1980; tampouco os citricultores, mesmo reunidos em grupos, dispõem de capital suficiente para fazer investimentos desta ordem sem mencionar as dificuldades de associação, sobretudo, da prevalência dos interesses pessoais e imediatos da maior parte dos pequenos produtores.

Há de se reconhecer a emergência da cadeia produtiva de citros, com as indústrias de fabricação de sucos e outros produtos industriais e principalmente, com o setor terciário composto pelo comércio e a prestação de serviços. A citricultura movimenta o comércio de cidades importantes da região, como Itabaianinha e Boquim. A sobrevivência da população dos municípios que compõem a área está estreitamente vinculada à citricultura e, por sua vez, dependente das grandes indústrias de processamento de sucos.

Neste contexto, a produção agrícola de citros, especificamente de laranja, encontra em Sergipe território favorável para o seu desenvolvimento dadas as condições naturais.

A região citrícola está quase totalmente inserida na faixa de domínio do clima subúmido, faixa estreita no norte do estado e larga no sul, atingindo todos os municípios citricultores. Nesta área, a precipitação é bem distribuída durante o ano, registrando-se também os maiores totais, que podem superar os 1.400mm anuais. O clima é agradável, com temperatura em torno de 25°C, variando pouco ao longo dos meses. Apenas no verão (janeiro, fevereiro e março) registram-se as maiores temperaturas, podendo ultrapassar os 35°C.

No relevo sergipano predominam as baixas altitudes, 0 e 300 metros. O centro-sul do estado encontra-se assentado sobre a planície litorânea, os tabuleiros costeiros¹ e o pediplano sertanejo. A planície costeira engloba, apenas, parte dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Nessa planície, de solos arenosos, não se desenvolve a cultura da Laranja.

O pediplano sertanejo engloba, parcialmente, os municípios de Lagarto, Boquim e Tomar do Geru, e quase completamente as superfícies territoriais dos municípios de Riachão do Dantas, Pedrinhas e Itabaianinha. Esta unidade geomorfológica apresenta semelhança com os tabuleiros costeiros, sendo caracterizada por uma superfície pediplanar, elaborada por processos de pediplanação, característicos de clima semiárido, e relevos dissecados em colinas, cristais e interflúvios tabulares.

A ação dos agentes climáticos e meteorológicos sobre as formas geográficas naturais origina os sedimentos (solos) que recobrem o embasamento cristalino, permitindo a existência de vida orgânica. Os solos predominantes nos tabuleiros costeiros são os arenosos argilosos: podzólicos e latossolos. A atividade citrícola está assentada basicamente sobre os solos

¹ Unidade geomorfológica sobre a qual se encontra assentada a maior parte dos municípios citricultores, caracterizada por “uma superfície tabular erosiva do tipo aplainado, seccionada por drenagem perene, eventualmente limitada por rebordos e apresentando declividade do interior para o litoral”. Apresenta, ainda, “relevos dissecados em colinas, cristais e interflúvios com diversas intensidades de aprofundamento da drenagem” (ATLAS DE SERGIPE, 1979: 15). Essa unidade geomorfológica engloba totalmente os municípios de Salgado, Arauá, Umbaúba e Cristinápolis, e, parcialmente, os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Lagarto, Estância, Boquim, Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba e Tomar do Geru.

podizólicos vermelho-amarelos. São solos profundos e espessos nos topos dos tabuleiros (locais onde se cultiva a laranja) e rasos nas encostas. Nas áreas de domínio desse solo, o relevo resultante varia de plano suave ondulado a fortemente ondulado nas vertentes. Apresenta uma baixa fertilidade natural, requerendo adubação, e é utilizado com culturas alimentícias e/ou industriais, como é o caso da laranja.

Além desse tipo de solo, a região citrícola assenta-se, também, sobre outras manchas, como o latossolo vermelho-amarelo distrófico e o planossolo eutrófico. O primeiro é mais encontrado a noroeste da região numa pequena mancha englobando parcialmente as superfícies dos municípios de Lagarto, Itaporanga d'Ajuda, Salgado e Boquim. O planossolo eutrófico ocorre na faixa agreste, sendo pouco profundo ou raso, de baixa permeabilidade e pouco ácido. O relevo resultante é plano nas superfícies de pediplanação e suavemente ondulado nas superfícies do modelado cristalino dissecado. Situa-se na faixa de clima de transição semiárida, na parte ocidental da região citrícola. Sua utilização é basicamente com pastagens. A cultura da laranja, nessa área, requer maiores cuidados com o solo, como a correção com adubos e a irrigação (MATTA, 1995).

A combinação de fatores como clima, chuvas, ventos, enfim, das intempéries da natureza agindo sobre as formas geográficas naturais, resultou numa unidade natural favorecedora da cultura da laranja. Os tabuleiros interfluviais de solo profundo e com capacidade de retenção da água, que cai abundantemente, muito embora não seja tão regularmente, são as formas geográficas naturais adequadas ao desenvolvimento dessa atividade. Para que ela fosse desenvolvida em escala comercial, dependia apenas das condições oferecidas pela sociedade, fato ocorrido a partir dos anos 60 do século XX, quando a demanda mundial por suco aumentou, paralelamente aos desastres ecológicos nos pomares norte-americanos (PINTO, 1996).

Passados séculos da destruição da vegetação primitiva, o que resta dela são reminiscências. As florestas mesófilas decídua e semidecídua que, em virtude das condições climáticas e pedológicas, crescem exuberantes foram praticamente devastadas, restando poucas manchas, geralmente nas encostas. Do cerrado e da caatinga também restam poucas e inexpressivas manchas. No lugar dessa vegetação primitiva predominam, atualmente, as pastagens.

Outra forma geográfica natural que marca a paisagem no centro-sul do estado são os rios, que podem ser considerados os escultores do relevo de uma região. O estado de Sergipe é drenado por seis bacias hidrográficas: São Francisco, Japaratuba, Sergipe, Vaza-Barris,

Piauí e Real. Os rios principais dessas bacias correm no sentido oeste-leste, do interior para o litoral, de forma paralela, desaguando no oceano Atlântico. As bacias hidrográficas que exercem influência no centro-sul do estado são as dos rios Vaza-Barris, Piauí e Real. A bacia do Vaza-Barris, situada na área central do estado, é a que menos interfere na região citrícola. Esse rio nasce no estado da Bahia, entra em Sergipe pelo município de Simão Dias, atravessa o estado de oeste a leste e deságua no oceano Atlântico. O município da região citrícola que tem maior superfície na bacia do rio Vaza-Barris é Itaporanga d'Ajuda (SANTOS & ANDRADE, 1998).

A bacia do rio Piauitinga, a segunda maior de Sergipe, é também a principal responsável pela drenagem da região citrícola. Além do rio Piauí, que nasce no município de Riachão do Dantas, existe uma série de outros rios e riachos que servem como reservatórios de água para a população e para os animais e também possibilitam a pesca, que se torna uma fonte complementar de alimentação para a população carente. Esta, na época em que faltam atividades remuneradas, principalmente em virtude da atual crise na citricultura, busca outras estratégias de sobrevivência.

A ação humana no centro-sul do estado de Sergipe transformou a paisagem existente, criando uma nova configuração que pode corresponder à teia de relações sócio-espaciais existentes nessa região. Essas relações são perceptíveis nas formas criadas tanto na zona rural como também na zona urbana.

Em Sergipe, como no nordeste e no Brasil, o espaço rural é ocupado predominantemente pelas grandes propriedades, resultando numa estrutura fundiária altamente concentrada. Em 1985, o índice de Gini² para o Brasil flutuou em torno de 0,87; para o nordeste, em torno de 0,85, e aproximadamente 0,86 para Sergipe.

A ausência de dados mais concretos e as próprias limitações do censo impossibilitam uma análise fiel da realidade na região citrícola sergipana. No entanto, as informações e os dados disponíveis indicam-nos que, seguindo a tendência estadual, a terra é também concentrada.

Em 1985, segundo dados extraídos de PINTO (1996), existiam 30.911 estabelecimentos agrícolas ocupando uma área de 479.415 hectares. A distribuição da área apresentava uma elevada desigualdade, com uma pequena quantidade de estabelecimentos

² O índice de Gini é usado comumente para expressar o grau de concentração da terra. Seus valores são compreendidos entre zero e um. Zero expressa ausência de concentração e um o máximo de concentração. Valores acima de 0,70 são considerados de forte concentração.

(2,5%) ocupando mais da metade da área (51%), enquanto a absoluta maioria (88,8%) ocupava uma pequena parte (19,6%) da área total.

O cadastramento de imóveis rurais do INCRA, para o ano de 1992, demonstra que a estrutura fundiária mantém-se concentrada. Utilizando-se do conceito de “módulo fiscal”³ e considerando como minifúndio o imóvel rural com menos de um módulo fiscal; pequeno o imóvel com área de 1 a 4 módulos fiscais; como médio, entre 4 e 15, e como grande, aquele superior a 15 módulos fiscais (classificação utilizada pelo INCRA), observa-se que na região citrícola predominam os “minifúndios” (87,2%), isto é, imóveis rurais menores do que o módulo fiscal estabelecido pelo INCRA para cada município (PINTO, 1996).

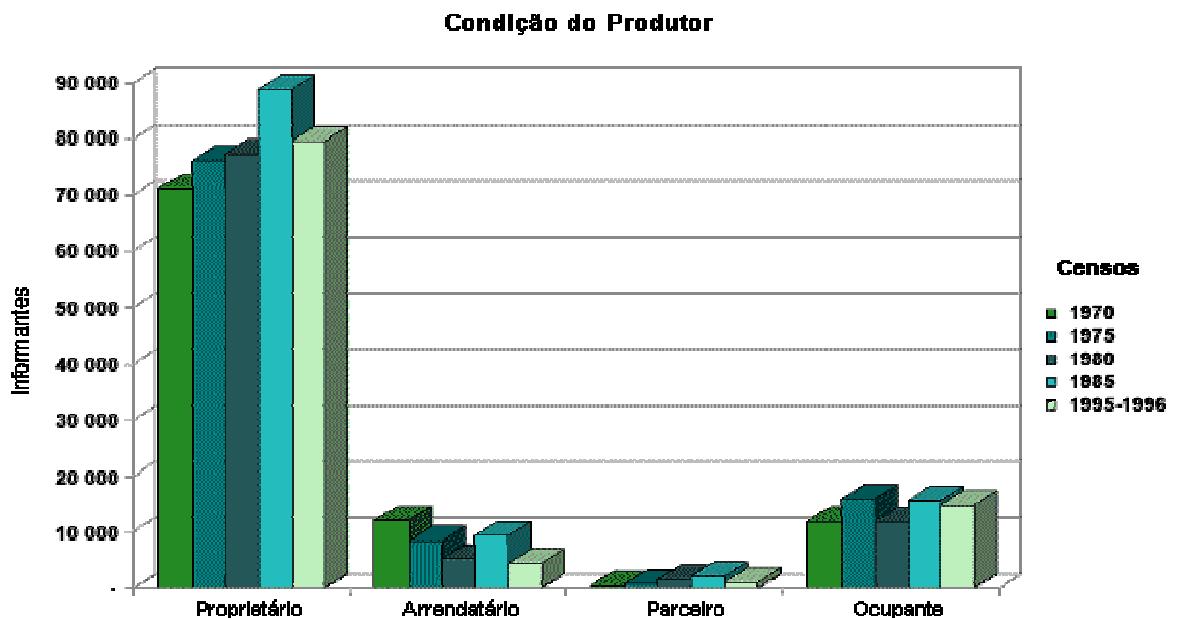
O pesquisador sergipano Diniz (1993) analisando as unidades camponesas de produção⁴ na escala estadual, considera que a concentração da terra atinge índice elevado em face do contraste entre pequenos e grandes produtores. Para esse autor, a concentração é explicada mais pela fragmentação do que pela aglutinação, correspondendo a um intenso processo de minifundização da terra.

De forma semelhante ao que ocorre no estado como um todo, a situação jurídica da propriedade da terra, na região citrícola, apresenta um elevado índice de estabelecimentos utilizados pelos próprios donos (92%), ocupando também uma maior área (97,1%). Desde os anos 1970 ao final do século XX, praticamente não há parceiros nem arrendatários, sendo, também, pouco expressivo o número de estabelecimentos com ocupantes (7,15%), que usam apenas 2,3% da área. Tal demonstração pode ser vista no gráfico seguinte.

³ O “módulo fiscal” é a unidade de medida de área, utilizada em nível municipal, em substituição ao “módulo rural”, com a finalidade de contemplar as diferenças regionais, tecnológicas e de uso do solo, que permite o conhecimento dos parâmetros para fins de tributação. É a área expressa em hectare pelo Incra, para cada município, levando em conta o tipo de exploração predominante, a renda obtida e o conceito de propriedade familiar (artigo 50, parágrafo 2º do Estatuto da Terra, com as alterações introduzidas pela Lei 6746/79).

⁴ DINIZ, na obra citada, define como camponeses os agricultores dos estabelecimentos agrícolas com menos de 20 hectares.

Gráfico 1: Sergipe: Condição do produtor.



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996.

Adaptação: Vanessa Oliveira, 2007.

Apesar da importância econômica da agricultura, e em especial da citricultura, a terra é utilizada basicamente com pastagens (64,8% da área), havendo predomínio das pastagens plantadas em relação às naturais. Apenas 20,1% das terras são utilizadas com lavouras, predominando os cultivos permanentes e destacando-se a laranja. O restante (15,2%) ainda é terra não-utilizada ou matagal.

No caso sergipano, a citricultura tem destaque em termos do território ocupado, a qual disputa com a pecuária e outras lavouras permanentes, sendo importante sua oferta de trabalho, embora seja praticada em sua maior parte por crianças e adolescentes.

É justamente esta condição de produção que emerge como problema para discussão: uma importante produção agrícola em termos da ocupação de território, explorando, contudo, população ainda em formação, oferecendo trabalho desgastante, embora temporário, sendo explorada pelas próprias famílias que não têm consciência do problema presente e futuro, pois estão comprometendo o nível de desenvolvimento biofísicosocial de suas crianças. Quem sai lucrando com isso são três empresas de beneficiamento de citros em sucos para exportação, sediadas no estado, as quais contam com produção realizada a baixo custo e que, portanto, garantem lucros competitivos no país.

A comprovação desses fatos requer detalhes da realidade. Primeiramente, é preciso comprovar a territorialização da produção cítricola no estado, enquanto produção agrícola permanente, depois verificar a questão do trabalho infantil.

A ocupação do território sergipano com lavouras permanentes é diminuta. Sergipe é um estado pecuarista: em 1995/1996, segundo o IBGE, 80% da área ocupada dos estabelecimentos agropecuários explora pastos entre nativos e plantados; 12% dela é ocupada com lavouras temporárias e 8%, com permanentes. Isto é, a menor porção da divisão territorial do trabalho no campo cabe à lavoura permanente, onde se incluem os citros.

Tabela 1: Área dos estabelecimentos agropecuários com lavouras permanentes, temporárias e com pastagens, Sergipe, municípios selecionados, 1995/1996.

Área ocupada (ha)	Lavoura permanente	%	Lavoura temporária	%	Pastagens	%
Estância	8.537	7,6	1.042	0,6	17.338	1,5
Itabaianinha	6.610	5,9	1.090	0,7	30.113	2,6
Pacatuba	6.374	5,7	639	0,4	8.002	0,7
Indiaroba	6.331	5,6	532	0,3	11.243	1,0
Lagarto	6.079	5,4	4.887	2,9	64.792	5,6
Salgado	5.672	5,0	857	0,5	7.187	0,6
Cristinápolis	5.210	4,6	306	0,2	11.844	1,0
Santa Luzia do Itanhy	5.091	4,5	690	0,4	13.579	1,2
Itaporanga d'Ajuda	4.944	4,4	666	0,4	20.413	1,8
Arauá	4.781	4,2	173	0,1	10.917	0,9
Boquim	4.640	4,1	191	0,1	10.286	0,9
Santo Amaro das Brotas	4.397	3,9	235	0,1	6.972	0,6
Barra dos Coqueiros	3.930	3,5	45	0,0	296	0,0
Umbaúba	3.747	3,3	170	0,1	20.444	1,8
Tomar do Geru	3.395	3,0	858	0,5	7.187	0,6
Pirambu	3.385	3,0	97	0,1	3.152	0,3
Aracaju	3.309	2,9	14	0,0	263	0,0
Japaratuba	2.906	2,6	1.953	1,2	12.795	1,1
Japoatã	2.792	2,5	1.816	1,1	18.288	1,6
São Cristóvão	2.641	2,3	1.077	0,6	10.041	0,9
Riachão do Dantas	2.203	2,0	1.888	1,1	34.869	3,0
Subtotal	96.974	86,0	19.226	11,6	320.021	27,7
Total do Estado	112.727	100,0	166.130	100,0	1.153.864	100,0
% Total da área		7,9		11,6		80,5

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário do Estado de Sergipe, 1995/96.

Além de restrita setorialmente, a lavoura permanente é concentrada espacialmente: cerca de 86% de sua área está limitada a 21 municípios, compreendidos entre parte do agreste e do litoral sergipano, sendo apenas 13 com destaque na citricultura em termos de área plantada: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Itabaianinha, Indiaroba, Itaporanga d’Ajuda, Lagarto, Riachão do Dantas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba.

Alguns desses principais municípios produtores de citros têm território ocupado por pastagens que chega a mais de 70% do estabelecimento, como em Itabaianinha, Itaporanga d’Ajuda, Lagarto, Riachão do Dantas, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba. Nos demais, a área é também limitada, pois as pastagens ocupam de 50% a 68% em Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Salgado e Tomar do Geru. Com território concorrido por pastagens, os produtores agrícolas de citros, que são agropecuaristas, precisam elevar a produtividade nem sempre possível, cujas condições físicas limitantes dificultam o acesso a tecnologias alternativas. Sendo assim, concorrem em termos de preços rebaixados pela exploração do trabalho infantil.

Em geral, em Sergipe, os produtores agropecuaristas são proprietários dos estabelecimentos (80%), sendo reduzido o número de ocupantes (15%) e menor ainda o de arrendatários e parceiros (5%). Há um detalhe significativo sobre a questão dos ocupantes: 81% dos estabelecimentos estão entre os 13 municípios principais produtores de citros, reforçando os motivos para a exploração de crianças na citricultura sergipana (Anexo 1).

O pequeno produtor ocupante é a classe mais desfavorecida da agropecuária, pois sem a propriedade privada da terra está cerceado do direito aos financiamentos e ao crédito público, salvo raras e esporádicas exceções. Então, é a sobrevivência que fala mais alto, e o trabalho familiar e infantil permanece como estratégia recorrente do pequeno produtor diante da expansão capitalista no campo e das políticas governamentais de apoio à iniciativa capitalista.

Se as lavouras permanentes são de pouca representação na área ocupada pela atividade agropecuária em Sergipe, menor ainda será a faixa compreendida pelo território dos citros. E tal fato reforça a importância do trabalho infantil para suprir a produtividade e o lucro. Afinal, conforme a racionalidade capitalista, a grande propriedade permite a exploração extensiva da terra, e na pequena propriedade é o trabalho familiar extensivo que torna lucrativa a pequena produção.

São pouco mais de 12 mil estabelecimentos explorando a produção de frutas cítricas, metade deles com lavouras permanentes, que representa 12,1% no total das propriedades sergipanas de agropecuárias. Em termos de área, a concentração da terra é ainda maior: cerca de 85 mil hectares são explorados por citros, correspondendo a somente 5% do total e a 13% da área ocupada por lavouras permanentes (Anexo 2). Isto reforça a hipótese de que pequenas propriedades e produtores atuam nesse tipo de atividade agrícola.

Os estabelecimentos agrícolas empregam, principalmente, os membros não-remunerados da família, ou seja, o agricultor e seus dependentes, enquanto que a presença de empregados permanentes e temporários (4,8% e 11,1%, respectivamente) é pouco significativa. Isso expressa uma tendência que existe em todo o estado, que é a do uso da mão de obra da própria família, principalmente nos estabelecimentos com menos de 20 hectares (DINIZ, 1993). No entanto, essa tendência mascara a realidade estadual, uma vez que nem sempre são considerados como trabalhadores assalariados rurais aqueles que residem nas periferias das cidades e localidades com aspecto urbano, como é comum na região citrícola. Também não é considerado o pequeno produtor que busca trabalho fora do estabelecimento em determinadas épocas do ano, visando suprir as necessidades da família. O movimento desses trabalhadores temporários, sem carteira de trabalho assinada, assume proporções e importância grandes dentro da região citrícola, que somente uma pesquisa minuciosa pode revelar.

O trabalho do responsável pelo estabelecimento juntamente com o de sua família é a principal forma de exploração nesses municípios em destaque. De quase 130 mil pessoas ocupadas, 106 mil são das famílias e apenas 16 mil se ocupam como empregados temporários. Em alguns municípios a ocupação temporária é mais significativa, mas não passa de 8% entre os 21 municípios selecionados (Anexo 3).

Trabalha-se, sobretudo, na atividade permanente da pecuária e da lavoura e no trabalho da lavoura temporária, embora cada um, com seu ciclo sazonal, às vezes até superponha tarefas e imponha jornada mais ampliada. Tradicionalmente, no nordeste brasileiro, algumas atividades mais leves e esporádicas eram específicas do trabalho infantil e feminino. Contudo, com a redução do tamanho das famílias, seja pela queda da fecundidade seja pelo êxodo para as cidades, isso vem se alterando e requerendo maior participação das crianças e mulheres.

O que chama atenção, contudo, é o fato de a mão de obra infantil ser base da sustentação das frutas cítricas no território sergipano. Nos 12 mil estabelecimentos com

exploração de frutas cítricas, são 43 mil pessoas ocupadas, na maior parte homens (69%) e, sobretudo, crianças menores de 14 anos (88%). Mesmo entre as mulheres, o índice de crianças é expressivo (79%). O trabalho na citricultura é desgastante, pela força que se usa para a colheita, pelas condições de higiene e insalubridade, diante do uso de agrotóxicos, pela própria condição do tipo de fruto cítrico, que elimina ácidos no contato direto com a pele, com os olhos e outras partes sensíveis do corpo (Tabela 2).

Tabela 2: Lavouras permanentes segundo pessoal ocupado, entre homens, mulheres de 0 a 14 anos e percentuais, Sergipe, 1995/1996.

Discriminação	Estabele- cimentos	Pessoal ocupado	Homens			Mulheres		
			Total	0 a 14 anos	% 0 a 14 total	Total	0 a 14 anos	% 0 a 14 total
Frutas cítricas	12.060	43.011	29.592	25.928	87,6	13.419	10.630	79,2
Outros	12.821	34.493	24.804	22.159	89,3	11.689	9.689	82,9
Total de lavouras permanentes	24.895	79.735	54.421	48.112	88,4	25.114	20.324	80,9
Frutas cítricas/totais (%)	12,1	13,7	13,9	13,7	-	13,3	12,7	-
Lavouras permanentes/totais (%)	25,0	25,5	25,6	25,4	-	25,0	24,2	-
Totais	99.774	313.271	212.685	189.743	89,2	100.586	83.814	83,3

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário do Estado de Sergipe, 1995/96.

Diante de tal problemática, defende-se a tese de que o uso do território pela citricultura está articulado à permanência do trabalho infantil no centro-sul de Sergipe, cujas questões e/ou hipóteses norteadoras da investigação foram as seguintes:

1. A assertiva de que a citricultura, mesmo estando inserida em um circuito moderno, depende ou se beneficia da possibilidade de utilizar relações de trabalho arcaicas, como o trabalho infantil;
2. Sabendo-se que a utilização da mão de obra de crianças e adolescentes é uma estratégia utilizada pelo capitalismo para obter lucros, logo não é arcaica, é estratégia atual, principalmente da agricultura familiar, para reprodução do capitalismo e da força de trabalho ou de sua subsistência;
3. É importante compreender o circuito espacial e territorial da citricultura sergipana e os fatores que permitem a continuidade de relações de trabalho não capitalistas, inclusive com a exploração de crianças e adolescentes.

Para argumentação da tese considerou-se a teoria como essencial na interpretação do mundo real, do qual ela emana. Todavia, é respaldo da própria realidade circundante, instigadora do intelecto. Assim, é importante discorrer e inter-relacionar os pressupostos teóricos e conceituais disponíveis sobre a temática enfocada acerca do território citricultor e as relações de trabalho travadas com a realidade material onde efetivamente acontecem os fenômenos.

A pesquisa realizada teve como fonte obrigatória o material bibliográfico investigado junto a órgãos e instituições como: IBGE; EMDAGRO; EMBRAPA; DEAGRO; SEAGRI; SEIDES; Prefeituras dos municípios envolvidos; secretaria de Estado da Educação; universidades, dentre outros ligados às questões discutidas, principalmente à agricultura e trabalho, em que se buscaram dados e informações para entendimento das questões, além de sugestões e reflexões.

O presente estudo tem por objetivo analisar as relações de trabalho, especificamente o trabalho infantil, na atividade citrícola sergipana, levando em consideração os processos inerentes aos elementos geográficos, como a questão da configuração territorial dos circuitos produtivos da laranja. Analisam-se as relações do trabalho infantil na citricultura, tendo por substrato material de entendimento o processo de precarização, uso e abuso da força de trabalho ilegal, com suas consequências de trabalho na saúde e na educação.

Para a execução do presente trabalho foram delineados objetivos secundários durante sua investigação e concretização, a saber: investigar as políticas públicas aplicadas ao trabalho infantil em Sergipe, tomando como enfoque a área da citricultura; abordar o sistema hierárquico de comando do processo de produção da citricultura em Sergipe, com abordagem estrutural e sua atuação na ampliação e reprodução da força de trabalho infantil; esboçar o processo de divisão social do trabalho na citricultura sergipana e o papel da força de trabalho infantil no processo de geração do trabalho excedente; analisar o cotidiano da força de trabalho infantil na área citrícola sergipana, espacializando o segmento da produção e reprodução da força de trabalho, além de traçar breve panorama da evolução do processo agrícola no Brasil, perpassando pela modernização, território e conceitos correlatos.

Dentro dos procedimentos metodológicos, optou-se por duas etapas distintas: pesquisa de gabinete, compreendendo o reconhecimento da área da região estudada; levantamento, seleção e crítica das fontes de informações existentes sobre a área, no tocante à agricultura/citricultura e relações de trabalho; coleta de dados bibliográficos, estatísticos e cartográficos e tratamento das informações levantadas, utilizando-se tabelas, cartogramas,

gráficos, fotos e análises estatísticas. Coletados e tratados os dados, procede-se a sua análise e interpretação, buscando-se identificar as relações existentes entre os indicadores das variáveis selecionadas, procedendo-se, em seguida, à elaboração dos textos preliminares e, como segunda etapa, a pesquisa de campo, em que foram aplicados questionários e realizadas entrevistas.

A realização da pesquisa de campo concentrou-se, principalmente, no ano de 2008, mas prolongou-se até 2009, período em que foram aplicados questionários com agricultores (Anexo 4) dos municípios envolvidos, nos quais foram abordados assuntos pertinentes à temática do estudo, até mesmo ultrapassando os limites pelas conversas descontraídas. Também se realizaram entrevistas com presidentes de sindicatos, associações dos agricultores, professores e alunos, dentre outros atores necessários. Os questionários e as entrevistas direcionaram-se a diversas modalidades de agricultores/produtores e moradores da região que direta ou indiretamente lidam com a agricultura e especificamente com a laranja. Esta fase proporcionou fundamentos básicos de construção de uma teoria galgada no conhecimento popular, enquadramento-o a partir da sistematização em busca de respostas para questionamentos e indagações.

Ainda em relação aos questionários dirigidos para os agricultores, denominados agricultáveis, totalizaram (208), envolvendo proprietários e/ou produtores, pessoas que trabalham direta ou indiretamente com a produção/cultivo e comercialização da laranja e outros agentes necessários. Em sua abordagem também foram investigadas informações sobre: relações de trabalho; cultivo, produção e comercialização da laranja; atividades econômicas; perspectivas de sobrevivência; êxodo rural, transportes, mão-de-obra empregada e outros pertinentes. Para melhor entendimento, consultar tabela elaborada com finalidade metodológica, ou para fins de organização da pesquisa (Anexo 5).

As entrevistas foram destinadas a: técnicos ligados à agricultura e ao trabalho; agrônomos, secretários, coordenadores, professores, promotores etc., prefeituras e sindicatos e comunidade escolar. Elas seguiram um roteiro previamente elaborado, e foram investigadas informações sobre: atividade agrícola e pecuária (processos produtivos, beneficiamento, comercialização, destino da produção e dinâmica da atividade); categorias de produtores e extensão dos imóveis/estabelecimentos; formas de acesso à terra e trabalho; técnicas empregadas na agricultura; estratégias de sobrevivência da força de trabalho rural e urbana; migração campo-cidade; evolução da economia e hábitos da população; condições de vida da população (evolução e tendências atuais); formas de exploração e utilização dos recursos

naturais; indicadores sociais, escolares e de saúde, além de inquéritos e denúncias protocolados.

No tocante aos questionários aplicados para menores de 18 anos de idade, denominados infantis (Anexo 6), foram em maior número (472), destinados a crianças e adolescentes. Neles, diversas questões foram abordadas, a exemplo de concepção sobre escola, família, perspectivas futuras, trabalho, ajuda aos pais, consequência do trabalho precoce, entre outras.

É mister ressaltar que durante o processo de investigação e desenvolvimento da pesquisa, além de visitas aos órgãos públicos para observação e aquisição de material bibliográfico/estatístico, foi de fundamental importância fornecer embasamento aos questionamentos/hipóteses pleiteados, e até mesmo outros teores científicos não abordados, mas que surgiram ao longo do trabalho ou que ficaram implícitos. Também foram coletados dados junto aos coordenadores do Programa Bolsa Família, PETI e frequência escolar do estado.

Conforme já mencionamos, o instrumento utilizado para fins de coleta de dados junto à população envolvida com as questões tratadas foi elaborado sob a forma de questionários e entrevistas direcionados, com dados pessoais do tipo semiestruturado, sendo as entrevistas com certa liberdade de narrativa e interação orientada, conforme sugere MINAYO (1996).

Enquanto preocupação instrumental, caminho necessário para uma consecução científica, optou-se por uma prática da abordagem qualitativa do objeto de estudo, de acordo com sua pertinência.

A propósito, Minayo (1996: 254) afirma:

Há em todas as áreas das Ciências Sociais uma tomada de consciência da importância de compreender a complexidade das relações sociais que criam, alimentam, reproduzem e transformam as estruturas, a partir do ponto de vista dos atores sociais envolvidos nessas relações. Isto é uma tarefa de abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa proposta reconhece o sujeito como agente, sob condições dadas, capaz de retratar e refratar a realidade, não apenas como objeto, suplantado e reproduutor das estruturas e relações que o produzem e nas quais ele produz.

Toda compreensão e interpretação remontam essencialmente a pressupostos, cuja investigação e esclarecimento são uma tarefa de cunho filosófico. Para tanto, far-se-á uma análise dos textos dos autores mencionados no decorrer do trabalho para melhor fundamentar as análises e a relação entre citricultura, território e trabalho infantil.

O processo de elaboração desta tese obedeceu à seguinte estruturação: introdução à temática, localizando a área de estudo e síntese dos aspectos modeladores do quadro natural e humano, inclusive problematizando a atividade citrícola e investigando sua inserção no contexto regional e local, envolvendo procedimentos metodológicos e objetivos e mais cinco capítulos, culminando com as considerações finais e uma vasta referência.

Convém salientar que em todos os capítulos estaremos confrontando os dados empíricos com os teóricos, suscitando análises, resultados, exemplos e considerações da/na pesquisa e que se tentou contextualizar a temática do geral para o específico, ou seja, em nível nacional e até mesmo internacional, regional e estadual, culminando no local.

Desta feita, os capítulos estão assim dispostos: O primeiro explicita a dinamicidade do território citricultor em uma perspectiva geográfica, demonstrando os processos inerentes ao uso do território, como a territorialização e desterritorialização, enveredando pela organização e distribuição da atividade agrícola, com uma breve caracterização e evolução do território no meio técnico científico e informacional, típicos de uma sociedade capitalista globalizada.

No segundo capítulo abordamos tópicos da geografia agrícola, descrevendo, conceituando e exemplificando-os a partir de elementos-chave para melhor ou maior entendimento do processo modernizador da agricultura e mais especificamente da citricultura no Brasil, dentro de uma perspectiva espacial de mudanças e relações de trabalho, além de um viés industrial, ou seja, faz-se uma análise sobre a questão agrícola, envolvendo a produção e territorialização, perpassando pela organização espacial e relações de trabalho no meio rural.

O terceiro capítulo trata da evolução da laranja, desde sua origem até o mercado internacional, compreendendo aspectos evolutivos/históricos, produção, industrialização, comércio e outros elementos constitutivos de uma cadeia citrícola, sintetizando com os males e subprodutos derivados da laranja.

No quarto capítulo, discorre-se sobre as questões epistemológicas e evolutivas do trabalho, mencionando a divisão social e territorial desta categoria central da atividade humana, além dos aspectos legislativos, enfocando as relações inseridas em um sistema capitalista, com riscos e agravos à saúde, dando ênfase ao trabalho infantil, especificamente na unidade de produção familiar.

No quinto e último capítulo analisa-se a força do trabalho do menor por grupos de idade, bem como características, programas/ações sócio-educativas de erradicação do trabalho

infantil, família e pobreza, além de um breve ensaio sobre educação e trabalho infantil, sobretudo no centro-sul sergipano.

A última parte culmina com algumas considerações no tocante à abordagem do estudo como um todo, salientando pontos significativos para enveredamento de futuros trabalhos e políticas públicas, no intuito de esboçar um panorama conclusivo das questões mais prementes relacionadas ao tema. Ressalta-se que esse estudo não encerra as discussões, mas instiga pesquisadores/investigadores na busca do conhecimento. Em outras palavras, expõem-se algumas considerações pertinentes aos temas abordados, muitas vezes inesgotáveis e inspiradoras para outras pesquisas.

Espera-se, pois, que este trabalho possa contribuir para o debate em torno da permanência de uma questão que, embora localizada, reflete a contínua necessidade de conhecimentos de sua manifestação e de acompanhamento crítico das propostas de enfrentamento que se colocam na atualidade, compreendendo que cabe à esfera pública o direcionamento de ações para além do caráter focal da política de assistência social, agrária e de renda mínima.

CAPÍTULO I

1. TERRITÓRIO CITRICULTOR: DISCUTINDO SOBRE O TERRITÓRIO E SUA DINÂMICA

1.1. CONCEITUANDO TERRITÓRIO ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

Muito se tem discutido sobre território e espaço, os quais, apesar de diferentes na própria geografia, são usados, em determinadas situações, como sinônimos. Entretanto, é bom salientar que o espaço vem antes do território. Este se utiliza com a interferência humana, a partir de relações que são praticadas ora com interesses, principalmente de poder, ora como forma de atuação e concepção de posse.

Um outro conceito relevante, e que de certa forma engloba os mencionados anteriormente, é o de espaço geográfico, que tem gerado muitas polêmicas por parte dos estudiosos da Geografia como de outras áreas. O debate acerca da produção do espaço tem crescido, contribuindo para o surgimento de um pressuposto teórico-conceitual capaz de (re)orientar os pesquisadores na tarefa de explicação do mundo real, objetivo galgado pela ciência como um todo.

Há muitas visões relativas à concepção de espaço e território. Para alguns autores, o espaço é o próprio substrato físico, a base sólida, mensurável, sobre a qual a sociedade emana. Para outros, o espaço é a totalidade social, composta tanto pelo substrato físico como pelas relações sociais (econômicas, ideológicas, culturais, religiosas), sendo o resultado da interação dessas variáveis. Entende-se, pois, que a compreensão de uma parcela do espaço somente se dá a partir do entendimento de toda a estrutura social. Ou como questiona Santos (1994a: 48-49), quando trata dos espaços organizados/produzidos pelo acúmulo de capital, da globalização:

Consideramo-lo como algo dinâmico e unitário onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente.

Quanto à noção de território, Raffestin (1993) conceitua-o como o próprio espaço social, resultado da ação de um ator sintagmático que, ao apropriar-se de um espaço, projetando trabalho sobre este, produz o território. A representação deste território variará de

acordo com os objetivos almejados. Assim, o território é um espaço construído pelo ator “que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico [...]. Não é mais o espaço, mas sim a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido” (RAFFESTIN, 1993:147). A partir da representação, o ator criará uma tessitura (repartirá a superfície), implantará e construirá redes para melhor controlar o espaço, isto é, o território.

Na defesa de uma abordagem geográfica integradora e “totalizante”, Santos utiliza a expressão “território usado” como correlato direto de “espaço geográfico”. O território usado é complexo em face da trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre lugar, a formação sócio-espacial e o mundo. O território usado, visto como totalidade é um campo privilegiado para a análise porque revela a estrutura global da sociedade e pela própria complexidade do seu uso (SANTOS et al, 1998).

A noção de território que vivenciamos é herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros que atravessaram os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social (SANTOS, SOUZA & SILVEIRA, 1998). Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, necessita de constante revisão. O que tem de permanente é ser o território nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, da perda do sentido da existência individual e coletiva, e até mesmo de renúncia ao futuro.

Para Raffestin (1993), é essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço; é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço; ou seja, território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.

Segundo Haesbaert (2006), o conceito mais difundido atualmente na geografia é o de território. A maioria dos trabalhos acadêmico/científicos, especificamente naqueles ligados às ciências humanas e sociais, focaliza a descaracterização dos territórios, ou seja, a desterritorialização, sem muitas vezes deixar claro que concepção de território encontra-se por trás desse processo. A partir do contexto, propõem-se algumas ideias difundidas que subjazem a concepção de território e do autor.

Em uma perspectiva economicista, diz-se que a desterritorialização é vista como superação dos entraves locais ou de localização, sendo por isto percebida, muitas vezes, como sinônimo de “deslocalização” (geralmente industrial), a empresa capitalista, podendo se instalar onde bem quiser, livre dos constrangimentos locais. Nesta visão, o território é percebido, sobretudo, como localização num espaço físico, concreto. Como representante dessa concepção, Storper (1994) define desterritorialização como “enfraquecimento” da atividade econômica local específica em relação a outras atividades praticadas.

Em compensação,

uma atividade é territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar), e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não-existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm (STORPER, 1994: 15).

Na abordagem “cartográfica”, a desterritorialização constitui, antes de mais nada, a superação do constrangimento “distância”, uma espécie de “superação do espaço pelo tempo”, como na abordagem de Vírilio (1993). Defende-se aí uma diminuição ou mesmo anulação (pela velocidade) do “fator geográfico” ou espacial por excelência, a distância (física, cartográfica), em favor do tempo, da história. É curioso que, muito próxima a essa perspectiva, aparece aquela que vê a desterritorialização como o domínio da simultaneidade (do “tempo real”) sobre a sucessão temporal, Suprime-se então o “tempo”, enquanto visão diacrônica e sucessiva dos eventos sociais, e ocorre uma “superabundância de espaço”, na medida em que toda a superfície da terra pode estar conectada.

Corrobora com esta ideia Pierre Levy, quando diz:

Na cibercultura contemporânea, a ‘tradição’ se situa na ‘sincronia ideal do ciberespaço’, pois a cibercultura encarna a forma horizontal, simultânea, puramente espacial da transmissão. Para ela, o tempo é uma decorrência. Sua principal operação é conectar no espaço, construir e estender os rizomas do sentido (LEVY, 1998: 3).

Uma outra leitura da desterritorialização enfoca o domínio da imaterialidade, ou seja, o domínio das relações imateriais que prescindem de bases materiais. O território é visto antes de tudo como o espaço concreto em que se produzem ou se fixam os processos sociais. Esta “ciberdesterritorialização” é a visão de muitos estudiosos do chamado ciberespaço, envolvido por relações sem referencial espacial concreto, um pouco na linha de O’Brien, como coloca Haesbaert (2006), quando alude a este falando no “fim da geografia” pelas conexões informacionais que permitem a pretensamente livre circulação financeira planetária.

Apoiado nas leituras de Bertrand Badie (1995) e Ohmae (1996), Haesbaert situa a desterritorialização como “esvaziamento das fronteiras” (no sentido político-disciplinar) pelos constrangimentos ao livre acesso, à livre circulação (de bens, pessoas, informações). Enfatiza-se a dimensão política e caminha-se *pari passu* com a idéia do fim ou do enfraquecimento do Estado-nação – seria o “fim dos territórios” (HAESBAERT, 2006).

Na vertente cultural, a leitura de território é fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um “não-lugar”. O “não-território”, culturalmente falando, perde sentido/valor de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares em que vivem, ou se identificam com vários ao mesmo tempo, mudando de referência espacial-identitária com relativa facilidade (CORRÊA & ROSENDHAL, 2000).

Dependendo da ênfase a um e outro aspecto, a desterritorialização varia em leitura: econômica (deslocalização); cartográfica (superação das distâncias); “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões); política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-territorial). Contudo, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, superando barreiras geográficas, mediante conexões instantâneas para o controle físico de fronteiras políticas, promovendo relativo desenraizamento das pessoas nos espaços imediatos de vida.

O processo globalizador desterritorializante é, portanto, mais complexo do que se imagina. Os que defendem o fim dos territórios propõem a emergência das redes, dinâmicas, fluidas, móveis. A rede faz-se como elemento fundamental do território, confundindo-se com ele.

A desterritorialização acontece em escala geográfica, geralmente, implica reterritorialização de outra escala, por isso a relação entre redes e território é permanente e indissociável. Na verdade as redes fortalecem os territórios.

A palavra rede é empregada hoje em numerosos campos de investigação, visando a objetivos muito diferenciados que, em consequência, tornam seu significado polissêmico. A receptividade com que foi acolhida essa noção no mundo científico deve-se, em grande parte, aos progressos impressionantes da ciência informática e dos sistemas de telecomunicação. No entanto, seu sucesso não se limita à representação de objetos concretos em situações particulares; deve-se igualmente à sua utilização como instrumento heurístico.

Segundo Machado (2002), é possível argumentar, do ponto de vista geográfico, que a utilização das redes como instrumento heurístico deve-se à representação da ação a distância,

que se associa, assim, à extensão territorial. O território não é elemento neutro, e sua condição material não deve ser oposta à presumida condição imaterial da ação a distância.

As redes ajudam a compreender a relação entre território e ação a distância, esclarecem o próprio conceito de território. Segundo Raffestin (1993), as redes produzem território. A densidade e a diversidade das redes presentes no espaço geográfico fazem-se essenciais para determinar os limites do território. A diversidade das redes pode ser apreendida por uma classificação simples: em naturais (fluvial; de caminhos), redes infraestruturais ou técnicas (transporte; comunicação), redes transacionais (poder econômico e político) e redes informacionais (cognitivas).

Partindo para uma visão mais alusiva à desterritorialização, tem-se que ainda há uma confusão entre território e espaço geográfico, estes utilizados, muitas vezes, como sinônimos, principalmente por autores de outras áreas que não a geografia.

Hoje virou moda afirmar que vivemos uma era denominada pela desterritorialização, confundido-se muitas vezes o desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais (HAESBAERT, 2004: 131)

O autor mencionado anteriormente coloca que para entender melhor essa questão é importante averiguar as noções de território. Nesse sentido, aponta-se uma resumida análise com a vertente político-jurídica bastante difundida, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado por meio do qual exerce um certo poder, na maioria das vezes, como poder político do Estado; uma vertente culturalista que prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, na qual o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço; e uma vertente menos difundida, a economicista, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas no embate entre classes sociais e na relação capital de trabalho.

É importante ressaltar que essas dimensões estão interligadas e permeiam a noção de território; é um recurso ou instrumento de poder e um valor que vai além do simples valor de uso e troca, estendendo-se pela valorização simbólica.

A partir das diferentes dimensões do território, chega-se a outras leituras sobre a desterritorialização. No entanto, também é mister salientar a leitura estabelecida por Storper (1994), quando define desterritorialização como enfraquecimento da atividade econômica específica de um local, e menor dependência dessa atividade em relação a locais específicos. Em contrapartida, uma atividade é territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização e quando tal localização é específica de um lugar; isto é, tem raízes em

recursos não-existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm.

Desterritorialização decorre de uma concepção de território que ultrapassa o substrato físico, material, e incorpora relações de poder e estratégias identitárias. Portanto, a desterritorialização, atualmente, equivale a discutir escalas de abrangência, graus de flexibilidade e/ou mobilidade de grupos e classes sociais envolvidos. Outro ponto a ressaltar, e que é importante, é a não-percepção dicotômica entre desterritorialização e territorialização; isto porque, mesmo no atual período técnico-científico, onde o “espaço desterritorializado”, esvaziado de seus “conteúdos particulares”, perde seu conteúdo relacional e identitário, transforma-se numa rede funcional ou no espaço abstrato, racional, deslocalizado, à margem de importantes processos de reterritorialização (Ortiz *apud* HAESBAERT, 1997).

A territorialização também não tem sentido puramente instrumental, de realização de interesses político-econômicos dominantes (como sugere a necessidade de controle dos fluxos das redes técnico-informacionais que criam “territórios virtuais”), nem basicamente identitário ou simbólico, no sentido cultural, alimentando neoterritorialismos de fronteiras estanques que impedem o diálogo entre as concepções.

1.1.1. Territorialidade, territorialização e desterritorialização

Como percebido, o conceito de território induz a ambiguidades e complexidades. No entanto, não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Entender como se estrutura esse conceito-chave, significa detectar as relações de poder identificadas no espaço. Território é subordinado a espaço, ou seja, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas (CORRÊA, 1998).

O homem, ser social, toma consciência, percebe e domina a natureza à sua volta, transformando-a e caracterizando-a para seus interesses. A paisagem transformada ou humanizada reflete o grau de organização do homem, enquanto a formação de território permite ao habitante consciência de participação no lugar e no mundo. Com este raciocínio, a noção de território identifica-se com a de origem, tem vinculação a determinado lugar. SILVA (1998:255) explana que “o lugar é impossível de ser conhecido (...). Por isso, dominar o território é, em primeiro lugar, dominar a si mesmo (...). As relações sociais e a consciência de si estabelecem padrões de convivência social, produzindo símbolos e imagens que

materializam a identidade e valor quando incorporados a processo voluntário e endógeno. Isso se expressa em consciência política, que é identidade territorial (CARAS, 1998).

Na cultura de cítricos nova paisagem emerge da organização peculiar de uso e ocupação das terras, de organização do trabalho e apropriação da natureza. Os proprietários/trabalhadores expressam a territorialidade como sujeitos do processo de produção.

Se o território pode ser estudado pelas territorialidades produzidas pelos agentes, a retirada dele ocasiona, por sua vez, o efeito de desamparo, abandono, situação advinda da expulsão de seu lugar de origem, da perda do território — a desterritorialização. Neste sentido, identificamos não apenas o local de origem, mas também as perdas simbólicas e de relação identitária como o local de vivência. Assim, o território, no domínio das relações de produção, tido como produto e mercadoria, expande-se segundo uma ordem de conquista, poder e domínio; expande-se pelo espaço não conquistado; cria novas formas de territorialidades que dialeticamente provocam novas formas de desterritorialidade e dá origem a novas territorialidades (CORRÊA, 1998).

Geiger (1998) afirma que diversos processos, como globalização, espacialização, desterritorialização, fragmentação, acompanham-se de tensões sociais, associadas a diversas posturas de caráter ideológico. A fragmentação é inerente à construção de novas territorialidades que, por sua vez, reformarão a chamada reterritorialização, à medida que se reconquistam novos e antigos territórios, e contribuem para a fragmentação do território, tornando o lugar espaço de resistência.

O lugar surge como campo de recomposição de relações e afirmação do valor identitário do camponês na reterritorialização. Mas necessita-se entender até que ponto tal valor é resgatado e como se dá, de fato, essa conquista do território no lugar. Para entendermos a construção do lugar como categoria de análise geográfica faz-se necessário entendermos, conforme Silva (1991), que a localização é um dado natural e social, ou seja, um produto das relações humanas. Lembrando Santos (1992), cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular. Assim, a noção de valor, também, está vinculada à dimensão das condições humanas. Percebemos que a relação humana e lugar são automaticamente vinculados. Silva (1991) explana algo fundamental para nossa compreensão do lugar: Como entra o lugar na definição do humano? O lugar determina, como meio natural e cultural, produzindo equilíbrios e desequilíbrios na relação população/recursos, tornando-se fundamento de configuração do entorno.

Para Corrêa (1998), territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.

As relações sociais e a consciência estabelecem padrões de convivência social, de símbolos e imagens que se materializam na identidade e no valor incorporado ao processo voluntário de ação política e de identidade territorial. Territorialidade está ligada à experiência individual e à aprendizagem coletiva. Toda territorialidade recorre à memória reflexiva do vivenciado e à memória projetiva das aspirações (Bailly, 1990, *apud* Caras, 1998). A produção social do espaço vincula-se à organização e identificação com o lugar. A identidade adquire valor em geografia a partir do conceito de territorialidade, como categoria relacional espaço/sociedade. A sociedade produz espaço e, ao tomar consciência dele, transforma-o em território, no sentido de Raffestin (1993), também expressa, na cotidianidade do grupo (HORA, 2000).

É mister suscitar que Território e Estado no Brasil são conceitos interligados ao mundo moderno, pois Estado remete à ideia de território. Entre os qualificativos do Estado moderno, demarca-se o exercício de poder no território. O Estado moderno é precisamente Estado territorial. A construção política do Estado territorial pressupõe domínio territorial sobre determinada área da superfície terrestre ou país.

A Geografia concebe espaço e território como objetos de estudo, como um fato ou produto, levando décadas para romper com a visão coisificada do objeto e a buscar abordagens processuais, apesar de Frederich Ratzel, no final do século XIX, propor o estudo da formação dos territórios como objetivo maior da geopolítica. Nas últimas décadas do século XX, as teorias geográficas acordam para uma visão mais dinâmica na constituição do território. Nesse enfoque, o território passa a ser visto como um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo da sua gênese e desenvolvimento. Tal concepção conduz a um diálogo da geografia com a história, na busca da explicação da relação espaço/tempo que, ao ser objetivada, revela as determinações históricas e geográficas que a conceberam, particularizando assim os lugares terrestres. Trata-se, desta forma, de não mais entender o território como área, mas de perceber uma articulação de processos sociais que resultam em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidade e ordenamento no espaço terrestre.

Discorrer sobre os territórios contemporâneos é falar dos espaços de exercícios do poder estatal, resultantes de uma temporalidade particular, cujo movimento – a partir da

Europa Ocidental – difundiu-se por todo o globo, em espacialidade política própria, cujo resultado é a atual situação de vivermos num mundo totalmente repartido em Estados territoriais.

Vale destacar que não se trabalha com a visão antropológica do território, que o concebe como um espaço identitário, isto é, um lugar associado a uma identidade cultural, mas do território como resultado da movimentação dos diversos grupos, que compõem a sociedade na luta pela sua sobrevivência física e espiritual (aqui a identidade aparece como uma escala específica, mas subordinada à ideia de processualidade, presente nos combates e antagonismos da sociedade) (SILVA, 2004).

A formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço que unifica, num mesmo movimento, processos econômicos, políticos e culturais. Cabe salientar que o controle de espaços periféricos e coloniais alimenta o ideário nacionalista reforçando a identidade e a potência do Estado Nacional. A acumulação primitiva gerada na periferia contribui, significativamente, para a estruturação das modernas economias nacionais.

É no território material onde as formas de consciência de representação manifestam-se e os discursos retroagem na produção material do espaço, na apropriação e exploração dos lugares. A apropriação das novas terras anima o Estado territorial a gerir fundos territoriais e utilizar patrimônio natural para consolidação de países centrais capitalistas. Na apropriação de terras, acontece a (des)territorialização de habitantes, de trabalhadores familiares, cedendo espaço para a elite agrária atrelada a interesses dominantes, que pensam o espaço como propriedade de uma única classe social.

Para Roberto Lobato Correia, a desterritorialização é perda de território apropriado e vivido em razão de diferentes processos contraditórios e capazes de desfazerem o território como espaço de dimensão político-afetiva (CORRÊA, 1998: 252).

Territorialidade está intrinsecamente presente no ato de construção do lugar, presente nas expressões materiais e simbólicas que garantem a apropriação e a permanência no território por determinado grupo social. A desterritorialização sem nova territorialidade ou (re)territorialização produz exclusão social.

A territorialidade implica identidade, substância que sustenta o conceito de territorialidade como categoria relacional espaço/sociedade. A identificação com o lugar não garante a apropriação desse lugar. O primeiro movimento acontece com a tomada de consciência da necessidade de luta por espaço de sobrevivência. Neste sentido, Raffestin

(1993) coloca que a sociedade produz o espaço, e ao tomar consciência dele, transforma-o em território, pois na tomada de consciência dá-se a construção da identidade com o território.

Esse autor aponta que “a territorialidade é a qualidade subjetiva do grupo social do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida” (1993: 130).

“O território é antes de tudo relacional, pois se sucede na relação entre os indivíduos e os grupos que compõem” (GODELIER, 1984:115). O sentido relacional do território acontece ao incorporar conjunto de relações sociais complexas e entre processos sociais e espaço material. O território não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira; inclui movimento, fluidez, conexões.

Enquanto relação social, uma característica importante do território é a historicidade. É imprescindível considerar o “território” como componente de todo grupo social, presente em qualquer período histórico. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, da perda individual e coletiva, de renúncia ao futuro.

Segundo Maurice Godelier, citado por Haesbart, a sociedade, ao apropriar-se do território, reivindica acesso, controle e uso tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem. O território é visto como fonte de recursos dos “meios materiais de existência”, noção bastante influenciada pela experiência territorial das sociedades tradicionais cuja principal fonte de recursos é a natureza (HAESBART, 2002).

De certa maneira, um processo de desterritorialização começa a tomar forma na região citrícola sergipana. É um processo de desestabilização social que atinge, principalmente, os agentes sociais mais frágeis, sobretudo os trabalhadores temporários, que dependem quase exclusivamente da citricultura para obtenção de recursos monetários, pois esta atividade não mais oferece segurança, como ocorreu nos anos 1980.

1.1.2. O uso do território brasileiro

Dentre as discussões sobre a utilização do território, merece destaque, por suas contribuições às ciências humanas e, em especial, à geografia, a teoria miltoniana, que enfatiza a importância da compreensão da sociedade em relação ao uso do território, tendo em vista não o interpretar, enquanto categoria de análise, mas acima de tudo pensá-lo como algo que é utilizado por atores sociais que dele dispõem com vistas à satisfação de suas necessidades, ignorando quaisquer outras razões que possam orientar esse uso.

Dessa feita, “o território se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2001: 22).

Segundo Sposito (2004), deve ser considerada quando da compreensão do conceito de território, em primeiro lugar, a relação sujeito/objeto, em que o sujeito personifica no pesquisador que, inegavelmente, está carregado de componentes ideológicos e vai trabalhar esse conceito sob a sua ótica predominante. Do mesmo modo, quem ler esse conceito elaborado pelo pesquisador, ao decodificá-lo, utilizar-se-á de seus valores, suas ideias e, aí, assume a posição de sujeito, diferente daquele que elaborou o conceito, concretizando então uma nova relação frente ao conceito, a de objeto-sujeito, ou seja, envolve uma noção de subjetividade.

A discussão sobre a subjetividade (sujeito-objeto-sujeito), componentes ideológicos da política dominante, remete-nos também, quando da análise do uso do território, a questões como globalização da economia, poder econômico, política das grandes empresas, utilização dos lugares coletivos para satisfação de interesses individuais, tudo isso sob uma base ideológica que se encarrega da construção da ideia de um “pensamento único”, universal, difundindo o conceito que diz que os lugares devem ser ao mesmo tempo locais e globais (Guattari *apud* HAESBAERT, 2002).

Assim, como retrata Souza (2006), apoiado nas leituras de Santos (2001), a ideia de que “o acontecer mundial é conhecido” nada mais é do que um pseudodiscocurso, visto que ele só seria de fato conhecido se a grande imprensa, que é capaz de invadir todos os lares para disseminar informações, nos entregasse a realidade tal qual é, integralmente, o que não acontece. Na verdade, o que é difundido entre os povos é a realidade construída pela subjetividade daqueles que detêm o poder econômico; assim, obviamente a que mais lhes convém.

Nessa linha de pensamento, deduz-se que no decorrer da evolução da sociedade brasileira e ao longo da história, os diferentes usos sofridos pelo território brasileiro caracterizam-se pela vinculação de território e outros Estados-nação e remontam ao período colonial, quando não poderíamos falar em Estado brasileiro, pois o Brasil encontrava-se sob domínio da coroa portuguesa.

Nesse contexto, Lopes (2006), baseado, principalmente, em leituras do livro “O Espaço geográfico”, de Hidebert Isnard (1978), faz uma breve análise da relação de subordinação entre colônia e metrópole.

Submetidos a um mesmo processo que fazia com que uns se desenvolvessem à custa do empobrecimento dos outros, as regiões colonizadas e as regiões indígenas constituíam um conjunto geográfico integrado, ligadas por relações assimétricas, da periferia para o centro: uma estava encarregada de contribuir para o desenvolvimento da outra, absorvendo os produtos industriais e adquirindo-lhe os produtos agrícolas, as matérias-primas e a mão de obra barata; dependia da metrópole pelo investimento de capitais, circuitos comerciais e mercados, e a sua viradela para o exterior fazia da colônia um espaço alienado que escapava totalmente ao controle de sua população (LOPES, 2005).

Seguindo esse modelo, a primeira cultura agrícola implantada no Brasil foi a cana de açúcar, produzida em grandes propriedades e baseada no trabalho escravo, inicialmente da população nativa, privada de sua terra e de sua liberdade, e posteriormente pela escravidão africana. Diante deste fato, ressalta MARTINS (1997: 44) que, “cessada de fato a escravidão indígena, a caça ao índio ganhou uma nova dimensão, muito mais grave – a da genocida limpeza de áreas cobiçadas e invadidas pelos brancos para abertura de novas fazendas”.

Os engenhos abrigavam todas as etapas de produção do açúcar, destinado ao abastecimento do mercado europeu. Até mesmo o tráfico de escravos inseria-se nesse contexto como atividade extremamente lucrativa. Portanto, a atividade canavieira instalava-se no país, especificamente no Nordeste, de forma moderna, como empresa agrícola, inserida num amplo circuito espacial de produção, que ligava de forma desigual os continentes europeu, africano e americano.

É importante frisar que nem mesmo o fim do regime colonial põe termo à relação de subordinação das antigas colônias. O fim do regime não implica o fim do colonialismo nem da economia colonial, e a partir deste momento a história brasileira em muito se assemelha à história de toda a América Latina.

A ideologia do colonialismo começa a aparecer quando a expansão europeia define-se nas descobertas ultramarinas. Adquire suas dimensões mais amplas, entretanto, quando, com a Revolução Industrial, determinadas áreas do mundo, a América principalmente, emancipam-se de suas metrópoles, para gravitar em torno de outras, não-tituladas assim, que regulam o seu desenvolvimento econômico. Através da ideologia do colonialismo, a camada culta dos povos oriundos da fase colonial estrita, é ganha – preparada que está pela sua condição de classe – para aceitar a subordinação econômica, atribuindo-a a fatores não-materiais: superioridade de raça, superioridade de clima, superioridade de situação geográfica,

que predestinam as novas metrópoles. É, em suma, a preparação ao imperialismo, a cuja agonia estamos [ainda] assistindo (SODRÉ, 1965).

Essa subordinação, marcada pela opção econômica de não-industrialização, manteve o país sem alterações em suas estruturas até o período entre-guerras, apesar da queda da oligarquia açucareira e ascensão da oligarquia cafeeira que se efetuou com o início da república.

A atividade cafeeira será a responsável pela difusão das ferrovias como meio de transporte de cargas e passageiros. Apesar de a primeira ferrovia brasileira situar-se no Rio de Janeiro (atual), a Estrada de Ferro Mauá (1854), a difusão desse sistema foi mais concentrada no estado de São Paulo, dependendo de técnicas externas, mesmo na sua instalação e manutenção, que não se davam sem a interferência de empresas europeias e norte-americanas. Além disso, o financiamento dessas infra-estruturas ferroviárias era, muitas vezes, feito do exterior, acarretando em endividamento.

O período conhecido como república do café-com-leite (1894-1920) é a expressão máxima da tendência de revalorização da agricultura, através do café, da borracha e do cacau e do atrelamento, através de empréstimos contraídos, com o capitalismo internacional. Enquanto a Europa vivia a Segunda Revolução Industrial, o processo de industrialização no Brasil baseava-se na substituição de importações, e mesmo impulsionado pela primeira Guerra Mundial, continuou possuindo como sustentáculo a acumulação de divisas permitida pela atividade cafeeira.

É desse período o deslocamento do principal centro industrial do país, do Rio de Janeiro para São Paulo. A este respeito afirma SOUZA (1998: 18) sobre a indústria paulista: “Antes de ultrapassar a do Rio de Janeiro em valor produzido, a indústria paulistana já se mostrava mais forte, pelas suas inter-relações locais e pelo nível de sua produção”.

Apesar do incremento industrial ocorrido principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, o poder político permaneceu nas mãos da elite cafeeira até 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder através de movimento revolucionário, que tinha como base as populações urbanas e que se constituía como reação ao excessivo predomínio dos grupos cafeeiros.

No entanto, durante a década de 1930, o governo brasileiro manteve o incentivo à cafeicultura, não mais através da acumulação de estoques, financiada com empréstimos internacionais, mas através da política de retenção e destruição de parte da produção que, devido à generalizada crise dessa década, não dispôs de financiamento externo.

Nesse sentido, na obra clássica “Formação Econômica do Brasil”, o autor relata que:

É perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros (FURTADO, 1989: 198).

Essa rápida recuperação da economia brasileira, associada à desvalorização da moeda e consequente queda nas importações, será a base da industrialização nesse período. A Segunda Guerra Mundial aumentaria as dificuldades de importar de fornecedores tradicionais, possibilitando uma maior expansão industrial para o provimento do mercado interno de países vizinhos.

O pós-guerra inaugura um novo período histórico que podemos denominar de técnico, científico e informacional, marcado pela emergência das novas tecnologias da informação, comunicação e produção. Estas novas tecnologias possibilitam a exacerbação da desconcentração e centralização do capital, em outras palavras, do aumento da área de produção com a diminuição da área de produção (SANTOS, 1996 e 1994a).

O governo militar, instaurado com o Golpe de Estado de 1964, mantém e intensifica o processo de modernização-centralização já inaugurado com o Estado Novo (1937 – 1945). Desta forma, a concentração de poder pelo Estado, a partir de então por vias autoritárias, será uma das marcas do período recém-inaugurado (COSTA, 1988).

Por meio de incentivos fiscais, o governo brasileiro vai estimular empresas nacionais e estrangeiras à exportação. Esta medida favoreceu inúmeros ramos industriais, especialmente os de forte participação de mão de obra (têxteis, calçados, etc.), aumentando o número de empregados nas áreas urbanas. Além disso, com a difusão do crédito ao consumidor e o ingresso do Brasil no “modo de vida americano”, que tem forte tendência consumidora (de produtos eletrodomésticos, de automóveis, de turismo, etc.), alarga-se o consumo urbano, apesar de a sociedade de consumo abranger somente 20% da população brasileira em 1964 (LOPES, 2006).

Com o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967) é posta em pauta a questão regional, sob a perspectiva da integração territorial. A partir disso o Estado volta suas políticas para a ocupação econômica da Amazônia e Centro-Oeste, articulando-as com o restante do país, com o objetivo de consolidar um mercado nacional e integrar a área ao “regime da economia de mercado”.

Não é por outro motivo que a região Centro-Oeste, que em 1940 tinha taxa de urbanização de 21,52%, vai a 35,02% em 1960 e salta para 67,75% em 1980, à frente até da região Sul, com 62,41%. O crescimento da população urbana da região Centro-Oeste no período de 1960 a 1980 é de 4,98 (1º lugar); a região Norte fica em 2º lugar, com 3,15 vezes; enquanto a média nacional foi de 2,56 vezes (SANTOS, 1994a).

A esse respeito afirma Milton Santos:

O Centro-Oeste e, mesmo, a Amazônia, apresenta-se como extremamente apropriado aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infra-estrutura de monta, nem outros investimentos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações, pôde, assim, receber uma infra-estrutura nova, totalmente ao serviço de uma economia moderna, já que seu território era praticamente livre de heranças de diferentes sistemas técnicos e sociais, de modo que o novo vai se dar, aí, com maior velocidade e rentabilidade. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento (SANTOS, 1994a: 61).

Enquanto o território não fosse unificado pelo mercado industrial, tampouco pelo agrícola e pelos meios de transporte e de comunicação, a urbanização não seria possível. Temos aqui um ponto fundamental da análise a respeito da formação sócio-espacial brasileira: as novas tecnologias agrícolas a que a indústria nos dava acesso, a partir dos anos de 1960, subvertiam as condições em que se tinha operado o latifúndio. Alguns autores, a exemplo de Rangel e Paim, citados por Lopes (2006), argumentam que uma agricultura que responde ao mercado da forma como se deu não pode ser considerada obsoleta ou, em outras palavras, a agricultura não era obstáculo à industrialização, como realmente não foi e não é.

É no período compreendido entre 1958 e 1980 que se dá a implantação de rodovias que interligam as porções oriental e ocidental ao Centro-Sul do país, como a rodovia Belém-Brasília, que mais tarde se articula à transamazônica.

Esses novos sistemas de engenharia atuam como fator de atração a um surto de ocupação nas décadas de 1960 e 1970 nas áreas recém-interligadas.

A preocupação inicial, na ocupação e povoamento (colonização) das regiões Centro-Oeste e Norte, cede lugar, aos poucos, a uma nova forma de integração, fundamentada em grandes projetos agrícolas e minerais, com vistas à exportação.

Já na primeira metade da década de 1970, o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social visava expandir a fronteira econômica por meio da expansão da fronteira agrícola, na direção Centro-Oeste, da Amazônia e do Nordeste. Trata-se do processo descrito por L. Rodrigues (1974) de fazer coincidir o “espaço econômico” e o “espaço político”.

Ainda na década de 1970, o governo do General Médici começou a pôr em prática uma política mais sistemática de colonização de algumas áreas do território amazônico, tendo em vista aliviar – por este modo – os antagonismos sociais no Nordeste (...). O poder público buscou na colonização oficial e particular uma saída para os antagonismos sociais crescentes no Nordeste e também em algumas áreas da Amazônia. (...) No Nordeste, não se fez reforma agrária nem se buscou uma solução para garantir a posse e o uso da terra a trabalhadores rurais e seus familiares. Assim, no Nordeste, a política de provocar a saída das ‘multidões famintas’ foi um modo de garantir a estrutura fundiária prevalecente. Portanto, o governo não tocou nos interesses dos latifundiários, fazendeiros e usineiros, que eram ali o seu sustentáculo econômico e político; (...) mais que isso, muitas vezes o poder público agiu de modo a favorecer e garantir o latifúndio e o empresário (...) Assim, o que está em causa na política governamental de colonização, nos anos 1964 a 1978, é também a ampla e acelerada transformação de terras devolutas, tribais e ocupadas em propriedades privadas de latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros (IANNI, 1979).

Nesse período as contradições das relações de classe no campo se acentuam, e a organização dos deslocamentos de massas de trabalhadores compõe as preocupações estatais e se vincula aos projetos de colonização.

Segundo IANNI (1979: 44), “[como caracterização do período], o que prevaleceu foi o interesse econômico e político da grande empresa, do capital monopolista, que passou a estender-se (...) com ampla proteção econômica e política do estado”.

Na agricultura tradicional, a família do produtor tinha um uso estável de uma parcela da terra do proprietário. Quando o “pacto” entre o proprietário e o trabalhador da gleba entra em crise (década de 1960), a família é expulsa da gleba e se dirige para uma cidade. Os boias-frias surgem justamente nesse período de crise do pacto da economia do complexo rural: continuam trabalhando no campo, só que agora vivendo numa cidade, talvez, numa nova cidade. De fato, amplia-se também a escala da urbanização. Não só aumenta o número de cidades, como estas passam a crescer muito rapidamente, em função de uma agricultura capitalista, portanto, industrializada.

Em 1974 é editado o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que, devido ao declínio dos investimentos e aumento da dívida externa, incentivava setores que favoreceram a exportação. A ocupação do território a partir de um projeto colonizador é posta de lado e fica clara a opção pelos grandes empreendimentos do capital monopolista nacional e estrangeiro. Por iniciativa estatal “ampliam-se as redes de transporte,

que se tornam mais densas e mais modernas; e graças à modernização das comunicações, criam-se as condições de fluidez do território”, uma fluidez potencial, representada pela presença de infraestruturas, e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso (SANTOS & SILVEIRA, 2001:49).

Os anos 1970 representam ainda um importante período de modernização da agricultura brasileira e sua efetiva integração à dinâmica capitalista, e é através da produção agrícola moderna e das necessidades decorrentes desta atividade que vastas parcelas do território inserem-se no período técnico, científico e informacional.

A formação sócio-espacial brasileira e seu enquadramento no modo de produção capitalista fizeram com que o Brasil não fugisse à regra do que acontecia no mundo (urbanização, industrialização, modernização agrícola), sendo que, pela extensão territorial, população, importância da atividade agrícola e disponibilidade de terras agricultáveis, o país passou a ser estratégico no contexto internacional.

Sendo assim, interessa verificar como é o uso agrícola deste território, que possui grande potencialidade agrícola, em um momento em que os territórios nacionais (principalmente os da periferia do capitalismo) passam por profundas transformações quanto à sua regulação por parte de grandes organismos internacionais.

1.1.3. Organização do território no nordeste: o caso de Sergipe

Descrever a organização territorial do Nordeste requer, entre outros aspectos, ressaltar atributos do meio físico regional, com base na clássica divisão entre litoral, a zona da Mata, o Agreste, o Sertão, os chapadões do Oeste e o Meio Norte, sem esquecer as manchas dos brejos de altitude. Entretanto, essa divisão pouco informa sobre as atividades econômicas e as relações sociais que se desenvolvem no espaço regional. No Nordeste, o conhecimento do meio físico é importante, pois estabelece condicionantes fortes à ocupação do território e ao desenvolvimento de atividades, mas é a atuação do homem sobre o meio físico que determina a organização do espaço geográfico.

Um outro critério para a descrição da organização do território é a ênfase em atividades extensivas no território. É importante conhecer o padrão setorial de ocupação do espaço, mas isso, em si, permite-nos inferir pouco a respeito dos processos sócio-econômicos que se desenvolvem no interior da região. A organização do espaço nordestino, embora condicionada pelo meio físico, foi determinada por diferentes processos de “construção do

espaço” – alguns remontando aos primórdios do período colonial e outros, recente e fortemente afetados por políticas de desenvolvimento regional (MUELLER, 1995).

Foi com base na evolução da economia e da sociedade regionais, nos aspectos relacionados à conformação de sua organização espacial, que se identificaram quatro sistemas sub-regionais, formados e alterados por processos diferentes e dotados de alguma autonomia: o sistema sub-regional agroexportador tradicional, associado ao complexo sucro-alcooleiro da Zona da Mata; o Semiárido, com agropecuária decadente, secas e excedentes demográficos, mas com zonas de irrigação; os polos e complexos industriais e as zonas de expansão recente da fronteira agrícola.

No tocante ao território sergipano, é mister conhecer um pouco de sua evolução, com o intuito de entender os nexos que se travam nesse espaço, especificamente no Centro-Sul sergipano, imbricados de relações e transformações no meio natural e social onde predomina a atividade citrícola.

Situado entre duas capitâncias importantes, Pernambuco e Bahia, os portugueses entenderam que era fundamental sua colonização. As terras sergipanas eram então ocupadas apenas por indígenas e por franceses contrabandistas de pau-brasil, o que representava séria ameaça ao domínio português.

Em 1575, jesuítas chegam ao território numa primeira tentativa, sem resultado, de catequizar os índios. Fundam a aldeia de São Tomé, no povoado de Santa Luzia. Inicia-se, então, uma série de batalhas pela posse da terra, terminando em 1590 com a conquista do território por Cristóvão de Barros, que funda a Capitania de Sergipe Del Rey, assim denominada para distinguir de Sergipe do Conde, no Recôncavo Baiano. Constrói um fortim e funda o Arraial de São Cristóvão, próximo ao Rio Poxim, e concede sesmarias a inúmeros companheiros de luta.

Anos depois, o arraial torna-se uma vila e passa a ser chamado de Vila de São Cristóvão. Com a saída de Cristóvão de Barros do território, Tomé da Rocha passa a administrá-lo e inicia a criação de gado e a plantação de cana de açúcar. O gado passa a dominar o território. Surgem muitos currais de onde saem os bois para o abate na Bahia. O caminho que liga Sergipe à Bahia e por onde passam as boiadas passa a ser conhecido como a "Estrada da Boiada", e o baixo São Francisco, de "Rio dos Currais". Os ricos de Salvador compram terras na nova Capitania e para lá mandam suas cabeças de gado.

A cana de açúcar também se desenvolve, principalmente no Vale do Cotinguiba, e chegam negros trazidos da África para trabalhar como escravos, pois os índios não estavam

acostumados a esse trabalho. Outras vilas foram fundadas nas regiões do Rio Real e do Rio Piauí, ao sul do estado, e nas terras banhadas pelo Vaza-Barris, Cotinguiba e Rio Sergipe, ao norte do estado.

Em 1637, os holandeses ocupam e incendeiam a cidade de São Cristóvão e roubam milhares de cabeças de gado, causando completa desorganização econômica e social.

No ano de 1645, as terras são recuperadas pelos portugueses. Encontram-na devastada e arrasada. Aos poucos o território volta a povoar-se, e a cultura canavieira e a criação de gado reiniciam seu desenvolvimento, porém a desunião política faz com que haja uma grande desorganização com diversos atritos entre os habitantes e constantes reclamações contra a prepotência dos poderosos. Esta desordem contribui para que a Bahia domine as terras sergipanas, o que prejudica sua formação, originando debates sobre as questões de limites entre Sergipe e Bahia até o início da República (OLIVA & SANTOS, 1998).

Em 1696 é criada a Comarca de Sergipe separada da Capitania da Bahia de Todos os Santos, e em 1698, as Vilas de Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia, Vila Nova do São Francisco e Santo Amaro da Brotas.

No ano de 1759, os jesuítas são expulsos do território, deixando para trás a base da formação religiosa e do ensino e belos exemplares da arquitetura religiosa.

Em 1763, Sergipe é novamente anexado à Capitania da Bahia de Todos os Santos, tornando-se responsável por um terço da produção açucareira baiana da época, além de fornecer couro, tabaco, algodão e farinha de mandioca. Existem grupos sociais bem distintos: o dos senhores de terras e o dos trabalhadores (escravos negros e índios) e homens livres que se dedicavam à produção de subsistência.

Já no século XIX, no ano de 1820, a Capitania se separa definitivamente da Bahia e após a Independência se torna Província, tendo como Capital a Vila de São Cristóvão. Porém, a situação política de Sergipe continua a mesma, com constantes conflitos, como os de Laranjeiras e Santo Amaro (1836). A prosperidade da classe dominante era cada vez maior, com a produção e exportação do açúcar, principalmente no Vale do Cotinguiba, o que leva à transferência da capital São Cristóvão para uma região litorânea, o povoado de Santo Antônio de Aracaju.

A nova Capital, uma das primeiras cidades planejadas do Brasil, muito contribui para o desenvolvimento de Sergipe, pois é dotada de melhores condições portuárias; sua posição geográfica facilita a vida econômica da região do Cotinguiba; e é melhor localizada,

facilitando o embarque do açúcar para a Europa. Esta mudança estimulou o povoamento nesta parte do litoral, fez surgir novas estradas e aumentou a integração entre estados próximos.

A partir de 1860, o desenvolvimento da cultura do algodão ao lado dos engenhos de açúcar, principalmente em Itabaiana, passa a ter considerável importância na economia da Província, chegando a ser, por muitos anos, o segundo produto de Sergipe, originando o aparecimento das fábricas de tecidos nas cidades de Aracaju, Estância, Propriá, São Cristóvão, Vila Nova (Neópolis), Maruim e Riachuelo (FRANÇA & CRUZ, 2007).

Com a Proclamação da República, em 1889, a Província de Sergipe passa a ser um dos estados da federação, com sua primeira constituição promulgada em 1892. Inicia-se uma fase em que os sergipanos se sobressaem no cenário nacional devido ao seu prestígio intelectual.

Com a revolução de 1930, Sergipe passa a ser governado por interventores federais até 1935, quando o país volta à normalidade democrática. Logo depois volta a intervenção, que se mantém até 1945.

A vida política sergipana durante a República Velha continua a ser um jogo de interesses entre as classes dominantes, especialmente os senhores de terra. Nesse período, especificamente no ano de 1963, jorra petróleo nos campos de Carmópolis, acontecimento que em muito tem contribuído para o desenvolvimento do estado.

A partir de 1964, com o movimento militar, Sergipe passa a empregar todos os seus esforços na tentativa de superar o subdesenvolvimento, tentando modificar a estrutura agroindustrial da cana de açúcar para desenvolver a exploração do subsolo. Começa a exploração do petróleo na plataforma marítima.

Em 1975, um terço do território de Sergipe passa a ser considerado de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Petrobras, visando evitar a especulação imobiliária, que prejudicava o trabalho da empresa na prospecção de petróleo. A faixa considerada de utilidade pública se estende da foz do Rio São Francisco até o Rio Real, na divisa com a Bahia.

Em 1987, o Governo desenvolve o Projeto Canindé do São Francisco, denominado Projeto Califórnia; e, em 1993, o Platô de Neópolis, na margem direita do Rio São Francisco, para o plantio de abacaxi, acerola e manga, com fins industriais, ambos para tornar o estado autossuficiente na produção de alimentos, defendendo a agricultura das secas frequentes e prolongadas. Além disso, em 1990, muda a legislação tributária estadual para atrair

investidores nacionais e estrangeiros e inauguram a Hidrelétrica de Xingó, o Polo Cloroquímico do Nordeste e o Porto de Sergipe.

Sergipe é grande pela expressão da sua cultura e pela contribuição dada ao Brasil. Seus monumentos são expressivos e marcam, com características próprias, uma parte da história com seus heróis anônimos e todo um sistema de vida que se baseou no trabalho escravo, na cana de açúcar, no gado e, de certa forma, na citricultura.

1.2. CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: A CITRICULTURA

Como abordado em parágrafos anteriores, a discussão do conceito de espaço geográfico tem gerado muitas polêmicas por parte dos estudiosos da Geografia como de outras áreas. O debate acerca da produção do espaço tem crescido, contribuindo para o surgimento de um pressuposto teórico-conceitual capaz de (re)orientar os pesquisadores na tarefa de explicação do mundo real, objetivo galgado pela ciência como um todo.

Há muitas visões relativas à concepção de espaço e território. Para alguns autores, o espaço é o próprio substrato físico, a base sólida, mensurável, sobre a qual a sociedade emana. Para outros, o espaço é a totalidade social, composta tanto pelo substrato físico como pelas relações sociais (econômicas, ideológicas, culturais, religiosas), sendo o resultado da interação dessas variáveis. Entende-se, pois, que a compreensão de uma parcela do espaço somente se dá a partir do entendimento de toda a estrutura social, ou, como questiona Santos (1994b: 48-49), quando trata dos espaços organizados/produzidos pelo acúmulo de capital, da globalização:

Consideramo-lo como algo dinâmico e unitário onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente.

Nesta pesquisa utilizar-se-á a noção de território conforme Raffestin (1993), que o conceitua como espaço social, resultante da ação de ator sintagmático que, ao apropriar-se do espaço, projeta trabalho, produz território. A representação de território varia com objetivos almejados. Assim, o território é um espaço construído pelo ator “que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico [...]. Não é mais o espaço, mas sim a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido” (RAFFESTIN, 1993:147). A partir da representação, o ator cria tessitura (repartirá a superfície), implanta e constrói redes para controlar o espaço, isto é, o território.

A análise da produção do espaço citricultor dar-se-á fundamentada nesse arcabouço, tendo em vista a inserção do lugar no território nacional e internacional de reprodução das relações sociais de produção intensificada por relações capitalistas no meio rural, as quais engendram territorialidades a partir de novas relações entre homens e espaço.

A sociedade interage com o espaço, transformando-o e adequando-o às necessidades do modo de produção dominante, aos interesses coletivos e individuais, adequando-o às relações de forças entre grupos, indivíduos e entre espaços, interagindo e polarizando riqueza e poder. O espaço condiciona a vida e ao mesmo tempo é resultado e condição de desenvolvimento da sociedade.

Analizar o espaço teórica ou empiricamente como uma estrutura essencialmente física é uma forma ilusória de apreender a espacialidade humana, pois mesmo o espaço sendo em si primordialmente dado, a organização e o sentido do espaço são produtos da transformação e da experiência humana (SOJA, 1993: 101).

Numa concepção bastante difundida e com o intuito de evidenciar a interação entre sociedade e espaço, Santos (1990) interpreta o espaço geográfico como uma estrutura social; ou seja, para esse autor, além das estruturas sociais em que se incluem a econômica, a política e a ideológica, existe também a estrutura espacial. Esta, como as outras, reproduz-se de maneira ampliada, acentuando as marcas já dominantes. Em virtude deste poder de reprodução, o espaço não pode ser considerado uma estrutura subordinada. No entanto, essa característica não é absoluta, pois o espaço é mutável.

Assim sendo, o espaço realiza uma dual função que o assegura à condição de fator histórico: é definido pelo conjunto, mas também define este; é produtor e produto, determinante e determinado. Além de ser um reflexo, é da mesma forma um condicionante da vida social, pois “a casa e o lugar de trabalho, os pontos de encontro e os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social” (SANTOS, 1990:137).

O espaço aparece como produto de uma atividade dividida, cuja fragmentação ocorre enquanto produto do conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada. Essa fragmentação divide o espaço em parcelas cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado como produtos de atividades cada vez mais parceladas. Mundializado, o espaço fragmenta-se por meio de formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo, etc. Deste modo, o espaço fragmenta-se em espaços separados, parcelas fixas, como consequência de uma atividade parcelada fundada no trabalho abstrato (SANTOS, SOUZA & SILVEIRA, 1998).

A estrutura espacial desenvolveu-se de acordo com as demandas sociais, como a sociedade funciona de maneira racional, orientada pela dinâmica do capitalismo. A funcionalidade do espaço segue também essa racionalidade, sendo a única que consegue impor-se de forma generalizada. Tal tipo caminha no sentido de tornar os fragmentos do espaço submissos aos espaços hegemônicos. Esta submissão dá-se com a expansão gradativa do modo de produção capitalista, que transforma o espaço, substituindo formas locais voltadas para modelos produtivos particulares, por formas cada vez mais artificiais, ligadas ao modelo de reprodução internacional (PINTO, 1996).

Nessa ótica, as atividades agrícolas apresentam forte relevância para a humanidade, pois a partir dela o homem procura racionalizar os meios de produção e aumentar a quantidade de produtos necessários à sua subsistência e ao comércio. A agricultura não é apenas meio de subsistência; ela tem papel de destaque no processo global de desenvolvimento dos países periféricos, como o Brasil, onde vários territórios têm na agricultura única atividade econômica.

Comentando essa questão, Diniz (1984: 25) referencia:

(...) há técnicos que afirmam ser indispensável a transformação da agricultura num setor mais produtivo, possibilitando arrancada bem-sucedida para o desenvolvimento econômico. Nessas circunstâncias, a contribuição do setor rural deve ser a geração de excedentes de alimentos e matéria-prima, abastecendo as cidades e os centros industriais em expansão, liberando recursos até então usados na importação desses produtos (...).

A atividade agrícola predominante no mundo é a comercial. Os agricultores cultivam os produtos para atender às cidades no seu consumo e em função dos melhores preços. A cidade comanda a escolha dos produtos a serem cultivados.

Inserida na agricultura e na pauta de exportações do Brasil, encontra-se a citricultura, conferindo ao país posição favorável no *ranking* mundial de suco de laranja concentrado, congelado e no de exportador de frutas cítricas na América do Sul.

A territorialização da citricultura, especificamente no Centro-Sul sergipano, representa, de certa maneira, a utilização racional de subespaço com sua funcionalidade voltada para demanda externa.

Com destaque no cenário mundial, a citricultura foi beneficiada por políticas adotadas no país, visando à modernização da atividade agrícola, principalmente para fins de exportação, visando ocupar espaço deixado pelos norte-americanos, que sofreram queda na produção devido ao inverno rigoroso e ao surgimento do cancro cítrico. A queda brusca na produção estadunidense favorece a produção no Brasil, consequentemente aumenta a área cultivada, e o coloca no *ranking* mundial, conforme Tabela III.

Tabela 3: Principais produtores de laranja (em milhões de caixas de 40,8 Kg)

3 País/Região	Produção 1980/89 *	%	Produção 2002/03	%
Estados Unidos	165,51	17,2	240,25	16,4
Brasil	265,61	27,7	367,01	25,1
Mediterrâneo	219,58	22,9	263,60	18,0
México	32,45	3,4	94,07	6,4
China	8,55	0,1	116,35	7,5
Outros	266,84	27,8	388,92	26,6

Fonte: ABECITRUS, 1999 e FAO, 2003.

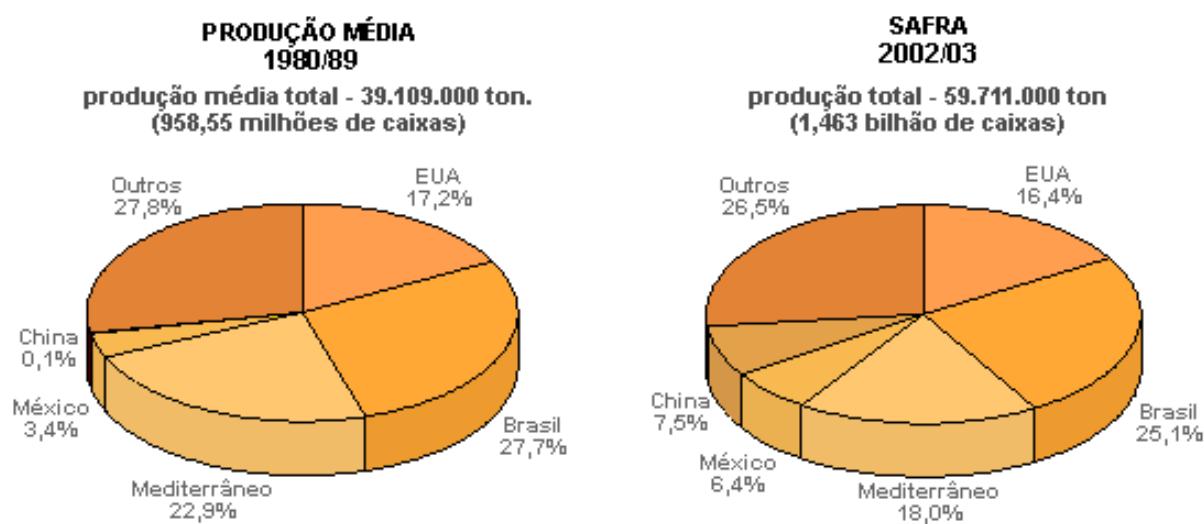
(*) 1980/1989 – Produção média do período

O que se ressalta dos dados apresentados é que os países com expressão de população rural e com maior contingente de trabalhadores em exército de reserva, ou seja, desempregados ou subempregados, tais como a China, o Brasil e o México, passam a tomar posição de destaque no mercado mundial dos citros, tendo em vista que a atividade requer uso intensivo de trabalho em períodos de safra, ou melhor, absorve trabalho temporário desqualificado e baixamente remunerado, adequando-se aos países com essas condições de trabalho. Nos Estados Unidos e na Europa, ao contrário, territórios cada vez mais urbanizados, são imigrantes que trabalham na colheita da citricultura, atualmente, sendo considerados problemas, pois estão se organizando e reivindicando direitos, o que torna seus salários relativamente caros e insustentáveis para o lucro desejado, desestimulando a produção nacional e incentivando a importação (ARAÚJO, 2007).

Os gráficos 2 e 3 expressam melhor o movimento da produção expandindo-se no sentido da China e do México, com pequena queda na participação brasileira, porém ainda em

posição favorável no mercado, em detrimento dos países mediterrâneos e dos EUA, que experimentaram retração.

Gráficos 2 e 3: Principais produtores de laranja – safra 1980/89 e 2002/03



Fonte: ABECITRUS 1999 e FAO, 2003.

Grafico 4: Principais produtores de laranja – safra 1993/94 (Total: 51.159.200 toneladas (1,253 bilhão de caixas)

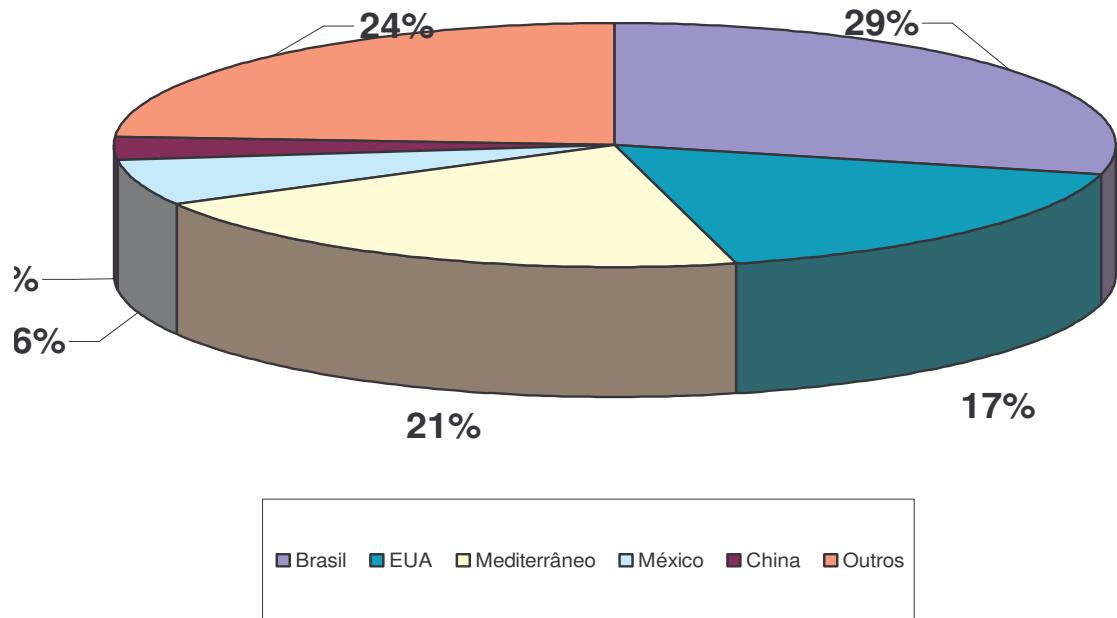
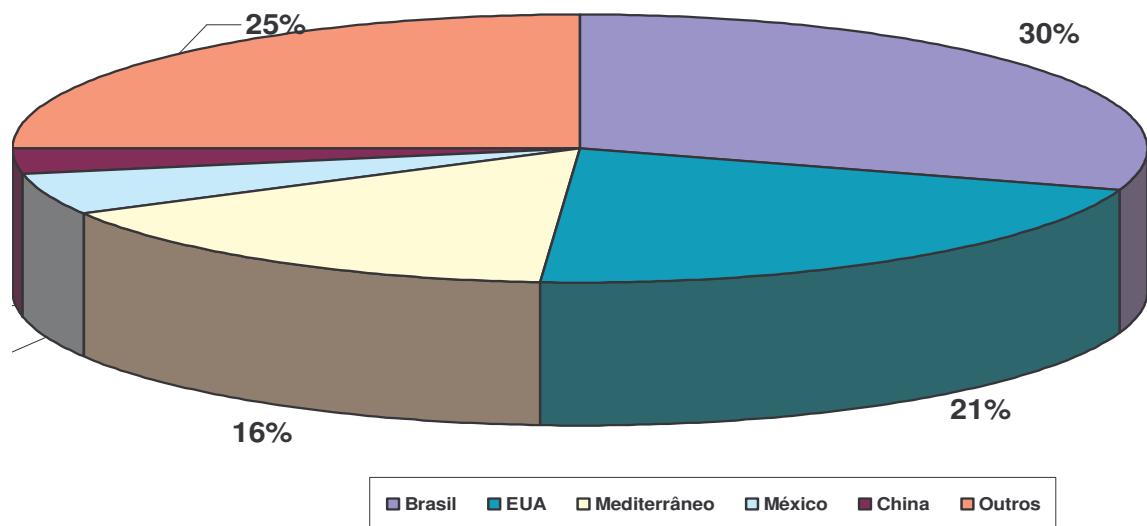


Gráfico 5: Principais produtores de laranja – safra 1996/1997 (total: 56.048.000 toneladas (1,373 bilhão de caixas).



Fonte: FAO *apud* ABECITRUS, 1999.

Segundo a FAO, do total de 51.129.200 toneladas de laranjas produzidas e colhidas na safra 1993/1994, o volume processado pela indústria foi de 20.269.600 toneladas. Nessa safra, o Brasil produziu em média 14.484.000 toneladas de laranja e processou 10.120.000 toneladas, enquanto os Estados Unidos produziram 8.501.700 toneladas e processaram cerca de 7.385.000 toneladas.

No Brasil, o cultivo da laranja conta com mais de 1 milhão de hectares de plantas em seu território. Nossa país tornou-se, na década de 1980, o maior produtor mundial. A maior parte da produção brasileira de laranja destina-se à indústria do suco, concentrada no estado de São Paulo, responsável por 70% da produção de laranja e 98% do suco que o Brasil produz, conforme dados apresentados adiante referentes a São Paulo, maior área de produção do país. Estima-se que nos demais estados a produção total de laranja seja de 50 milhões de caixas, totalmente destinadas ao mercado interno.

Como se pode averiguar nos gráficos 4 e 5, na safra de 1996/97, do total de 56.048.000 toneladas de laranja, 22.475.000 foram processadas. Na mesma safra, o Brasil produziu 16.360.000 toneladas de laranja e processou 10.608.000 toneladas, enquanto os Estados Unidos produziram 11.992.300 toneladas e processaram 9.115.000 toneladas.

Tabela 4: Produção, Processamento e Consumo de Laranja em São Paulo (em milhões de caixas de 40,8 KG). 1990 – 2006

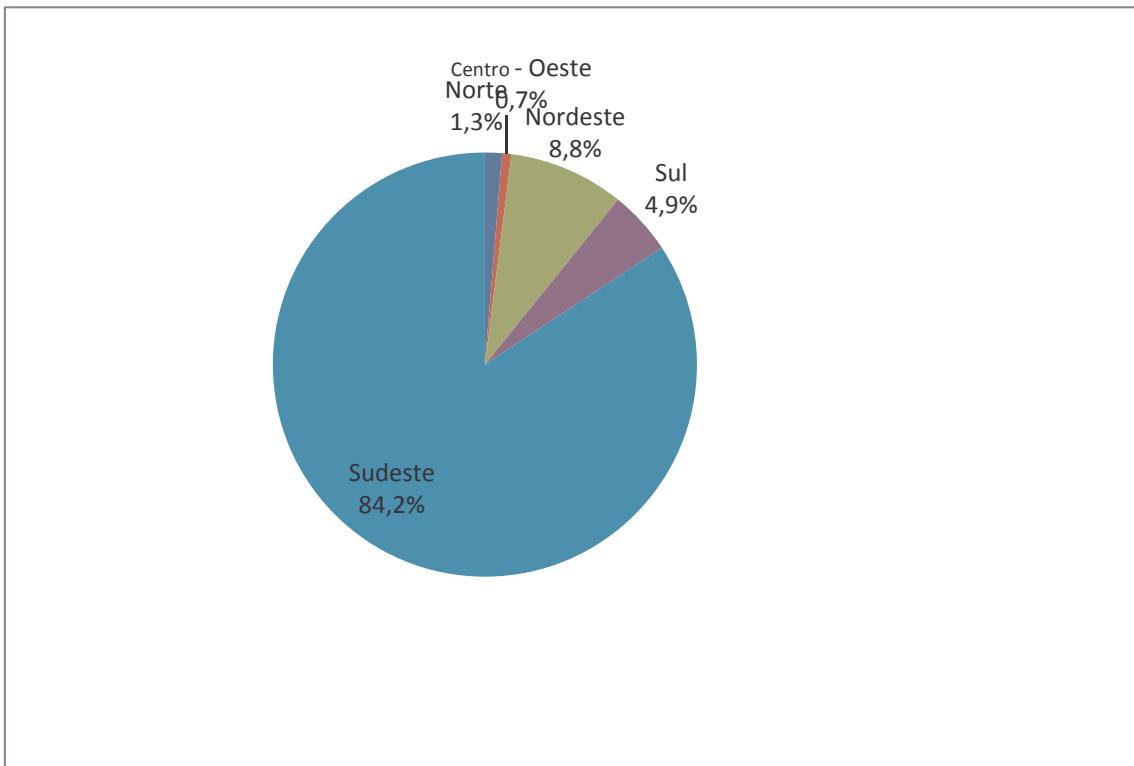
ANO – SAFRA	PRODUÇÃO	PROCESSAMENTO	MERCADO INTERNO
1990/91	262,7	210,0	50,8
1991/92	285,5	225,0	57,8
1992/93	300,0	265,0	33,0
1993/94	307,0	240,0	65,0
1994/95	311,0	242,7	65,0
1995/96	357,3	259,1	95,0
1996/97	363,0	268,1	93,0
1997/98	428,0	318,0	110,0
1998/99	330,0	279,0	51,0
1999/00	388,0	280,0	108,0
2000/01	356,3	*	*

2005/06**	352,1	*	*
Fonte: ABECITRUS, 1999 e 2003. * Dados não-disponíveis **Projeção			

A partir de análise do Censo Agropecuário do Brasil 1995/1996, percebe-se que houve uma expansão na produção de laranja que passou de 59.208,5 milhões para 78.142,7 milhões de frutos entre 1985 e 1995/1996. Este aumento de produção deveu-se, entre outros fatores, à adição de mais área à produção (de 632,5 mil ha para 946,9 mil ha no mesmo período), uma vez que o rendimento médio sofreu pequena retração (de 93.607 frutos por ha para 82.525 frutos por ha). A lavoura da laranja vem se expandindo principalmente pelo impulso proporcionado pela indústria de suco, cujos maiores consumidores estão no exterior (Tabela 4).

Em nível regional, segundo NEVES & LOPES (2005), a citricultura brasileira é formada a partir de um conjunto de “citriculturas regionais” em todo o território nacional, com grande importância econômica e social para diversas regiões. A laranja no Brasil concentra-se principalmente na região Sudeste, com 84,2% da produção (destaque para o estado de São Paulo), seguida pela região Nordeste com 8,8% (destacando-se os estados da Bahia e Sergipe), Sul (4,9%), Norte (1,3%) e Centro-Oeste, com apenas 0,7% da produção em 2004, segundo dados do IBGE (2005), conforme gráfico 6.

Grafico 6: Participação relativa das regiões brasileiras na produção de laranjas em 2004.

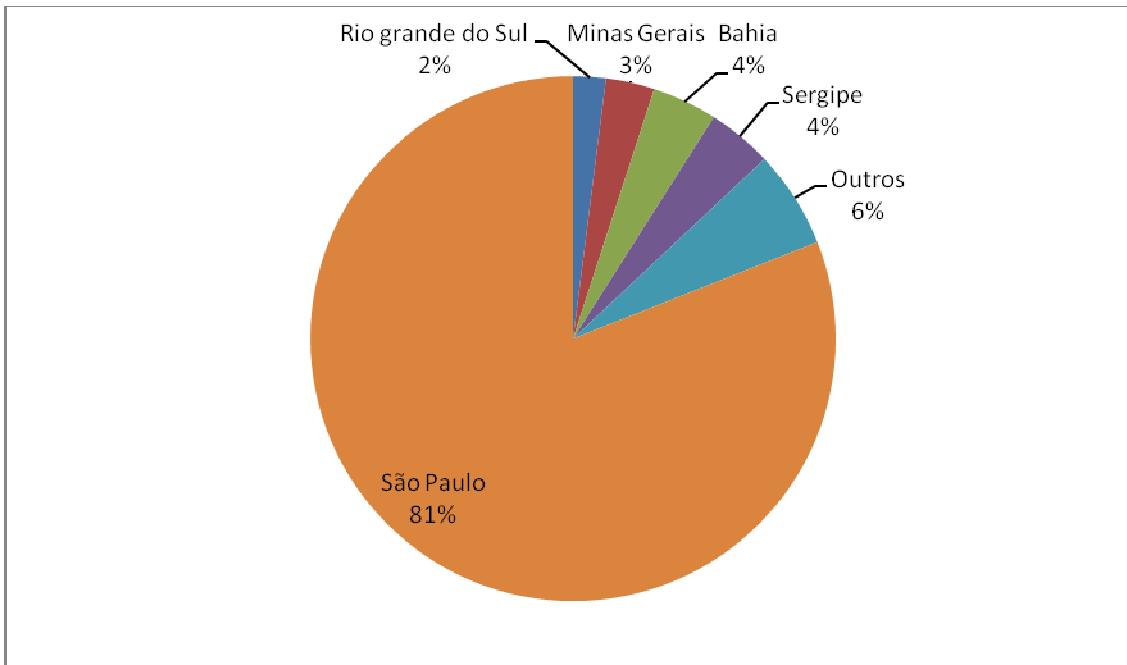


Fonte: IBGE, 2005

Dentre os principais estados brasileiros, apenas São Paulo obteve 80,4% da produção de laranja em 2004, uma participação relativa maior quando comparada ao final da década de 1980, quando respondia por três quartos da produção brasileira (Rodrigues et al, 2001). Em seguida vem a Bahia, com 4,2% da produção, Sergipe com 4,0%, Minas Gerais, com 3,2% e Rio Grande do Sul, com 2,0%, segundo dados do IBGE (2005). Comparando com a produção da década de 1980, vale destacar o aumento da produção da Bahia, que saltou da sexta colocação para a segunda, ocupando a posição antes de Sergipe. Alguns estados reduziram sua produção, como Rio de Janeiro, que na época ocupava a 4^a posição, com produção próxima a 9 milhões de caixas de 40,8 kg e hoje produz apenas 1,7 milhão de caixas.

No Gráfico 7, extraído de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004), tem-se Sergipe contribuindo com a mesma intensidade que a Bahia, sendo estes mais expressivos que estados do sudeste e do sul do país.

Gráfico 7: Participação relativa da produção de laranja dos principais estados produtores no Brasil em 2004.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Dados de 2002 colocam a produção mundial de citros, segundo informação da FAO, (2003) na ordem de 104,51 milhões de toneladas, equivalente a 225 da fruticultura global. O Brasil se destaca como principal produtor de laranja, com uma produção de 18,69 milhões de toneladas, seguido pelos EUA (11,39 milhões), México (4, 53 milhões), Índia (3,20 milhões) e China (3,09 milhões).

A partir da década de 1960, principalmente com o desenvolvimento da indústria processadora de suco concentrado, o crescimento da demanda pela matéria-prima incentivou a expansão da área plantada e da produção citrícola até o final da década de 1990, passando a ser uma das mais relevantes atividades agrícolas no Brasil, especialmente no estado de São Paulo onde se concentra a maioria das fábricas processadoras de laranjas. A cultura cítrica, com cerca de 586 mil hectares cultivados, representava 9,4% da área total cultivada do Estado de São Paulo, cerca de 6,3 milhões de hectares, segundo o IBGE (2004), constituindo a quarta maior área de cultura, superada somente pela cana de açúcar (46,2%), milho (12,4%) e soja (9,9%) em 2004.

No tocante à produtividade, em 2000, o Brasil ocupava uma área de 856 mil hectares de plantações de laranja, enquanto em 2003 a área diminuiu para 820 mil hectares, com queda de 4,4% em três anos, conforme dados do IBGE (2004). O destaque é para a produtividade no estado de São Paulo, em 2004, estimada em 25,1 t/ha, enquanto a produtividade brasileira

aumentou 8,3% em 2004, em relação a 2003, impulsionada justamente pelo aumento da produtividade paulista, que teve variação positiva de 10%, conforme se constata a seguir.

Tabela 5: Produção, área e rendimento de laranja dos principais estados brasileiros nos anos de 2003 e 2004

Estados	Produção (t/ha)			Área/ha			Rendimento kg/há		
	2003	2004	%	2003	2004	%	2003	2004	%
São Paulo	13.347.090	14.717.670	10,3	585.993	586.852	0,1	22.777	25.079	10,1
Sergipe	690.597	737.256	6,8	51.057	54.961	7,6	13.526	13.414	-0,8
Bahia	770.275	769.954	0,0	48.332	48.524	0,4	15.937	15.867	-0,4
Minas Gerais	666.116	591.239	-11,2	40.802	37.001	-9,3	16.326	15.979	-2,1
Rio Grande do Sul	354.687	356.577	0,5	27.019	27.197	0,7	13.127	13.111	-0,1
Outros	1.073.805	1.115.270	3,9	66.258	63.913	-3,5	16.206	17.450	7,7
Brasil	16.902.570	18.287.966	8,2	819.461	818.448	-0,1	20.626	22.345	8,3

Fonte: IBGE, 2005

Ressalta-se que no estado de São Paulo, onde praticamente não houve expansão da área plantada em 2004 com relação a 2003, exigiram-se constantes ajustes no setor, de modo a se adaptar a novas condições de produção. Sabe-se, no entanto, que a área vem diminuindo nos últimos anos se analisarmos os números de 1994, em que a área total era de 764 mil hectares, havendo redução de mais de 30% em dez anos.

Segundo dados do IEA (2004), enquanto a área plantada foi expandida 18 vezes, o aumento da produtividade média efetiva foi da ordem de 38%, quando se considera o quinquênio 2000 a 2004 em relação ao de 1930 a 1934 (Caser e Amaro, 2004).

1.2.1. Meio geográfico: breve caracterização, evolução e impactos

De certa forma a emergência de um meio técnico-científico-informacional conduz a um processo de globalização do ponto de vista geográfico. Nas linhas seguintes, traça-se, baseado nas leituras de Milton Santos, principalmente da obra “Natureza do espaço”, uma sucinta reconstrução da história do meio geográfico, mostrando os profundos impactos dos

sistemas técnicos sobre o território e enfatiza as particularidades do momento atual, em que os objetos técnicos são movidos pela energia da informação.

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Em cada fração da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação à outra se dá de maneira particular, e a parte do “natural” e do “artificial” também varia, assim como mudam as modalidades de seu arranjo.

Podemos admitir que a história do meio geográfico pode ser grosseiramente dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional [...].

Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida. Valorizadas, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais constituíam a base material da existência do grupo [...].

O período técnico vê a emergência do espaço mecanizado. Os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos ao mesmo tempo. Quanto ao espaço, o componente material é crescentemente formado do natural e do artificial. Mas o número e a qualidade de artefatos variam. As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, nele, dos objetos naturais e dos objetos culturais por objetos técnicos [...].

O terceiro período começa praticamente após a Segunda Guerra Mundial, e sua afirmação, incluindo os países do terceiro mundo, vai realmente dar-se em 1970. É a fase que R. Richta, citado por Santos, denominou de período técnico-científico, e que se distingue das anteriores devido à profunda interação da ciência e da técnica, a tal ponto que certos autores preferem falar de tecnociência para realçar a inseparabilidade atual dos dois conceitos e das duas práticas [...].

Nesse período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação. E, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata; estamos diante da produção de algo novo a que estamos chamando de meio *técnico-científico-informacional*.

Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a construir o seu substrato.

Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, atualmente, o mundo rural [...].

Pode-se falar de uma cientificização e de uma tecnização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o valor fundamental do processo social, e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação [...].

Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. “O meio técnico-científico-informacional é a fisionomia geográfica da globalização” (SANTOS, 1996: 189).

1.2.2. A Dinâmica do território na perspectiva miltoniana

No período histórico em que vivemos, assistimos à realização de boa parte das promessas feitas pela humanidade desde o Iluminismo, ainda na segunda metade do século XVII, quando nasce a Ciência Moderna. Os ciclos de modernizações sucessivas deram-nos cada vez mais liberdade e independência em relação ao chamado meio natural. Essas vacâncias de modernização se intensificaram após a segunda metade do século XX, quando se consolidou a união entre a técnica e ciência, brindando-nos com tecnologias importantes, como a descoberta da energia atômica, o nascimento da engenharia genética e o domínio do espectro eletromagnético. Em pouco mais de duzentos anos, a humanidade conquistou, senão física, pelo menos remotamente, o domínio de todos os “rincões da terra”, pois hoje o ecumeno equivale a todo o planeta (SANTOS, 1990: 69).

A chamada totalidade empírica, segundo Santos (2000), foi finalmente concretizada, pois hoje é possível dizer que existe, pela primeira vez na história, um tempo real que une os diversos acontecimentos em todos os pontos do globo simultaneamente. Mais do que isso, existe também uma unicidade técnica, que permite a comunicação entre os diferentes lugares

do planeta e a verificação desse tempo real, tudo isso através da informação, o novo vetor de modernização do mundo.

Através desse movimento modernizante, nosso planeta foi ganhando outra fisionomia, pois as cidades cresceram e os fluxos de toda a natureza aumentaram. Pontes, estradas, linhas férreas, cabos submarinos, prédios, plantações, aeroportos, plataformas de petróleo, pastagens infovias, torres de celular, represas, gasodutos, etc., acumularam-se em nossas paisagens, e deram ao nosso meio geográfico uma densidade técnico-científica e informacional como nunca alcançado antes. A soma desses verdadeiros objetos técnicos que hoje compõem as paisagens do globo garante a circulação dos diferentes fluxos que alimentam o “sistema-mundo” (Braudel *apud* JOLY, 2007) como um todo, dando maior ou menor fluidez ao transporte de valores, pessoas, mercadorias, ideias e informação.

Quanto maior a densidade técnico-científica-informacional acumulada pela modernização num determinado território mais fluido ele se torna. Isto significa que um território equipado com objetos técnicos eficazes (meios de transportes eficientes, boa cobertura dos meios de comunicação, centros de qualificação da mão de obra e normas que incentivem a produção) realiza mais rapidamente a transformação da circulação (fluxos) em capital (seja em forma de mercadoria, finanças ou informação). Esse é um dado fundamental que caracteriza o atual período em que vivemos, o período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996).

A esse respeito Santos, (1996: 191) diz o seguinte:

Como em todas as épocas, o novo não é difundido de maneira generalizada e total. Mas, os objetos técnico-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que as precedentes famílias de objetos. Por outro lado, sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço. É por isso que estamos considerando o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional.

Contudo, a inserção nesse grau de modernidade, que acompanha a velocidade da informação e da diminuição das distâncias, não ocorre com todos os lugares e pessoas; ao contrário, tornou-se mais um fator de diferenciação, inclusive espacial. A geografia, no entanto, possui boas ferramentas para tentarmos apreender esse movimento contraditório. Como sugestão de análise teórica dessa realidade, Santos (1994) nos conta como os geógrafos podem entender as transformações que, dialeticamente, insistem em homogeneizar os lugares, mas que na verdade têm reforçado as diferenças entre eles:

Quando trabalho com o mundo, utilizo todas as suas variáveis em momento dado. Mas nenhum lugar pode acolher todas nem as mesmas variáveis, nem os mesmos elementos nem as mesmas combinações. Por isso, cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina, de maneira particular, variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares. O acontecer global dá-se seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade, e é isso que nos leva imperativamente à necessidade de atentar para a história concreta do hoje, da comunidade humana, sua atualidade, não importa o lugar particular onde o novo se mostre. A teorização depende de um esforço de generalização e de um esforço de individualização. A generalização nos dá a listagem das possibilidades; a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam (SANTOS, 1994b: 58).

As modernizações, portanto, não alcançam todos os lugares ao mesmo tempo, pois muitas vezes o velho convive com o novo ou, pelo menos, com a possibilidade do novo. Nos últimos vinte anos, com o fenômeno da globalização, essa densidade técnico-científico-informacional do nosso planeta foi ganhando conteúdos cada vez mais seletivos, concentrando em alguns poucos pontos dos territórios o reflexo dessas modernizações.

Os lugares, então, na esperança de poderem abrigar esses modernos objetos técnicos ligados à produção, que na realidade são frutos de investimentos intensivos em capital (como indústrias de ponta, empresas multinacionais, universidades, centros de pesquisa, etc.), preparam o seu território para recebê-los, aparelhando-se com a infraestrutura necessária. Entretanto, a escolha de um lugar para receber esses modernos objetos técnicos tem sido, cada vez mais, pautada não somente pelas condições locais oferecidas, mas também pelo campo da política.

Esse contexto, envolvendo a globalização, também é estudado por SILVEIRA (2003) quando analisa a globalização na Argentina, considerando o uso do território um aspecto integrador da reorganização da economia, da sociedade e da política.

Esses aspectos são movidos por normas, objetos técnicos públicos e privados, globais e locais, formais e informais, todos participando da construção de mosaicos representativos do passado, por meio dos quais vemos emergir, de maneira dinâmica, as situações atuais da sociedade.

1.3. MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Na verdade, à medida que passa a história, sucessivas histórias permeiam a caminhada, cada época com sucessivas transformações que transcorrem ao longo do tempo no

espaço geográfico. Admite-se assim, que o fio condutor dessa história são os sucessivos períodos técnicos.

Os diferentes períodos técnicos correspondem a diferentes meios geográficos. Espaço e tempo encontram-se indissociavelmente relacionados no movimento dialético do mundo.

Esses meios e períodos que começam a insinuar-se com a II Guerra Mundial fazem-se sentir nos países pobres, entre estes o Brasil, mais significativamente na década de 1970 (SANTOS, 1996).

A modernização impõe ao território brasileiro desde o pós-guerra, mas de forma mais intensa a partir do último regime militar, exigiu a produção e instalação não apenas de uma tecnoesfera – obras de engenharia e sistemas técnicos que substituem meio natural ou meio técnico pré-existente –, mas também de uma psicoesfera, que adaptasse o território aos projetos pré-concebidos de urbanização, industrialização e modernização da agricultura.

Nesse sentido, Santos (1996) enfatiza que a tecnoesfera é um mundo dos objetos, ainda que no período atual todos os objetos sejam híbridos, pois são impregnados de intencionalidades, de informação, de ideologia. Por outro lado, a psicoesfera caracteriza-se por ser o mundo das ações, ou nas palavras do autor,

(...) o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, na medida em que fornece regras à racionalidade e estimula o imaginário (...). Tecnoesfera e psicoesfera são dois pilares com os quais o meio técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território (SANTOS, 1996:256).

Ambas são, portanto, locais, ainda que fruto de rationalidades mais amplas e por vezes distantes.

Assim, projetos de modernização impostos ao território brasileiro fizeram com que o uso deste território continuasse ocorrendo de forma dessimétrica, com a acentuação da contradição existente no processo de apropriação do território.

Em caso específico, pode-se considerar que o lugar citricultor, na década de 1990, é uma totalidade sempre em metamorfose. É uma subdivisão concreta histórico-social; um subsistema de objetos socialmente manipulado e manipulador, passivo e ativo; parcela territorial produtiva de uma “cisão” empírica da totalidade global, no bojo dos seus processos, das suas práticas de totalização nas quais se encontram as ações estratégicas de cissiparidade, subdivisão e esfacelamento do todo, ou seja, do espaço global como realidade empírica diferenciada.

Também fica evidente que a totalização como processo histórico, especificamente sócio-econômica, somente se realiza em partilha com a totalidade empírica dos seus sistemas de objetos territoriais estrategicamente fixados, ou seja, com a sua mediação técnica, científica e informacional.

Isso parece ser reforçado, ainda mais, quando os lugares, imbuídos dos citados sistemas, verdadeiros “*hinterlands*”, tornam-se passíveis de influenciar/reagir à “flexa do tempo” das totalizações globais, também no que diz respeito as suas formas. Uma reação submissa, porém uma reação, pois “a particularidade resultante combina algumas possibilidades atualmente oferecidas pelo todo e mais o que resta da particularidade ultrapassada” (SANTOS, 1996: 100). Daí essa resistência do espaço quando do impacto dos novos eventos, esse papel da inércia dinâmica das “formas-conteúdo”, pois se as indústrias agroprocessadoras globalizadas são capazes, por exemplo de inovar aceleradamente as formas de produção e variedades de suco, o mesmo ritmo não ocorre com os pomares, dados os seus condicionantes “ambientais” e técnicos (as espécies de laranja hoje cultivadas foram gestadas no início do século passado e os aprimoramentos técnico-científicos levados a cabo no momento recaem, em grande parte, na manutenção dessas espécies, mesmo com longo prazo de maturação. Não por acaso existem pragas que dizimam pomares e ainda não foram dizimadas).

Essa talvez seja uma das especificidades dos espaços geográficos agrários como “pontos fracos”, isto é, como mediações que, mesmo imbuídas de ciência, técnica e informação, atrelam-se a condicionantes espaciais singularmente, em especial às suas heranças territoriais “lentas”, presentes na atualidade das suas dinâmicas e constantes de inovações a reboque do termo “acelerado”. É nessa ótica que podemos enxergar as singularidades da base técnica do “lócus” citricultor, na década de 1990, como “espaço valor” dotado do velho e do novo, indispensável à realização do capital, em que o “velho” precisa ser mantido com vistas à dinamicidade do novo.

A esse respeito, em seu trabalho de doutorado sobre o espaço citricultor paulista, Sá (1998:32) acrescenta:

Com efeito, similarmente ao período de sua fixação como cultura comercial, o meio citricultor, no que se refere à sua estrutura rural e agroindustrial, segue agregando contínuos aprimoramentos técnicos e científicos, indispensáveis as suas forças produtivas como lugar, fragmento socioespacial capitalista competitivo, considerando a forte investida de doenças, pragas e variações edafoclimáticas, ou melhor, da dinâmica da natureza como parte desta geografia, também dotada de uma ‘inércia’.

Como espaço de produção dotado do “velho” na sua dinâmica espacial (espacialidade), o meio citricultor contou e conta com vários momentos à sua criação/recriação e assim, inicialmente, cabe a ressalva de que o cultivo da laranja, desde o período colonial, faz parte do meio agrícola brasileiro, descrito por especialistas e viajantes do meio geográfico da época.

Na metamorfose dos espaços produtivos, nos seus diversos momentos históricos, os sistemas de objetos e de ações expressam-se por intermédio de um conjunto de práticas espaciais. Segundo Corrêa (1995: 35), essas práticas socioespaciais imbuem-se de estratégias de projetos, e “são meios objetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, administração e controle da organização espacial em sua existência e regulação”.

Para esse autor, as práticas espaciais podem ser elencadas da seguinte forma: através da seletividade espacial; da fragmentação/remembramento espacial; da antecipação espacial; da marginalização espacial e da reprodução da região produtora. A primeira refere-se aos atributos dos espaços (incluindo os físicos), viáveis para o estabelecimento dos projetos socialmente gestados; a segunda atina-se aos aspectos políticos indutores das diferenciações de caráter político sobre e com o espaço; a terceira vincula-se à fixação de atividades sem o embasamento plano das infraestruturas adequadas; a quarta diz respeito ao estabelecimento de lugares excluídos, por razões de ordem econômica, política ou cultural das novas redes de circulação; e a quinta e última associa-se à reprodução das condições “regionais” de produção, já que no processo de valorização produtiva do espaço é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção. Isto implica práticas especialmente localizadas, via de regra efetivadas pelo Estado ou pelas grandes e complexas corporações”. Acresça-se que essa práticas não são excludentes, podendo, em determinado lugar, imbricar-se, já que, como anteriormente ressaltado, são resultantes de determinados momentos históricos indissociáveis (CORRÊA, 1995).

Similarmente à fixação do espaço cafeicultor em São Paulo, por exemplo, a mediação citrícola dispôs, no seu assentamento, de expressivo aporte e suporte institucional, como institutos de pesquisas, estações experimentais, universidades, entidades representativas de produtores, órgãos e outros.

Cabe ressaltar que um meio técnico-científico-informacional territorialmente fixado, como condição de produção de valor, em que as ações dos atores globais se fazem presentes, embora sem perder, entre outros aspectos, suas viscosidades, ou seja, suas particularidades

locais e nacionais. Apresenta-se como um meio geográfico em circunferência, dinâmico, em constante metamorfose e dotado de múltiplas culturas na estruturação do seu padrão como sistema de objetos e de ações localmente estabelecidos, aspecto que nos faz pensá-lo geograficamente, em particular as suas múltiplas relações interterritoriais em um mundo dominado por uma “concorrência sem saída”, mas que, e por isso mesmo, aponta caminhos, ou melhor, estrutura possibilidades para uma cooperação global complementar.

1.3.1. Um meio produtor capitalista e globalizado

Segundo George (1993: 86-87), a dinâmica evolutiva de um “ciclo histórico da economia” e os sistemas técnicos impulsionam, digamos, uma elasticidade “externa” e provocam a busca de “sítios novos”, tendo em vista experimentos inovadores. A fixação desse ciclo e sistemas em grande medida fica à mercê da disponibilidade de certos serviços, bem como de heranças deixadas pelos pioneiros promotores. Para ele, “trata-se de uma nova geografia regional, de uma geografia das iniciativas e de seus efeitos geradores de tendências”.

Reportando-se a Lobato (1995), trata-se das práticas espaciais em que a ação dos agentes sociais, especificamente dos atores hegemônicos do capital, rememoram, desmebram, antecipam, produzem e reproduzem os sistemas de objetos espaciais, indispensáveis, juntamente com ações, à sua acumulação ampliada. É o que acontece quando “a geografia regional das paisagens rurais dá lugar à geografia econômica dos preços de compra e venda” (GEORGE, 1993:87).

Essa geografia econômica firma-se nos “espaços intercalares entre as grandes cidades”, “pontos fortes”, outrora mediados pelo que se denominava campo, paisagem rural, espaço agrícola. São novos meios supressores das “paisagens uniformizadas” e intocadas produtivamente, ou utilizadas por pecuária extensiva; de paisagens onde se fazia presente a manipulação técnica de animais de tração e de intensa utilização da força-de-trabalho, já que esses espaços são substituídos pelo uso corrente de sofisticadas máquinas poupadoras dos antigos sistemas técnicos e de ações.

Nesse novo panorama geográfico capitalista, e de certa forma já globalizado, as diferenças pedológicas e climáticas, em grande medida, tendem a ser suprimidas pelo uso intensivo de adubos e a criação de plantas e animais em grandes instalações com caracteres industriais.

No contexto das ações, segundo (GEORGE, 1993:87),

[...] os exploradores agrícolas fazem as suas contas tendo em atenção os movimentos internacionais e os artifícios das políticas agrícolas. As variações dos regimes das colheitas e dos produtos animais têm, atualmente, mais efeito sobre os rendimentos e as escolhas de agriculturas do que as particularidades dos solos ou as modalidades do relevo e do clima. Os meios de gestão das explorações, as políticas das organizações agrícolas dos estados, são elementos que a geografia regional dos campos não pode negligenciar.

Sem traçarmos nenhuma correlação mecânica dessas observações teóricas com nosso objeto de análise, podemos asseverar que é no bojo das citadas metamorfoses espaciais que se fixa a citicultura como novo meio produtivo “situado” e dotado de experimentos. Isto porque para a sua fixação, ela requereu práticas espaciais, como a da antecipação de determinados serviços objetivados (as pesquisas em citros e suas implementações, redes de transportes), fornecidos pelo estado, além das infraestruturas deixadas pelos “primeiros promotores”, verdadeiras heranças, sistemas de objetos reaproveitados na reprodução de uma nova atividade produtiva (SÁ, 1998).

Segundo Santos (1992), na era do capital mercantil os espaços de produção, em grande medida, estavam atrelados às condições oferecidas pelo meio natural. Na fase do “imperialismo”, graças aos aprimoramentos técnicos/mecânicos, há uma superação significativa dos condicionantes naturais, uma vez que os espaços de produção acrescem os seus suportes estruturais/territoriais de circulação, distribuição e consumo como as estradas de ferro, rodagens, portos, terminais de distribuição, telégrafos, cabos submarinos, etc. No período dominado pelo capital monopolista/oligopolista presencia-se que todos os espaços tornaram-se espaços de produção e de consumo, e a economia sedimentada em bases industriais, tanto no campo quanto na cidade, insere-se em uma divisão internacional do trabalho. Nestas condições, o espaço se mundializa, ao mesmo tempo em que há um acréscimo no número de estados e os seus respectivos territórios são dotados de uma especificidade ainda mais nítida.

Na busca de uma formulação conceitual pertinente aos diversos questionamentos a respeito da globalização, é notório que diversas áreas do conhecimento têm se detido a esta temática de relevante expressão, ao longo dos últimos anos, incluindo a geografia, pois muito além (ou paralelamente) das especulações, o processo de globalização tende a se fixar

territorialmente de uma forma mais acurada, através do constructo de um meio técnico-científico-informacional” à escala global, centrado, como diz Benko *apud* SÁ, (1998:40).

Em um mercado unificado, já que a economia mundial vai se transformando numa zona única de produção e de trocas, espaços mundializados vão gerando sobre uma base planetária a comercialização, a produção e a distribuição de seus produtos e serviços; um quadro regulamentar e institucional ainda inadaptado, visto que carece de um mecanismo de regulação que permita controlar em escala planetária a interdependência econômica e política (G. BENKO, 1994).

O autor supramencionado destaca neste contexto, sobre o meio regional/lugar global, que:

Compõe-se de todos os atores que têm uma representação e uma concepção convergente daquilo que a organização regional traz ao integrar as capacidades dos sistemas locais e que a valorizam pela maior criatividade sócio-econômica que daí resulta (BENKO, 1994: 63).

O meio inovador regional é o conjunto das habilidades coletivas oriundas dessas práticas e sua mobilização nos procedimentos mais ou menos informais que fazem avançar as problemáticas econômicas propriamente regionais, bem como suas soluções. Ele se manifesta por meio da cultura que assim se constitui.

Em matéria de globalização, a teoria das vantagens comparativas, estas expressas por Benko (1994) baseado em D. Ricardo, é uma referência incontornável. No modelo ricardiano, a globalização procede de elementos como: a suposta existência de um mercado supranacional; das dotações em recursos dos territórios (nacionais), as quais são assimiláveis a externalidades naturais; do princípio da divisão do trabalho e do critério de especialização adotado (o das vantagens comparativas em recursos). As nações devem curvar-se à globalização pelo mercado, e os estados não podem senão consentir esse sistema perfeito. Infelizmente, o mercado mundial não existe, devido, notadamente, ao fato de que os Estados não param de interferir no jogo daquilo que convém considerar somente como um comércio internacional. Não são as matérias-primas que constituem os recursos mais estratégicos, mas sim as habilidades que os atores territoriais podem desenvolver, promovendo as condições externas apropriadas. Se a divisão internacional do trabalho procede das vantagens comparativas, estas decorrem de externalidades que não são estáticas, mas dinâmicas. Enfim, a organização das especializações e das externalidades estão ligadas.

Um “meio regional global” compõe-se, com mais afinco, como se denota nas assertivas de pesquisadores mencionados, quando todos os atores têm uma nítida concepção

convergente dos potenciais advindos dos sistemas locais “espaço valor”, valorativo, resultante de era anteriormente evocada e base de mosaico, para criatividades econômicas, incluindo aqui a sua inserção em um sistema interterritorial calcado na interdependência, complementariedade e uniformização mercadológica global.

Esse aspecto vislumbra-se com o meio técnico-científico citricultor, pois os atores envolvidos na sua dinâmica geográfica, a partir da grande geada nos laranjais da Flórida (EUA), em dezembro de 1962, passaram a ter uma concepção convergente acerca das potencialidades do seu sistema de objetos locais como espaço-valor alternativo ao suprimento do mercado internacional de suco concentrado congelado (particularmente do mercado americano), acrescendo, no contexto das suas particularidades econômicas/espaciais, as unidades agroprocessadoras. Estas últimas como complementos indispensáveis à sua inserção como ambiente inovador a se projetar “naturalmente para o exterior”, ou seja, o seu encaixe definitivo em um sistema internacional, capitalista e globalizado, sedimentado na interdependência, complementariedade e uniformidade mercadológica, ainda que desigual, “pois na verdade, a expansão da citricultura no Brasil, deve-se primeiramente ao potencial de produção e às vantagens comparativas e às oportunidades de mercados criadas pelo suco cítrico” (NEVES, et al 1991: 58).

Por fim, empreende-se que as constantes transformações verificadas no espaço, em especial no agrícola, na maioria dos países, conduzem-nos à busca de novas interpretações que expliquem as atuais características do capitalismo e da globalização, especificamente no campo, ou seja, a instauração de uma nova racionalidade como forma de otimização dos lucros. Essa racionalidade se traduz na produção agrícola por políticas que favorecem superposições de tecnologias, derivadas, sobretudo, de pesquisas científicas, e inovações na gestão e controle da produção sob o comando de grandes empresas/indústrias.

Uma das maneiras a que poderemos ater-nos para compreensão dessas mudanças pode ser dada pela análise de seus sucessivos sistemas técnicos e pelo seu crescente grau de sofisticação e complexidade organizativa, os quais, ao lado de outras atividades e ações não propriamente agrícolas compõem as diferentes configurações territoriais, assinalando épocas distintas de sua história. Este pode ser um caminho para perceber os diferentes usos que se fazem do território e que refletem o grau de inserção de determinada área em uma economia globalizada (RAMOS, 2001).

Todavia, a globalização deve ser entendida como o estádio supremo da internacionalização que se manifesta, entre outros aspectos, pela passagem de um conteúdo

técnico a um conteúdo técnico-científico-informacional dos arranjos territoriais, e pela grande relevância adquirida pelas relações transnacionais – “o campo do *transétatique* que intenta contornar os efeitos das fronteiras nacionais” (Dolfus, *apud* SILVEIRA, 1998: 131).

A nova racionalidade dominante impõe-se no território graças ao progresso técnico dos suportes da informação e da comunicação. Ela torna-se um vetor organizacional que chega simultaneamente aos lugares através dos sistemas técnicos e dos sistemas de ações hegemônicos. Por isso, não existe defasagem entre o surgimento do período à escala mundial e da formação sócio-espacial nacional, regional e até mesmo local.

A racionalidade, os arranjos, ou melhor, as transformações ocorridas, sobretudo nos espaços mais dinâmicos, começam a incidir em nível global, repercutindo também na citricultura sergipana, que atualmente se encontra com uma baixa produtividade. Essa situação é, em parte, causada tanto por questões edafoclimáticas, conforme discutido em outros tópicos neste trabalho, como pelos baixos preços do suco no mercado mundial em relação à década de 1980, que pode ser considerada o apogeu da citricultura brasileira, e em especial, da sergipana.

Enfim, as transformações ocorridas no capitalismo, a partir de Segunda Guerra Mundial, aliadas às novas mudanças ocorridas desde 1970, tornaram as relações sociais e de produção do nosso planeta cada vez mais globalizadas. Esta globalização é resultante do processo de internacionalização da economia iniciado desde o século XVI, com a intensificação do comércio. No entanto, ela acontece efetivamente a partir das novas transformações nas formas de vida do planeta, ocasionadas pelo avanço da ciência e da técnica, as quais alteraram profundamente a relação do homem com a natureza (SANTOS, 1990).

CAPITULO II

2. AGRICULTURA, MODERNIZAÇÃO E GEOGRAFIA AGRÍCOLA

2.1. EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA: COMPREENDENDO O PROCESSO

A agricultura é a atividade de maior importância para a humanidade, pois a partir dela o homem procura racionalizar os meios de produção e aumentar a quantidade de produtos necessários à sua subsistência e ao comércio. No entanto, não se deve pensar na agricultura apenas como meio de subsistência, visto que ela tem papel de destaque no processo global de desenvolvimento dos países, sobretudo no mundo subdesenvolvido, como é o caso do Brasil, às vezes até como única atividade econômica. É importante ressaltar que em termos da lógica capitalista, a agricultura é vista como um negócio – produz valor de troca, mercadorias.

Comentando essa questão, Diniz (1986: 25) referencia:

[...] há técnicos que afirmam ser indispensável a transformação da agricultura num setor mais produtivo, possibilitando arrancada bem sucedida para o desenvolvimento econômico. Nessas circunstâncias, a contribuição do setor rural deve ser a geração de excedentes de alimentos e matérias-primas, abastecendo as cidades e os centros industriais em expansão, liberando recursos até então usados na importação desses produtos [...].

A atividade agrícola que predomina atualmente é a agricultura comercial. Nesta atividade, os agricultores cultivam os produtos que os habitantes das cidades preferem para o seu consumo e pelos quais pagam os melhores preços. Portanto, é a cidade que de certa forma comanda a escolha dos produtos a serem cultivados, e a laranja é um destes produtos, fazendo parte da pauta do comércio e consumo urbano-industrial.

Tecendo comentários sobre a evolução da agricultura e da organização do espaço, é pertinente descrever que quando o homem tomou consciência dos seus atos e percebeu seu potencial como agente transformador da natureza, tem passado por várias inovações/transformações que acarretam modernizações – processo histórico. A Idade Moderna corresponde a uma parte do tempo histórico, que coincide com a revolução nas maneiras de produzir a vida cultural, ideológica, política e economicamente marcada pelo domínio do modo de produção capitalista. Este surgiu paralelamente ao comércio europeu e à

exploração colonial do Novo Mundo (americano e afro-asiático), em que se observou a ascensão vertiginosa da economia mercantil.

Essa ascensão não deve ser confundida com os modos representados pelas modernizações capitalistas que soerguem no mundo ocidental e que têm na distinção entre racionalização e subjetivação um elemento permanente e necessário. Nesse contexto, deve-se buscar entendimento da modernização da agricultura brasileira, como a sergipana.

No âmbito da modernização, alguns cultivos agrícolas como a laranja e a soja foram privilegiados, recebendo maiores incentivos creditícios e técnicos. São controlados pelo mercado externo, que tem certas exigências. Isto torna a economia do setor agrícola, principalmente os produtores mais frágeis, vulnerável às oscilações do mercado nos países importadores, passando por crises, no caso de grandes produções, e concorrência com outros mercados, ou períodos satisfatórios, quando há aumento de demanda acarretada pela citricultura, especificamente a laranja.

Tratando-se da comercialização agrícola, a industrialização da agricultura demandou novas redes de distribuição das mercadorias e circulação de fluxos de transporte e informação. Essas novas demandas têm, para PINTO (1996: 88), “sua correspondente espacial no processo de integração do território nacional, através da abertura de vias de circulação e consequente interiorização da urbanização”. Para Sá (1998), no que concerne à estrutura rural e agroindustrial, especificamente paulista, esta apresenta contínuos aprimoramentos técnicos e científicos necessários às forças produtivas como lugar, fragmento socioespacial capitalista competitivo, mesmo levando à investida de doenças, pragas e às variações edafoclimáticas, ou seja, da própria dinâmica natural.

Para entender o processo de territorialização do trabalho infantil na citricultura na área estudada, faz-se necessário entrelaçar os nexos com as modificações por que passaram as atividades agrícolas no Brasil depois do ano de 1960. Tais modificações estão ligadas à intensificação das forças produtivas capitalistas no meio rural, processo que tem sido objeto de análise de diferentes cientistas sociais.

Com a aceleração industrial a partir da década de 1960, a participação das atividades agrícolas na produção da riqueza nacional reduziu-se paulatinamente. A própria agricultura e as relações e as formas de trabalho no campo foram dominadas cada vez mais pelo capitalismo industrial em sua fase monopolista.

Já por algumas décadas, o meio rural recebe inovações oriundas da ciência e da tecnologia, as quais desabrocham constantemente com novas descobertas, além dos métodos industriais de gestão e reordenamento.

A análise do processo modernizador infere, muitas vezes, uma visão dualista da agricultura: a tradicional e a moderna, ou seja, uma arcaica e outra dinâmica. Entretanto, pode haver outra visão que, mesmo levando em consideração a existência de uma agricultura tradicional e outra moderna, não as conceba distintas, mas conjuntas em um sistema de relações mútuas. Como exemplifica DINIZ, ao questionar a reprodução do tradicional pelo moderno,

[...] a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, sem sequer manter a terminologia (1986: 218).

É importante frisar a dimensão espacial da modernização. Existem disparidades visíveis entre regiões (geralmente explicadas pela qualificação do agricultor e pela relação entre custo e produção e o valor dos produtos) e entre produtor da mesma região (onde a disparidade de produtividade pressupõe um papel explicativo considerável, conduzindo a diferenciação ao nível da unidade de produção), ou seja, a modernização se dá espacialmente diferenciada, pois não atinge com mesma intensidade as regiões e, consequentemente, os estados brasileiros. Mesmo dentro de uma Unidade Federativa, percebem-se as diferenciações espaciais (VASCONCELOS, 2000).

Apesar do aumento da produção e da ampliação das áreas cultiváveis para financiar o projeto de modernização econômica do país, pode-se afirmar que há um sub aproveitamento do espaço rural. Menos de um quarto do território brasileiro é utilizado para a agricultura. Desse espaço, a maior parte destina-se à criação de gado.

Especificamente no Nordeste, tem-se que esta região apresenta laços de dependência com o centro econômico do país, os quais foram reforçados nos últimos anos. Em consequência da ampliação de sua área agrícola, o Nordeste tornou-se importante fornecedor de alimentos para o Sudeste, além de contribuir com a produção agrícola em torno de 20% do total nacional.

Mesmo com a crescente influência polarizadora do Sudeste, algumas áreas do país estão ligadas diretamente ao mercado exterior; é o caso, por exemplo, de uma parte da agroindústria açucareira da zona da mata nordestina, da lavoura cacaueira do sul da Bahia e das áreas irrigadas utilizadas para a produção de frutas.

A maior extensão do espaço agrário brasileiro é formada por áreas predominantemente pastoris. Porém, nos últimos anos, essas áreas estão sofrendo modificações, devido, sobretudo, à expansão das lavouras comerciais, em muitos casos destinadas ao mercado externo. Com isso, em vastas áreas, os cultivos agrícolas tornaram-se tão importantes quanto a criação de animais.

Como exemplo, citaremos a citricultura em Sergipe, que vai mudar radicalmente a situação agrícola no sul do estado e dar novo reforço à consolidação do campesinato em Sergipe.

Como bem acentua Wanderley (1998: 60), “A citricultura vai romper a estrutura social, econômica e política da agricultura sergipana, até então dominada pela oligarquia pecuarista e canavieira, produzindo uma pequena burguesia e uma nova burguesia agrária”.

2.1.1. Racionalização do espaço e capitalismo no campo

Na verdade, a crescente racionalização do espaço tem provocado mudanças no relacionamento homem/natureza; e, nas últimas cinco décadas, mudanças relevantes marcaram a produção do espaço agrário brasileiro. Essas mudanças foram causadas pela intensificação das relações produtivas capitalistas por todo o território nacional, alterando as relações socioeconômicas, políticas e ideológicas. Na agricultura, uma das principais consequências foi a separação de grande parte dos trabalhadores rurais de seu principal meio de produção – a terra. Esse processo teve início em 1950 com a expulsão da mão de obra residente nas grandes propriedades agrícolas; fenômeno resultante das relações capitalistas travadas no campo. Entretanto, referir-se apenas ao avanço do capitalismo não justifica a complexa realidade presenciada nas relações sociais da agricultura brasileira.

Para Martins (1990), recorrer ao avanço do capitalismo tem sido uma estratégia utilizada pela maioria dos teóricos para explicar nossa realidade agrária. Em virtude disso, esse avanço tem levado, muitas vezes, à simplificação da realidade, haja vista que quase sempre “nos limitamos a ver meras relações de causa e efeito entre o capital e os problemas que vão surgindo” (MARTINS, 1975: 152). E acrescenta:

Os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda a propriedade que não seja a propriedade de sua força de trabalho, da sua capacidade

de trabalhar. Como já não são mais proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, das matérias-primas empregadas no trabalho, não têm outra alternativa senão vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão.

Referindo-se a essa questão, ao analisar a região policultora do agreste nordestino, Carneiro (1982) relaciona o processo de empobrecimento dos pequenos produtores, como a perda e/ou venda de suas terras, às transformações nas grandes propriedades, uma vez que “a estruturação da produção gerava determinadas relações de produção e formas de articulações da pequena com a grande exploração que foram em sua maior parte transformadas recentemente” (CARNEIRO, 1982: 129).

Com a proletarização, parcial ou completa, os camponeses passaram a constituir um exército de mão de obra temporária, responsável pela produção do espaço agrícola em todo o país. Esses camponeses recebem variadas denominações de acordo com a área onde estão inseridos e ainda formam um contingente que vive principalmente nas periferias das pequenas e médias cidades, deslocando-se diariamente para a zona rural a fim de exercer atividades agrícolas.

Na zona citricultora de Sergipe, esse fenômeno ainda se faz presente, mesmo por parte dos agricultores que venderam suas propriedades e/ou que residem na cidade mas continuam trabalhando no campo. É interessante ressaltar que muitos trabalhadores ainda detêm meios de produção no campo e que, por laços fortes, não pretendem desfazer-se de tais meios, que muitas vezes são sua principal fonte de aquisição de renda ou subsistência.

A gestão, o controle do Estado e, com menor influência, as demandas populares são as variáveis capitalistas do espaço geográfico. As políticas governamentais, retratadas pelos interesses da classe social dominante e os anseios, as reivindicações e o trabalho da classe subordinada acabam incorporando-se ao espaço.

O processo de produção social do espaço nos municípios que compõem a região Centro-Sul de Sergipe está arraigado no movimento global da sociedade, atrelado, desta forma, às transformações ocorridas em nível nacional e até mesmo internacional, com a emergência do capitalismo monopolista e sua articulação com o Estado.

Percebe-se, pois, que o processo de modernização da agricultura favoreceu as condições para o desenvolvimento do capitalismo na área, através das transações mercantis dos produtos agrícolas e da proletarização com certa parcela dos agricultores.

As áreas agrícolas estão em constante interação com o seu meio; sujeitam-se a um fluxo de informações que tende a modificá-las de forma lenta ou acelerada, de acordo com a intensidade.

Referindo-se a essa temática, Diniz, em seu livro Geografia da Agricultura, afirma:

As inovações sempre existiram na agricultura, desde quando uma tribo conseguiu domesticar animais e plantas e passou seus conhecimentos a outras, ou começou a empregar instrumentos de ferro ou quando os países europeus começaram a cultivar [...] de origem americana. De fato, o termo **inovação** tem sentido bastante amplo, podendo ser entendido como algo novo, na perspectiva de quem o recebe. Instrumentos, técnicas e produtos considerados inovações em certas áreas podem ser de uso comum em outras, e isto de fato ocorre no mundo moderno, onde os países industrializados exportam inovações para áreas periféricas (DINIZ, 1986: 216).

O debate sobre o conceito de inovação foi retomado nos anos 1970 em decorrência das profundas transformações dos processos produtivos verificadas em escala mundial. No dicionário crítico de tecnologia, esse conceito encontra-se como um processo que envolve o “uso, aplicação e transformação do conhecimento técnico e científico em problemas relacionados com a produção e com a comercialização, tendo o lucro como perspectiva” (CATTANI, 1997:132). Entretanto, inovação no contexto analisado corresponde a um processo que conduz à modernização.

Aprofundando a questão do agrário, tem-se que a modernização da agricultura está intrinsecamente ligada às interferências do Estado brasileiro que, através de políticas agrícolas específicas, patrocinou e delimitou quais os setores das atividades agrárias poderiam ser ‘racionalizados’ (leia-se modernizados) com o intuito de atender às demandas de setores industriais urbanos determinados. Essas transformações, por que passou e ainda passa a agricultura brasileira, buscam maior integração com a indústria.

Contudo, para que se compreenda o sentido dessas transformações, é necessário considerar-se os contextos social e histórico nos quais foram engendradas, bem como de que maneira foram efetivadas as injunções estatais que levaram ao redimensionamento do novo papel da agricultura no conjunto da economia brasileira.

Uma breve análise da história do nosso país revela o papel predominante que a agricultura exerceu desde a era colonial. Adentrando no século XX e atualmente, percebe-se que o mundo rural, que até então impunha seus valores ao resto da sociedade, em termos políticos e/ou culturais, vai aos poucos perdendo essa primazia à medida que novos padrões de desenvolvimento marcadamente urbanos se sobrepõem. Em termos estritamente econômicos, tem-se que o modelo primário exportador é substituído, em função da nova conjuntura externa iniciada no final da década de 1920, dando lugar a uma economia direcionada ao mercado interno que paulatinamente evolui após a década de 1930. A esse respeito SZMRECSÁNYI (1990: 71) afirma: “Essa evolução, como se sabe, baseou-se numa

industrialização voltada para a substituição de importações e numa urbanização em boa parte ensejada e acelerada pela intensificação do êxodo rural”.

Nas décadas de 1960 e 1970 verifica-se a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento no país e com ele, profundas alterações no setor agrícola. Concretiza-se um modelo de acumulação comandado pela indústria que subordina, através de suas demandas, a agricultura: é a formação do CAI – Complexo Agroindustrial.

Para Graziano da Silva, realiza-se uma “orquestração de interesses” entre os setores agrários, industriais e financeiros em parte porque

a formação dos complexos agroindustriais nos anos 1970 se deu a partir da integração intersetorial de três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas beneficiadas por fortes incentivos de políticas governamentais (GRAZIANO DA SILVA: 1998a: 163).

Evidentemente todo esse processo se fez acompanhar de um profundo e profícuo debate acadêmico sobre o novo papel do agrobrasileiro nesse contexto de desenvolvimento econômico. Não é nossa intenção discuti-lo, entretanto é importante frisarmos algumas colocações que nos ajudarão a entender o rumo tomado pelas atividades do mundo rural na atualidade.

Segundo o autor citado anteriormente, na década de 1960 a discussão sobre o papel da agricultura brasileira girava em torno de sua importância ou não para o desenvolvimento industrial do país. De um lado estavam os que viam a agricultura como entrave àquele processo (Celso Furtado, Paul Singer, Jacques Lambert, entre outros), devido a apresentar, primeiro, resquícios feudais; segundo, por ela não oferecer produção compatível às demandas industriais; terceiro, por manter formas arcaicas de produção. Nesse caso, apregoavam a reforma agrária como solução possível. Do outro lado temos a visão dos autores (Ignácio Rangel, Antonio Delfim Neto, Ruy Miller Paiva) que percebiam a agricultura como funcional e compatível ao desenvolvimento industrial, portanto, assumiam posições não-reformistas.

Outro ponto a ser considerado é que, com a crise fiscal vivida por este país no final da década de 1970, a agricultura brasileira foi chamada a gerar divisas através da implantação de políticas agrícolas voltadas para o incentivo de produtos exportáveis, fato que se intensifica nos anos posteriores levando a um “boom” em alguns setores agrícolas, como é o caso da cultura de citros. Todos esses elementos contribuíram para a estruturação do que se chamou genericamente de “modernização da agricultura” (DELGADO, 1985). Isso implica dizer que

esse processo modernizante não só mudou a estrutura fundiária anterior, como também afastou de vez a hipótese corrente de ser a agricultura um entrave ao desenvolvimento.

2.1.2. Modernização, complexização e dinamicidade dos espaços agrários

As mudanças nas bases técnicas e produtivas far-se-ão sentir também na agricultura, com a modernização intensa. “Entende-se por modernização da agricultura as mudanças de bases técnicas desta atividade, e que pode culminar, como no caso brasileiro, na industrialização do setor” (KAGEYAMA et al, 1990: 13).

O processo de modernização da agricultura brasileira promoveu integração técnica e a mecanização, possibilitando a implantação de indústrias de insumos agrícolas e de agroindústrias. Entretanto, o desenvolvimento de agroindústrias até a década de 1950 era ainda limitado, pois havia forte dependência da importação de máquinas e insumos.

É importante lembrar também que “se a maquinização, a quimização e o crédito são, nos dias de hoje, pilares da agricultura moderna, esta não se realiza sem o discurso científico que ajude a transformar os padrões de consumo” (SANTOS E SILVEIRA, 2001: 130).

A industrialização da agricultura no Brasil tem início em meados da década de 1960, sendo importante ressaltar a participação estatal, que além de financiamentos rurais e estímulo à expansão industrial, tinha uma política clara de integração territorial voltada à ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste (COSTA, 1988).

Esse processo caracteriza-se não somente pela utilização de insumos industriais no setor agrícola e venda de matérias-primas às indústrias, mas também pela modificação das relações sociais de produção, com o aprofundamento da divisão do trabalho.

Segundo o autor interpretado anteriormente, foi a partir de 1967 que passamos a falar de uma “modernização induzida” ou compulsória. As políticas de crédito para a agricultura passaram a ter uma ligação direta com os procedimentos técnicos modernos e pré-determinados pelo Estado, que buscava implantar padrões técnicos e econômicos novos, que incluísssem a utilização de sementes selecionadas, correção de solos e insumos químicos.

Importante instrumento nesse processo é a criação da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em 1973, vinculada ao Ministério da Agricultura, e que tem como objetivo desenvolver e adaptar tecnologias voltadas ao agronegócio.

A indústria de implementos agrícolas, favorecida por créditos agrícolas a juros negativos para os agricultores, passou por um crescimento do consumo de seus produtos,

como pode ser constatado pela produção de tratores durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. No entanto, torna-se importante ressaltar que tal fato não se deu por uma política isolada, voltada à indústria para a agricultura, mas sim a uma política mais ampla de fortalecimento da indústria brasileira em geral.

A partir de então, o processo de industrialização mostra-se irreversível sob vários ângulos. A base técnica impede a manutenção de uma produção mínima viável sem a utilização de insumos industriais.

A esse respeito, KAGEYAMA et al (1990: 126) acrescenta que

[...] do ponto de vista do processo de trabalho, isto se mostra com a formação de um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações familiares e dependência pessoal. Esses assalariados, além de se diferenciarem pelo aspecto formal da relação assalariada, estão inseridos no processo produtivo de forma distinta dos antigos colonos, parceiros etc. Os assalariados estão em geral vinculados a somente algumas fases específicas do processo de produção (...). É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura, que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho.

Em outras palavras, a industrialização da agricultura determina a passagem da subordinação indireta para a subordinação direta do trabalho ao capital.

À medida que o processo de industrialização se complexiza, a agricultura torna-se um elo de uma cadeia, com efetivação da indústria de insumos e maquinaria agrícola e da agroindústria processadora. A partir de então, a divisão tradicional agricultura/indústria/serviços não se mostra mais adequada, pois a dinâmica e o funcionamento próprios da agricultura têm suas bases profundamente alteradas.

É relevante salientar ainda que essa nova forma de agricultura não necessita mais de relações com a cidade mais próxima e, ao mesmo tempo, pode manter contato intenso com lugares distantes. Daí a necessidade de entendermos a dinâmica dos circuitos espaciais de produção, os quais são definidos pela circulação de bens e produtos, tornando perceptível a maneira como os fluxos perpassam o território e a noção de verticalidade. Estas podem ser definidas, num território, segundo SANTOS (2000: 105-106), como

um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos (...) esse espaço de fluxos seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espacó, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico.

Pode-se entrever, no processo indissociável de modernização da agricultura e do território no Brasil, a crescente importância da circulação (mobilização de fluxos materiais) e da comunicação (mobilidade de fluxos informacionais), como decorrência de uma gradual dinâmica de especialização funcional dos lugares agrícolas. Isso nos conduz, necessariamente, a considerar que uma nova geografia do Brasil consolida-se, subordinando a agricultura a sistemas técnicos mais abrangentes e mais exigentes no que se refere aos elevados níveis de organização. Trata-se da tendência apontada por J. S. Martins (1986) e M. Santos (1996) de um papel condicionante mais expressivo da circulação sobre a produção propriamente dita, no período atual.

2.1.3. O meio rural no contexto da modernização

O meio rural brasileiro sempre esteve, conceitualmente, associado ao espaço do vazio, da ausência de serviços, à pobreza generalizada. Nele, comenta Abramovay (1999:1), criticando essa postura, “permanece apenas o que não conseguiam aventurar-se em direção às cidades e que seu declínio é apenas uma questão de tempo”. Pensando assim, como o espaço residual do mundo modernizado era visto como o espaço do atraso e, diante da sua frágil estrutura social, cultural, demográfica e econômica, seu desenvolvimento estava à mercê de políticas sociais compensatórias. Havia um preconceito tão forte quanto à fragilidade econômica desse mundo que os focos de dinamismo, quando aí surgiam, eram comumente relacionados aos efeitos de políticas de urbanização da região. Ao meio rural não era creditada a capacidade empreendedora de geração de emprego e renda, condição necessária à retenção da população, porque era ele o “espaço da exclusão”.

Essa relação entre o rural e o atraso, entre rural e passado, permeou, por um longo período, os estudos da “intelectualidade rural” brasileira, embalada pelo entendimento de que esse mundo estava fadado a uma descaracterização generalizada diante da violenta pressão modernizadora de que foi alvo o setor agrícola a partir dos anos 1960 (ver, entre outros, Wanderley, 1997). Segundo Veiga (1998:162), “O Brasil é um país com um ‘viés urbano’ tão forte que muitos chegam a dizer que a única saída é a ‘urbanização do meio rural’. Isto posto, sem uma relativização do que venha a ser tal urbanização, acaba-se por reforçar a ideia de desvalorização do rural, esta bastante propícia aos interesses conservadores nacionais, principalmente em relação aos intentos de alteração da estrutura fundiária.

Alguns pesquisadores têm procurado explicitar esse entendimento. Nesse sentido, um trabalho de José Graziano da Silva, entre um elenco de políticas propostas para “o novo rural brasileiro” dos anos 1990, enfatiza e qualifica a importância da política de urbanização do meio rural. Segundo esse autor, a urbanização deve ser entendida como a extensão de benefícios característicos de áreas urbanas como, por exemplo, criação de infraestrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação (GRAZIANO DA SILVA, 1998b), o que levaria a uma valorização do espaço rural, sem descharacterizá-lo.

Nessa mesma linha de raciocínio, Maria N. B. Wanderley lembra que a descharacterização do espaço rural como espaço de vida e sociabilidade dos agricultores deveu-se, principalmente, à crença fatalista de que a desruralização seria uma tendência inelutável. Ou seja, a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura constituiriam um processo de uniformização da sociedade que provocaria o fim de algumas particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. Quer dizer: o fim do rural seria um resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização da sociedade. No Brasil, o campo se confunde com o atraso e deixa de existir sob a influência do progresso vindo da cidade (WANDERLEY, 1997).

Reforçando essa ideia de que a superação da tradicional oposição cidade/campo deve basear-se numa ação de valorização do espaço rural, sem menosprezar o papel dinamizador que as cidades desempenham na sociedade, Abramovay e Sachs (1995:8) reinterpretam o sentido de “urbanização do campo”, contrapondo-lhe o conceito de “ruralização das cidades”.

Assim prescrevem esses autores:

A nossa meta deveria ser a ‘urbanização’ do campo – entendendo-se por esse termo a extensão ao campo dos benefícios do progresso civilizatório e cívico das cidades – e ao mesmo tempo a ‘ruralização’ das cidades, desde o estímulo à agricultura intra-urbana até a recuperação dos ambientes naturais: água, parques, hortas individuais e comunitárias em terrenos que não se destinam e que não podem destinar-se à construção, gerando desta maneira ocupação, renda e até protegendo áreas de mananciais através de atividades produtivas ambientalmente benignas (ABRAMOVAY & SACHS, 1998:8).

Dadas novas contingências de transformação da sociedade moderna, essa valorização do rural redefine o papel do campo no paradigma atual de produção pós-fordista, de cuja dinâmica dependerá o surgimento de alternativas para fazer frente às sequelas herdadas pelo esgotamento do modelo urbano de desenvolvimento, tais como: desemprego, violência urbana, depredação do meio ambiente, etc.

A esse respeito é esclarecedor o que afirma Silva (2002), apoiado em Veiga (1998), quando afirma:

Ninguém ignora que o padrão de crescimento agrícola adotado pelo Brasil na década de 1960 teve como principal subproduto a expulsão prematura de trabalho. Mas não tem merecido a devida atenção o impacto dessa opção sobre o mercado de trabalho urbano, questão crucial para a consistência de qualquer agenda de desenvolvimento digna desse nome. Poucos se dão conta de que a opção por um rápido processo de inovação da indústria e nos serviços, sem piora das taxas de desemprego urbano, não é possível sem a adoção de uma estratégia de desenvolvimento rural que dê preferência à expansão e fortalecimento da agricultura familiar, em vez da promoção de ‘reis do gado’ (SILVA, 2002: 165).

Fora disso, não resta outra opção a não ser a reacionária de tentar brecar o progresso tecnológico, um dos elementos-chave da modernização.

Segundo os autores citados anteriormente, em debate na FEA/USP, como “Dinamizar a Agricultura e Criar Empregos”, em 1998, outros pesquisadores insistiam nessa tecla, afirmindo que a desconcentração urbana, combinada com uma agricultura familiar voltada para as necessidades regionais de abastecimento (agroindústria de pequena escala, por exemplo) geram sistemas muito eficientes de geração de emprego.

De posse dessas análises, salvo pequenas divergências quanto às estratégias de implementação, pode-se admitir que se estabelece um consenso no sentido de apontar que a ausência de condições mínimas de sociabilidade e de lazer nas localidades rurais ou em pequenas cidades do interior (dadas as dificuldades de definição desses espaços no Brasil) tem contribuído para aumentar a expulsão de contingentes populacionais do campo, com ênfase nos segmentos mais jovens, conduzindo-os à modernização agrícola. Daí porque a adoção de políticas de urbanização do espaço rural precisa ser complementada com ações capazes de criar oportunidades de ocupação no campo e/ou nas pequenas e médias cidades circunvizinhas, tendo como pré-requisito básico, por exemplo, o desenvolvimento de programas de alfabetização e de requalificação profissional para a população local (VALENÇA & GOMES, 2002).

A modernização da agricultura brasileira coincide com o processo de intensificação das forças produtivas, especificamente no campo. Esse processo é bastante complexo e apresenta várias faces.

Uma das faces do processo “modernizador” da agricultura brasileira é a transformação de pequenos produtores rurais em assalariados, ou, como prefere denominar MARTINS (1990), “em trabalhadores para o capital”.

Um outro aspecto desse processo é que ele não age apenas no sentido de expropriar os pequenos produtores campestres; é também um processo excludente, que não atinge da mesma forma todos os agentes envolvidos na produção agrícola, mas cria uma camada social de produtores empobrecidos que adotam como uma das estratégias de sobrevivência o assalariamento, tanto nas grandes quanto nas médias e pequenas propriedades agrícolas.

Não poderíamos deixar de reforçar que todo esse processo é territorialmente diversificado, ou seja, abrange com intensidades diversificadas as regiões. Inclusive dentro de uma mesma região, estado ou até município encontram-se diferenças espaciais e sociais acentuadas.

2.2. RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA: BREVE FEIÇÃO

A agricultura teve um papel fundamental na implantação da indústria no Brasil, principalmente com o café. A agricultura transferiu capital para a indústria, liberou mão de obra, proporcionou divisas, permitiu que o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades permanecesse relativamente baixo; apenas não criou mercado suficiente para a indústria.

Segundo Delgado (1985), a transformação da base técnica da agricultura e a constituição do complexo agroindustrial (CAI) são processos distintos e historicamente separados. A transformação da base técnica se entende como a transformação dos meios de produção utilizados pela agricultura: de insumos naturais para bens de produção industrial.

No início do século XX, grande parte dos latifundiários, especialmente os cafeicultores, foi um sério obstáculo à industrialização. O latifúndio mercantil exportador percebeu desde o início que industrializar significava transferir renda do campo para a cidade, e se opôs firmemente a isto. O latifúndio exportador foi ultrapassado nessa batalha. O latifúndio orientado para o mercado interno, entretanto, foi vitorioso.

A industrialização foi realizada, mas a reforma agrária, que muitos consideravam essencial para essa industrialização, deixou de ser feita. Os setores agrícolas menos comprometidos com a exportação e mais orientados para o mercado interno já a partir dos anos 1930 aliaram-se à indústria e trataram de suprir os alimentos necessários, além de manter as exportações.

Durante todo o período inicial da industrialização brasileira a agricultura foi desprovida de qualquer auxílio estatal. Toda a ênfase foi direcionada para a industrialização,

reproduzindo o que aconteceu na maioria dos outros países que se industrializaram tardiamente. O Estado funcionou como veículo de transferência da renda da agricultura para a indústria.

Essa política, segundo BRESSER (1983:69), estava basicamente correta: “A agricultura, apesar de todas as suas deficiências, era capaz de andar com suas próprias pernas, a indústria infante é que necessitava de suporte”.

A década de 1950 caracteriza-se pelo aumento da demanda de tecnologia para a produção rural, e essa produção é direcionada para importações. A partir desse período a agricultura, especialmente no Sul, passou por um intenso processo de modernização. Era o capital industrial que substituía o mercantil na produção agrícola. Um outro momento é o da industrialização dos processos de produção rural propriamente ditos com a implantação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura, além do favorecimento financeiro pelo Estado ao consumo desses novos meios de produção. O marco inicial dessa nova arrancada é a implantação no Brasil das principais indústrias de tratores, no final dos anos 1950.

Um terceiro momento da relação agricultura/indústria é o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais. Mas é só no final da década de 1960 e meados da de 1970 que o processo encontrará dinamismo marcante com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural; implantando novos blocos de substituições de importações de meios de produção para a agricultura e uma certa “folga cambial” nas transações externas que possibilitaram a introdução maciça das modificações na base técnica da agricultura.

O final dos anos 1960 é considerado como marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI), como mencionado em outros parágrafos, denominado por alguns autores como “arrancada do processo de industrialização do campo”. Este processo caracterizou-se, fundamentalmente, pela implantação de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura.

A partir da segunda metade dos anos 1970 o Estado desenvolve um amplo sistema de crédito agrícola. Os créditos são subsidiados, e a agricultura que já havia perdido sua capacidade de transferir renda para a indústria passa agora a receber subsídios.

Como já dissemos, o processo de industrialização não foi seguido por uma reforma agrária; isto é, apesar da modernização na agricultura, a estrutura da propriedade territorial não se modificou; manteve-se intocável, sancionando-se como base de integração e

valorização junto ao sistema de crédito, e fonte de obtenção de financiamentos em condições favoráveis de juros, prazos e carências.

Convém afirmar que na agricultura atual e mais especificamente na citricultura sergipana, os financiamentos hoje ainda demonstram insuficiência e insatisfação por parte dos agricultores. Na nossa pesquisa de campo foi, inclusive, constatada essa assertiva, o que dificulta o desenvolvimento da citricultura, ou de forma geral, da agricultura.

Tabela 6: Questões 5 e 15 – Problemas existentes na agricultura / o que mais favorece e prejudica o cultivo da laranja.

Município	Problemas da Agricultura					Favorece o cultivo					Prejudica o cultivo				
	Falta de Crédito	Terra	Seca	Mão de obra	Outros	Terras	Mão de obra	Financia-mento	Mercado	Outros	Terras	Mão de obra	Financia-mento	Mercado	Outros
Arauá	13	02	01	07	03	09	10	08	13	-	06	03	08	05	02
Boquim	01	01	03	05	05	X	x	-	X		X	x	x	X	
Cristinápolis	08	05	01	03	-	11	09	01	10	-	09	07	03	01	-
Estância	10	04	11	05	-	03	03	05	02	-	03	02	03	03	-
Indiaroba	09	-	05	05	01	09	-	-	-	-	-	08	09	03	-
Itabaianinha	16	-	-	05		09	14	01	05	-	01	03	16	03	-
Itaporanga d'Ajuda	04		04	05	01	X	-	X	X			x		x	
Lagarto	11	05	07	06	-	04	02	05	04	-	02	05	-	03	-
Pedrinhas	13			07	-	14	03	13	01	-	-	10	02	14	-
Riachão do Dantas	06		03	-	-	-	-	--	10	-	-	-	-	-	10
Salgado	08	06	03	01	03	04	04	05	-	-	02	01	02	06	01
Santa Luzia do Itahy	07	04	01	04	-	03	-	04	05			04		04	01
Tomar do Geru	02	03	01	-	-	04	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Umbaúba	10	001	08	04		11	06	09	07	-	05	03	06	03	-
Total	118	31	48	57	13	81	51	51	57	-	28	46	49	45	14

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

Obs: Quando tiver *, é que não responderam; Quando tiver x, é que optaram como mais importante. Destarte, os resultados poderão ser alterados, ou seja, não fidedignos!

Voltando à breve discussão da relação agricultura/indústria no Brasil, tem-se que o tamanho das propriedades é um dos indicadores de riqueza e poderio, e os grandes proprietários, ditos “bons pagadores” pelo sistema de crédito e financiamento bancário, conseguem facilidades com os gerentes. É o que autores, como Velho (1976), Martins (1975) e outros denominam de “modernização conservadora”.

A transformação na base técnica modificou as exportações agrícolas e a composição das importações.

A partir da década de 1960 o coeficiente de abertura da agricultura para o comércio exterior é elevado e muda com certa rapidez a composição da pauta das exportações, com o surgimento de novos produtos agrícolas e agroindustriais.

As exportações agrícolas passam a apresentar novo perfil, com a introdução de novos e importantes produtos agrícolas: A laranja já é exemplo marcante desse processo.

No final da década de 1970, o desenvolvimento agrícola e o energético, que passava também pela agricultura via produção de álcool, tornaram-se uma prioridade nacional.

Mas todo o subsídio recebido pela agricultura para mecanização, na forma de fertilizantes e custeio, não produziu muitos resultados para os produtos de consumo doméstico, que cresceu a uma taxa apenas ligeiramente superior à taxa de crescimento da população.

Esse mau desenvolvimento, segundo Bresser Pereira (1983), pode ser explicado por três diferentes fatores que interagem como um todo: os preços baixos desestimulam os agricultores; a falta de reforma agrária implica o mau desempenho agrícola, e a agricultura orientada para o mercado interno não se desenvolve satisfatoriamente pela simples razão de que não encontra mercado.

Nessa ótica, é mencionado por Ana Maria Santos (1990:15):

A articulação financeira e estatal do processo de modernização, revelada no final dos anos 1970, demonstra os problemas de crise do crédito e suas repercussões instabilizadoras sobre a produção agrícola e dos setores industriais conexos que articulam o Complexo Agroindustrial (CAI).

Ainda conforme essa autora, e apoiado nas leituras de Bresser, pode-se induzir que a “modernização conservadora” avançou erodindo barreiras, destruindo estruturas produtivas primitivas, concentrando os frutos do processo técnico, num movimento de profunda e historicamente acelerada rejeição do contingente primitivo da população rural. A sua crise, que coincide e reflete a crise mais geral da economia, leva a uma pressão social aguda da massa de população “sobrante” (rural) em busca de condições humanas mínimas de

subsistência. Essa pressão se traduz como um fenômeno urbano de subemprego ou desemprego aberto ou pela demanda exacerbada em busca de proteção do “estado-previdência”.

A cultura da laranja é resultante desse processo de modernização conservadora e que ainda no estado de Sergipe mantém estruturas produtivas arcaicas que com muito esforço estão competindo num mercado acirrado. No entanto, era visível o interesse do Governo Estadual em implementar projetos de desenvolvimento integrado, especialmente na zona citricultora, pelo potencial observado na consolidação do cultivo baseado na pequena produção subordinada à agroindústria implantada na região. Sendo assim, ações foram concretizadas nos tabuleiros sul de Sergipe, onde se verificou muito bem a convergência de objetivos locais, nacionais e internacionais.

Diante dos objetivos das políticas públicas para a área, infere-se à conclusão de que, na noção de desenvolvimento que perpassa essas políticas para o Nordeste e para a área em estudo, estão imbuídas as ideias do crescimento econômico aliado ao crescimento da produção e da produtividade e da racionalização do padrão agrário. “É que as características de nossa sociedade ‘quantitativa’ apresentam-se a partir do fascínio que categorias como tamanho, rapidez e velocidade exercem sobre nós, fazendo-nos esquecer ou relegar a um segundo plano as dimensões qualitativas da vida (MENEZES, 1996: 189).

De acordo com Menezes (1996), as modificações advindas do processo de modernização, ocorridas no agrário, por outro lado, trouxeram consequências comuns às áreas de modernização e de implantação de modelos de desenvolvimento da agricultura baseados nos Complexos Agroindustriais. Dentre tais consequências, pode-se elencar: 1) Superexploração do trabalho assalariado; 2) Presença de fortes impactos ambientais; 3) Transformações na urbanização das cidades; 4) Desencadeamento de um processo de migração; 5) Tendência à concentração do número de produtores modernos; 6) Altos custos sociais (a agroindústria se apropria privadamente de fontes públicas de recursos que deveriam servir ao conjunto da sociedade); 7) Modificação nos hábitos, valores, costumes (a terra perde sua centralidade na sociedade e monetização dos meios de vida no campo), e 8) O surgimento de um número de produtores excluídos, a chamada “pobreza moderna”.

Note-se que essas consequências assumem menores proporções na área de estudo do que em áreas onde o processo de modernização está mais consolidado e num nível mais avançando. Isso ocorre até mesmo pela especificidade, diferentemente do que ocorre em outras áreas frutícolas do Nordeste, onde o cultivo de frutas é baseado em médias e grandes propriedades com nível de modernização tecnológica mais avançado e mesmo do estado de

São Paulo, onde a laranja é cultivada em grandes e médias propriedades bastante modernizadas, entretanto, as tendências descritas são semelhantes.

2.2.1. Modernização na agricultura sergipana: a citricultura

A partir da década de 1970 mudanças significativas ocorreram na economia sergipana, e de modo específico no setor agrícola, modificando de forma visível o perfil do campo, em grande medida relacionadas com as transformações por que passou a agricultura brasileira, naquilo que ficou conhecido como processo de “modernização conservadora da agricultura”.

Diante desse contexto e baseado no relatório do projeto de pesquisa intitulado “A pluriatividade na agricultura familiar no estado de Sergipe”, financiado pela FAP/SE (2005) (Fundação de Apoio a Pesquisa), pode-se afirmar que de um lado a ocorrência de sensíveis mudanças no nível de organização e de mobilização dos trabalhadores do campo faz emergir um conjunto de lutas envolvendo diferentes categorias de trabalhadores rurais (canavieiros, sem-terra, posseiros, pequenos arrendatários e parceiros), expressando um grau mais elevado de organização e de conscientização sobre sua posição na sociedade brasileira; de outro, mudanças na estrutura agrária e agrícola do Estado, seja pela implementação de políticas governamentais de colonização, criação de cooperativas agrícolas, perímetros irrigados para exploração da rizicultura, hortaliças e fruticultura, seja pela constituição de assentamentos rurais com base no I PNRA e sucedâneos, todos eles alicerçados na utilização de insumos modernos e tecnologias geradas pela pesquisa — sementes certificadas e/ou melhoradas, fertilizantes agrotóxicos, mecanização, etc. Estas transformações eram mais claramente observadas nas regiões norte e sul do estado, ainda que seus efeitos terminassem por reordenar todo o espaço rural sergipano (LOPES, 2000).

Segundo DINIZ (1996), não resta dúvida de que o grande agente da modernização em Sergipe é o Estado, não só através dos projetos agrícolas e dos perímetros irrigados, como de agências de assistência técnica e de postos de venda de insumos, como a EMDAGRO, a COHIDRO, a COMASE e a CODEVASF. Os mais elevados índices de modernização são encontrados em projetos governamentais como o Califórnia e o Jacarecica. Todavia, as cooperativas e associações de moradores têm também desempenhado um papel importante na “modernização camponesa”, principalmente a COOPERTREZE. Nesta, os agricultores vinculados favoreciam seus cooperados com o aluguel de tratores e máquinas pesadas para derrubada das matas nas áreas de ocupação recente. Como muitos eram, originalmente,

trabalhadores sem-terra e descapitalizados, o cooperativismo julgou-os direta e indiretamente em elevados níveis de modernização (WANDERLEY, 1988).

No que tange à região sul do estado, em estudos de pesquisadores como, Filizola Diniz, nos anos 1970, apontavam para o embrionário processo de modernização que atingia o sul do estado, centrado especificamente no município de Boquim e na Colônia Treze (Lagarto). No início dos anos 1980, os estudos alastram-se sobre a temática na região, merecendo destaque o de SANTOS & ANDRADE (1980:5), relatando que “todos os citricultores de menos de 10 hectares empregavam fertilizantes e 50% deles usavam tratores e serviços bancários; entre 10 e 20 hectares, todos empregavam tratores e 75% deles utilizavam fertilizantes e trabalhavam com o sistema financeiro”.

Como efeito, principalmente no decorrer dos anos 1980, tornou-se corrente no meio técnico e acadêmico de Sergipe associar o campo sergipano ao desenvolvimento da agricultura da laranja. Sergipe havia se transformado, em curto espaço de tempo, no segundo maior produtor nacional de laranja. Os jornais de circulação estadual, e mesmo nacional, passaram frequentemente a veicular um conjunto de notícias enfatizando a relevância da citricultura para a economia do estado. A Festa da Laranja, anualmente realizada no município de Boquim, havia-se transformado em uma das principais atrações do turismo oficial do estado de Sergipe.

A produção de laranja, circunscrita no final da década de 1960 ao município de Boquim, expande-se nos anos subsequentes e passa a ocupar os melhores solos do estado, localizados na região centro-sul de Sergipe, reunindo expressivo contingente de pequenos produtores com propriedades de até cinco hectares, além de significativo número de trabalhadores rurais assalariados envolvidos com a laranja, principalmente nos períodos de colheita. Todavia, em função da expressiva crise com que se depara a partir dos anos 1990, o endividamento dos citricultores e a baixa produtividade dos pomares espelham o quadro atual da lavoura na região.

Nesse período, a zona citrícola no estado de Sergipe localiza-se na microrregião homogênea do Agreste de Lagarto e no litoral sul sergipano, concentrando-se nos municípios de Boquim, Arauá, Itabaianinha, Pedrinhas e Riachão do Dantas, que, juntos, eram responsáveis por 92% da produção de laranja no estado.

É nos anos 1970, sobretudo a partir de 1975, que a expansão da agricultura da laranja no estado de Sergipe se dá de forma mais acelerada, momento em que a área plantada e a produção passam a crescer a taxas superiores a 20% ao ano. Neste período, altera-se de maneira substancial o próprio perfil da “região da laranja” sergipana.

Por um lado, a citricultura expande-se regionalmente e passa a incorporar outros municípios. A “Região da Laranja” sergipana deixaria, a partir de então, de estar circunscrita aos cinco municípios produtores e passaria a envolver um total de 14 municípios, fazendo com que as atividades agropecuárias tradicionalmente desenvolvidas, como os cultivos do feijão, do fumo e da mandioca, cedessem espaços crescentes ao plantio da laranja. A partir desse período, Sergipe passa a ocupar o primeiro lugar, entre os estados nordestinos produtores de laranja, passando a exportar o produto *in natura* para praticamente todos os estados da região Nordeste e do Sudeste (exceto São Paulo) e alguns estados do Norte.

É necessário ressaltar que os municípios de Lagarto e Salgado, que, no início da década de 1970, não apresentavam uma citricultura significativa, passaram em um curto período a ocupar respectivamente a terceira e quarta posições entre os principais municípios produtores de laranja do estado de Sergipe.

Na conjuntura da produção citrícola, dois municípios sergipanos destacam-se dos demais: Boquim e Estância. O primeiro historicamente por constituir-se num dos maiores produtores de laranja de Sergipe (em 1990, 94,6% da área agrícola do município era destinada à citricultura) e também por ser o principal centro de comercialização e distribuição de laranja, abrigando cerca de 18 unidades de beneficiamento do produto para sua comercialização *in natura*; já o segundo, Estância, por destacar-se dos demais pelo fato de sediar as agroindústrias processadoras da laranja no estado, mesmo esse município apresentando uma produção de laranja pouco significativa. Apesar de principais produtores naturais e industriais estão passando por problemas de declínio, ao contrário de outros municípios que estão em fase de expansão na década de 1990, com destaque para Itabaianinha e Cristinápolis (Tabela 7).

Tabela 7: Evolução da quantidade de laranja produzida nos municípios produtores do centro-sul no período de 1975 a 2005

Municípios	Laranja – Quantidade produzida (Toneladas*)						
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Arauá	5.018	40.259	34.711	49.222	45.997	52.269	60.470
Boquim	34.696	94.036	140.738	149.210	118.664	65.010	64.142
Cristinápolis	0.330	15.903	6.911	22.910	30.666	67.674	80.908
Estância	0.796	7.446	6.922	15.920	20.758	25.393	29.972
Indiaroba	0.037	0.532	1.170	7.425	16.617	30.065	40.637
Itabaianinha	5.936	61.795	29.800	47.427	4.623	71.895	97.609

Itaporanga d' Ajuda	0.698	6.279	5.819	7.478	8.220	9.924	16.243
Lagarto	22.848	84.212	114.342	131.362	114.296	78.156	70.200
Pedrinhas	14.280	32.453	37.734	41.319	32.822	17.666	18.460
Riachão do Dantas	15.442	50.015	73.974	82.104	69.056	42.780	45.500
Salgado	2.842	57.177	89.084	113.220	92.227	52.404	55.200
Santa Luzia do Itanhy	0.269	5.318	4.729	8.423	11.347	24.186	35.731
Tomar do Geru	0.245	1.712	5.009	13.069	16.159	38.898	46.030
Umbaúba	4.284	27.407	27.508	37.890	36.006	41.327	50.737
Sergipe	112.372	479.206	537.490	734.951	677.983	636.212	738.787

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1975-2005.

*Até o ano de 2000 a produção de laranja era expressa em mil frutos.

Obs. A elaboração e cálculos próprios de 1975 a 2000 são baseados em informações do Deagro, inclusive estabelecendo o peso aproximado da laranja 0,205g.

Com a introdução e expansão da citricultura é transformada a base técnica de produção, a partir da introdução de novas tecnologias de cultivo e de novas variedades de laranja que paulatinamente foram sendo utilizadas, ainda que de forma diferenciada, pelos produtores rurais e que terminaram por elevar significativamente os índices regionais de produtividade.

Em termos de pessoal ocupado, a citricultura chegou a mobilizar cerca de 150 mil pessoas num estado com 1,5 milhão de habitantes, o que corresponde a 30% do emprego da população economicamente ativa de Sergipe. Com a crise por que passa a citricultura sergipana, estima-se que, atualmente, o número de trabalhadores não ultrapasse dos 50 mil.

Do ponto de vista dos trabalhadores, as consequências do processo de modernização da agricultura no estado são, como no resto do país, bastante conhecidas: a expropriação e expulsão de trabalhadores (moradores, arrendatários, foreiros, etc.) das terras que cultivavam, o aumento do assalariamento e a exclusão dos pequenos produtores do acesso às políticas governamentais para a agricultura.

No tocante aos pequenos produtores rurais, constata-se que apenas um contingente minoritário beneficiou-se de algumas medidas do modelo, no sentido de modernizar seu processo de produção. A grande maioria, porém, ficou excluída do acesso às políticas governamentais para a agricultura, reproduzindo-se com base numa agricultura predominantemente familiar, onde a manutenção da sua terra e sua condição de produtor estão

constantemente ameaçadas. Outro segmento foi expropriado e passou a engrossar o contingente de trabalhadores sem-terra.

Se hoje podemos falar num vasto segmento de trabalhadores que se reproduzem, a si e a sua família, estritamente a partir do trabalho assalariado, não se pode esquecer que há no estado uma outra parcela, difícil de qualificar, mas seguramente não-desprezível, de pequenos produtores que se assalariam em determinadas épocas do ano para melhorar os rendimentos domésticos. São os “trabalhadores migrantes”, que nos últimos anos vêm aumentando em número e têm sido vítimas frequentes de relações trabalhistas análogas à escravidão.

A entrada de diversos grupos empresariais, tradicionalmente envolvidos com outros setores da economia, em atividades relacionadas à citricultura evidencia a atratividade da produção, beneficiamento e comercialização da laranja nos anos 1980. De fato, os anos de 1980 registram vertiginosas elevações do preço do suco de laranja concentrado no mercado internacional, principalmente a partir da ocorrência de sucessivas quedas na produção norte-americana em função de desastres climáticos na Flórida, principal polo produtor mundial de laranja.

O princípio da operação de agroindústrias processadoras em torno da região sul do estado de Sergipe termina por imprimir um novo ritmo e dinâmica a esse cultivo. Dessa forma, a comercialização de laranja *in natura* destinada ao mercado interno foi paulatinamente cedendo lugar à produção destinada a atender as crescentes demandas do setor agroindustrial. Se no início dos anos 1980 apenas 6,7% da produção estadual de laranja eram processados, chega-se ao final dessa década com cerca de 70% da produção absorvida pelas agroindústrias processadoras, que passaram a exportar volumes crescentes de suco concentrado para os Estados Unidos, Canadá e alguns países da Europa.

Com isso, a dinâmica econômica da citricultura no estado passa durante a década de 1980 a ser crescentemente comandada pelas agroindústrias que, dada sua capacidade de impor preços, sistemas de produção e de comercialização, transforma-se em um dos personagens com caráter econômico e político mais forte na região.

Estima-se ser relativamente baixo o volume de matéria-prima própria processada pelas duas agroindústrias localizadas no estado de Sergipe. Calcula-se que 90% da laranja processada por essas agroindústrias são provenientes de terceiros, isto é, pequenos, médios e grandes produtores rurais. Esta situação, contudo, tende a se alterar, uma vez que as duas agroindústrias expandem seus plantios.

Merece destaque o processo da crescente expansão da atividade citrícola sergipana para municípios do norte baiano. De fato, os baixos preços da terra nesta região têm levado

grandes produtores rurais sergipanos, sobretudo aqueles do município de Boquim, a expandirem sua produção citrícola para os municípios de Rio Real, Esplanada e Cruz das Almas. Induz-se que em torno de 15% da laranja processada nas agroindústrias sergipanas sejam provenientes da Bahia.

Talvez o elemento-chave da citricultura sergipana resida no fato de ser esta uma atividade basicamente desenvolvida por pequenos produtores rurais, sobretudo aqueles que regionalmente são designados por minifundistas, cujas propriedades variam em média entre 2 e 3 hectares. Os pequenos produtores rurais constituem-se hoje no segmento de trabalhadores socialmente, isto é, econômica e politicamente, mais expressivo na agricultura da laranja no estado de Sergipe.

Tal fato mostra-se particularmente importante na medida em que confere uma singularidade especialmente em relação ao perfil dessa atividade em outras regiões brasileiras, onde a base da produção reside em médias e grandes propriedades portadoras de um elevado padrão técnico de produção.

A importância dos pequenos citricultores é dada pela sua expressiva participação na produção total da laranja de Sergipe, sendo eles responsáveis por cerca de 80% do total do produto. No plano político constitui, juntamente com os sertanejos, o segmento que historicamente tem-se mostrado mais ativo, seja no plano organizativo seja no que se refere às lutas políticas empreendidas, visando à sua inclusão nas políticas públicas voltadas para a agricultura.

Por outro lado, também se constata a existência de um vasto contingente de trabalhadores dispondendo de pouca ou nenhuma terra e que encontra no trabalho assalariado na laranja sua principal forma de reprodução social. Esse contingente envolve os chamados “diaristas” – expressão regional que designa os trabalhadores envolvidos na colheita da laranja, segmento de pouca visibilidade social e difícil quantificação, mas de proporções seguramente não-desprezíveis – e os “carregadores” – grupo de trabalhadores numericamente menos expressivo, mas presente em toda a região nas tarefas que envolvem o transporte da laranja dos sítios e fazendas às unidades locais de beneficiamento.

É notório que a expressão máxima da modernização na agricultura sergipana encontra representatividade na citricultura, mesmo entrando em crise na década de 1990. A região citrícola, quando comparada com outras regiões, apresenta-se bastante próspera. O advento da citricultura, além de favorecer renda e dinheiro, melhorou as condições de vida da população, que dispõe de uma boa rede de estradas, energia elétrica e demais serviços

prestados aos habitantes dos municípios pertencentes e envolvidos com a atividade agrícola, além do comércio.

Para fins de demonstração, seguem-se adiante dados que fornecem e evidenciam o rendimento da citricultura em Sergipe por municípios até a década atual.

Tabela 8: Rendimento médio da laranja nos municípios produtores de Sergipe – 1975 – 2005

Municípios	Laranja – Rendimento Médio (kg/ha)						
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Arauá	12.239	16.958	12.187	14.472	12.716	13.457	14.255
Boquim	14.301	16.977	25.308	26.639	20.800	11.000	13.000
Cristinápolis	0.012	12.833	12.188	14.472	12.713	12.944	14.320
Estância	0.012	16.961	12.186	14.472	12.110	11.341	11.509
Indiaroba	0.012	0.017	12.187	14.473	12.512	13.861	14.400
Itabaianinha	12.239	28.359	12.188	14.696	1.260	12.237	13.664
Itaporanga d' Ajuda	0.017	21.212	15.600	15.199	12.123	12.221	12.670
Lagarto	14.280	23.781	25.308	26.640	20.800	13.000	13.000
Pedrinhas	14.280	22.599	25.307	26.640	20.799	11.000	13.000
Riachão do Dantas	10.391	22.610	25.307	26.639	20.800	12.000	13.000
Salgado	14.210	22.608	25.307	26.640	20.799	11.000	12.000
Santa Luzia do Itanhy	0.012	16.936	12.188	14.472	12.109	12.141	13.549
Tomar do Geru	0.012	15.851	12.187	14.472	12.713	13.464	14.649
Umbaúba	12.240	16.959	12.187	14.472	12.713	13.374	14.259
Sergipe	13.300	20.604	21.877	21.381	16.827	12.301	13.506

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1975–2005.

*Até o ano de 2000 o rendimento médio da laranja era expresso em frutos/ha.

Obs. A elaboração e os cálculos próprios de 1975 a 2000 estão baseados em informações do Deagro, que estabeleceu o peso da laranja em aproximadamente 0,205g.

Percebe-se que Boquim e Lagarto, municípios tradicionais na citricultura sergipana, experimentam fase de crescimento nos rendimentos médios até os anos 1980, mas na década seguinte declinam consideravelmente, perdendo a posição de principais produtores para outros municípios, em relação a Itabaianinha e Cristinápolis.

2.2.2. A modernização desigual: exclusão e pobreza no campo

A feição assumida pela agricultura no contexto do processo de modernização espelha-se principalmente pela consolidação dos complexos agroindustriais. Estes se transformaram em elementos básicos no processo de acumulação do capital. Contudo, essa modernização se fez de forma espacial e socialmente desigual, tendo em vista que se concentrou mais em algumas regiões, no caso do Sudeste e Sul do Brasil. Por outro lado, tem-

se que antes de tudo foi um processo excludente quando se observa que os subsídios estatais privilegiam as grandes empresas agrícolas em detrimento dos pequenos produtores individuais, que se viram obrigados a se desfazer de suas propriedades ou assalariar-se.

Na visão de SORJ (1980: 116),

[...] a política de incentivo à modernização da agricultura terminou se transformando numa política de incentivo à concentração das terras, uma vez que a criação de infra-estrutura e juros subsidiados determinou um processo de valorização dessas terras.

Com relação aos pequenos produtores, esse autor considera que nas regiões de maior desenvolvimento econômico, eles se favoreceram das políticas creditícias do governo, apesar de que nas regiões mais atrasadas onde os pequenos produtores têm baixíssimos níveis de acumulação e se encontram geralmente encapsulados pelo latifúndio, o crédito agrícola se destinou, na maioria das vezes, aos grandes proprietários. Embora o autor não considere que esse modelo não é orientado para a eliminação da pequena produção, fato que é questionável quando se observa a situação atual da pequena produção nas regiões mais atrasadas do Brasil, ele conclui que:

[...]a modernização agrícola determina, isto sim, uma transformação qualitativa das características da pequena produção... [tendo em vista que]... as possibilidades de integração de tecnologia moderna concentrando-se de forma crescente numa camada de proprietários medianos, leva à concentração e capitalização desse setor, ao passo que ocorre uma pauperização dos pequenos produtores tradicionais (SORJ, 1980: 116).

A partir desse exposto faz-se necessário considerar as consequências sociais desse processo de modernização do campo no Brasil, principalmente das regiões “marginais”, no sentido geográfico do vocábulo. Se em termos produtivos e econômicos verificam-se ganhos qualitativos contundentes, tendo em vista que novas tecnologias puderam ser aplicadas no meio rural, gerando um ganho de produtividade imediato, tendo havido, outrossim, uma maior racionalização da produção com o objetivo de atender às demandas industriais, em termos sociais a concretização desses fatos toma outra dimensão: a exclusão e a desestruturação de modos de vida, da exacerbção da pobreza, o êxodo rural, a desesperança. É preciso desfazer os mitos dessa modernização. Há quem só veja nisso avanços e progressos, a evolução natural das coisas. Este é o teor principalmente do discurso oficial. Por outro lado, a discussão teórica nos anos 1990 a respeito das consequências do modelo de modernização da agricultura tem sido contundente no que toca aos entraves sociais verificados recentemente no campo. Aqui assume relevância a contribuição dos críticos, principalmente quando se trata dos custos

sociais da modernização do agrobrasileiro. De modo geral, o teor do debate pode ser resumido na tentativa de compreensão dos limites e contradições da acumulação capitalista no campo.

Como diz a esse respeito (GONÇALVES NETO, 1997:113):

Não se colocam mais questões do tipo sobrevivência de relações não-capitalistas de produção; mas tem-se como referência o desenvolvimento contraditório do capital que não exige uniformidade em nenhum de seus ramos de dominação. A preocupação centra-se nas transformações que a evolução desta dominação do capital processa no meio rural, seja no espaço, na produção, das relações de trabalho, etc.

Entendemos, outrossim, que esse debate não pode prescindir também de uma tentativa de compreensão dessas mesmas consequências nos aspectos culturais do homem do campo, no seu cotidiano, na sua visão de mundo. Nesse sentido, é preciso avançar essa discussão na direção de um necessário entendimento das atitudes, palavras e gestos do homem do campo os quais traduzem, antes de tudo, sua identidade em um mundo em constante transformação.

Se no atual estágio do capitalismo no campo brasileiro a pequena produção familiar ainda persiste, mesmo que de modo marginal, isso se dá, primeiro, porque a lógica de acumulação do capital é contraditória, não prescindindo, portanto, desse tipo de atividade tradicional para usufruir lucros; segundo, porque o trabalho familiar carrega em si a memória dos antepassados e as relações de vizinhança que muito importam, levando-se em conta que em momentos difíceis a solidariedade torna-se necessária para vencer o inimigo, o estranho.

Esse é o viés aceito no momento, ponto que entendemos ser a memória preservada nas práticas cotidianas um elemento fundamental para a compreensão da realidade da citricultura em Sergipe, ou seja, da preservação das práticas espaciais que ali verificamos e constam no trabalho de Santos (1999). Entendemos que apenas pela lógica da economia não seria possível perceber liames da persistência das atividades produtivas que ali existem. Para os citricultores de Sergipe, a persistência nessa atividade produtiva está relacionada a elementos da sua história pessoal e dos seus antepassados. Por isso continuam, embora não tenham a consciência disso, posto que estão por demais envolvidos com sua sobrevivência material.

2.3. CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E DE COOPERAÇÃO

2.3.1. Descrevendo e exemplificando os circuitos de produção

Os Circuitos Espaciais de Produção e Círculos de Cooperação são, na atualidade, importantes para a compreensão de determinadas funções e transformações do território, compreendendo as verticalidades e horizontalidades da produção.

Santos e Silveira (2001), Elias (2003), Frederico (2004) e Toledo (2005) justificam essa compreensão quando dizem que os circuitos espaciais produtivos pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas de produção, distribuição, troca e consumo de um determinado produto num movimento permanente. Os Círculos de Cooperação no espaço, por sua vez, tratam da comunicação consubstanciada na transferência de capitais, ordens e informação (fluxos materiais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas espacialmente segmentadas da produção.

Áreas privilegiadas pela agricultura, atualmente, fazem parte dos circuitos espaciais da laranja e de outros produtos, como cacau e soja. Aliás, alguns desses produtos devem sua existência aos avanços técnico-científicos alcançados pelas empresas ligadas ao agronegócio e de certa forma pelo apoio governamental em nível de políticas e financiamentos. No caso da laranja, por exemplo, conforma um *belt* bem estruturado no território brasileiro, estando situada, sobretudo, no território paulista.

As mudanças e os avanços da agricultura no Brasil têm conduzido a uma organização em rede dos agentes envolvidos no agronegócio, aprofundando a divisão territorial do trabalho e reorganizando espacialmente a produção. O ordenamento técnico-científico do meio geográfico conduz a uma produção agrícola científizada e globalizada voltada, principalmente, para os mercados internacionalizados.

A nova produção agrícola tem referência mundial, sendo influenciada pelas mesmas leis que regem os outros setores da economia. Desta feita, a competitividade, característica do período recente, induz a uma difusão desse modelo de agricultura, exigente de ciência, de técnica e de informação e que permite um aumento considerável da produtividade (TOLEDO, 2005).

Para ilustrar esses circuitos, antes de adentrarmos no circuito específico da laranja, vamos utilizar a análise empreendida por Denise Elias (2003), relativa às agroindústrias canavieiras na região de Ribeirão Preto/SP. Ela mostra como uma nova regulação pública — o Proálcool — acelera a participação do estado de São Paulo na produção nacional de cana de açúcar e na sua transformação industrial. Com afiançamento de uma função regional da divisão territorial do trabalho, a produção de cana convoca a implantação, no lugar, de outras

etapas dos circuitos de produção. Instalam-se, em anos recentes, elos de elaboração industrial. Em 1995 existiam em Ribeirão Preto 31 usinas e 14 destilarias que respondiam por 42,8% da cana de açúcar produzida em São Paulo, 43,24% do açúcar e 45% do álcool (ELIAS, 1996). E acrescenta:

Mas o dinheiro público direcionado para desenvolver a atividade canavieira, sob formas de crédito à produção de cana, à implantação e modernização de indústrias e à pesquisa tecnológica, permitiu aos usineiros comprar fazendas e realizar uma integração da produção agrícola com a industrial, aumentando seus lucros (ELIAS, 1996:87).

Aqui se percebe que a contiguidade territorial entre plantação e usina ou destilaria é um dado técnico de localização, pois, para não perder suas características, a cana de açúcar exige uma transformação industrial quase imediata após ser colhida. A cooperação técnica perfaz-se, agora, com a concentração da propriedade das instâncias produtivas.

As agroindústrias canavieiras e citrícolas têm apresentado grande expansão nas últimas décadas, influenciando o desenvolvimento de inúmeras outras atividades econômicas, assim como inibindo a atuação de pequenas empresas não-hegemônicas, compondo um centro irradiador de fixos e fluxos – de matéria e de informação –, formando uma teia de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação que ultrapassam os limites regionais. Diante disso, sobre vários aspectos, o conhecimento desses circuitos e círculos dá o alcance geográfico dessas produções, delimitando parte dos fluxos de pessoas, bens, dinheiro e informação, realizados durante o processo de produção, distribuição e consumo do açúcar, do álcool e do suco concentrado de laranja. Pelos sistemas técnicos e de ações a eles relacionados, pode-se observar os aspectos relevantes desses dois ramos agroindustriais e, por sua vez, parte das funções do processo, os quais levaram à construção de novas formas e estruturas espaciais hoje dominantes em lugares específicos, podendo-se mencionar, no caso tratado, São Paulo e Sergipe.

Segundo Milton Santos (1986 e 1994)), os circuitos constituem uma série de fases correspondentes aos distintos processos de transformação por que passa o produto principal da atividade até chegar ao consumo final. Os circuitos espaciais indicam a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração do espaço de acordo com a divisão do trabalho sobre o espaço total do país. Para estudar os circuitos espaciais de determinada produção, torna-se mister considerar todas as relações técnicas e econômicas envolvidas, assim como a interação entre elas.

O uso do território não é o mesmo para as diversas firmas. Os mesmos sistemas de engenharia são utilizados diferente e seletivamente. Na medida em que a força de mercado

não é a mesma, a dimensão espacial de cada firma não é idêntica, variando com a capacidade de cada uma para transformar as massas produzidas em fluxos. Cada firma usa o território segundo sua força. Criam-se, desse modo, circuitos produtivos e círculos de cooperação, como forma de regular o processo produtivo e assegurar a realização do capital.

Para fins de melhor entendimento, Milton Santos acrescenta:

Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os circuitos de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como pontos nodais, onde estes círculos de valor desigual se encontram e surpresaõem (SANTOS, 1994:128).

Os circuitos espaciais de produção tornam-se mais complexos quando, graças a importantes pesquisas científicas públicas e privadas, os resíduos do processo técnico de obtenção de açúcar e álcool são transformados em subprodutos. É o caso da produção de fertilizantes, rações animais e energia elétrica, entre muitos. Ao mesmo tempo, criam-se indústrias fornecedoras de equipamentos e máquinas para montar usinas.

Nesse contexto, pode-se induzir que os avanços e as mudanças nas formas de organização da agricultura brasileira conduziram a uma organização em rede dos agentes envolvidos no agronegócio, aprofundando a divisão territorial do trabalho e reorganizando espacialmente/territorialmente a produção. O adensamento técnico-científico do meio geográfico conduz a uma produção agrícola cientificada e globalizada, voltada, principalmente, para os mercados exteriores.

A nova produção agrícola tem referência globalizada, sendo influenciada pelas mesmas leis que regem os outros setores da economia. Assim, a competitividade, característica do período atual, induz a uma difusão desse modelo de agricultura, exigente de ciência, de técnica e de informação, e que permite um aumento considerável da produtividade (SANTOS, 2000).

Novas solidariedades decorrem desse novo uso do território brasileiro, conformando verdadeiros círculos de cooperação no espaço para possibilitar a produção dessas *commodities* agrícolas: sementes, fertilizantes e herbicidas, culturas de entressafra, bancos de germoplasma e créditos públicos e privados (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

No Brasil conformam-se *belts* e *fronts* de agricultura moderna. A nova e racional divisão territorial do trabalho permite que tais ocupações sejam bem-sucedidas. As ações modernizantes, no entanto, ocorrem em manchas do território, como no caso da fruticultura irrigada no vale do São Francisco em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA); a soja no Mato Grosso,

em Balsas (MA) e Barreiras (BA); a cana de açúcar em Ribeirão Preto (SP), e a citricultura em São Paulo e Sergipe, entre outros (TOLEDO, 2005).

O Estado aparece nessa trama como um cooperador para a efetivação das ações empreendidas por um grupo de empresas no território brasileiro, financiando a criação de novos sistemas de engenharia e de movimento.

2.3.2. Circuitos espaciais de produção da laranja

Tratando especificamente do Circuito Espacial Produtivo da Laranja, tem-se a citricultura compondo a pauta das exportações do Brasil, conferindo ao país a posição de maior produtor e exportador mundial de suco de laranja concentrado, como também congelado, e terceiro maior exportador de frutas cítricas na América do Sul.

A participação crescente do Brasil na produção e exportação de suco concentrado de laranja (mais de 50% do comércio mundial) ocorre principalmente sob o comando de quatro grandes grupos: Cutrale, Citrosuco, Cargil e a antiga Frutesp, as quais distribuíram no estado de São Paulo suas instâncias de produção e circulação. Considerando a quantidade de extratoras, essas empresas concentravam, em 1994, 81,3% da capacidade instalada na produção de suco. As exigências de um mercado altamente competitivo e as políticas desses grupos empresariais alastraram-se a montante no circuito produtivo, uma vez que suas rígidas normas técnicas e organizacionais impõem certo manejo dos pomares mesmo quando estes são de uma propriedade (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

O Brasil se destacou no cenário mundial, devido, principalmente, a algumas políticas adotadas no país, visando à modernização da atividade agrícola, especialmente para fins de exportação, além do decréscimo na produção americana nas décadas de 1960 e 1980, causado pelo inverno rigoroso como também pelo surgimento do cancro cítrico. Estes motivos, mais o insucesso de grandes produtores mundiais, sobretudo pela instabilidade climática, têm sido preponderantes para o aumento da exportação brasileira, levando, consequentemente, a uma queda brusca na produção estadunidense, favorecendo com isso a produção no Brasil, inclusive aumentando a área cultivada e colocando este país como principal produtor no *ranking* mundial, conforme se observa na **tabela 9**.

Tabela 9: Principais Países Produtores de Citros 1992 – 1997

4 Ranking*	Países	1992/93	1994/95	1996/97
1	Brasil	302.9	346.0	401.0

2	Estados Unidos	177.0	246.8	262.8
3	México	56.4	66.2	73.5
4	Espanha	63.5	73.2	59.7
5	Itália	43.1	51.7	53.9
6	China	* * *	26.2	42.3
7	Egito	38.6	43.4	38.1
8	Turquia	18.0	20.1	20.6
9	Grécia	20.1	21.4	21.3
10	África do Sul	15.9	16.3	22.8
11	Argentina	14.7	16.2	14.2
12	Marrocos	27.0	21.4	24.8
13	Austrália	11.9	14.0	11.5
14	Israel	13.9	9.2	11.5
15	Cuba	14.7	10.4	9.3

Fonte: World Horticultural Trade and U.S. Opportunities – USDA, 1997

* Em milhões de caixas de 40,8 Kg

No Brasil, nota-se a tendência de aumento da demanda por suco pasteurizado embalado, item que não existia no mercado do país em 1993 e que, em 1999, já havia alcançado a marca de 160 milhões de litros produzidos. A média anual de consumo de suco no país é de 20 litros por habitante, metade da média norte-americana (ABECITRUS, 2003).

Um fato curioso é que toda a produção-norte americana é consumida internamente. A Espanha, por sua vez, destaca-se na comercialização da fruta *in natura*, por causa de suas condições climáticas, técnicas de produção, colheita e comercialização, beneficiada pelas preferências tarifárias decorrentes do Nafta⁵. O México concorre diretamente com o Brasil nas exportações de suco de laranja concentrado para os Estados Unidos.

No Brasil, a capacidade de processamento de frutas é de aproximadamente 361 milhões de caixas por ano. A produtividade média dos laranjais cresceu 30% ao longo da década de 1990, atingindo em torno de 600 caixas por hectares em 2002. Da produção brasileira de laranja, 72,5% destinam-se ao processamento industrial. Para o consumo interno são destinados 27%. A exportação *in natura* é inexpressiva.

⁵ Área de Livre Comércio da América do Norte

Tabela 10: Produção e Destino da Laranja Brasileira (Milhões de caixas de 40,8 kg – 2002 a 2005)

Item/Ano	2002/2003	2003/2004	2004/2005*
Produção	365,0	290,0	368,0
Mercado Interno	45,0	44,3	55,0
Processamento	305,0	230,0	295,0
Exportação – Suco	1.250	1.253	1.252
Exportação – Fruta Fresca	1,0	1,7	2,0
Exportação – Derivados	14,0	14,0	16,0

Fonte: USDA, 2004.

* Previsão

A produção e o processamento de frutas para a mesa ainda carecem de maior eficiência no caso brasileiro. Além das barreiras tarifárias, as vendas externas de produtos frescos são mais susceptíveis a restrições sanitárias.

Em todo o mundo, as empresas de suco vêm-se juntando às multinacionais de bebidas por meio de fusões e aquisições. O mercado é cada vez mais restrito. As dez principais engarrafadoras da União Europeia ocupavam, em 1992, cerca de 28% do mercado regional. O percentual subiu para 36% cinco anos depois. Nos Estados Unidos, onde as maiores companhias de bebidas dominam o segmento de sucos, a concentração é ainda maior: as três líderes respondem por 47% (BNDS, 2000 e PAULILLO, 2000).

No processamento industrial do suco, verifica-se a presença de empresas especializadas, como as brasileiras Cutrale e Citrosuco, que têm alianças estratégicas com a Coca Cola e a Pepsi Cola nos Estados Unidos e também exportam o suco para ser embalado naquele país. Outras três empresas dominaram o segmento até julho de 2004: Citrovita, Cargil e Coinbra/Dreyfuss. Iniciativas de exportação direta com a marca dos compradores também estão sendo testadas. Por isso, o varejo europeu, principal cliente do Brasil, tem desempenhado influência cada vez maior no circuito produtivo brasileiro de suco de laranja.

O circuito produtivo brasileiro de citros caracteriza-se pela elevada competitividade internacional, especialmente pelo pioneirismo no desenvolvimento da logística de distribuição a granel do suco de laranja concentrado congelado (SLCC). Tal competitividade deve-se, em parte, à atuação global do segmento antes mesmo da abertura econômica brasileira (1992) (TOLEDO, 2005).

Em nível de Brasil, pode-se comparar e exemplificar que os principais produtores de laranja estavam, até a década de 1990, localizados nos estados de São Paulo, Sergipe, Bahia e Minas Gerais (Tabela 11). Os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, nas décadas de

1970 e 1980, detinham grande produção, perdendo quantitativamente para alguns mencionados anteriormente na década de 1990.

Tabela 11: Principais estados brasileiros produtores de laranja 1975 – 1996 (Em 1.000 Caixas – 40,8 Kg)

Ranking	Estados	1975	1980	1985	1990	1995	1996
1	São Paulo	84.700	156.790	218.000	262.500	322.300	355.000
2	Sergipe	2.248	9.584	11.694	14.699	13.556	17.172
3	Bahia	2.364	3.386	4.992	8.464	14.960	15.848
4	Minas Gerais	6.044	7.258	7.789	8.080	9.172	14.088
5	Rio G. do Sul	6.388	7.292	7.085	8.225	8.684	8.120
6	Rio de Janeiro	10.772	9.288	8.817	9.799	2.944	3.544
7	Paraná	***	***	1.470	1.640	3.704	3.388
8	Goiás	***	***	754	1.032	2.159	2.200
--	Subtotal	112.516	193.598	260.601	314.649	377.479	419.360
--	Outros	14.252	23.789	6.705	2.787	8.433	8.640
--	Total Brasil	126.768	217.387	267.306	317.436	385.912	428.000

Fonte: GCONCI – Grupo de Consultores em Citros, 1999

*** Dados não-disponíveis

A partir dos anos 1990, Sergipe perde posição para o estado da Bahia, principalmente em termos de produção. E, para ilustrar tal crise em Sergipe no pódio nacional, citamos depoimento do coordenador do Programa de Revitalização da Citricultura Sergipana no qual ele destaca a importância da atividade e a urgência de política de incentivo:

[...] esta atividade é a principal do setor agrícola, sendo responsável pela geração de milhares de empregos, porém encontra-se em um momento em que, ou se moderniza, aumenta sua produtividade, controla pragas, doenças, ou pode vir a morrer gradativamente, trazendo um problema social de enormes proporções para o nosso estado (DEAGRO, 2006).

Fazendo-se uma comparação entre os dois maiores produtores na década de 1990, São Paulo e Sergipe, ambos participaram significativamente na formação do espaço citricultor e produção nacional.

Para Sergipe, houve um crescimento que representou um acréscimo de 1% para cada decênio na participação da produção nacional. Esse crescimento representou, entre 1970 e 1992, uma produção de 1715,62% e em área colhida 697,45%. Para São Paulo, a variação no mesmo período foi de 599,34% em área colhida e 872,78% em produção (MATTA, 1995: 30).

A diferença entre produção e área colhida nesses dois estados citados reflete o processo de otimização no primeiro, e expansão e/ou espacialização com tendência ao

processo de especialização na produção de citrus no segundo; salientando que na produção de laranja e similares, há interferência significativa dos fatores naturais, e que as diferenciações das áreas e níveis de inserção ocorrem à medida que aumentam o número de adesões ao processo de modernização.

No tocante à produtividade, para fins de demonstração, na safra de 1988/1989 foram produzidos em todo o Brasil 72,9 bilhões de frutos. O estado de São Paulo foi responsável por 85% dessa produção. Sergipe contribuiu com 4,6%, e o restante da produção ficou com Minas Gerais, 3,2%; Rio de Janeiro, 2,8%; Rio Grande do Sul, 2,2%, e a Bahia com apenas 1,7%.

A quantidade de frutos produzidos no período variou consideravelmente. Em Sergipe, a variação foi de 707,08% e em São Paulo, 921,24%.

A partir de 1989 a comparação da produtividade entre ambos os estados não é muito acentuada, devido ao aumento de capitalização dos pomares sergipanos. Esta assertiva é dita por técnicos da citricultura da época, complementando que a produtividade por hectare é um fator importante, mas ela demonstra uma generalidade bastante elevada, que às vezes não condiz com a realidade (SANTOS, 1990).

Esta assertiva também pode ser contatada a partir de dados fornecidos pelo Deagro e IBGE, quando estes explicam como se deu a produtividade especificamente no estado de Sergipe, demonstrando que há uma variabilidade dentro do próprio estado.

2.3.3. Formas recentes de articulação na agricultura e a organização em redes

Na metade da década de 1980 começa a se delinear, com maior objetividade, um novo modelo de uso agrícola no território brasileiro. Ocorre um estreitamento nas relações agricultáveis, de um lado, com o sistema de distribuição, sob o comando de grandes *tradings* e de cadeias de supermercados varejistas, e de outro lado, com os fornecedores de insumos e serviços. As grandes empresas passam a atuar como coordenadoras dos processos produtivos de grandes segmentos da agricultura, imprimindo-lhes procedimentos padronizados e “maior eficiência”, isso porque as *tradings* detêm acesso privilegiado ao crédito externo através de importações financiadas e/ou antecipações de recursos sobre exportações. Nesse novo ambiente mais integrado com outros setores da economia, “a agricultura experimenta talvez o fato explicativo mais importante para se entender a sua dinâmica de crescimento positivo na década de 1990: o crescimento sistemático de sua produtividade” (SILVA DIAS & AMARAL, 2001:14).

Segundo Mazalli (2000: 149):

No centro da dinâmica pós-anos 1990 está um processo de reorganização das relações entre os agentes econômicos, no interior das empresas e entre elas, refletindo um posicionamento estratégico voltado ao incremento da habilidade de tratar com todas as formas de ‘turbulência’: na demanda, na tecnologia, na concorrência. Tal incremento da capacidade de introdução de novos produtos e redefinição de vantagens competitivas.

Para cada circuito produtivo, tal flexibilidade das ações e estratégias manifestou-se de forma diferente, assim como seus resultados, haja vista a lógica e as trajetórias próprias de cada um.

As mudanças relacionadas aos vínculos entre empresas que integram um mesmo circuito produtivo (produtores, distribuidores, clientes) e entre empresas concorrentes (do mesmo ramo ou não) engendram novas configurações, de caráter dinâmico e complexo.

Evidencia-se o esgotamento do paradigma explicativo dos CAIs, exigindo um esforço para encontrar novos instrumentos que possam descrever e explicar a nova dinâmica das relações na agricultura e entre empresas.

Analizando os circuitos produtivos da soja e da laranja, Mazalli (2000) aponta algumas transformações importantes na articulação entre as empresas como: novas relações emanadas de processo de terceirização das atividades; estreitamento das relações com os fornecedores, principalmente os produtores, e com os distribuidores e clientes, e alianças estratégicas entre empresas concorrentes.

O processo de terceirização gerou novos vínculos, de um lado, com fornecedores de serviços essenciais, como transportes e manutenção; de outro, com fornecedores de serviços administrativos (limpeza, jardinagem, vigilância, refeitório e processamento de dados). De forma geral, essas empresas buscaram “enxugar” a estrutura administrativa e reduzir os custos fixos (transformando-os em custos variáveis).

Em relação às articulações com os produtores agrícolas, observam-se tendências à consolidação de padrões estáveis de relacionamento, assentados na seleção e exclusão de fornecedores. O padrão de qualidade e produtividade passa a ser, então, rigidamente ditado pelas empresas.

Tanto no circuito produtivo de soja quanto no de laranja intensificaram-se as alianças estratégicas entre as empresas “concorrentes” na produção, comercialização e, principalmente, em pesquisa e desenvolvimento. Tais “parcerias” deram-se sempre com o intuito de conquistar novos mercados internos e externos e aumentar o acesso a novas tecnologias e ao crédito.

Os círculos de cooperação aqui englobam também o Estado, que agora age no sentido de facilitar a atuação das grandes *tradings* processadoras de soja, laranja ou cacau, viabilizando infraestruturas para sua movimentação e escoamento.

Nos anos 1990 acentua-se o aumento do poder de barganha das grandes corporações que, no período atual, são capazes de rearticular suas relações com os fornecedores, distribuidores, clientes e concorrentes. Na concepção de “organização em rede” as empresas não operam independentemente, mas sim balizadas por um “ambiente” que direciona as ações. Nestes “arranjos”, as atividades como produção, comercialização e P&D são articuladas com base na competência técnica dos agentes, e as informações tecnológicas e mercadológicas são, de alguma maneira, socializadas entre os componentes da rede (MAZALLI, 2000).

Os arranjos e inter-relações entre os agentes podem se combinar de diversas formas visando a facilitar as ações em grupo.

As relações entre empresas extrapolam as fronteiras setorial, empresarial e política, atuando na escala mundial. Quebrando os limites dos setores e das empresas, as redes dão conta das transformações em âmbito interno e das interações entre empresas. Isso mostra o aprofundamento das relações entre os agentes hegemônicos e evidencia o aumento do poder de transação das empresas no período atual.

Essa organização em rede das empresas, apoiada por políticas neoliberais no atual período, conduzirá a uma nova forma de regulação do território nacional.

2.4. GEOGRAFIA AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO SERGIPANO

2.4.1. Mudanças agrícolas nas microrregiões sergipanas

A atividade agrícola é de fundamental importância no Nordeste brasileiro onde gera emprego e renda para os pequenos produtores rurais. No caso específico da região geoeconômica do Centro-Sul, a cultura agrícola de maior ocupação é a citricultura. Apoiados no censo agropecuário de Sergipe 1995/96, na produção agrícola municipal, em documentos da Embrapa e na pesquisa de campo, tentaremos elaborar uma análise das mudanças na geografia sergipana com ênfase nas microrregiões produtoras de laranja em Sergipe.

A análise das mudanças na geografia agrícola é imprescindível na programação de pesquisa e financiamento de cultivos estratégicos para uma determinada região, ou

microrregião dos estados, identificando o uso atual e a evolução histórica da produção, área de cada cultivo na região e, mais detalhadamente, na área de estudo.

No estado de Sergipe fica visível a predominância das culturas temporárias que nos últimos quinze anos ocuparam mais de 60% da área total cultivada. Já as culturas permanentes, das quais faz parte a laranja, passaram de 91.471 ha para 106.860 hectares. Entre 1990 e 2004 não ocorreu mudança na localização, pois em 1990 as microrregiões de Boquim, Estância e Agreste de Lagarto concentraram, respectivamente, 30%, 18% e 13%, e em 2004 passaram a responder, relativamente, por 36%, 22% e 12% da área total estadual com cultivos permanentes.

A área colhida com todos os tipos de cultura no estado de Sergipe, em 1990, foi de 249.826 hectares e de 320.021 ha em 2004. Nesses dois anos as culturas temporárias apresentaram os maiores percentuais da participação: 63% e 67% respectivamente. A geografia agrícola sofreu diversas alterações nas microrregiões que compõem o estado.

Tabela 12: Participação de cada microrregião na área total cultivada e no total de cada tipo de cultura agrícola em Sergipe, em 1990 e evolução da participação em 2004.

Microrregião Geográfica	Área total cultivada temporária em 1990 e evolução em 2004.		Área total cultivada permanente em 1990 e evolução em 2004.		Área total agrícola (temp. + perm.) em 1990 e evolução em 2004.	
	1990	2004	1990	2004	1990	2004
Sergipana do São Francisco	16.087	100%	25	372%	16.112	101%
Carira	21.774	43%	6	_	21.780	43%
Nossa Sra. das Dores	9.478	24%	331	-2%	9.809	23%
Agreste de Itabaiana	16.109	-18%	803	145%	16.912	-10%
Tobias Barreto	16.789	210%	376	67%	17.165	207%
Agreste de Lagarto	15.424	5%	12.043	5%	27.467	4%
Própria	15.214	-14%	4.530	59%	19.744	3%
Cotinguiba	8.434	-18%	401	165%	8.835	-10%
Japaratuba	18.362	-28%	10.451	22%	28.813	-10%
Baixo Cotinguiba	8.638	28%	8.320	-45%	16.958	-8%
Aracaju	1.518	-21%	10.967	-61%	12.485	-56%
Boquim	6.268	2%	26.999	41%	33.267	34%
Estância	4.260	14%	16.219	42%	20.479	36%

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2007).

A partir da configuração dos dados expostos e das leituras de documentos sobre a região, especificamente nos documentos da Embrapa e, mais especialmente, nos escritos de CUENCA et al (2007), podemos suscitar os questionamentos que se seguem em relação às microrregiões integrantes da nossa pesquisa.

Na microrregião do Agreste de Lagarto destacam-se os cultivos de laranja, mandioca e maracujá, e em segunda importância, os cultivos de feijão, milho e fumo, com mudanças pouco expressivas nas áreas de cultivo nos últimos 15 anos. Observam-se acréscimos de área colhida de laranja, feijão, duplicação da área de milho e reduções de cerca de 10% e 15% nas áreas colhidas de mandioca e maracujá.

A microrregião de Boquim concentra a mais expressiva área colhida com laranja do estado de Sergipe, com área colhida aproximada de 35 mil hectares, com aumento de área equivalente a 51%, comparando-se 2004 com 1990. Em segundo plano, destacam-se os cultivos de mandioca, situando-se em torno de 3 mil hectares, seguindo-se por milho (aumento de 31% em 2004), maracujá (queda de 65% em 2004), feijão (cenário estável mudança) e coco (aumentos de 34% em 2004), com áreas colhidas inferiores a 2 mil hectares. A distribuição da área cultivada naquelas duas microrregiões, nos anos de 1990 e 2004, é respectivamente de 27.467 e 28.554 para microrregião do Agreste de Lagarto e de 33.267 e 44.563 para a microrregião de Boquim.

No tocante à microrregião de Estância, esta é outra que pode servir de referência na fruticultura sergipana, com predomínio da cultura de coqueiro que, em 1990, ocupava 62% da área total com plantios (20.479 ha). As culturas da laranja, banana e maracujá também se destacam. As quantidades de áreas ocupadas pelas diversas culturas são de 20.479 em 1990 e de 27.939 em 2004.

Sintetizando, a produção de laranja em 1990 foi de 3,67 bilhões de frutos, totalizando 737.256 toneladas em 2004, concentrando-se nas microrregiões de Boquim (65% ao longo do período analisado), no Agreste de Lagarto (29% em 1990 e 16% em 2004), e a microrregião de Estância apresentou participação de 5% em 1990 com expansão de área colhida para 17% em 2004 (CUENCA et al, 2007).

Encerrando, o estado de Sergipe vem apresentando acréscimo da área colhida tanto com culturas permanentes, quanto com culturas temporárias, além de experimentar notória realocação agrícola entre as diversas microrregiões do estado. Esta situação agrícola fez com que nos últimos quinze anos as concentrações dos cultivos alterassem sua localização e a origem da produção estadual, a exemplo dos produtos hortifrutigranjeiros.

2.4.2. Formas de trabalho da produção agrícola: o caso dos citricultores

No Centro-Sul sergipano encontra-se o polo mais dinâmico da produção agrícola sergipana. A composição familiar obedece a um ciclo existencial recente, cujos chefes de família e também os produtores contatados encontram-se, em sua maioria, na faixa etária entre 29 e 59 anos. Este fato indica a formação de uma descendência jovem que não dá preferência às relações de ajuda simétrica ao grupo doméstico; ela se anuncia no peso dos membros consumidores sobre os produtivos (ANTONELLO, 2001).

Na constituição originária de sua natureza, o grupo doméstico constrói suas estratégias em torno dos membros produtivos que são utilizados em quase sua totalidade 80,33% intraunidade camponesa e, mesmo assim, correspondem a 72,77% da força de trabalho alocada no processo produtivo. A força de trabalho disponível (FTD) sustenta praticamente as atividades requeridas para colocar em funcionamento a produção. Esta apresenta baixa exigência de mão de obra durante o ciclo produtivo por se tratar de uma cultura permanente, no caso da laranja, a qual requer maior força de trabalho durante o período da colheita.

A esse respeito, acrescenta (MATTA, 1995: 169):

A laranja, como produto perecível, necessita de várias pessoas no período de safra, pois sua retirada é feita manualmente, e o limite de tempo gasto nesse processo é fator preponderante para garantir a qualidade do produto. [...] Portanto, a participação do trabalho temporário na complementação do volume de atividades desenvolvidas na época da colheita é imprescindível.

Tendo em vista que grande parte da produção/cultivo da laranja é integrante da agricultura familiar, seu trabalho chega a ser depreendido a um ponto que, em determinados casos, o camponês, comedido pela exiguidade de sua unidade de produção, dedica-se em totalidade ao produto-mercadoria e se converte em “camponês sem-terra” para a produção de gêneros alimentícios. O dispositivo encontrado é o pagamento de uma renda a grandes proprietários de terra para suprir a necessidade de terras de sua gleba original.

Essa renda lhe aparece, comumente, sob forma de renda em trabalho, isto é, desenvolve o cultivo de outros produtos como milho, feijão e mandioca entre o laranjal em formação; simultaneamente encarrega-se do trato deste.

A necessidade de renda/dinheiro constitui uma oportunidade para o “vizinho-camponês-comerciante” aproximar-se do camponês⁶. O intermediário se faz presente de forma marcante na comercialização da produção.

Destarte, o trabalho aparece para os membros do “grupo doméstico” como a via objetiva para a realização da subjetividade das necessidades engendradas pelo dinheiro. Transforma a representação concreta do produto do trabalho familiar em representação abstrata do dinheiro.

Outro ponto importante é que um traço comum entre o campesinato e o trabalhador que apenas possui a sua força de trabalho para se manter fertiliza-se na máxima de que este deve vendê-la unicamente para cobrir suas necessidades vitais. São elas que condicionam a diretriz do trabalho familiar camponês voltado para o mercado, o qual subentende a obtenção da renda-trabalho.

É relevante salientar que é a produção do espaço camponês sob novos padrões sociais, econômicos e produtivos, ancorados no produto-mercadoria, a laranja, no caso específico, personifica a força impulsora de crescimento da economia da área.

A cristalização do produto-mercadoria nesse espaço de produção representa a espacialização do capital nesta produção. Contudo, não dissipa a peculiaridade de trabalho familiar; pelo contrário, confirma-o como fulcro do processo produtivo.

Segundo Andrade (1992:71), “concretiza-se para os membros do grupo doméstico a oportunidade de permanecer como trabalhador coletivo, principalmente, nas unidades de produção que apresentam as condições próprias para sua obtenção”.

A ressalva “opção de trabalho remunerado” é fundamental, isto é, os produtores detentores de melhores condições produtivas podem obter um retorno econômico vantajoso para o grupo. Isso se dá ao contrário dos produtores que são cerceados de auferir um resultado equitativo, tendo em vista as limitações do instrumento de produção (ANTONELLO, 2001).

A questão da ausência ou da presença inexpressiva da figura do trabalhador externo nas médias e pequenas propriedades oculta-se no fato de que os produtores, devido à exiguidade da sua produção e de sua situação de descapitalizado, optaram por “deixar a colheita sobre a responsabilidade de um intermediário, ‘cabo de turma’ pois, diante da pequena quantidade de frutos, consideram inviável a contratação de trabalhadores” (PINTO, 1996:129).

⁶ Neste trabalho, utiliza-se, na maioria das vezes, o termo camponês como pequeno produtor.

A própria natureza da cultura citrícola, demandante de grande quantidade de mão de obra, especificamente familiar e no período da colheita principalmente, propicia a proliferação do proletariado rural genuíno, com a materialização de relações de produção tipicamente capitalista.

A esse respeito (ANTONELLO, 2001: 166) diz:

Simultaneamente, há a formação de um mercado de trabalho local. Essa categoria de trabalhadores encontra-se no limite da sobrevivência, corroída pela absorção flutuante do mercado de trabalho. E, não possuem condições de alterar a sua situação.

Em depoimentos e escritos contidos em trabalhos que retratam a área, bem como em nossa pesquisa de campo, constatou-se que os pequenos produtores, geralmente com menos de um hectare, recorrem ao assalariamento devido à exiguidade de sua terra.

Segundo dados do censo agropecuário de 1985, a utilização dos trabalhadores temporários na região citrícola dá-se, principalmente, nos meses de maio, junho e julho, época da principal safra de laranja, e nos meses de novembro e dezembro, época correspondente à safra secundária ou temporária. Entretanto, é necessário esclarecer que, em virtude de a citricultura sergipana ser principalmente dependente do regime pluviométrico, que pode ser escasso durante alguns anos, esse ciclo pode ser alterado. Observações *in loco* demonstram que essa dinâmica não perdurou em 1995; ao contrário: revelou-nos uma crise de produtividade ocasionada, dentre outros fatores, pela falta de chuva, tendo como algumas de suas consequências a redução da oferta de trabalho e aumento do índice de desemprego.

Tabela 13: Mão de obra utilizada nos municípios pesquisados – 2008.

Mão de obra utilizada					
Municípios	Número de entrevistados	Familiar	Temporária	Permanente	Outros
Arauá	20	17	03	-	-
Boquim	20	06	04	01	03
Cristinápolis	15	15	-	01	-
Estância	19	18	05	-	-
Indiaroba	09	08	-	-	-
Itabaianinha	21	20	06	-	-
Itaporanga d'Água	12	08	02	-	-
Lagarto	20	12	10	04	-
Pedrinhas	15	14	04	-	-

Riachão do Dantas	10	09	-	-	-
Salgado	15	06	02	-	01
Santa Luzia do Itahy	10	06	03	01	-
Tomar do Geru	07	05	02	-	-
Umbaúba	15	09	08	01	-
Total	208	153	49	08	04

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

A situação apontada por Antonello (2001), pode ser remetida ao processo de pauperização seguido da proletarização de antigos camponeses, gerado pela modernização da área, com o adentrar de um cultivo moderno, visto que a posição de segundo produtor nacional de laranja assumida pelo estado em 1981 deu-se mais em função da expansão da área plantada do que pela adoção de técnicas modernas.

A laranja constitui-se em um produto moderno; no entanto, não figura como sinônimo da objetivação de uma produção realizada em moldes modernos. Perduram no espaço rural sergipano os resquícios de uma mentalidade arcaica herdada de uma oligarquia agrária letárgica na prática e na absorção do “espírito capitalista”. Se, no passado, os senhores de engenho alargavam a terra plantada com cana de açúcar para aumentar sua renda, atualmente os produtores transformam a paisagem rural do centro-sul sergipano em um pomar de laranja para auferir um maior rendimento.

A penetração capitalista no espaço rural sergipano subverte e reorienta a organização do trabalho intraunidade de produção camponesa, inserindo-o, via mercado, na economia capitalista. Contudo, não altera a visão do empreendedor-camponês da unidade de exploração no meio de existência do grupo doméstico. Mesmo assentado o trabalho familiar em um produto-mercadoria moderno, continua a ver na terra o meio de reprodução dos sujeitos aos desígnios das condições climáticas de mercado.

O empreendedor-camponês incorpora um produto voltado para o mercado, portanto, uma mercadoria que concorrerá com mercadorias advindas de empreendimentos capitalistas. Por conseguinte, o empreendedor-camponês depara-se com o empreendedor capitalista em desvantagem, pois o último, em sua posição de capitalizado, utiliza-se da tecnologia à disposição para elevar a produtividade de sua produção.

Assim, configura-se uma situação crítica para o pequeno citricultor, pois a laranja é o produto que lhe permitia obter uma melhor renda-dinheiro. Como base nesse pressuposto,

continua acreditando nessa produção, uma vez que, muitas vezes, não a considera um produto-mercadoria sob forma capitalista e, sim, sob a forma de empreendedor-camponês.

CAPITULO III

3. CITRICULTURA: DA ORIGEM À COMERCIALIZAÇÃO

Entender os territórios da citricultura sergipana passa, inicialmente, por compreender sua economia, notadamente nos aspectos da produção e do mercado que estabelecem novas territorialidades.

Mesmo com pouca mudança desde a origem até a evolução dos cítricos no Brasil, algumas explicações referentes à atualidade requerem apanhado histórico que se faz com o máximo possível de detalhes, diante da escassez de publicações sobre o assunto.

Portanto, traçaremos um breve panorama histórico até adentrarmos na temática abordada por autores da atualidade, na maioria deles dos âmbitos local e regional, conheedores da problemática econômica do estado sergipano, tais como: WANDERLEY (1988); SANTOS (1990, 1999 e 2002); COSTA (1996 e 2002); BARROS (1997); SANTANA (1997); EMBRAPA (1998, 2002); VASCONCELOS (2000); OLIVEIRA (2007a e 2007b).

3.1. ORIGEM, PROPRIEDADES E EVOLUÇÃO DOS CÍTRICOS

Originários da Ásia meridional, cultivados nos pomares e jardins da Babilônia, das Hespérides e da Palestina, há milhares de anos, os citros foram introduzidos no Brasil pelos portugueses. Há controvérsias sobre a laranja doce ter a China meridional como sua pátria original. Os citros espalharam-se por todo o Brasil, seja em grande escala ou em quantidade insignificante. Mas não existem nos lugares mais frios onde neva com relativa frequência. Suportam altas e baixas temperaturas. Resistem a geadas leves, que vez por outra destroem laranjais, como na Califórnia. Em zonas semiáridas, como no Nordeste, podem necessitar de irrigação (GOMES, 2007).

O gênero *Citrus* é difundido em várias regiões do globo, inclusive com importante cultivo. Suas plantas são verdes durante todo o ano, não apresentando período de repouso.

Sua produtividade é elevada até os 20 ou 30 anos, embora possam viver por mais de um século (Malavolta e Netto *apud* REZENDE, 2002). Em São Paulo, em condições de clima e solo mais férteis, existem pomares comerciais com mais de 40 anos de idade e plantas isoladas, enxertadas, com mais de 70 anos de idade, em plena produção e boas condições fitossanitárias. No Nordeste brasileiro, particularmente na faixa dos tabuleiros costeiros, a produtividade dos citros oscila em torno dos 12 anos, por razões edafoclimáticas e tecnológicas (TUBÉLIS, 1995).

Alguns historiadores afirmam que os cítricos teriam surgido no leste asiático, nas regiões que abrangem hoje a Índia, a China, o Butão, a Birmânia e a Malásia.

A trajetória da laranja pelo mundo é conhecida apenas de uma forma aproximada. Segundo pesquisadores, ela foi levada da Ásia para o norte da África e de lá para o sul da Europa, aonde teria chegado na Idade Média. Da Europa foi trazida para as Américas na época dos descobrimentos, por volta de 1500.

Essa fruta espalhou-se pelo mundo, sofrendo mutações e dando origem a novas variedades. Durante a maior parte desse período, a citricultura ficou sem interesse de mercado e, portanto, da pesquisa experimental.

Dentre os citros, a laranja é o mais importante. É da família *Rutaceae* – *Citrus Aurantium*, *Citrus Vulgaris* ou *Citrus Cinensis* ou simplesmente laranja:

Fruto da Laranja, de que há numerosas variedades e tamanhos, todos, porém, tendo em comum a forma globosa ou subglobosa e característica ora tendendo para o vermelho, ora para o amarelo (...) (ROSSETTI; MULLER & COSTA, 1993: 68).

Depois da banana, a laranja é a fruta mais popular entre os brasileiros. Esta é rica em Tiamina, Riboflavina e Ácido Ascórbico e pertence às rutáceas.

Para elevar a produtividade dos citros, faz-se necessário um solo sílico-argiloso, profundo, permeável, fresco e bem rico em humo. Estas qualidades, no entanto, não o eximem do processo de adubação, geralmente indispensável e que varia de acordo com o pH do terreno.

Tudo começa com a semente do limão (cravo, rugoso ou outro tipo), a qual, após selecionada, é semeada em leiras. A partir da germinação, necessitará de assistência durante quatro meses, ou seja, até ser transplantada para viveiros e aí assistida por mais seis meses, quando poderá receber o enxerto (borbulha de laranja azeda). Cento e vinte dias mais tarde tem-se uma nova laranjeira imudal, que poderá ocupar lugar definitivo no campo.

Esses períodos, que vão da semeadura à muda, não são rígidos, podendo ser, inclusive, elastecidos sem prejuízos. No campo, a chamada frutificação dá-se aos três anos para a laranja-pera e, aos cinco para a laranja-de-umbigo (baía) e tangerina. Ao atingir a maturidade, uma árvore (laranjeira) produz em média setecentos frutos anuais, salvo em casos especiais que atingem até mil e trezentos frutos por árvore.

A título experimental fazem-se verdadeiros milagres com a genética/tecnologia, no caso à parte da citricultura: numa só árvore, pode-se colher laranja-pera, laranja-de-umbigo e tangerina.

O ciclo de produção da laranja, de cultura permanente, gira por volta de 18 anos. A fase improdutiva da planta ocorre nos três primeiros anos, vindo após a fase da produção crescente, do 4º ao 8º ano, de meia caixa por planta até 3,5 caixas por planta. A estabilidade de produção ocorre do 9º ao 18º ano, de 3,5 caixas a 4,5 caixas por planta, dependendo da variedade.

As pesquisas e experimentos para aprimorar variedades de laranja começaram a ser desenvolvidos no século XIX, na Europa, depois da disseminação das teorias de Mendel e Darwin⁷. Antes do século XX, os Estados Unidos passaram a liderar os esforços técnicos nessa área. Os estudos estiveram voltados para o melhoramento do aspecto, tamanho e sabor dos frutos, também no aprimoramento genético para a obtenção de árvores mais resistentes às doenças e às variações climáticas.

Atualmente, os pomares mais produtivos, resultantes de uma citricultura estruturada, estão nas regiões de clima tropical e subtropical, destacando-se o Brasil, Estados Unidos, México, China e África do Sul.

Quarenta ou cinquenta séculos depois da sua presumível domesticação, a laranja tem seu maior volume de produção nas Américas. São Paulo (Brasil) e Flórida (Estados Unidos) são as principais regiões produtoras do mundo.

A partir de 1530, o governo colonial português decidiu efetivamente colonizar as terras brasileiras, repartindo o território da colônia entre uma dezena de seus homens de confiança, com o compromisso de povoar e produzir açúcar em áreas chamadas de capitâncias. Com a chegada de novos habitantes, apareceram as primeiras árvores frutíferas. É a partir do período de 1530/1540 que os estudiosos costumam situar o princípio da citricultura no Brasil. Os documentos e livros que retratam o Brasil do início da colonização citam a excelente adaptação climática das árvores cítricas na costa brasileira (HASSE, 1988).

⁷ A teoria de Darwin trata da evolução e adaptação das espécies (seleção natural). A teoria de Mendel trata da hereditariedade dessas espécies. Ambas revolucionaram a biologia e, especificamente, a genética.

Na primeira metade do século XIX, o Brasil foi alvo de grande interesse dos pesquisadores europeus, surgindo na época muitos estudos e obras sobre a flora brasileira. Não foram poucos os viajantes que mencionaram a existência de laranjeiras selvagens no interior do Brasil, levando muitos a acreditarem que a laranja era uma fruta nativa. Na realidade, a boa adaptação da laranja ao clima e ao solo brasileiro produziu uma variedade particular, reconhecida internacionalmente: a laranja-baía, ou de “umbigo”, a qual teria surgido por volta de 1800.

A partir da laranja-baía a citricultura virou um ramo peculiar da agricultura no Brasil. Nessa fase ainda incipiente, em que o homem trabalha sobre uma criação espontânea da natureza, a evolução da citricultura é lenta, mas as mudas passam a ser disputadas pelo país e vão se espalhando aos poucos em escala considerável.

Em 1873, aproveitando os serviços diplomáticos norte-americanos instalados no Brasil, os técnicos em citricultura de Riverdate, Califórnia, receberam três mudas de laranja-baía, das quais saíram as mudas que, posteriormente, espalharam-se pelos EUA e outras partes do mundo com o nome de Washington Navel. Tem mais de um século, portanto, o intercâmbio citrícola entre os dois países, e a laranja-baía foi uma base fundamental.

A laranja consistia em opção agrícola, pois, nessa época, a agricultura brasileira ainda tinha caráter doméstico. Esse período preliminar de evolução coincide com mudanças intensas no Brasil. Sinteticamente, aconteceram transformações importantes: entre 1822 e 1889, o país declarou independência de Portugal, proclamando a república; na economia, caiu o açúcar e subiu o café; saiu o escravo e entrou o imigrante.

O café foi abrindo fronteiras no interior de São Paulo, e a laranja foi ocupando o mesmo espaço como cultura complementar. A produção de laranja das fazendas era usada para consumo interno, e o excedente, destinado às cidades.

No início do século XX, a citricultura começou a ser vista como “opção agrícola”. Em São Paulo, como subsídio aos agricultores, o governo estadual distribuía mudas. E com a crise do café, a citricultura foi ampliando um espaço no mercado e nas propriedades.

Apesar de a laranja ser uma fruta muito consumida no país, seu destino principal é o esmagamento para produção de suco concentrado e congelado. O Brasil exporta desde a década de 1960, sendo o primeiro produtor da fruta e o principal exportador do suco no mundo, concorrendo com os EUA, e a produção concentrada da Flórida.

Em face da dificuldade de literatura referente à citricultura, sobretudo no Nordeste, faz-se o estudo de Sergipe complementado com algumas análises sobre o Nordeste, no qual se destaca a Bahia em comparação com Sergipe.

3.1.1. Desenvolvimento da citricultura sergipana

Em Sergipe, a cultura começou por volta de 1920, quando foram introduzidos os primeiros plantios das laranjeiras-baía no município de Boquim, trazidas da Bahia por tropeiros. Na ocasião, predominavam o cultivo do algodão e a pecuária. Por muito tempo a laranja foi considerada um cultivo de importância secundária. Era plantada junto com lavouras de maior importância como a mandioca, feijão, milho, algodão, etc. Anos depois, graças aos preços estimulantes, a laranja começou a ser cultivada por diversos agricultores em plantios consorciados com coqueiros e outras culturas.

Conforme cita COSTA (1996:5):

A laranja foi introduzida em Sergipe durante a década de 1920. A sua introdução deve-se a tropeiros, provenientes do sertão da Bahia, Alagoinhas, que praticavam o comércio do açúcar e aguardente de Estância, Zona Açucareira da época [...]

No município de Boquim, onde os tropeiros tinham pousada certa, devido ao solo e clima favoráveis, a laranja teve grande desenvolvimento. Aos poucos, a cultura da laranja foi ganhando espaço entre as outras culturas já desenvolvidas na região, mas sem dar um retorno econômico satisfatório. No início, a laranja cultivada era a laranja-baía, que era vendida *in natura* no comércio, nas feiras locais.

Germiniano Fernandes da Fonseca foi um dos proprietários que abriu caminho da citricultura em Sergipe. Embora desacreditado naquela época, cultivou-as com cuidado, dedicação e otimismo, cujo sucesso foi uma consequência.

No final da década de 1930, com a crise do café, a laranja já havia se tornado um dos dez produtos mais importantes do país, assumindo um caráter de substituição da cultura cafeeira.

A partir de 1940, os pomares de laranja expandiram-se para outros municípios vizinhos a Boquim, como Pedrinhas, Arauá e Riachão do Dantas, sem caráter comercial, praticamente para consumo interno.

Entretanto, a expansão nacional da laranja ocorreu durante os anos de 1960 em virtude de um conjunto de fatores: apoio técnico dos estados na busca de melhores produções; o combate às pragas e doenças; o aumento do consumo das cidades; fomento às indústrias processadoras de suco; o enfraquecimento da produção estadunidense, principal concorrente do Brasil e também a favorabilidade das condições naturais do país, solos férteis, clima

propício e abundância dos recursos hídricos. Essas condições vieram a favorecer e potencializar a produção da laranja no país.

De 1960 em diante, o fortalecimento do mercado nacional de laranja e o estímulo às culturas de exportação pautadas no crédito agrícola fizeram com que houvesse uma forte ação governamental na ampliação da atividade citrícola. Desde então, houve a produção de laranja alicerçada no subsídio agrícola, com o estabelecimento do serviço de extensão rural na incorporação de tecnologias e na ampliação da área citricultora para outros municípios do centro-sul sergipano.

Merece destaque nesse período a criação da Coopertreze – Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze, fundada em 1962, que em muito contribui para a experiência de colonização no estado de Sergipe. A Coopertreze, situada no município de Lagarto, e, mais especificamente na Colônia Treze, foi utilizada pelo estado como instrumento para viabilizar a modernização, sobretudo na produção de laranja, tanto no que se refere à aquisição de terras, bem como à atração de capital adotando inovações tecnológicas a serviço da extensão técnica rural e acesso ao crédito. A Cooperativa teve seu desenvolvimento paralelo ao processo de modernização da agricultura sergipana. Sua vinculação com a produção, distribuição e circulação da laranja ocasionou a espacialização da relação capital x trabalho (OLIVEIRA, 2007a).

Além da Coopertreze, a Coopame (Cooperativa de Estâncio) desempenhou papel significativo para o desenvolvimento da citricultura em Sergipe, contando com a participação importante da Associação dos Citricultores de Sergipe (ASCISE). Isso demonstra o interesse dos citricultores pelo espírito associativista. Também destaca o respeitável papel que foi a assistência técnica do governo através da EMDAGRO, EMBRAPA e SUDAP.

Mas o marco da citricultura na região foi o incremento recebido por decorrência da assistência técnica pública, como a antiga EMATER. A partir de 1966, o estímulo de agentes financeiros ampliou territórios dos atores no estado e aumentou de 1.740 para 5.550 hectares sua área cultivada, liderando a cultura de citros no Nordeste.

Em 1971, a Superintendência da Agricultura e Produção (SUDAP) criou a Estação Experimental de Boquim que na época foi o polo de irradiação de toda a tecnologia gerada na região Nordeste. Anteriormente, um dos aspectos negativos na área da citricultura era a qualidade da muda utilizada.

Com a colaboração da Estação Experimental de Boquim e da EMATER-SE foram selecionados e treinados dezenas de viveiristas que receberam do Ministério da Agricultura credenciais e autorização exclusiva para produzirem mudas. As sementes (especialmente do

limão-cravo) são recebidas pelos viveiristas da Estação Experimental de Boquim, bem como, no tempo hábil, as borbulhas, que são entregues em embalagem especial de pó-de-serra molhado, podendo ficar tecnicamente conservadas durante uma semana enquanto se processa a enxertia.

A laranja-baía foi inicialmente a preferida dos citricultores sergipanos. Com sua expansão, começaram a surgir os problemas de morte por ‘gomose’, além da concentração da oferta e consequente baixa dos preços. Este desestímulo forçou os produtores a buscarem outras variedades, inclusive mais resistentes e de época de maturação diferente. Assim, na região, 75% da laranja existente é da variedade pera; 20% de laranja-baía e o restante de outras variedades e de limões, além de tangerina.

Figura 4 e 5: Laranja-pera, a mais cultivada na citricultura sergipana.



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

A colheita ainda é manual e de modo tradicional. Retiram-se os frutos das árvores e jogam-se no chão para serem recolhidos e amontoados em local apropriado ao acesso dos caminhões de carga. Este sistema vem sendo modificado com a introdução de caixas plásticas, embora por pequeno número de agricultores.

Figura 6: Forma artesanal de manuseio da laranja



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

O beneficiamento continua sendo uma prática rotineira e constitui-se apenas em lavar e polir o fruto com parafina. Existem na região em questão cerca de 15 beneficiadoras que prestam serviço aos comerciantes da laranja.

Na segunda metade da década de 1970, Sergipe ultrapassou o estado da Bahia, tanto na área plantada como na produção e na produtividade, tornando-se o segundo maior produtor do país. A partir daí a citricultura tornou-se um dos setores mais importantes na economia estadual.

O crescimento dessa economia fez com que, no final da década de 1970 e início da de 1980, surgissem as duas fábricas de suco concentrado na cidade de Estância. Nessa mesma época o estado já possuía cerca de 23,3 mil hectares com uma produção de 2.396.029 frutos. Esta produção foi prejudicada em 1983 devido a uma seca que assolou o Nordeste, mas essa produção já se achava recuperada em 1985. A primeira indústria de suco de laranja em Sergipe localizou-se na cidade de Estância, a Frutos do Nordeste ou FRUTENE S.A., que se modernizou, chegando à capacidade de processar 120 mil toneladas de laranja/ano.

Buscando fortalecer os citricultores, foi criada a Associação dos Citricultores de Sergipe (ASCISE), na década de 1970. No início da década de 1980, foram instaladas as indústrias de processamento de suco, estimulando o investimento na atividade citrícola.

Assim, na década de 1980, da produção de citros em Sergipe, 80% destina-se a outros estados, principalmente Pernambuco, Ceará, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Aproximadamente 15% é destinado à indústria, e o restante é consumido internamente.

Em 1982, foram esmagadas cerca de 55 mil toneladas de laranja. Entretanto, em anos posteriores, com a queda da produção, a indústria começou a operar com baixo movimento.

Na verdade, a FRUTENE destaca-se na região citricultora como principal do setor citrícola, produzindo suco de laranja concentrado. Aproveita-se a casca da laranja para ração animal, vendida entre os fazendeiros, sobretudo da região centro-sul de Sergipe.

Merece destaque também a Frutos Tropicais S/A, implantada em Sergipe em 1980, a qual, iniciando o processamento de laranja em 1984, antes industrializava tomate, entretanto, foi reaparelhada para processar laranja, abacaxi e maracujá, obtendo uma capacidade de 120 mil toneladas ao ano. Atualmente ocupa suas instalações a Maratá Sucos do Nordeste, que tem uma filial na cidade de Lagarto.

O desenvolvimento dos citros estava atrelado à política nacional de crédito rural. A ação estatal no período foi fator decisivo para a expansão da citricultura sergipana. Isto permitiu ao produtor assumir parcialmente o papel do capitalista, dispondo facilmente de capital financeiro a taxas competitivas.

Outros fatores importantes foram a aquisição de terras a baixo preço, pouca necessidade de defensivos agrícolas e mão de obra familiar não-remunerada. No período, a produção cresceu estimulada pela exportação.

No final da década de 1990, a área plantada com citros em Sergipe era em torno de 31.300 hectares, com aproximadamente 9 milhões de árvores. Praticamente, toda a citricultura encontra-se localizada na microrregião litoral sul e agreste de Lagarto, que agrupa quatorze municípios, em quatro diferentes zonas.

De acordo com a Secretaria de Estado da Agricultura, as zonas apresentam uma infraestrutura de base satisfatória, com municípios interligados por rodovias em bom estado de conservação, distando em média 100 km da capital e com regular serviço de comunicação.

A área total da região é de 555.400 hectares, apropriados tanto para a agricultura como para a pecuária. Na agricultura, destacam-se a citricultura, a cultura do fumo, da mandioca e do maracujá.

Considerando-se que há 31 mil hectares apenas ocupados com citricultura, e que 55 mil hectares (10% do total da região sergipana) potencialmente podem ser utilizados nessa cultura, significa que a atividade poderá expandir-se muito.

Uma particularidade do estado de Sergipe é observada nas condições de produção: a maior parte das propriedades possui menos de 10 hectares, sendo que na pesquisa de campo identificamos 55% com menos de 5 ha; e a mão de obra utilizada é familiar, com baixo nível de mecanização.

Com o crescimento da citricultura, o governo resolveu dar apoio técnico e financeiro, o que proporcionará novo impulso ao desenvolvimento da laranja, principalmente no município de Boquim e circunvizinhos.

É importante ressaltar que a produção de laranja em Sergipe está concentrada na região centro-sul; no entanto, no Platô de Neópolis, na microrregião do Baixo São Francisco, estão sendo cultivados 1.320 hectares de laranja irrigada com incentivos governamentais.

Com a demanda da laranja surgem o intermediário e as beneficiadoras buscando melhorar a qualidade desse produto para o comércio interestadual. Com a venda da laranja para a indústria de sucos surge a variedade da laranja-pera. Ao mesmo tempo continuava o trabalho experimental para o melhoramento de variedades. A dinâmica desta atividade é refletida, a princípio, na urbanização do município de Boquim, líder no *ranking* regional.

Na década de 1990, Sergipe possuía aproximadamente 34.000 hectares de área colhida, cultivada na região centro-sul do estado. Estima-se que 60% da produção é direcionado à industrialização e 40% ao mercado de frutos "*in natura*".

A expansão da citricultura se dá pelo aumento da demanda dos mercados internos, frutos "*in natura*" e externo, consumo de suco concentrado. Em Sergipe sua expansão ocorreu primeiro, de forma horizontal, no aumento da área plantada, depois de forma vertical, na produtividade.

A citricultura torna-se a principal economia da região centro-sul, provocando mudanças no aspecto socioeconômico da população, principalmente nos espaços urbanos. Contudo, há impactos negativos, tais como a subsistência pela cultura da laranja.

Costa (1996) e Costa (2002) assinalavam em suas pesquisas que os produtores, em sua maioria (75%), residem na mesma propriedade, embora fossem expressivos os residentes em municípios vizinhos, geralmente em áreas urbanas. O fato de trabalhar com mercado próximo à área de produção e com mão de obra familiar torna indiferente a localização de sua residência.

Preocupado com a crise da citricultura estadual, em 2003, o Governo do Estado lançou o Programa de Revitalização da Citricultura, através da Secretaria de Estado da Agricultura (SAGRI), em parceria com o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (DEAGRO), no intuito de revitalizar pomares cítricos decadentes nos municípios do

centro-sul, produtores de laranja, e de retomar o crescimento da citricultura em termos de produção, produtividade e de geração de emprego e renda. Dentre as medidas tomadas, pode-se citar: compras de mudas com ajuda do governo, ou seja, a muda de R\$ 3,00 reais sairia para o produtor por R\$ 1,50; emprego de tratores para erradicar os pés velhos, improdutivos, com pragas/doenças, e adubos, a princípio. Algumas medidas foram extintas e outros pontos acrescentados, merecendo destaque o incentivo ao desenvolvimento da pesquisa, inclusive com a produção de fungos em laboratório, nas estações experimentais espalhadas pela região citrícola e na capital (totalizando sete), bem como a tentativa de reunir associações/organizações de produtores.

Em detalhe, o Programa de Revitalização apresenta os seguintes pontos: 1) Questão Básica de Material (suporte para plantações, enxertos, etc.); 2) Mudas (Plantadas no próprio estado, sadias e matrizes para fornecimento de borbulhas e porta-enxerto); 3) Assistência Técnica (Defesa, monitoramento, etc.) e 4) Organização dos Produtores (Discussões com produtores e representantes do governo, com participação do município e a EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) e formação de cooperativas em cada município da região citrícola (entrevista com engenheiro agrônomo da EMDAGRO, Walter Ferreira Ramos, em 25/3/2009) e (SAGRI, 2006).

Constantemente há dentro do Programa de revitalização da Citricultura, com o apoio da SEAGRI (Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário), via EMDAGRO, oficinas para trabalhar com os subprodutos da laranja, como doces, licores, bolos e outras alternativas; os benefícios que a laranja traz para a saúde, pois muitas vezes os próprios produtores esquecem de consumi-la, e importância dos produtores em organizações, para melhor comercializarem os produtos, como também intercâmbio com cooperativas fora do estado.

Na verdade esse programa foi implantado com a promessa de criar em torno de 50 mil empregos extintos com a decadência dessa atividade nas últimas décadas, e de trazer de volta os bons tempos da citricultura no estado. Todavia, a crença na eficácia do programa para recuperação da citricultura não tem sido unanimidade. O agrônomo e produtor José Trindade, que, no período de lançamento do programa de revitalização ainda era presidente da extinta ASCISE, é um dos que não acredita na capacidade do projeto para revitalizar a citricultura. Em entrevista a um jornal, ele disse que “(...) não há uma garantia de que essas mudas terão mais resistência e longevidade” (JORNAL CINFORM, julho de 2004).

Em 2005, os municípios com maior área colhida eram Cristinápolis e Lagarto, mas são igualmente expressivos Arauá, Boquim e Salgado, além de Riachão do Dantas, Tomar de

Geru e Umbaúba. Destaca-se que a maior parte deles teve crescimento expressivo nos últimos trinta anos, como se observa na tabela seguinte (Tabela 14).

Tabela 14: Sergipe. Evolução da área colhida com laranja nos principais municípios produtores no período de 1975 a 2005

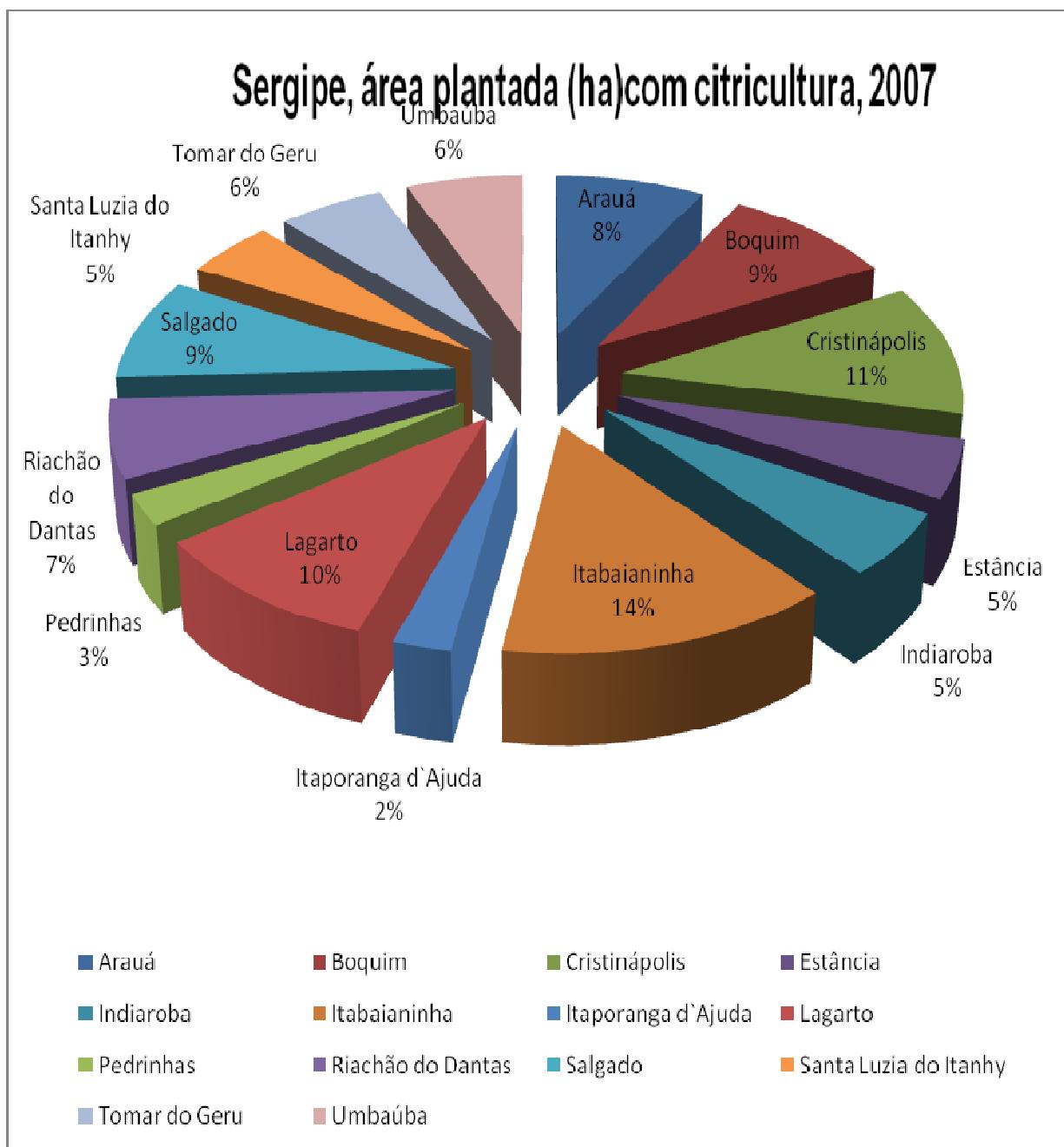
Municípios	Laranja – Área Colhida (ha)						
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Arauá	410	2.374	2.848	3.401	3.617	3.884	4.242
Boquim	2.426	5.539	5.561	5.601	5.705	5.910	4.934
Cristinápolis	27	301	567	1.583	2.412	5.228	5.650
Estância	65	439	568	1.100	1.714	2.239	2.604
Indiaroba	03	31	96	513	1.328	2.169	2.822
Itabaianinha	485	2.179	2.445	3.227	3.667	5.875	7.143
Itaporanga d' Ajuda	40	296	373	492	678	812	1.282
Lagarto	1.600	3.541	4.518	4.931	5.495	6.012	5.400
Pedrinhas	1.000	1.436	1.491	1.551	1.578	1.606	1.420
Riachão do Dantas	1.486	2.212	2.923	3.082	3.320	3.565	3.500
Salgado	200	2.529	3.520	4.250	4.434	4.764	4.600
Santa Luzia do Itanhy	22	314	388	582	937	1.992	2.637
Tomar do Geru	20	108	411	903	1.271	2.889	3.142
Umbaúba	350	1.616	2.257	2.618	2.832	3.090	3.558
Total	8.449	23.257	24.568	34.374	40.291	51.718	54.697

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1975-2005.

As políticas governamentais começaram a surtir efeito, e apesar da crise que assola a citricultura, a área colhida continua em expansão, mesmo nos municípios de tradição nos citros, como Boquim, Lagarto, Riachão do Dantas e Pedrinhas.

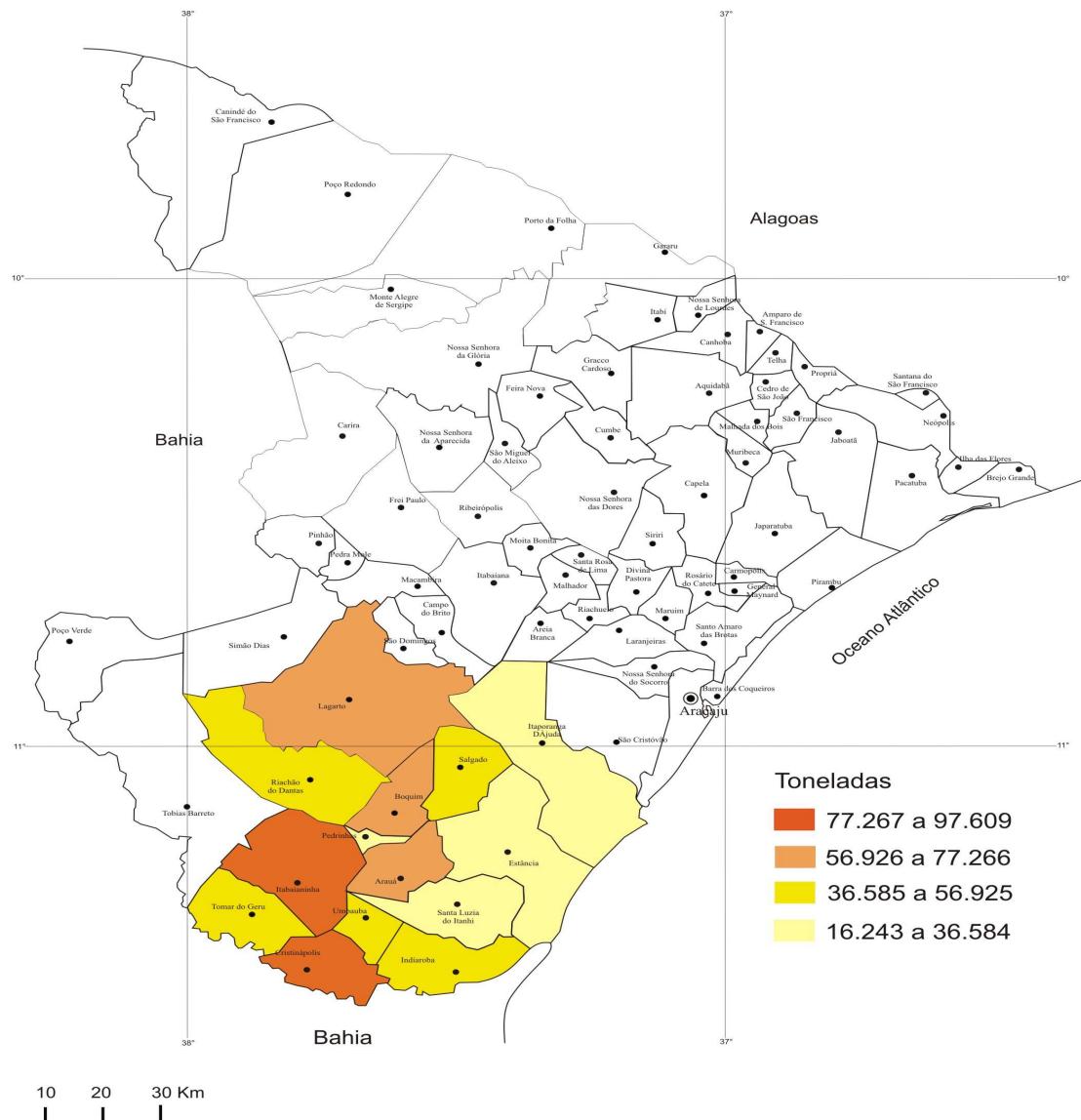
A informação disponível do IBGE, em 2007, sobre a área plantada por município indica que Itabaianinha e Cristinápolis são os principais territórios da citricultura sergipana (Gráfico 8). Lagarto destaca-se, entre outros fatores, por sua expansão induzida pela indústria, o que não ocorre em Itaporanga d' Ajuda, cuja área não avança tanto.

Gráfico 8: Área plantada com laranja nos principais municípios produtores de laranja em Sergipe, 2005.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2007.

Figura 7: Sergipe. Produção agrícola municipal de citros em 2005.



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2005
Digitalização: Hunaldo Lima

Figura 01: Municípios Citricultores do Estado de Sergipe

Nota-se desde 2005, conforme figura 7, o deslocamento dos principais produtores de citros do centro-sul para o sul de Sergipe em direção a fronteira com a Bahia. Boquim perde participação na produção pelo destaque dos municípios de Itabaianinha e Cristinápolis. Itaporanga d'Ajuda e Salgado, mesmo com produção de citros pelas próprias empresas de beneficiamento, não apresentam evidência no volume de produção *in natura*, o que remete para a complementação de fornecimento de outros municípios, sobretudo, da agricultura familiar.

A modificação nos territórios cítricos sergipanos somente é possível pela combinação com o trabalho familiar. Neste particular, tem-se a considerar a expressiva contribuição da mão de obra familiar, representando quase 72% do total de trabalhadores,

além da mão de obra paga por diária, na forma de trabalho temporário, sendo quase nula a força de trabalho assalariada permanente (Tabela 15).

Tabela 15: Quantitativo de mão de obra utilizada na produção de citros em Sergipe – 2007–2008.

Município (1)	Quantidade de Mão de obra Utilizada				
	Total de Trabalhadores	Familiar	Temporária (2)	Permanente	Outros (3)
Itabaianinha	26	20	6	-	-
Lagarto	26	12	10	4	-
Estância	23	18	5	-	-
Arauá	20	17	3	-	-
Pedrinhas	18	14	4	-	-
Umbaúba	18	9	8	1	-
Cristinápolis	16	15	-	1	-
Boquim	14	6	4	1	3
Itaporanga d'Ajuda	10	8	2	-	-
Santa Luzia do Itanhy	10	6	3	1	-
Riachão do Dantas	9	9	-	-	-
Salgado	9	6	2	-	1
Indiaroba	8	8	-	-	-
Tomar do Geru	7	5	2	-	-
Total	214	153	49	08	04

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

Notas: (1) Foram entrevistados, respectivamente aos municípios, os seguintes quantitativos de produtores: 20, 20, 15, 19, 9, 21, 12, 20, 15, 10, 15, 10 7, 15, perfazendo o total de 208.

(2) Trabalho pago por diária, uma espécie de assalariado sem direitos trabalhistas.

(3) Para outras cidades, inclusive capitais de outros estados, a exemplo de Recife, Natal e São Paulo.

Tabela 16: Destinos da produção de citros em Sergipe – 2007–2008.

Município (1)	Destinos da Produção				
	Total das informações	Local	Aracaju	Estância	Outros (2)
Arauá	24	01	04	11	08

Boquim	13	03	01	02	07
Cristinápolis	13	07	-	03	03
Estância	24	03	08	13	-
Indiaroba	07	-	-	06	01
Itabaianinha	31	08	10	12	01
Itaporanga d'Ájuda	07	04	01	02	-
Lagarto	24	10	04	07	03
Pedrinhas	21	13	07	01	-
Riachão do Dantas	10	-	-	09	01
Salgado	14	01	05	08	-
Santa Luzia do Itahy	10	01	-	06	03
Tomar do Geru	07	04	-	03	-
Umbaúba	21	05	05	06	05
Total	226	60	45	89	32

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

Nota: (1) Foram entrevistados, respectivamente aos municípios, os seguintes quantitativos de produtores: 20, 20, 15, 19, 9, 21, 12, 20, 15, 10, 15, 10 7, 15, perfazendo o total de 208.

(2) Para outras cidades, inclusive capitais de outros estados, a exemplo de Recife, Natal e São Paulo.

A produção se destina principalmente à região produtora de sucos, além do mercado interno *in natura*. Estância é o principal destino da produção, sendo igualmente importantes as áreas próximas aos produtores, além de Aracaju. A parcela destinada ao mercado nacional é a menor, conforme Tabela 16.

Como fato negativo tem-se a comercialização da laranja, em geral atravessada por intermediários que ficam com a maior parte da renda agrícola do citricultor, além da transferência de renda para a indústria que utiliza modernas tecnologias e absorve não só a produção de Sergipe como também parte da produção baiana.

3.1.2. Fruticultura no nordeste

A região Nordeste fica situada entre 2° e 18° latitude sul e entre 35° e 50° longitude oeste. O clima é superúmido quente (tropical), com as médias anuais de temperatura e precipitação variando de 20° a 28° C e de 300mm para 2.000mm, respectivamente. O número de horas de sol varia de 2.300 horas por ano, nas áreas úmidas, a 3.000 horas nas áreas

semiáridas. A maior parte dessa região fica situada no "Polígono das Secas" (abaixo de 750 mm) e compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, ocupando 18,2% da superfície do território nacional.

Nesse território a fruticultura é uma das atividades de maiores perspectivas, chegando-se mesmo a afirmar que, assim como a grande vocação do Brasil é a agricultura, a fruticultura é a grande vocação do Nordeste. Existem dentro dessa imensa região áreas consideráveis, dotadas de condições ecológicas das mais adequadas para a fruticultura tropical, as quais não vêm sendo exploradas devidamente, com algumas diferenciações.

Nos anos de 1970 o Nordeste produzia metade do que era ofertado de abacaxi no mercado interno, 45% da produção de banana, a quase totalidade da produção de caju e 60% da produção de manga. E os maiores plantios de maracujá do país estavam localizados nessa região.

As principais áreas produtoras de citros, no Nordeste, estão situadas próximo ao litoral, com condições climáticas semelhantes, caracterizadas por chuvas de outono-inverno, temperaturas médias anuais em torno de 25°C e umidade relativa do ar ao redor de 80%. Nessas condições, os frutos produzidos são grandes, suculentos, com elevada relação sólidos/solúveis/acidez. O período de floração-maturação é curto e a coloração é opaca, principalmente a da casca.

De maneira geral, a citicultura é constituída de pequenos pomares, que não têm expressão econômica e são conduzidos empiricamente. Os estados têm condições para se autoabastecer, contanto que seja propiciada a implantação ou expansão da cultura em zonas úmidas, onde esta já existe em estado incipiente.

Além das zonas úmidas ao longo do litoral, existem microclimas que ocorrem nas chamadas Áreas de Exceções, estimadas no ano de 1980 pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 2.669.650 hectares. Nessas áreas, com alguns casos diferenciados, as reservas hídricas e o potencial edáfico são apreciáveis. Em função de suas boas condições naturais e da relativa proximidade dos grandes mercados consumidores, aí deveriam ser desenvolvidas atividades como a fruticultura, a horticultura e a pecuária. Esta afirmação está contida em trabalho realizado por Vasconcelos (2000), quando faz uma análise do meio ambiente e da espacialização da citicultura no município de Sairé em Pernambuco.

Nas zonas semiáridas, com possibilidades de irrigação, no Vale do Rio São Francisco, por exemplo, as condições são consideradas propícias ao cultivo de pomelos e limões. Os frutos dessas zonas são tidos como de boa qualidade, com baixa acidez, alta

porcentagem de suco e casca fina. Os limões são pouco atacados pela verrugose em virtude da baixa umidade do ar.

Em síntese, a citricultura no Nordeste é agraciada pelas condições satisfatórias de clima para a produção destinada ao consumo *in natura*. As áreas semiáridas com possibilidades de irrigação são consideradas propícias à produção de limões verdadeiros, limas ácidas e pomelos. As tangerinas produzidas também no litoral são de boa qualidade

A laranja nordestina tem inferior aparência com relação à paulista e é mais doce, sendo preferida para o consumo *in natura*. A laranja produzida em São Paulo é mais ácida, preferida para exportação.

De maneira geral, as regiões produtoras nordestinas apresentam precipitações pluviais acima de 1.000mm anuais, ocorrendo meses de estiagem, havendo necessidade de irrigações complementares. A umidade relativa do ar está em torno de 80%, e as temperaturas atmosféricas médias são de cerca de 25° C. Em pontos esparsos da região ocorrem microclimas, geralmente coincidindo com áreas de maiores altitudes, de precipitações acima de 1.000mm e com temperaturas mais amenas, onde poderiam ser produzidos frutos de melhor qualidade.

Os solos utilizados para pomares são, em sua maioria, de baixa fertilidade natural e ácidos, possuindo, contudo, características físicas consideradas boas para a fruticultura. Assim, muitas vezes é o mercado ou a falta de apoio governamental que restringem e limitam a produção nordestina de citros.

A citricultura encontra-se relativamente bem difundida no Nordeste brasileiro. A produtividade média em 2001 girava em torno de 13,7 t/ha, perfil dado por seus principais produtores, Bahia e Sergipe. Em termos de rendimento, há outras performances em destaque: Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará, em cuja área plantada vai destacar o último estado. É importante ressaltar que mesmo Pernambuco obtendo o mais baixo rendimento regional, congrega municípios que representam nos citros importante renda para suas economias, a exemplo de Sairé, que tem cerca de 35% da produção da laranja estadual, e foi objeto de pesquisa anterior realizada para fins de mestrado.

Tabela 17: Área colhida, produção e rendimento da citricultura na região Nordeste do Brasil, em 2001.

Estado	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento (t/ha)
Rio Grande do Norte	452	4.076	9,02

Pernambuco	1.656	8.497	5,13
Piauí	995	9.655	9,70
Maranhão	1.852	10.919	5,90
Paraíba	2.012	15.638	7,77
Ceará	2.902	26.765	9,22
Alagoas	4.155	36.573	8,80
Sergipe	51.224	595.011	11,62
Bahia	52.276	900.133	17,22
Nordeste	117.524	1.073.3009	13,68
Brasil	937.403	19.073.309	20,35

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, 2003.

Na região Nordeste, especificamente, a Bahia está ligada à história da citricultura brasileira e mundial por mutação de borbulha, de “cultivar Seleta”, de uma laranja “de umbigo”, sem sementes, havendo referências a essa laranja em documentos de 1802 a 1818. A data da ocorrência é desconhecida. Contudo, com base nessas referências, é possível estimar os fins do século XVIII com a época de seu surgimento (RODRIGUEZ & VIÉGAS, 1980).

Os primórdios da citricultura na Bahia estão na localidade do Cabula (onde foram feitas as primeiras enxertiais de citros no Brasil) e em Alagoinhas, ao Norte do Recôncavo, onde a cultura permaneceu estacionada até o surgimento da doença “tristeza”, que a dizimou. No Cabula, além da tristeza, a valorização imobiliária contribuiu para o desaparecimento definitivo dos pomares.

Barros (1997) descreve que na década de 1960 houve pouco avanço da citricultura baiana devido à ausência de um programa de assistência governamental. Por isso ainda predominavam no Recôncavo e Litoral Norte as culturas de fumo, mandioca e amendoim, além da pecuária. O crescimento da produção citrícola baiana foi devido, principalmente, ao aumento da área colhida.

Nos anos de 1970, verifica-se maior participação do governo do estado baiano no desenvolvimento da citricultura em seu território. O crescimento da produção ocorreu tanto pelo aumento da área colhida quanto por sua produtividade, sendo mais significativa a expansão no território fomentada pelas exportações de suco concentrado.

Barros reafirma que na década de 1980 houve a consolidação da hegemonia do Brasil como maior produtor mundial de citros e exportador de suco concentrado congelado. Na Bahia a produção citrícola expande-se pelo litoral norte, representando o maior produtor do

estado e do Nordeste o município de Rio Real, com 60% da área colhida no estado, 17.500 ha, em 1984. Sessenta e três vírgula quatro por cento dos estabelecimentos citrícolas eram inferiores a 10 ha e 24,2% entre 10 e 50 ha. Esses tipos de propriedades eram responsáveis por 87,6% da produção estadual. A produção dessa década ocorreu graças ao aumento da área colhida, pois houve redução da produtividade.

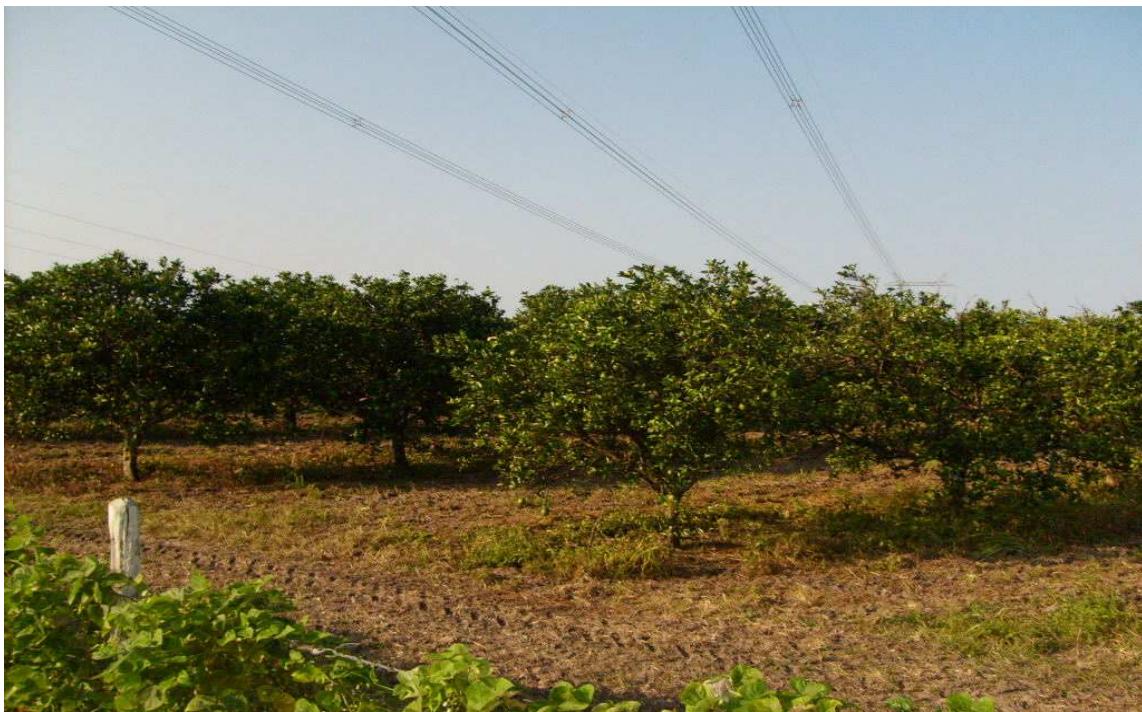
Na década de 1990, o declínio da citricultura baiana deu-se em virtude da redução da procura em relação à oferta, defasando o preço, portanto, freando a expansão citrícola na Bahia.

Barros (1997) destaca na citricultura sergipana a criação e atuação das empresas governamentais, como a EMDAGRO, CONDESE e SUDAP, a partir da década de 1960, prestando assistência técnica e impulsionando a citricultura. A ação estatal como fator de crescimento da atividade citrícola ultrapassou a baiana e atraiu para Sergipe, no início da década de 1980, duas indústrias de suco concentrado de laranja, como aludido em parágrafos anteriores.

A autora mencionada afirma a característica de Sergipe de seu minifúndio de até 5 ha e uso de mão de obra familiar com baixo nível de mecanização. Na sua opinião, maior modernização da pequena produção resultaria em maiores lucros. Na década de 1980 o crescimento da citricultura sergipana foi destacado como consequência da política agrícola adequada estimulando a produção e associado à baixa necessidade de defensivos agrícolas e à instalação das indústrias de suco concentrado.

A citricultura, tanto na Bahia como em Sergipe, é beneficiada pelos fatores edafoclimáticos e pela facilidade de escoamento da produção para o mercado das principais capitais do Nordeste.

Figura 8: Laranjais próximos à divisa de Bahia e Sergipe



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2008.

Figura 9: Laranjais próximos à divisa de Bahia e Sergipe



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2008.

Inicialmente, a citricultura baiana teve melhor desempenho que a sergipana. Sergipe só ultrapassou a Bahia na década de 1970 devido ao incentivo governamental; no entanto, a

escassez de terra em Sergipe limitou a expansão, e a partir da década de 1990 a Bahia voltou a ser o maior produtor do Nordeste.

O desenvolvimento citrícola nos dois estados teve dinâmica diferente, embora relacionadas a crises contextualizadas. Além disso, na Bahia e em Sergipe, os maiores produtores dispuseram de apoio governamental para ampliar cultura em níveis de tecnologia bem melhorada, comparada aos demais estados nordestinos, caracterizados por pomares pequenos, de condução artesanal e sem expressão econômica e sem pesquisa, assistência técnica e crédito.

As diferentes cultivares utilizadas na região são geneticamente desconhecidas, há até pouco tempo, usando-se inclusive plantas de qualidade inferior. O emprego de cultivares melhoradas, copas e porta-enxertos ainda não atingiu os níveis ideais nos dois estados supracitados. Em Sergipe e na Bahia, a laranja-pera alcança 75% dos plantios, demonstrando a falta de preocupação do citricultor em diversificar a produção. O porta-enxerto predominante é o limão-cravo, constituindo-se Sergipe numa exceção, que utiliza o Rugoso da Flórida em proporção semelhante ao do cravo. A produção de mudas necessita de um programa de fiscalização eficiente e certificação (Embrapa *apud* RODRIGUEZ & VIÉGAS, 1980).

A desorganização dos produtores para enfrentar os problemas da comercialização é um dos pontos de estrangulamento da cultura. Mesmo em Sergipe e na Bahia, apenas alguns dos maiores citricultores organizaram-se no sentido de comercializar sua produção.

Verificou-se, na década de 1980 e início da de 1990, uma tendência na maioria dos estados de ampliação da área cultivada bem como da produção, procurando-se, também, introduzir melhorias na tecnologia empregada, motivadas pelo aumento de consumo e altos preços alcançados pelos frutos importados.

Existe uma infraestrutura, oferecida pelo sistema EMBRAPA, de trabalho cooperativo com outras instituições que atuam na região, capaz de desenvolver tecnologia que atenda ao desenvolvimento da cultura. As pesquisas devem ser dirigidas principalmente para o uso de cultivares copas e porta-enxertos adaptáveis às condições ecológicas.

A partir da década de 1990 inicia-se o processo de crise da citicultura sergipana. A produção foi afetada por fator climático, dificuldades de crédito para o custeio e os baixos preços que deixaram os produtores sem condições de adubar seus pomares. A produtividade em Sergipe era de 20t/ha e na Bahia chegava a 30t/ha. O sistema de colheita, bastante tradicional, prejudica a qualidade do fruto e afeta o preço. Os preços pagos pela fábrica são inferiores aos do comércio '*in natura*', muitas vezes sem condições para cobrir custos de

produção. O citricultor prefere comercializar “*in natura*”. Não tendo condições de negociar diretamente com os consumidores, os pequenos citricultores são obrigados a vender seu produto a intermediário, recebendo somente após a venda ao consumidor, correndo o risco de prejuízos.

Figura 10: Vendas de laranjas na BR 101, no município de Umbaúba.



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

O comércio de frutas em rodovias é comum em todo o Nordeste. No caso de Sergipe, e mais especificamente do centro-sul, a laranja é a principal fruta ofertada, seja em sacos com grande quantidade, seja por unidades. Um saco com 100 laranjas varia de preço segundo o local e a oferta, geralmente oscila entre R\$ 4,00 e R\$ 8,00 reais Segundo comerciantes, nem sempre a laranja é do próprio município, no qual está à venda, e de sua propriedade. Pode ser adquirida a terceiros, como também comprada por terceiros, para venda. A saída é de certa forma boa, tendo em vista que as pessoas não necessitam ir até as feiras para comprar o produto. Fato relevante é que muitos compradores são viajantes que estão em trânsito pelas rodovias.

Figura 11: Comércio de laranja em varejo, na rodovia BR 101



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2008.

Os pequenos citricultores mostram-se incapazes de manter em condições satisfatórias a família e viabilizar sua propriedade.

Ainda assim, na Bahia, a cultura se expandiu para as regiões de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, que são os maiores centros produtores do estado. A região citrícola da Bahia está localizada em municípios das microrregiões homogêneas agreste de Alagoinhas e litoral norte e concentrada no Recôncavo, estendendo-se desde o município de Rio Real, na fronteira com Sergipe, até Amargosa, a sudoeste do Recôncavo, abrangendo cerca de 30 municípios que perfazem uma área de mais de 15.000 Km². Desta área, somente 10.000 hectares, aproximadamente, estão ocupados com pomares cítricos.

O município de Rio Real, na Bahia, em 2004, ocupava a sétima colocação no ranking brasileiro, reconhecido pela qualidade de suas frutas de mesa (Tabela 18). Esse município está no limite com Sergipe e consiste numa continuidade de sua área citricultura, conforme demonstrado nas figuras 8 e 9.

Tabela 18: Brasil. Indicadores dos dez maiores municípios produtores de laranja – 2004.

Municípios	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Quantidade produzida (t)	Proporção em relação (%)		Acumulado no município em relação ao país
				À Unidade da Federação	Ao País	
Itápolis (SP)	29 251	22 553	659 697	4,48	3,60	3,60
Mogi-Guaçu (SP)	15 354	36 796	564 960	3,83	3,08	6,69
Aguáí (SP)	15 792	33 086	522 502	3,55	2,85	9,54
Matão (SP)	11 005	40 107	441 379	3,00	2,41	11,95
Casa Branca (SP)	12 283	28 701	352 535	2,40	1,92	13,88
Bebedouro (SP)	15 968	21 618	345 191	2,35	1,88	15,76
Rio Real (BA)	21 000	15 000	315 000	39,63	1,72	17,48
Itapetininga (SP)	11 423	27 230	311 044	2,11	1,70	19,18
Tambaú (SP)	6 909	43 789	302 536	2,06	1,65	20,83
Olímpia (SP)	15 354	17 785	273 064	1,86	1,49	22,32

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal, 2004.

3.2. EXPORTAÇÃO E MERCADO INTERNO

A cultura da laranja no início do século XX não era considerada um grande negócio, mas havia uma vaga possibilidade de exportação. Em 1910, depois de algumas tentativas, firmaram-se as exportações para a Argentina. O cultivo e a exportação da laranja passaram a ser um negócio que não apenas dava notoriedade, mas também dinheiro.

Na década de 1920, a citricultura brasileira, ainda incipiente, guiava-se pelos manuais estrangeiros – os brasileiros interessados estavam ligados na experiência dos Estados Unidos. A bíblia dos produtores brasileiros, *The Cultivation of Citrus Fruits*, de Harold Hume, publicada nos EUA em 1926, só foi traduzida no Brasil em 1952 (HASSE, 1988).

Contudo, a transposição pura e simples dos padrões americanos não funcionou automaticamente. A laranja era um produto popular; poucos conheciam a fundo os métodos de seu cultivo; exportava-se regularmente, mas ninguém sabia a produção total, a área cultivada ou a produtividade. O Brasil começou a importar, junto com as tecnologias, técnicos de outros países e começou a desenvolver, com a ajuda das escolas e institutos que

começavam a nascer no país, procedimentos e normas próprios. Somente em 1972 é que o Brasil esboçou a primeira classificação para a exportação de cítricos.

A partir da década de 1930, a laranja passou a fazer parte de um movimento de diversificação da pauta de exportação brasileira e, em 1939, ela se tornou um dos dez produtos mais importantes na exportação do país. Em 1932, o negócio da laranja havia tomado tal vulto que empresas de outros setores se voltaram para ele. Naturalmente a aventura da laranja ganhou uma maior consistência com a derrocada da lavoura cafeeira em 1929. Nessa época, o maior movimento produtor e exportador já se concentrava em São Paulo.

O comércio exportador de suco de laranja, segundo consultoria do GCONCI (Grupo de Consultores de Cítricos), em 1999, apresentava até o ano de 1996 a seguinte condição mundial, como se pode observar na tabela 19, ressaltando a relevância das exportações para os Estados Unidos, segundo maior produtor, bem como para a Europa, que apresenta bastante expressividade nos últimos anos.

Tabela 19: Exportação brasileira de suco concentrado de laranja entre 1988 e 1996.

Países em (%) Ano	EUA	CANADÁ	EUROPEUS	JAPÃO	OUTROS
1988/1989	47,0	5,0	38,0	**	10,0
1989/1990	40,0	5,9	45,9	3,6	4,6
1990/1991	32,1	6,4	50,8	5,4	5,3
1991/1992	33,2	2,4	52,2	4,8	7,4
1992/1993	28,6	2,5	58,1	5,0	5,8
1993/1994	34,0	0,6	52,0	6,6	6,9
1994/1995	20,9	0,2	61,6	9,2	8,1
1995/1996	18,1	0,3	69,4	6,2	6,0

Fonte: GCONCI – Grupo de Consultores em Cítricos, 1999.

** Dados não-disponíveis.

A evolução técnica e econômica da citricultura ao longo dos anos 1930 foi interrompida pela II Guerra Mundial. Os principais mercados importadores suspenderam seus pedidos em 1940, deixando os produtores paulistas de mãos vazias. Produtores e exportadores se articulavam rapidamente para colocar a produção no mercado interno. Foram feitas tentativas falhas de produção de suco de laranja, e a produção de óleo essencial foi uma saída que chegou a ser considerada temporariamente a “salvação da lavoura”.

A queda nas exportações para a Europa deu início a uma crise que praticamente destruiu a citricultura brasileira, não só pela falta de mercado, mas também pela presença de doenças, devido ao abandono dos pomares. Além de aumentar a incidência de propagação de doenças já conhecidas, o desleixo com os pomares favoreceu a propagação de uma doença ainda desconhecida: a tristeza, que provoca o definhamento progressivo das árvores. Causada por um vírus, essa doença chegou a destruir cerca de 80% das árvores cítricas existentes no Brasil.

Durante a guerra, os técnicos do Instituto Agronômico, Biológico e da Escola de Agronomia Luís de Queiroz trabalharam intensamente para encontrar a causa e eliminar de vez a tristeza dos pomares, muitos dos quais precisavam ser eliminados e totalmente replantados. A solução para a doença somente foi encontrada pelos idos de 1955.

As exportações da laranja se recuperaram com o término da guerra. Uma nova febre cítrica, agora mais discreta, começava a se espalhar pelo interior paulista. Não apenas produtores, mas também comerciantes e exportadores, voltaram a apostar na laranja. Segundo dados do Ministério da Agricultura, o Brasil teria na época 50 milhões de árvores cítricas, das quais 16 milhões estavam em São Paulo.

Apesar da recuperação dos pomares e da retomada da produção e exportação, foi também na década de 1950 que entrou em cena um novo personagem, com traços marcantes e duradouros, a bactéria *Xanthomonas citri*, agente do cancro cítrico. Originária da Ásia, essa bactéria, causadora de lesões nos frutos, folhas e ramos, entrou no Brasil por meio de mudas trazidas clandestinamente do Japão.

Para o combate ao cancro, o Ministério da Agricultura criou a campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico. Mas para a erradicação efetiva da praga e promover um maior controle sanitário nos pomares, o setor citricultor paulista criou, em 1977, o FUNDECITRUS – Fundo Paulista de Defesa da Citricultura. O trabalho deste órgão foi definitivo no caso do cancro cítrico, e a entidade trabalha até hoje na preservação do maior parque citrícola do mundo (FUNDECITRUS, 2006).

Por muito tempo o cultivo da laranja foi considerado de importância secundária. Era plantada em consórcio com outras culturas de maior importância, como a mandioca, feijão, milho, etc. Era utilizada para consumo próprio e vendida no comércio local.

Somente no final da década de 1960, através da ação do governo estadual com a criação da ANCASE, atual EMDAGRO, da Estação Experimental de Boquim, com a presença de assistência técnica, é que a citricultura encontrou condições favoráveis ao seu desenvolvimento no estado. Nessa mesma época foram criadas cooperativas: a Coopertreze,

no município de Lagarto, e a Coopame, em Estância, com o mesmo objetivo: o desenvolvimento da citricultura.

3.2.1. Mercado internacional: atualidades

Segundo relatório divulgado pela Diretoria de Desenvolvimento da Bahia, em setembro de 2008, o mercado internacional da laranja apresentava o panorama que se segue.

O Brasil e os Estados Unidos (Tabela 20) dominam a produção mundial de laranja *in natura*, respondendo por mais de 50% da oferta anual do produto, que alcançou 45,6 milhões de toneladas na safra 2006/2007 ou 1.147 milhões de caixas de 40,8 kg. Até essa safra, o Brasil vinha melhorando sua participação relativa nesse mercado, e a produção norte-americana recuando de forma significativa. Enquanto a produção brasileira de laranja sustentou um pequeno incremento de 6,6% entre as safras de 1999/2000 e 2006/2007, a produção dos Estados Unidos contabilizou um declínio de 42,0% no mesmo período. Esses dados significaram, em termos de caixas de 40,8 kg, uma elevação do saldo da produção brasileira, entre as safras de 1999/2000, e de 2006/2007, de 420 milhões de caixas para 448 milhões, e uma queda da produção norte-americana de um patamar de 291 milhões para uma oferta de 169 milhões de caixas.

Tabela 20: Produção Mundial de Laranja, entre 1999 e 2008.

País	1999/2000 (1)		2005/2006 (2)		2006/2007 (2)		2007/2008 (2)	
	(Mil T)	%	(Mil T)	%	(Mil T)	%	(Mil T)	(Mil T)
Brasil	17.136	35,5	17.993	45,4	18.278	40,1	15.912	35,1
EUA	11.875	24,6	8.196	20,7	6.885	15,1	9.237	20,4
China	3.236	6,7	4.450	11,2	4.800	10,5	5.450	12,0
México	3.385	7,0	4.157	10,5	4.000	8,8	4.000	8,8
UE-27	n.d		n.d		n.d		5.999	13,2
Total	48.286	100,0	39.659	100,0	45.573	100,0	45.330	100,0

Fonte: (1) Agriannual 2008; (2) USDA 2008.

Nas estimativas para a safra 2007/2008, no entanto, a produção brasileira registrou uma retração de 13% em relação à safra anterior, ao passo que a dos Estados Unidos contabilizou um incremento de 34%. A queda da oferta brasileira está associada à irregularidade climática, ao desgaste dos pomares após grandes colheitas nos últimos anos e,

principalmente, à redução de investimentos. Têm sido recorrentes as queixas dos citricultores, especificamente paulistas, quanto aos preços relativamente baixos que a indústria de suco vem pagando pelo insumo, frente à elevação dos preços internacionais do suco e dos custos de produção e de dificuldades que a citricultura vem enfrentando nos últimos anos. O resultado é que alguns produtores têm migrado para outras culturas (como a de cana de açúcar) ou simplesmente deixaram de investir nos pomares existentes.

Já a recuperação da produção norte-americana é sintoma de que os fenômenos que vinham afetando a produção naquele país estão perdendo força. Fenômenos de ordem natural e econômica abateram a produção da Flórida, principal estado produtor dos Estados Unidos, notadamente nas safras 2004/2005, e 2006/2007. De um lado, a sequência de furacões nos últimos anos que reduziu a área dos pomares da Flórida; de outro, a especulação imobiliária que encareceu a terra, incentivando a venda de áreas tradicionais da citricultura para a instalação de condomínios fechados. O encarecimento da mão de obra e os problemas fitossanitários de difícil controle também contribuíram para reduzir a produção norte-americana de um modo geral. Com a queda dos preços imobiliários mais recentemente, a situação climática favorável, a ausência de furações e chuvas antecipadas logo após estiagem, as estatísticas de produção de laranja na Flórida são bastante otimistas nessa última safra.

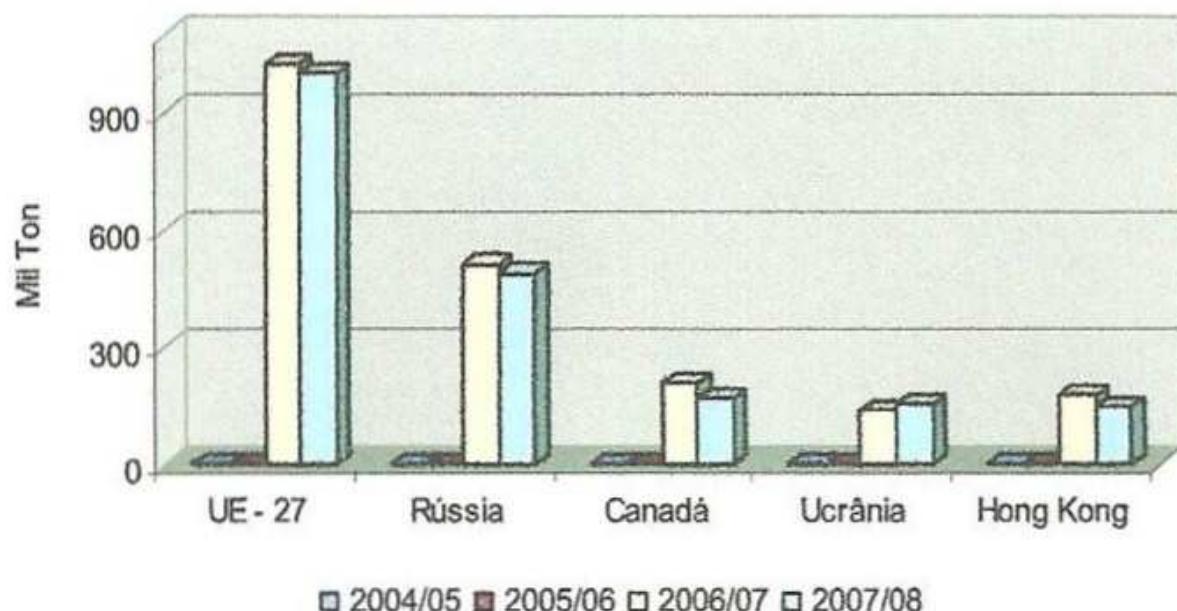
As estimativas para a safra 2008/2009 ainda não foram divulgadas pelo USDA, mas analistas do segmento apostam em algum recuo da produção e afirmam que o Departamento de Agricultura norte-americano somente se sentirá confortável para divulgar uma projeção em outubro deste ano, quando forem iniciados os inventários dos pomares da Flórida. Já no caso da produção brasileira, as expectativas são menos controversas, uma vez que os problemas econômicos que vêm afetando a produção do estado de São Paulo — principal produtor do país — não demonstram tendência de reversão.

Apesar de grande produtor, o Brasil não figura entre os mais importantes exportadores de laranja *in natura*. Os Estados Unidos e a África do Sul são os maiores “*players* do mercado internacional”. Como a contabilidade da África do Sul inclui laranjas e tangerinas, a importância relativa de vendas desse país no conjunto das vendas internacionais chegou a 35% nas estimativas para as safras 2007/2008. Na União Europeia, os países mediterrâneos são os principais exportadores, em especial Espanha e Itália. Tal assertiva pode ser constatada na tabela 20.

Entre os importadores, os 27 países da União Européia são os principais compradores internacionais, respondendo por 42% das importações estimadas para a safra 2007/2008,

seguidos da Rússia com 21%. Os Estados Unidos, por sua vez, participam com um percentual relativamente pequeno (3%) nessas compras internacionais⁸.

Gráfico 9: Principais importadores de laranja – 2007/2008



Fonte: USDA (dados atualizados em 24/07/2008)

A *commodity* dessa cadeia produtiva, no entanto, não é a laranja *in natura*, mas sim o suco de laranja, ou, mais especificamente, o concentrado congelado de suco de laranja (*Frozen Concentrated Orange Juice – FCOJ*)⁹. Como a fruta é o principal insumo desse mercado, o Brasil e os Estados Unidos aparecem de novo como os mais importantes produtores mundiais, respondendo, juntos, por quase 90% da produção global. Na estimativa para a safra 2007/2008, a produção mundial chegou a 2,26 milhões de toneladas de suco, volume inferior aos registrados nas safras anteriores, com exceção da contabilizada em 2004/2005, de 2,21 milhões de toneladas.

⁸ É importante notar que uma avaliação mais criteriosa da evolução desses compradores no comércio mundial esbarra-se na ausência de séries históricas mais longas do mercado completo de laranja. Apenas no relatório de julho de 2008, o USDA (principal responsável pela sistematização de informações desse mercado) passou a divulgar informações sobre a Rússia, Canadá, Ucrânia, Hong Kong e valores consolidados dos 27 países da União Europeia (FUNDECITRUS, 2006).

⁹ O produto padronizado e negociado nas bolsas de valores é o FCOJ a 65° Brix. O Brix indica a medida total de sólidos solúveis no produto. No caso, indica o percentual de açúcares presentes no suco.

Tabela 21: Produção mundial de suco de laranja, entre 1999 e 2008

País	1999/2000 (1)		2005/2006 (2)		2006/2007 (2)		2007/2008 (2) P	
	(Mil T)	%	(Mil T)	%	(Mil T)	%	(Mil T)	(Mil T)
Brasil	1.197	46,8	1.140	63,2	1.480	61,5	1.186	52,5
EUA	1.062	41,5	703	30,8	634	26,4	789	34,9
México	41	1,6	57	2,5	59	2,5	58	2,6
EU - 27	n.d	n.d	n.d	n.d	152	6,3	147	6,5
Total	2.556	100,0	2.280	100,0	2.405	100,0	2.261	100,0

Fonte: (1) Agrianual 2008; (2) USDA (dados atualizados em 24/7/2008)

Obs. Dados do Brasil incluem pequena produção de suco de tangerina.

Esse recuo na produção mundial de suco de laranja é reflexo dos problemas na citricultura do Brasil e dos Estados Unidos observados para os últimos anos. Na estimativa para 2007/2008, a produção de suco de laranja no Brasil (que também inclui uma pequena produção de suco de tangerina) continuou a representar mais da metade da produção mundial da *commodity*. Não obstante, registra um decréscimo em relação às duas safras anteriores e uma perda de *market-share*, uma vez que o Brasil respondia por mais de 60% da produção global: 63,2% em 2005/2006 e 61,5% em 2006/2007. Nos Estados Unidos, por outro lado, a produção de suco de laranja apresentou incremento de 24,4%, saindo de 634 mil toneladas em 2006/2007 para atingir 789 mil toneladas em 2007/2008. Apesar dessa melhoria, consequência direta da reanimação da citricultura, a produção norte-americana ainda não retornou ao patamar de 1999/2000, quando se registrava uma oferta de mais de um milhão de toneladas de suco (USDA, 2008).

Entre os principais países exportadores, o Brasil figura como o mais proeminente, posto que vem respondendo por mais de 80% das vendas internacionais de suco de laranja nos últimos anos. Isso ocorre porque a parcela mais relevante da produção brasileira é toda destinada às exportações, restando um percentual relativamente pequeno para o consumo interno. Para 2007/2008, estima-se que o Brasil produza 1,19 milhão de toneladas de suco e exporte 1,23 milhão de toneladas. Este descompasso só é possível porque o nível de estoques do país deverá decrescer 74 mil toneladas, e o mercado interno não absorverá mais do que 34 mil toneladas.

Tabela 22: Principais Países Exportadores de Laranja, entre 1999 e 2008.

País	1999/2000 (1)		2005/2006 (2)		2006/2007 (2)		2007/2008 (2)	
	(Mil T)	%	(Mil T)	%	(Mil T)	%	(Mil T)	(Mil T)
EUA	519	12,9	543	25,2	324	13,0	575	21,9
África do Sul	559	13,9	732	34,0	934	37,4	920	35,0
Marrocos	298	7,4	233	10,8	238	9,5	210	8,0
Turquia	102	2,5	205	9,5	178	7,1	180	6,9
Argentina	n.d	n.d	180	8,3	200	8,0	180	6,9
EU – 27	n.d	n.d	n.d	n.d	260	10,4	250	9,5
Total	4.025	100,0	2.156	100,0	2.494	100,0	2.626	100,0

Fonte: (1) Agriannual 2008; (2) USDA 2008

Obs. Dados da África do Sul incluem tangerina.

Isoladamente como país, os Estados Unidos destacam-se nas importações da *commodity*. Trata-se do país que mais compra suco de laranja no mercado internacional, respondendo, em 2007/2008, por 23% das importações realizadas, ou 273 mil toneladas. Em bloco, no entanto, a União Européia responde por 55% dessas compras internacionais na última safra, ou 670 mil toneladas. Cabe salientar que os países da União Européia e os Estados Unidos conformam os principais mercados consumidores do suco de laranja. Em 2007/2008, prevê-se que esses mercados respondam por mais de 80% do consumo mundial.

Devido à queda na produção de suco de laranja, o estoque final do produto vem-se reduzindo ano a ano. Na safra 2007/2008, a elevação dos estoques norte-americanos não deverá ser suficiente para eliminar os efeitos negativos nos estoques brasileiros. Essa crise provocou elevação importante no preço da *commodity* na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque. A libra-peso do produto, cotado abaixo de US\$ 1,00 de 1999 até meados de 2005¹⁰, iniciou um movimento de ascensão ao longo de 2006 e 2007, fazendo com que a cotação batesse a casa dos US\$ 2,00. A partir de meados de 2007, os preços recuaram, mas não retornaram aos valores mais baixos vigentes até 2005.

Em termos conjunturais, as oscilações diárias da *commodity* no mercado nova-iorquino respondem diretamente às expectativas de novos furacões abaterem os pomares da Flórida e dificultarem o fornecimento do insumo às indústrias de suco de laranja. O risco de uma tempestade transformar-se em furacão eleva o preço libra-peso do suco, ao passo que a dissipação das nuvens permite redução das cotações.

¹⁰ No seu patamar mais baixo, a libra-peso do suco de laranja chegou a 57 centavos de dólar.

3.2.2. Mercado nacional de citros

A produção brasileira de laranja esteve situada na casa dos 18 milhões de toneladas entre 2004 e 2006, com a cultura localizada no estado de São Paulo respondendo por cerca de 80% da oferta nacional. O segundo estado mais importante nessa produção, a Bahia, foi responsável por apenas 5% dos 18 milhões de toneladas de 2006, equivalentes a 917 mil toneladas. Em termos de valor da produção, o estado paulista também respondeu por 80% dos R\$ 5,3 bilhões da renda que essa cultura gerou em 2006. A Bahia, por sua vez, já não foi o segundo estado mais relevante, uma vez que sua produção ficou cotada em R\$ 183 milhões, ou 3,4% do valor gerado nacionalmente. A laranja proveniente de Minas Gerais, mais valorizada que a mercadoria baiana, fez com que o estado mineiro assumisse o posto de segundo estado no país no que se refere ao valor da produção citrícola.

Tabela 23: Produção de Laranja no Brasil. 2003-2006

Territórios	2003		2004		2005		2006	
	(Mil T)	%	(Mil T)	%	(Mil T)	%	(Mil T)	(Mil T)
Brasil	16.918	100,0	18.314	100,0	17.853	100,0	18.032	100,0
São Paulo	13.347	78,9	14.718	80,4	14.366	80,5	14.367	79,7
Bahia	772	4,6	795	4,3	802	4,5	917	5,1
Sergipe	691	4,1	737	4,0	739	4,1	753	4,2
Minas Gerais	666	3,9	591	3,2	578	3,2	573	3,2
Paraná	349	2,1	398	2,2	375	2,1	408	2,3

Fonte: PAM/IBGE, 2007.

Para a safra 2007/2008, as estimativas do USDA são de queda da quantidade produzida no país, o que fará o volume de laranja ofertado no Brasil ficar na casa dos 16 milhões de toneladas. Tal recuo da oferta nacional relaciona-se à redução da área plantada em São Paulo, a qual tem registrado encolhimento, além dos problemas sanitários, notadamente o Greening – doença com grande poder destrutivo (além dessa doença, os citricultores ainda se preparam com o cancro cítrico e a clorose variegada dos citrus – CVC).

Os citricultores argumentam que o custo da produção da laranja vem aumentando com as dificuldades provenientes do controle dessas doenças, que dizimam pomares e exigem mais cuidados, e que a indústria concentrada de suco de laranja se dispõe a pagar. De acordo com o censo citrícola da Fundecitrus, desde 1995, mais da metade dos produtores saiu da

atividade, especialmente em São Paulo e no Triângulo Mineiro, fazendo com que o número de citricultores no país caísse de 23 mil em 1995 para aproximadamente de 10 mil em 2005 (FNP/AGRIANUAL, 2007).

Tabela 24: Área Plantada de Laranja no Brasil

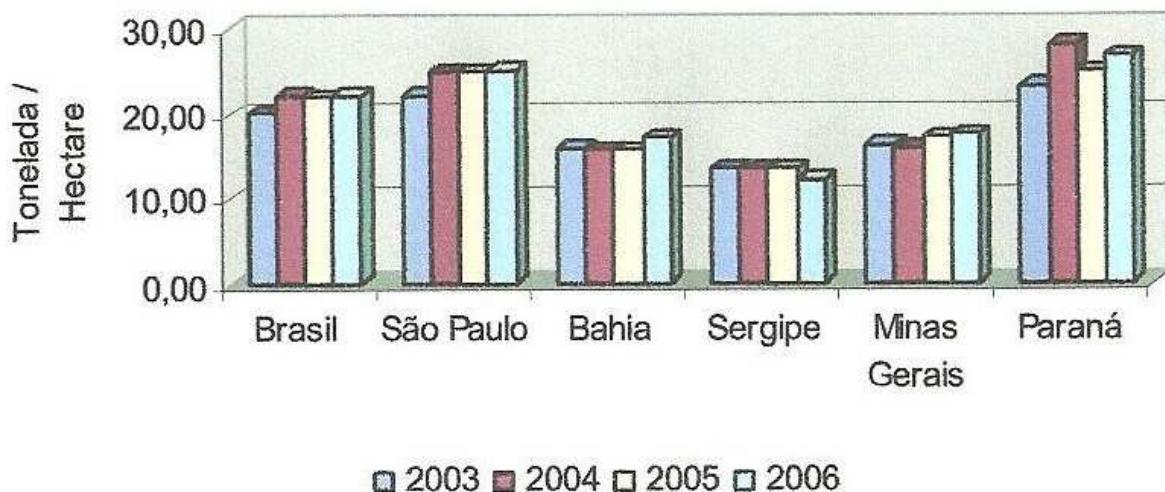
Territórios	2003		2004		2005		2006	
	(Mil/ha)	%	(Mil/ha)	%	(Mil/ha)	%	(Mil/ha)	(Mil/ha)
Brasil	837	100,0	824	100,0	806	100,0	813	100,0
São Paulo	600	71,7	588	71,4	575	71,2	572	70,3
Bahia	48	5,8	50	6,1	51	6,3	54	6,6
Sergipe	51	6,1	55	6,7	55	6,8	62	7,6
Minas Gerais	41	4,9	37	4,5	34	4,2	33	4,0
Paraná	15	1,8	14	1,7	15	1,9	15	1,9

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2007.

A queda da produção só não foi maior com a saída dos produtores desse segmento porque os maiores pomares permaneceram e parte da produção vem sendo realizada atualmente pelas próprias indústrias, que buscam verticalizar a produção. A Cutrale, por exemplo, a maior produtora e exportadora de suco de laranja do Brasil e do mundo, mantém algumas fazendas além das fábricas. Estimativas do setor são de que a produção das próprias indústrias, acrescida da dos fornecedores com contratos de longo prazo (acima de 15 anos), alcance rapidamente uma parcela significativa (cerca de 1/3) do volume de frutas esmagadas anualmente (FNP/AGRIANUAL, 2007).

Em função do fato de os produtores remanescentes serem os maiores, os pomares que se mantêm são exatamente aqueles onde a produtividade já é maior, por conta do emprego de mais tecnologia, adensamento e irrigação. Esta situação deverá fazer com que a produtividade da citricultura paulista eleve-se ainda mais frente à produção de outros estados brasileiros. Cabe registrar que a produtividade média de São Paulo só é menor que a produtividade média da citricultura paranaense (que tem uma representatividade baixa na citricultura nacional) e muito maior que as médias dos estados da Bahia e Sergipe, respectivamente segundo e terceiro maiores produtores de laranja do país. Entretanto, esses dois estados apresentam a menor produtividade do país. No gráfico seguinte é possível constatar a situação em que se encontra a citricultura no país em termos de produtividade atual.

Gráfico 10: Produtividade da Citricultura Brasileira – 2003/2006



Fonte: PAM/IBGE, 2007.

Em São Paulo, a produção de laranja concentra-se especialmente nas microrregiões de Araraquara e São José do Rio Preto. Apenas essas duas microrregiões respondem por quase 30% da produção paulista, o que significa perto de ¼ da produção brasileira de 2006.

A maior parte dessa produção destina-se à indústria de suco de laranja, que esmaga aproximadamente 10 toneladas de laranja para produzir cada tonelada de suco¹¹. Cerca de 80% dessa produção dirige-se ao mercado externo, sendo 95% das exportações totais de laranja, entre *in natura* e processada, realizada a partir do estado de São Paulo. Em 2007, as exportações de laranja, *in natura* e processada, alcançaram US\$ 2.271 milhões, equivalentes a 1,4% das exportações brasileiras. No acumulado até agosto de 2008, as exportações de laranja foram de US\$ 1.326 milhões, 1,0% do total vendido externamente. Desse valor exportado, 62% corresponde ao suco de laranja congelado (FCOJ). Se anualizado o valor até então exportado de FCOJ, o Brasil não obterá a mesma receita auferida em 2007 com esse produto. Tanto em volume quanto em valor, as exportações de FCOJ encontram-se proporcionalmente inferiores em 2008 aos comercializados em 2007.

Certamente, a principal explicação para esse fato está na oferta de laranja na Flórida e na queda da produção paulista. Os preços relativamente baixos para a laranja pagos pela indústria¹², em face do aumento dos custos de produção, têm tornado atraentes as alternativas oferecidas ao agricultor pelo setor sucroalcooleiro e o manejo da silvicultura. A queixa dos

¹¹ Estimativa calculada a partir de informações divulgadas sobre volume de laranja processado e quantidade de suco de laranja produzida, em notícias agrícolas (2007).

¹² É importante notar que os preços da laranja sofrem flutuações bastante evidentes no ano, de acordo com a sazonalidade da produção: os preços caem nos meses de abril a julho, período da safra, e voltam a se elevar entre novembro e janeiro, na entressafra.

citricultores é de que os preços do produto não acompanham o cenário internacional, ficando as margens de ganhos retidas pela indústria de suco. A estratégia que as indústrias paulistas têm encontrado para amenizar a redução da oferta de frutas é a aquisição em outros estados, notadamente Bahia e Sergipe. Mesmo enfrentando custos de transportes mais elevados, as compras de citrus no Nordeste têm sido viabilizadas pelo fato de os preços nessa região serem inferiores aos praticados em São Paulo. Tal estratégia tem dificultado a indústria nordestina.

Os preços altos obtidos pelo setor na década de 1980, devido, principalmente, às geadas norte-americanas, até então os maiores produtores, estimularam grande quantidade de pomares em plantio, superando em muito o crescimento da demanda por suco de laranja.

Esses plantios se deram não só no Brasil e na Flórida, mas também em outros países, como o México, África do Sul e países da América Central. Segundo Neves (1995), o reflexo foi claro, e o setor passou nos últimos anos por um excesso de oferta e consequente redução nos preços das frutas. Em 1994/1995, por exemplo, houve ligeira recuperação dos preços da fruta devido à intensa estiagem que atingiu o estado de São Paulo no inverno.

3.2.3. Negócios citrícolas de Sergipe

No polo sul de Sergipe, as atividades econômicas mais fortes são a fruticultura e a pecuária. Na fruticultura, o destaque é para o cultivo de frutas cítricas. Sergipe situa-se como o segundo produtor de laranja do Nordeste (40,5%), estando atrás apenas da Bahia, com 54,6%. Sergipe ocupa a quarta posição no *ranking* nacional, sendo que até a década de 1990, ocupava a segunda posição na produção nacional de laranja (IBGE, 2004).

Praticamente todo o mercado do Nordeste é suprido pela citricultura do sul de Sergipe e áreas adjacentes do norte da Bahia. Além da citricultura, a região encontra-se em fase avançada de diversificação com plantios de maracujá, coco e fumo. Vale lembrar que os plantios em sua maioria são de sequeiro, ou seja, sem uso de irrigação, o que diminui sensivelmente os custos de produção (MACHADO, 2005).

Como salientado em outros parágrafos, da produção de citros em Sergipe, 80% destina-se para outros estados da região, principalmente Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba. Mais ou menos 15% é destinado à indústria, e o restante é consumido internamente. A parte industrializada é exportada para os Estados Unidos e Europa. Grande parte da produção é obtida através de pequenos plantios, pulverizados entre pequenos produtores, o que vem a tornar essa atividade distribuidora de renda e emprego (BNB, 2004).

A laranja é uma das explorações agrícolas mais importantes da economia estadual, sendo o milho, o feijão e o coco-da-baía também explorados em grande escala em Sergipe (IBGE, 2004). A cadeia produtiva representada pela produção agrícola, indústria de sucos e setor de comércio e serviços constitui-se em um complexo dos mais significativos no tocante à arrecadação de tributos no estado, tendo em vista ser a laranja o primeiro produto agrícola do estado em arrecadação de impostos (SEBRAE, 2004). Além da importância econômica, essa cultura desempenha um papel social de grande relevância na geração de emprego, visto que, na década de 1990, a cadeia produtiva da laranja em Sergipe chegou a ocupar cem mil pessoas, número que tem decrescido sensivelmente nos últimos anos. Muito embora os dados estatísticos não o expressem, a cultura está entrando em uma fase de novos investimentos destinados à sua recuperação, expansão e diversificação (SAGRI, 2004).

Analisando os anos mais recentes da economia sergipana, tem-se que em 2003, 61,83% das exportações do estado foram de bens de consumo (consumos duráveis e consumos não-duráveis); 38,04% bens intermediários (alimentos/bebidas destinados à indústria e insumos industriais); 0,06% bens de capital (equipamentos de uso industrial/transportes) e 0,07% para as demais operações. Os seis principais produtos da pauta de exportações de Sergipe, conforme a tabela 25, representaram 86,25% das exportações em 2003, e 90,7% em 2002, demonstrando com evidência a concentração das exportações, tendo o suco de laranja congelado/não fermentado mantido a liderança das exportações do estado de Sergipe, apesar do seu franco declínio, uma vez que as exportações desse produto representaram no ano de 2002, 61,86% (MDIC/SECEX, 2004).

Tabela 25: Principais Produtos de Exportação de Sergipe. 2002-2003.

Produtos	2002 (%)	2003 (%)
Suco de laranja concentrado e congelado	61,86 (1)	42,51
Cimentos Portland comuns	—	12,82
Ureia com teor de nitrogênio > 45% em peso	20,78 (2)	12,01
Sucos de abacaxi	0,49 (14)	8,42
Tecido de algodão >85%, fio color. Denim, índigo	1,04 (9)	6,95
Outros óleos essenciais de laranja	3,33% (3)	3,54

Fonte: MDIC/SECEX – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2004).

No quadro 1, observa-se que, além da concentração de produtos na pauta de exportações, tem-se, também, uma elevada concentração na distribuição, tendo em vista que

os sete principais destinos representaram 88,26% da pauta de exportações em 2003 (SECEX/MDIC, 2004).

Quadro 1: Destino das Exportações de Sergipe

Países	2003 (%)
Países Baixos (Holanda)	39,25
Estados Unidos	13,97
Argentina	11,13
México	10,54
Espanha	6,12
Israel	4,04
Paraguai	3,21

Fonte: MDIC/SECEX, 2004 & MACHADO, 2005.

A citricultura sergipana passa por uma longa crise, que se iniciou com o crescimento da cadeia de citros do estado de São Paulo, vindo a deixar os outros estados produtores de laranja em situação delicada. Devido a este fator, a crise acarretou: perda da receita, dificuldades de renovação dos pomares, baixa produtividade, elevado índice de desemprego, utilização do trabalho infantil como forma de barateamento dos custos de produção e fechamento de empresas beneficiadoras e agroindústrias de suco concentrado de laranja existentes na região (MACHADO, 2005).

Os preços pagos aos produtores de laranja em Sergipe apresentaram uma desvalorização de 51,52% entre 1975 e 2006. Já o valor bruto da produção (VBP) gerado pela cultura no estado elevou-se em 752,7%. Este elevado incremento no VBP deveu-se, principalmente, à expansão da área (549%). Já o rendimento da cultura teve um aumento de apenas 3% no período analisado. No período de 1993 e 2005 os citricultores sergipanos receberam em média R\$ 0,21 por kg vendido e ainda sofreram em alguns anos as piores remunerações pela sua produção, especialmente nos anos de 1994 e 2004, em que chegaram a receber apenas R\$ 0,11 por kg de laranja (CUENCA et al, 2008).

Essa situação tende a mudar, pois a partir de 2006, com a efetivação das metas propostas no programa de Revitalização da Citricultura sergipana, e também levando em consideração os problemas que vem enfrentando a citricultura nos principais nichos de produção, tanto no Brasil como no exterior, há uma leve tendência a oportunizar a melhoria

nos preços internacionais, que em maior ou menor grau afetarão positivamente os preços pagos aos citricultores sergipanos.

3.3. INDUSTRIALIZAÇÃO CITRÍCOLA COMERCIAL

Como salienta HASSE (1988), a primeira fábrica de suco concentrado e congelado implantada no Brasil, nos anos 1950, foi praticamente um transplante feito dentro dos moldes norte-americanos. Foi somente na década de 1960 que a indústria brasileira de suco e de outros subprodutos da laranja ganhou impulso. A motivação foi a grande geada, que em 1962 destruiu grande parte da citricultura dos Estados Unidos.

Os danos foram enormes, e a recuperação lenta. A falta de suco pela geada transformou o Brasil em promissor polo alternativo para os mercados norte-americanos e europeus. Foram sendo criadas então pequenas fábricas, quase experimentais, no interior paulista.

As estatísticas oficiais registram algumas exportações experimentais de suco de laranja em 1961 e 1962. Mas para todos os efeitos, a indústria brasileira de cítricos, voltada para a exportação, nasceu mesmo em 1963, quando exportou mais de 5 mil toneladas de suco, arrecadando pouco mais de 2 milhões de dólares.

O Brasil, impulsionado pelo crescimento das exportações e pelo desenvolvimento da indústria citrícola, é hoje o maior produtor mundial de laranjas, e o estado de São Paulo é responsável por mais de 70% da produção nacional, com um volume que supera 400 milhões de caixas, como abordado em tópicos anteriores.

A laranja representa peso na economia dos maiores estados produtores do país. A citricultura é a segunda atividade rural de importância em São Paulo, menor apenas que a cana de açúcar. Em muitas cidades, o setor representa a base quase total da economia. É essencial na sustentação de mais de 300 municípios paulistas e de 15 em Minas Gerais, bem como quase 15 municípios do centro-sul sergipano. São pequenos produtores que movimentam a indústria e o comércio regionais com a aquisição de implementos, colhedores e de mais trabalhadores rurais, que gastam seus salários no comércio local, fábricas que extraem suco e geram empregos.

No Sudeste, a produção, o processamento e o mercado interno registraram queda na safra de 1999, segundo estimativas da Abecitrus. Um dos fatores responsáveis por essa queda é a presença do cancro cítrico nos pomares. A produção vinha numa curva ascendente até atingir o pico de 428 milhões de caixas na safra passada. O mercado interno, que absorveu

110 milhões de caixas, vai consumir apenas 95 milhões, segundo previsões da Fundecitrus. O processamento na indústria cai de 3,8 milhões de caixas para 2,3 milhões, o que significa 500 mil toneladas de suco a menos. O reflexo imediato é a queda na movimentação do porto de Santos, menos divisas para o país, perda de espaço no mercado internacional, entre outros.

No Nordeste, os motivos do decréscimo da safra da laranja não se dão pelo cancro cítrico e sim por outras pragas/doenças e, principalmente, pelas condições edafoclimáticas. A produção de laranja, na maior região citricultora do Nordeste, que é o centro-sul de Sergipe, vem caindo drasticamente com anos sucessivos de seca. Em 1997, a produção foi de 920 mil toneladas; em 1998, de 390 mil; e a estimativa para 1999 foi de apenas 250 mil, conforme declaração do presidente da ASCISE — Associação de Citricultores de Sergipe, Manoelito Café Júnior, que diz: “a queda da safra é resultante da estiagem; as pragas que atacaram a produção é uma consequência”. (CINFORM, set/2000).

Sem contar as indústrias caseiras de doces e bebidas, que já existiam bem antes de 1900, a primeira fábrica de suco de laranja não-concentrado no Brasil foi montada durante a II Guerra Mundial para o fornecimento no mercado interno. Montada pelo governo do estado de São Paulo para evitar o desperdício da fruta, a empresa fracassou por falta de mercado consumidor. A febre de produção de óleo essencial durante a guerra também foi fugaz. Nenhuma das primeiras iniciativas permaneceu, pois estas eram resultantes de projetos de emergência nascidos da sobra do produto.

A recuperação das exportações de laranja com o pós-guerra, que tanto animou os citricultores, era insuficiente para absorver toda a laranja disponível em cada safra. E como o mercado interno era pouco desenvolvido, a ideia de industrialização do excedente ganhou adeptos do produto.

A geada que atingiu os pomares da Flórida em 1962 chegou a destruir 13 milhões de árvores adultas. Essa geada acabou se tornando um marco para a indústria brasileira. Os estadunidenses não tinham matéria-prima para abastecer seu mercado interno e os mercados europeus.

O Brasil correu para preencher essa lacuna, acelerando o desenvolvimento da indústria de processamento de laranja. No início da década de 1960, o país fez as primeiras exportações experimentais de suco concentrado de laranja, mas a indústria de suco voltada para a exportação nasceu mesmo em 1963.

A partir de 1966, as vendas se firmaram e a indústria cítrica brasileira entrou numa fase de franca expansão. Até 1970/71, pode-se dizer que a indústria cresceu, ocupando brechas no mercado internacional e aproveitando a legislação brasileira que beneficiava as

exportações. Esse período foi de aprendizado, amadurecimento e estruturação. Com o passar do tempo a indústria cítrica brasileira superou tecnologicamente os países mais avançados do setor (HASSE, 1988).

Na década de 1980, o Brasil se tornou o maior produtor mundial de laranjas, superando os Estados Unidos. À medida que a indústria se firmava como um figurante de peso, na pauta das exportações do país caíam os embarques de laranja *in natura*. Já em 1981, as exportações brasileiras de suco concentrado ultrapassavam 600 mil toneladas anuais.

Para os citricultores, entregar a fruta à indústria se tornou uma alternativa mais segura. Atualmente, a maior parte da produção brasileira de laranja destina-se à indústria do suco, que está concentrada no estado de São Paulo. O setor emprega diretamente cerca de 400 mil pessoas; constitui-se numa atividade econômica essencial para 204 municípios paulistas e alguns do Triângulo Mineiro; gera divisas da ordem de US\$ 1,5 bilhão por ano; responde pela metade do suco de laranja produzido no mundo e por 80% do suco concentrado que transita no mercado internacional (FUNDECITRUS, 1999).

No tocante à questão industrial citrícola em Sergipe, é importante frisar que há alguns impedimentos na cadeia produtiva e industrial que de certa forma prejudicam o desenvolvimento dela no estado.

De acordo com notícias veiculadas pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Sergipe, em 2007, na pessoa do coordenador regional do DEAGRO, o qual naquele momento lamentava-se da situação, os preços praticados pelas indústrias sergipanas era de R\$ 180,00 por tonelada, entregue na fábrica. Ele enfatizou que esse valor não remunera de forma justa o produtor, uma vez que somente com a colheita e o transporte são consumidos R\$ 40,00, somando-se a este custo os investimentos que devem ser feitos com adubação, prevenção a doenças e pragas, além dos pagamentos de juros dos contratos de financiamentos bancários. Em função deste quadro, que promove desestímulo entre os produtores, espera-se “(...) algo mais justo para o citricultor, até mesmo em função de estímulos que proporcionem o crescimento da citricultura, o que beneficiará as próprias indústrias que vêm trabalhando apenas com parte da capacidade de produzir”.

Figura 12: Meio de transporte utilizado para a distribuição da laranja



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

No que tange à industrialização de cítricos em Sergipe, é importante mencionar e descrever as três indústrias que estão operando no estado, duas no município de Estância e uma em Boquim – municípios do centro-sul que produzem laranja. A descrição foi baseada, principalmente, no trabalho sobre “Agroindústrias exportadoras de suco de laranja em Sergipe”, de Machado (2005) e Oliveira (2007b), além de contactos com funcionários das empresas.

3.3.1. Maratá Sucos do Nordeste

No ano 2000, o grupo José Augusto Vieira (JAV) decidiu ampliar ainda mais sua atuação no setor alimentício e investiu na compra de tradicional fábrica de sucos em Estância/SE. Desde então, a Maratá Sucos do Nordeste vem concentrando esforços na revitalização do seu parque industrial e conta com moderna planta de extração de toda a América Latina.

A Maratá pioneira localiza-se na cidade de Lagarto/SE e tem várias fábricas no Nordeste. Especificamente, a fábrica de suco, em Estância, está equipada com 25 extratoras de última geração para a produção de suco concentrado de laranja. Conta também com uma completa e moderna linha de processamento de frutas tropicais para a produção de sucos de

maracujá, abacaxi, acerola, goiaba, manga, umbu, entre outros, tanto concentrados como integrais (*single strength*).

A empresa produz em torno de 25 a 30 toneladas de suco de laranja por ano, sendo 90% deste suco destinado à exportação e os outros 10% vão para o setor de refrigerantes em São Paulo, Salvador e Aracaju. O suco concentrado sai da fábrica de Estância para a filial em Lagarto, onde passa pelo processo de embalagem e comercialização, inclusive para a exportação.

Ela participa da produção e cultivo da laranja destinada ao processamento, sendo 16% da fruta que entra na fábrica, proveniente das propriedades da empresa, localizadas nos municípios de Itaporanga d'Ajuda e Neópolis (Sergipe) e Rio Real (Bahia).

Figura 13: Plantação de laranjas da empresa Maratá



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

Os fornecedores estão situados nos municípios do centro-sul sergipano, assim como em municípios baianos, a exemplo de Rio Real, Itapicuru, Sapé e Lagoa de Neópolis. A

empresa está sempre em contato com os fornecedores, no intuito de melhorar ao máximo o fornecimento de laranja com especificações de alta qualidade para o mercado competitivo.

Por volta de 2004/2005 existiam empregadas na empresa 130 pessoas, além daqueles funcionários que são terceirizados das áreas de vigilância e construção. A carga horária de trabalho desses funcionários é de 3 turnos de 8 horas, de domingo a domingo, no período de safra (maio a setembro).

A empresa está evitando a contratação temporária, pois este tipo de atividade não demonstrou sucesso pelas dificuldades ocasionadas com a inexperiência dos contratados.

A Maratá não possuía, até 2005, filiais no exterior, e 90% de toda a produção de suco de laranja é exportado, através de navios, e os outros 10% restantes ficam no mercado interno, transportados por meio rodoviário.

A empresa conta com câmaras frigoríficas na Alemanha e Holanda, onde é armazenado o suco de laranja. Toda a intermediação entre a Maratá e os consumidores na Europa é feita por um agente alemão, chamado “Müller”, que já trabalhava para a Frutene, antiga detentora da planta que a Maratá Sucos ocupa hoje. Na época da safra, de maio a setembro, a empresa também envia seu suco para câmaras em Salvador e, às vezes, Recife, sempre com alguém da empresa nesses lugares para fazer o embarque do suco.

A Maratá Sucos trabalha com companhias de seguros no exterior, que cobrem as operações desde a saída do suco da fábrica até a entrega ao consumidor no exterior.

3.3.2. Tropfruit Nordeste S/A

A Tropfruit Nordeste S/A produz cerca de 15.000 toneladas de suco de laranja concentrado congelado por ano. Desta produção, 98% é destinado ao mercado externo e apenas 2% fica no Brasil. Os principais destinos do suco de laranja para o exterior são: Alemanha, Inglaterra, Espanha, França e uma pequena quantidade para o Canadá. Também são processados nesta organização o abacaxi e o maracujá, mas em uma proporção bastante inferior à da laranja; 90% do processamento é de laranja, 5% de abacaxi e 5% de maracujá. Como mencionado anteriormente, a laranja é mais comercializada no exterior e as outras duas frutas ficam, em sua maioria, no mercado interno.

Parte da laranja processada, mais ou menos um quarto é produzida por um dos sócios da empresa, e a grande maioria, três quartos, é comprada a produtores da região citrícola sergipana. Com isso, a empresa participa de todos os elos da cadeia, desde os fornecedores de

bens para a agricultura — visto que há a orientação dos produtores nos cuidados com a laranja — até a produção desta.

Além dos cuidados citados, a empresa promove palestras, encontros técnicos com os agricultores, levando em consideração, principalmente, a questão do processamento, tendo em vista que a fábrica atua diretamente com a extração do suco da laranja, bem como prima pela comercialização e distribuição do suco de laranja, já que tem um agente, funcionário da empresa, atuando diretamente nesses dois setores, fazendo uma ponte entre a empresa e o consumidor final do suco de laranja.

Em 2004 existiam 160 pessoas trabalhando na empresa, englobando o setor administrativo, sendo que 85% a 90% desses trabalhadores atuavam no setor industrial, cuja carga horária é de 44 horas semanais, e a divisão se dá em três turnos de 8 horas por dia, sendo que no período da safra (maio a setembro) essa jornada é de domingo a domingo. Geralmente não há contratação temporária dentro da empresa, visto que ela está buscando compensar a ociosidade dos funcionários fora da safra da laranja com o processamento de outras frutas, como abacaxi e maracujá, conforme foi mencionado, e como plano para o ano de 2005 do processamento de outras frutas, a exemplo de manga, goiaba, umbu e mangaba. Também não há a terceirização de funcionários, o que acontece na Maratá.

Existe o grupo sergipano, Samam, que tem plantações no município de Itaporanga d'ajuda e Neópolis, produzindo laranja para a Tropfruit, a exemplo da Cítricos Brejinho, que fornece em torno de 50% de sua produção, e o restante vai para o comércio.

Figura 14: Plantação de laranjas do grupo Samam – cítricos brejinho



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

Nessa empresa, há constante preocupação com a especialização dos funcionários, que são submetidos a frequentes treinamentos operacionais com os fabricantes das máquinas, visando à melhor e mais adequada forma de operacionalizá-las. Também existe um instituto alemão, chamado SGF, que credencia empresas para a exportação dos seus produtos para países do continente europeu, treinando duas vezes ao ano, para posteriormente verificar se a fábrica tem ou não condições de distribuir produtos no mercado europeu.

A Tropfruit busca o aprimoramento de funcionários, mediante cursos e estágios no exterior, e frequentemente realiza aperfeiçoamento tecnológico na empresa. Por exemplo, conclui-se a instalação de três equipamentos novos, de última geração, dentre os quais está uma caldeira computadorizada para a geração de vapor de alta qualidade, servindo para melhorar as condições da unidade e diminuir os custos, a qual requer operador informatizado, adequado à tendência mundial de informatização. Igualmente à instalação de linha complementar dentro da fábrica, de frutas tropicais (manga, goiaba, umbu, mangaba e outras), pretende-se reduzir a ociosidade dos empregados da fábrica em alguns períodos do ano, ou seja, fora do período da safra da laranja.

A empresa tem a única unidade localizada no município de Estância/SE, com as máquinas utilizadas na produção de suco de laranja, voltadas para a exportação e distribuição no mercado interno.

Existem projetos para a expansão de infraestrutura da empresa, tanto de máquinas quanto de edificações, tal como já ocorreu em 2004, quando a capacidade de evaporação era de 40 mil libras por hora, ampliada, em 2005, para 65 mil libras, e projetando aumentar a capacidade em 75 mil libras. Deseja-se ao final um incremento de 40% na capacidade de extração de água do suco. O projeto de expansão prevê crescimento na área da empresa em 40%.

Dentre as metas da empresa para o ano de 2005 estavam: um incremento de 40% na capacidade de esmagamento; redução em 10% do custo final do produto com mudanças nas embalagens; implementação de uma nova caldeira, saindo do uso do gás natural e passando a utilizar a lenha — este uso aliado ao reflorestamento da madeira utilizada — e, e, por último, a abertura de novos mercados, pois almeja-se exportar a produção de suco de laranja também para países asiáticos, Rússia, Austrália, Holanda, Finlândia e Noruega.

Não existe diferenciação do suco de laranja da empresa em relação ao da concorrente dentro do estado, visto que ambas processam a variedade pêra-rio, ou seja, o preço do suco é o mesmo para as duas empresas exportadoras de suco de laranja em Sergipe.

Através de pedidos dos clientes, há o desenvolvimento de novas tecnologias, como por exemplo, uma caracterização de aroma específico, mais forte (floral, ácido, mandarim, etc.), cores mais fortes ou mais fracas, sabores mais característicos e a acidez do suco. Estes atores não mudam muito com relação ao mercado externo; no entanto, no mercado interno, há maior flexibilidade.

Há preocupação da empresa em minimizar erros na operação, e para isso realiza treinamentos frequentes dos funcionários, utiliza máquinas modernas, informatiza produção, o que, além de suprimir erros, garante qualidade no produto final e a confiabilidade do suco produzido.

A confiabilidade do suco de laranja da empresa é colocada como o principal critério de competitividade, haja vista que é através do incremento em todos os outros critérios — qualidade, custos, rapidez e flexibilidade — que se garante um produto confiável, proporcionando boa imagem junto aos consumidores.

O percentual de perdas no processamento da laranja é insignificante para a empresa, somente acontecendo quando resta suco na casca, mesmo assim este resíduo é em quantidades ínfimas, por isso não é computado como perda.

A título de exemplificação de custos para a empresa, em uma escala decrescente, tem-se: matéria-prima, embalagens, custo industrial (vapor, energia elétrica, mão de obra). Já a operação que mais demanda custos é o processamento, além dos estoques raros no exterior, quando necessários.

A Topfruit considera-se dentro dos padrões internacionais de competitividade, assegurando um processamento rápido, diferenciando-se somente de outras empresas na quantidade de extratoras. Atualmente a empresa tem uma capacidade de extrair 600 a 700 toneladas de suco de laranja por dia.

3.3.3. Sumo Industrial

No contexto do Programa de Revitalização da Citricultura em Sergipe, foi fundada no município de Boquim, em 2006, a indústria de sucos Sumo Industrial, que apresenta duas unidades: uma destinada à laranja, com maior parte da produção voltada para o mercado externo, e outra para a fabricação de sucos de maracujá, abacaxi, caju, acerola, manga e uva, cujo destino é o mercado brasileiro, principalmente as redes de supermercado.

A iniciativa de instalação da indústria partiu de empresários que, impulsionados com a política de revitalização da citricultura, resolveram investir nesse ramo, juntamente com o incentivo do estado e da prefeitura municipal de Boquim. Assim, houve aporte de capital dos empresários e a participação acionária do estado (principal acionista) na aquisição do terreno e nas obras civis e de infraestrutura, através da Lei de Incentivos Fiscais, amparada pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI (OLIVEIRA, 2007b).

Até então, as únicas indústrias de suco do estado eram a Tropfruit e a Maratá Sucos, localizadas em Estância. Desse modo, tanto para o estado e a prefeitura do município de Boquim, quanto para os empresários e proprietários, a vinda da Sumo Industrial para a região representa mais uma opção para o escoamento da produção dos pequenos e grandes produtores, além de um incentivo para a geração de emprego e renda.

Entretanto, parece-nos que a tão almejada indústria não está surtindo os efeitos esperados. Mesmo facilitando o escoamento dos produtos locais, e assim diminuindo custos, inclusive de transportes, as beneficiadoras e os atravessadores empenham-se em levar as laranjas para outras indústrias e mercados em busca de um maior valor. É de comprovação que no ano corrente, a Sumos está recebendo o suco pronto, apenas operando com a questão da embalagem.

Abro um parágrafo com o objetivo de salientar, a importância das beneficiadoras de laranja, especificamente para a região citrícola de Boquim, tendo em vista que funciona, como aparato legal, inclusive fornecendo nota fiscal para o produto ser transportado a outros mercados, a exemplo de capitais, como Aracaju (CEASA) e indústrias locais e de outros estados. Estas exercem um ciclo comercial entre produtores e o mercado, seja para exportação e/ou consumo nacional, fazendo toda uma seleção dos frutos, limpeza, encaixamento, além de fornecer mão de obra em boa parte do ano para alguns trabalhadores, seja simplesmente para compra e revenda da laranja. Em épocas passadas, o município de Boquim teve mais de 10 beneficiadoras; atualmente apenas metade está em funcionamento.

Figura 15: Beneficiadora de laranja no município de Boquim.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2009.

Foto: Amanda dos Santos Souza

Figura 16: Beneficiadora de laranja no município de Boquim.



Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2009.

Foto: Amanda dos Santos Souza

Na verdade, o Programa de Revitalização da citricultura está deixando os envolvidos com a atividade citrícola frustrados em termos de resultados. Segundo questionamento do ex-presidente da ASCISE, “Revitalizar quer dizer melhorar a rentabilidade do produtor (...) O programa está priorizando uma coisa que não tem resposta para a realidade momentânea” (José Trindade, Jornal Cinform, Agosto de 2004).

Pelo visto, a crise não é local nem regional; é nacional. E com base nesta ótica, a crise da laranja é discutida na Câmara dos Deputados pela Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados (CAPADR), no sentido de buscar medidas para a atual crise no setor produtivo de frutas cítricas no Brasil (Jornal da Cidade, 12 e 13 de julho de 2009).

Conforme reportagem veiculada no jornal mencionado, a CAPADR estava deixando fora a crise no setor que atinge, principalmente, Sergipe e São Paulo. De acordo com o deputado José Carlos Machado, “80% dos produtores no estado são pequenos e médios e estão sofrendo com a falta de investimento e com o descaso das autoridades”.

3.3.4. Sintetizando a atividade citrícola

Em trabalho elaborado por Eliana Alves de Santana, especificamente no capítulo II, discorre-se sobre a citricultura nos anos de 1980 e 1990 em Sergipe, enfatizando-se: potencial, expansão da área e da produção citrícola, bem como seu sistema de comercialização, propondo-se soluções para a saída da crise, mostrando caminhos para o crescimento econômico estadual.

A autora inicia este capítulo fazendo um breve histórico da citricultura sergipana em que, segundo ela, "Os anos 1970 constituem um marco na história da citricultura brasileira" (SANTANA, 1997: 24). Isso se dá devido a conjunções de dois fatores importantes: a conjuntura da crescente demanda do mercado internacional e a forte presença do Estado.

É nesse período que se dá a expansão dessa cultura pelo Brasil, sendo São Paulo o responsável por quase 90% da produção nacional, pelo fato de essa produção estar assentada em grandes propriedades, enquanto Sergipe é caracterizado por grande contingente de micros e pequenos produtores. Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, Sergipe tornou-se o segundo maior produtor do Brasil. A citricultura sergipana envolve 14 municípios localizados na região centro-sul e sul do estado. No início, a expansão citrícola se deu de forma horizontal, aumento da área plantada, já nos anos 1980, sua expansão se deu de forma horizontal e vertical, esta devido ao emprego de novas tecnologias que aumentaram a produtividade.

Em 1980, Sergipe possuía 23,3 mil hectares; em 1996, 41,4 mil hectare, alcançando um crescimento de 78%, enquanto o estado de São Paulo possuía um crescimento de 47%, passando de 427,4 mil hectares para 630,2 mil hectares nesse mesmo período. Minas Gerais e a Bahia obtiveram um grande crescimento em sua área: 93% e 345%, respectivamente. A Bahia passou de 10,5 mil hectares em 1980 para 46,7 mil hectares em 1996, e Minas Gerais, de 26 mil hectares para 50,2 mil hectares no mesmo período. Em relação à produtividade, Sergipe se manteve estável com uma produtividade de 102.832 frutos/hectares em 1980 e de 103.698 frutos/hectares em 1996, enquanto a produtividade de São Paulo e da Bahia teve um crescimento de 35% e 5%, respectivamente. Mesmo assim, em 1996, Sergipe continuava como segundo maior produtor nacional (SANTANA, 1997).

Boa parte da colheita sergipana vai para o mercado *in natura*, pois o preço ofertado pelas indústrias de suco é inferior ao desse mercado. Geralmente os citricultores sergipanos cultivam a laranja associada a outras lavouras, empregando mão de obra familiar. Além disso,

vendem a laranja para o consumo *in natura*, principalmente nas feiras livres. Portanto, esta situação não contribui de forma significativa para as indústrias.

Em seu manuseio, a citricultura sergipana é diferente da paulista. Possui métodos de cultivos inadequados, obsoletos, adubação deficiente, trato precário, colheita arcaica, o que influencia tanto na qualidade como no nível de organização.

É preciso incentivar os produtores a utilizar mais adubos, corretivos de solo e defensivos contra pragas, tornando as terras férteis e os pomares mais produtivos. Mas para isso deve haver apoio do governo através de crédito e financiamentos especiais.

Na verdade, até hoje, de acordo com SANTOS (1990:36), apoiada em pesquisas do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo:

Verifica-se que o grande problema dos pomares brasileiros não tem sido a extensão das terras, mas sim a falta de capital para se investir em fertilizantes e maquinários, pois a laranja não requer grandes porções de terras para atingir alta produtividade, como é o caso da soja e do café. Percebe-se que um pequeno investimento em adubação pode acrescentar ao pomar uma grande produtividade.

Estratégias de Produção e Inserção Comercial dos Produtores Familiares de Laranja em Sergipe é temática abordada em trabalhos feitos por Edson Diogo Tavares, Dalva Maria da Mota, Humberto R. Fontes e Eliano S. A. Lopes, especificamente na coletânea Agricultura Familiar: desafios para uma sustentabilidade, organizada pela EMBRAPA em 1998. Segundo esses autores, a expansão da citricultura em Sergipe se dá a partir das implantações de um conjunto de políticas públicas na década de 1960, principalmente de crédito rural, para regiões e produtores específicos e visavam atrelar mais intensivamente a agricultura aos diferentes mercados.

Dessa forma, e segundo os pesquisadores mencionados anteriormente, na coletânea organizada pela Embrapa, “[...] a área em que hoje se concentra o polo citricultor do Estado, segundo maior produtor de laranja do país, tem sido a laranja o produto agrícola de maior expansão na arrecadação do ICMS no período de 1994 a 1996” (EMBRAPA, 1998: 97).

Os autores dividem a história da citricultura sergipana em dois momentos: dos anos 1970 e dos anos 1980. A década de 1970 foi caracterizada pela modernização da agricultura através de assistência técnica, pesquisa, crédito e colonização para os pequenos e médios produtores rurais residentes naquelas regiões. Esses eram incentivados pela expansão do comércio *in natura* e da indústria de suco concentrado.

Os principais impactos dessa política foram: a substituição de área de pecuária por áreas de citricultura; constituição de estratos de “pequenos produtores”, oriundos de diferentes

municípios do estado e a inserção da região no circuito comercial regional, nacional e internacional pela produção da laranja para o mercado *in natura* e agroindústria.

Os anos 1980 são marcados pela diminuição dos incentivos agrícolas, a qual consistiu em um dos fatores para a crise dos anos 1990. Desta forma ocorreu o endividamento constante dos produtores; busca de atividades não-agrícolas como forma de ampliação dos rendimentos e a intensificação da criação de associações comunitárias visando à obtenção de benefícios sociais.

Em outro trabalho da EMBRAPA, especificamente para o município de Umbaúba, produtor de citros, foi detectado que apenas 10% dos produtores são originários do município; 70% são originários de outros municípios do estado de Sergipe e 20% são oriundos de outros estados. Foi constatado também que 20% possui 2 a 3 hectares, 10% tem cerca de 5 hectares, 30% tem entre 8 e 10 hectares e os demais têm entre 15 e 40 hectares. Alguns deles utilizam terras de terceiros para o plantio de culturas de subsistência, como o feijão e a mandioca.

Outra saída para a crise da citricultura em todos os municípios da região citrícola sergipana, e bastante difundida, é a diversificação das culturas. Em torno de 80% dos agricultores, como alternativa econômica, utilizam a consorciação de culturas, principalmente quando os pomares estão com pouca idade. Dentre as culturas associadas à laranja estão: maracujá, milho, fumo, feijão, abacaxi, mamão, etc. Estas culturas servirão para complementar a renda familiar como também para a alimentação.

Figura 17: Plantação de Laranja em consórcio



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

Figura 18: Plantação de Laranja em consórcio



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

Os problemas mais comuns dos citricultores são o elevado custo de produção, dificuldade de comercialização e, consequentemente, a redução da capacidade de investimento e pragas, os quais se agravam com a estiagem.

A crise da citricultura sergipana também está relacionada a problemas de pragas, como a Ortézia e o Ácaro da ferrugem, que afetam a qualidade e quantidade da produção.

Entretanto, Sergipe é responsável pela maior parte do abastecimento nordestino dos mercados da laranja *in natura*, mas vem perdendo espaço. Mesmo assim, em 1997 foi responsável por 51% de toda a laranja produzida no Nordeste. Em 2004 produziu 690.597 toneladas de frutos. Na tabela adiante pode-se constatar a evolução da produção de laranja em Sergipe, tendo em vista que mesmo com sua oscilação no ranking nacional, continua com destaque na economia nordestina e principal produto da lavoura permanente do estado.

Tabela 26: Quantidade Produzida das Principais Lavouras Permanentes em Sergipe 2003 – 2006

Produtos	Quantidade Produzida (T)				Variação (%)		
	2003	2004	2005	2006	04/03	05/04	06/05
Banana	68.823	64.936	64.547	64.885	-5,6	-0,6	0,5
Coco da Baía	119.165	122.547	124.119	97.190	2,8	1,3	-21,7
Laranja	690.597	737.256	738.787	753.191	6,8	0,2	1,9
Limão	11.224	11.320	13.567	14.280	0,9	19,8	5,3
Mamão	12.124	9.943	9.882	10.761	-18,0	-0,6	8,9
Manga	25.328	22.973	26.277	27.387	-9,3	14,4	4,2
Maracujá	38.637	40.056	41.526	41.919	3,7	3,7	0,9
Tangerina	8.613	10.311	10.981	12.720	19,7	6,5	15,8

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal de Sergipe 2003 – 2006

Organização: Carlos Alberto Vasconcelos e Ana M. Matos Araújo.

A indústria de sucos concentrados de Sergipe caracteriza-se por praticar preços menores do que os praticados em São Paulo. Isso se deve a dois fatores: necessidade de ocupar algum espaço no mercado e a qualidade inferior do seu suco.

A colheita da laranja é feita sem nenhum requisito técnico, como induzido em outros tópicos. Ela é realizada pelo intermediário, através de trabalhadores contratados para esse fim. Os trabalhadores são de sexo e idade diferenciados de acordo com a função que exercem. A colheita do fruto é feita geralmente pelas mulheres e crianças, enquanto os homens se encarregam pelo carregamento dos caminhões.

Os frutos são dispostos livremente na carroceria do veículo, sem nenhuma preocupação de embalagem, indicando destino sem critério de qualidade para as condições de transportes dos frutos *in natura*, conforme figuras 19 e 20. também nas figuras 19, 20 e 21, constata-se que os caminhões variam a capacidade de transporte, sugerindo, portanto, diferentes níveis de intermediação da comercialização.

Figura 19: Carregamento de caminhão para o transporte de laranjas às indústrias



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

Figura 20: Transporte de tamanho médio da laranja



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

Figura 21: Transporte de laranja de grande porte



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

Para que ocorra mudança no quadro atual da citricultura sergipana é preciso que os produtores se organizem, principalmente na questão relacionada à comercialização da produção. Esta medida, associada a um grande controle das doenças e pragas, poderia elevar um pouco a receita líquida da propriedade, além dos transportes para o beneficiamento e escoamento da produção.

A introdução de outra cultura deve ser vista com bastante cautela, pois devem ser estudadas as questões de adaptação dessa cultura às condições edafoclimáticas locais e, sobretudo, da estrutura do mercado.

CAPITULO IV

4. DISCUTINDO O TRABALHO E SUAS NUANCES

4.1. TRABALHO: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

O trabalho é em primeiro lugar um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla sua própria ação (...) e ao mesmo tempo em que age sobre a natureza exterior a ele e a transforma, transforma sua própria natureza (MARX, 1987:202).

Neste capítulo discutiremos questões relacionadas ao trabalho e suas implicações para a compreensão do processo evolutivo das sociedades contemporâneas, especificamente no que tange às relações sociais de produção e reprodução, perpassando pela exploração da força de trabalho infantil, muitas vezes como necessidade de manutenção da família e/ou como questão cultural.

O trabalho é a atividade desenvolvida pelo homem, sob determinadas formas, para produzir sustento e riqueza. São as condições históricas que lhe dão validade e estabelece o seu limite.

A história do trabalho começou quando o homem buscou os meios para satisfazer suas necessidades com a produção da vida material. À medida que a satisfação é atingida, ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais. O trabalho fica então subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado modo de produção.

A produção e o intercâmbio constituem a base de toda a ordem social. Nesta, o processo de trabalho é tido como o resultado da combinação do objeto, dos meios, da força e do produto de trabalho. Este escrito está explícito nas obras de MARX, que em muito representa essa questão, especificamente em seu livro *O Capital*.

Trabalho não se interrompe no produto, no seu valor de uso, mas completa-se no valor de troca, quando então se encontra reproduzido como mercadoria. O que determina o valor de troca são as relações de produção, onde estas são técnicas e sociais. São técnicas quando os agentes da produção (...) se organizam de acordo com a natureza do trabalho (individual ou coletivo). São sociais quando as relações se estabelecem entre o produtor direto (trabalhador não-proprietário) e o indireto (o proprietário dos meios, que depende do produtor direto). No processo de produção, as relações sociais é que determinam as condições do trabalho, isto é, assalariado ou não, tendo em vista a finalidade da produção (MARX, 1983:79).

Dessas relações com as características apontadas, tem-se o objeto de análise proposto pelo estudo da pré-história, compreendida através de quatro pontos fundamentais, apontados por OLIVEIRA (1987): passagem da vida nas cavernas naturais para cabanas construídas em pedra e madeira; desenvolvimento de conhecimentos técnicos aplicados na fabricação de instrumentos de pedra inicialmente lascada, depois polida, empregados na caça, na pesca, na luta corporal com animais de grande porte e com outros homens; passagem da vida individual-familiar para a vida em grupo, com a apropriação coletiva de áreas de exploração econômica e com a prática de atividades coletivas; desenvolvimento do pensamento e da religião pela reciclagem permanente das formas de explicação dos fenômenos naturais observados empiricamente.

A pré-história representa um imenso laboratório em que o homem realizou suas primeiras experiências, na descoberta e na invenção, as quais consistiram em verdadeiros avanços na busca pela adaptação e pela transformação do meio, objetivando a satisfação de suas necessidades vitais, o que representa evolução na criação de condições materiais de sobrevivência.

A origem da palavra **trabalho** e seu conteúdo lembram dor, suor do rosto e fadiga. Na língua portuguesa, a palavra originou-se do latim *tripalium*, que era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes munidos de pontas de ferro, que serviam para esfiapar o trigo, as espigas de milho e rasgar o linho. O termo *tripalium* liga-se ao verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa tortura, e é o uso desse instrumento como meio de tormento que a palavra significou por muito tempo, a qual ainda tem a conotação de algo como padecimento e cativeiro.

Na linguagem usual, o vocábulo trabalho tem diversas acepções. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu sentido varia. Entretanto, vamos citar o conceito de Aranha (2002:16), que diz: "O trabalho é a ação transformadora dirigida por finalidades conscientes, a partir da qual o homem responde aos desafios da natureza".

O homem trabalha quando exerce atividades corporais, físicas, braçais ou manuais e espirituais/mentais que poderão exigir esforço ou não, mas que tragam resultados perceptíveis e satisfatórios aos seus anseios.

Através do trabalho, o homem transforma a natureza, e esta atividade se distingue da ação animal porque é dirigida por um projeto (antecipação da ação pelo pensamento) e, portanto, é deliberada, intencional.

Contudo, o trabalho, além de transformar a natureza, humanizando-a, promove também a relação entre os homens, transformando o próprio homem. Pelo trabalho, o ser humano se autoproduz: desenvolve suas habilidades, a imaginação; aprende a conhecer suas próprias forças, o ímpeto da natureza e a desafiá-las; percebe suas limitações; relaciona-se com os companheiros e vive os afetos de toda relação; impõe-se uma disciplina. O homem não é sempre o mesmo, visto que o trabalho altera a visão que ele tem do mundo e de si mesmo.

Segundo interpretações de Vasconcelos (2004), apoiado em Marx, talvez a divisão do trabalho seja, apesar de tudo, um mal necessário. Estando a máquina a ocupar o lugar do homem, este retoma um outro trabalho mais complicado, do qual se ocupa logo a seguir, dividindo-o, simplificando-o, com o objetivo de novamente transformá-lo num trabalho de máquina e assim por diante, de maneira que a máquina invade cada vez mais o campo da ação do operário manual, e que se levasse o sistema às suas últimas consequências, a função do trabalhador tornar-se-ia cada vez mais intelectual. Este ideal agrada muito, mas a transição é penosa, pois é preciso, antes de ter encontrado as máquinas, que o operário, devido à simplificação do trabalho, torne-se, ele próprio, uma máquina e sofra as consequências deploráveis de uma necessidade embrutecedora.

Por intermédio do trabalho, é estabelecida uma relação dialética entre a teoria e a prática: o projeto orienta a ação, e esta altera o projeto, que de novo altera a ação, fazendo com que haja evolução dos processos empregados, o que gera um processo histórico. Além disso, para que esse distanciamento da ação seja possível, é preciso que o homem tenha uma linguagem, pela qual representa o mundo (torna presente no pensamento o que está ausente) e comunica-se com o outro. O trabalho se realiza, pois é, sobretudo, atividade coletiva.

A concepção de trabalho geralmente esteve associada a uma visão negativa. “Mesmo na Bíblia, Adão e Eva viviam felizes até que a transgressão dos dois provocou sua expulsão do paraíso e a condenação ao trabalho com ‘suor do seu rosto’. À Eva coube também o ‘trabalho do parto’” (ARANHA, 2002: 22).

Na Antiguidade grega, todo trabalho manual era desvalorizado e realizado pelos escravos. A atividade teórica era considerada a mais digna do homem, cuja essência é fundamentalmente a de um ser racional. Para Platão, a finalidade dos melhores homens é a “contemplação das ideias”.

Entre os romanos, o conceito de *negotium* mostra a oposição entre negócio e ócio: é um conceito que se define pela "ausência de lazer".

Na Idade Média, São Tomás de Aquino quis redimensionar a valorização do trabalho manual, dizendo que todas as formas de trabalho se equivalem; mas, na verdade, a própria construção teórica do seu pensamento, calcada na visão grega, tende a valorizar a atividade contemplativa. Muitos textos medievais consideram a *ars mechanica* (arte mecânica) uma *ars* inferior. Esta atitude resulta, tanto na Antiguidade como na Idade Média, na impossibilidade de a ciência desligar-se da filosofia.

Na Idade Moderna, a situação começa a sofrer algumas nuances: o crescente interesse pelas artes mecânicas e pelo trabalho geral justifica-se pela ascensão dos burgueses, vindos de segmentos dos antigos servos que compravam sua liberdade e dedicavam-se ao comércio.

Com a burguesia nascente, acentuam-se novas formas de negócios a partir da procura de novos mercados e a necessidade de estimular as navegações: no século XV, começam os grandes empreendimentos marítimos que culminam com as grandes descobertas do novo caminho para as Índias e das terras do Novo Mundo. A preocupação de dominar o tempo e o espaço faz com que se aperfeiçoem os relógios e a bússola. Com o aperfeiçoamento da tinta e do papel e a descoberta dos tipos móveis, Gutenberg inventa a imprensa. Então, dá-se o aperfeiçoamento das técnicas e do trabalho.

No século XVIII, a mecanização no setor da indústria têxtil sofre impulso extraordinário na Inglaterra, com o aparecimento da máquina a vapor, que aumenta significativamente a produção de tecidos. Outros setores se desenvolvem, como o metalúrgico. No campo, processa-se uma revolução agrícola.

O desenrolar desse processo levanta, em contrapartida, uma questão social, visto que as condições subumanas recrudescem no século XIX: extensas jornadas de trabalho, de dezesseis a dezoito horas por dia, sem direito a férias, sem garantia para a velhice, doença e invalidez; arregimentação de crianças e mulheres; mão de obra mais barata; condições insalubres de trabalho, em locais mal-iluminados e sem higiene. Com baixos rendimentos, os trabalhadores também viviam mal alojados e em promiscuidade.

Da visão desse contexto é que surgem, no século XIX, os movimentos socialistas e anarquistas, que pretendem denunciar e alterar a situação exposta anteriormente.

E é a partir da relação de dominação que Hegel, filósofo alemão do século XIX, faz a primeira leitura otimista da função do trabalho, na célebre passagem do "senhor e do escravo", descrita na Fenomenologia do espírito. Hegel refere-se a dois homens que lutam entre si, e um deles sai vencedor, podendo matar o vencido. Este, não ousando sacrificar sua própria vida, submete-se ao vencedor. Daí convém "conservar" o outro como "servo", pois

esta é a condição de ser reconhecido como senhor. Agora é o servo submetido que tudo faz para o senhor. Este, com o tempo, descobre que não sabe fazer mais nada, pois colocou, entre si e o mundo, o escravo, que domina a natureza. O ser do senhor se descobre como ser do escravo e, em compensação, o escravo, aprendendo a vencer a natureza, recupera de certa forma a liberdade. O trabalho surge, então, como a expressão da liberdade reconquistada (ARANHA & MARTINS, 1993).

4.1.1. Trabalho como categoria central da atividade humana

Relacionando-se o fator trabalho, e neste, especificamente, o trabalho infantil, tem-se como pressuposto para entendimento: o ponto de partida da abordagem do trabalho como uma categoria central na atividade humana; que na sociedade capitalista não se constitui apenas como uma atividade criadora e não se organiza como uma face apenas do direito à sobrevivência; deve conduzir também a realização de objetivos.

Nesse sentido, o paradigma marxista marcará o eixo central da análise: “não um evangelho que ofereça verdades de última instância, acabadas e perenes, mas um manancial inesgotável de sugestões para continuar investigando e lutando pela verdade” (IAMAMOTO, 1998: 235).

O quadro teórico que bem instrumentalizará a análise desta pesquisa será direcionado pelo pressuposto de Marx e autores que o descrevem, apresentando o trabalho como forma especificamente humana diante de qualquer estrutura social determinada.

O trabalho, é em primeiro lugar, mediação entre a natureza e o homem, processo no qual este realiza, regula e controla sua própria ação “(...) e ao mesmo tempo em que age sobre a natureza exterior a ele e a transforma, transforma sua própria natureza” (MARX, 1987: 202)¹³.

Nas obras de Marx, o trabalho apresenta-se como uma atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. O homem é também o único ser capaz de criar meios e instrumentos de trabalho; logo, essa atividade passa a ser exclusivamente humana. É também pelo trabalho que as necessidades humanas são satisfeitas ao mesmo tempo em que o trabalho cria outras necessidades, ou seja, o homem se realiza, sobrevive.

¹³ Reafirma Marx que, ao contrário do animal, o homem, antes de produzir materialmente, projeta, produz idealmente, e ao final do processo de trabalho surge um resultado que, antes de começar o processo, já existia na mente do operário” [...] um resultado que já tinha existência ideal” (1987: 202).

Por essa razão, LUKÁCS, (1978:5) considera que “o homem, que se torna homem pelo trabalho, é um ser que dá respostas práticas, conscientes às suas necessidades”.

Naturalmente, estamos tratando do trabalho identificado por Marx como “trabalho concreto”, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. “Trabalho concreto, criador de valores de uso, como trabalho útil e indispensável à existência do homem (...) – necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 1987: 50).

Mas observa o próprio Marx que, no processo capitalista, o trabalho apreende uma dupla natureza: “O valor de uso é generalizadamente mediado pelo valor de troca” (Idem: 43). Assim é que ele trata o trabalho abstrato, forma específica no capitalismo, afirmando que não há substituição do trabalho concreto pelo abstrato, assim como não há substituição do valor de uso pelo valor de troca.

Todo trabalho é de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob a forma especial, para um determinado fim e nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (Ibid, 1987: 54).

Como observa o próprio autor, essa concepção de trabalho retrata uma visível contradição: “a forma simples do valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma elementar de manifestar-se a oposição nela existente entre o valor de uso” (Op. cit: 69-70).

A extensão desse movimento contraditório fica demarcada também em outra relação sobre o trabalho. Trata-se do processo de objetivação e alienação ou estranhamento.

Nos estudos de Marx sobre o trabalho alienado, ele chega aos conceitos de produção social, relações de produção, forças produtivas, mercadoria, capital, etc., que lhe permitem desenvolver o caráter fetichista da objetivação de certas relações sociais. “Marx ascende de uma concepção filosófica da alienação – impregnada, às vezes, de elementos especulativos – a uma teoria científica, uma vez que a integra na teoria do modo de produção capitalista” (VAZQUEZ, 1968: 454).

Seus estudos foram revelando aquilo que se encontra na raiz do processo de alienação, determinações muito concretas que haviam sido historicamente produzidas: a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a generalização da troca mercantil.

Essas categorias expressavam um conjunto de determinações históricas, produzidas socialmente, que resultavam naquele “estranhamento”, na alienação do sujeito diante do processo e dos produtos de suas objetivações.

Mas a investigação de Marx chamava a atenção para outras determinações e categorias que complementavam o conjunto de causalidades explicativas da alienação do modo capitalista – as categorias do trabalho concreto e do trabalho abstrato, como discorrido sucintamente em parágrafos anteriores: o primeiro materializa as finalidades do trabalhador no produto, e o segundo se manifesta no valor de troca, que marca a produção capitalista.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhadores não-corporificados, desvanecem-se portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não se distinguem uma das outras, mas reduzem-se todas a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 1987: 44-5).

É, portanto, um movimento contraditório aos processos de objetivação e alienação do trabalho concreto e do trabalho abstrato, fenômenos conjugados um no outro, mas que se manifestam de forma real e concreta no processo de produção capitalista, o que se vai evidenciar na problemática do trabalho infantil.

O trabalho infantil é uma atividade considerada judicialmente como ilegal, e economicamente representa uma superexploração da força de trabalho, e não se consegue percebê-la como atividade de valor em si mesmo.

É o fenômeno da alienação e da exploração que se apreende no trabalho infantil que, no caso da citricultura, é determinado pelas formas de organização do capitalismo agrário brasileiro, cujo processo constitui uma parte para reflexão nesta tese.

É importante mencionar que todos os produtos do trabalho são consumidos de forma produtiva. Foram produzidos para alguma finalidade humana. Não importa se o objeto, o produto, é consumido na produção de outros produtos (como matéria-prima, no caso do couro na produção do sapato ou aço na produção de automóveis; ou como meios de trabalho, no caso do martelo na produção dos mesmos sapatos) ou se os produtos servem para o consumo individual (vestuário, alimentos, etc.). No primeiro caso, do consumo produtivo, o resultado do processo são outros produtos; no segundo caso, do consumo individual, o resultado é o próprio indivíduo, a reprodução da vida do sujeito. No primeiro caso, o consumo produtivo dos meios de produção tem como resultado a manutenção do trabalho vivo do homem, da própria produção; no último caso o resultado é a manutenção da vida do homem que trabalha, daquele que produz.

Daí Marx conclui que trabalho é desta forma:

Atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma desta vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983: 153).

4.1.2. A divisão social e territorial do trabalho

Em concepção mais sociológica chamou-se de trabalho a repartição diferenciada de tarefas entre os membros de uma comunidade. O trabalho é dividido pela sociologia como: divisão biológica, divisão territorial e divisão social do trabalho.

É notória a repartição de atividades, na divisão territorial do trabalho. Esta é enfocada por SANTOS & SILVEIRA (2001), quando a comparam como retrato de cada porção do espaço em termos de especializações, muitas vezes nítido, noutras nem tanto, nascido da combinação contraditória de processos antigos e modernos. E, para entender o funcionamento do território, é preciso captar o movimento; daí a proposta dos autores de abordagem sobre os circuitos espaciais de produção, definidos como circulação de bens e produtos e que oferecem visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território.

A crescente divisão territorial das etapas do trabalho intensifica as trocas e as relações entre lugares, intercâmbios frequentes e espessos que não ocorrem obrigatoriamente entre áreas contíguas. Uma área de agricultura moderna, por exemplo, pode não ter as relações mais significativas com cidade próxima, e esta não se relacionar com sua vizinha imediata, enquanto mantém contatos intensos com outras distantes, até fora do país. Daí a necessidade de substituir a noção de cadeia produtiva pela de circuitos espaciais de produção.

Ao longo do tempo, cada lugar é palco de sucessivas divisões do trabalho. Mas esse mesmo lugar, percebido num corte temporal, isto é, em dado momento, acolhe simultaneamente várias divisões do trabalho. Como estas não se realizam independentemente dos fluxos, superpõem-se nele também diversos circuitos da produção. Desta feita, criam-se, assim, solidariedades entre elementos novos e herdados. Formas antigas de armazenagem convivem com modernas formas de cultura e com novas formas de transportes e assinalam, a cada momento histórico, distintas combinações técnicas e sociais do trabalho.

Ainda a esse respeito, SANTOS & SILVEIRA (2001: 144), com concepção marxista, enfatizam os macro e microterritórios de produção, considerando que:

De um lado, a cooperação permite que o trabalho se faça sobre grandes extensões territoriais, daí a necessidade de certas infra-estruturas, como canais de drenagem, diques, obras de irrigação e a construção de canais, estradas de rodagem e de ferro. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se amplia a escala da produção, torna-se possível uma relativa contração da área. Essa contração da área, simultânea e combinada ao alargamento da escala, enquanto despesas inúteis são cortadas, leva à aglomeração dos trabalhadores, à agregação de vários processos e à concentração dos meios de produção.

No período atual, os movimentos são comandados principalmente por fluxos não obrigatoriamente materiais, e sim por capitais, informações, mensagens, ordens, que retratam a inteligência do capital, reunindo o que o processo direto da produção havia separado em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento de verdadeiros círculos de cooperação. Por conseguinte, circuitos espaciais de produção e cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial, dentro de uma DTT.

Por cooperação entre membros da sociedade entende-se a forma de realização de trabalho conjunto e planificado. Os indivíduos participam no mesmo processo produtivo ou em processos diferentes, mas interligados. Inicialmente, a cooperação representou uma ação comum para obtenção de meios de subsistência. Remonta a épocas muito antigas, sendo já praticada pelas comunidades primitivas que caçavam, pescavam e recolhiam os alimentos coletivamente.

Quando os homens trabalham uns para os outros, mas não realizam todos as mesmas tarefas, executando produtos diferentes ou partes de um mesmo produto, realiza-se uma atividade produtiva conjunta de divisão e cooperação no trabalho. Esta forma de atividade surge primeiro como uma divisão natural de trabalho entre homens e mulheres ou entre adultos, anciãos ou crianças. Com o desenvolvimento e diferenciação dos objetos e meios de trabalho, caminhou-se para uma especialização que se refletiu no seio das primeiras unidades de produção. Mesmo nas suas formas rudimentares, a divisão social do trabalho dá lugar a um sistema de relações específicas e permanentes entre os indivíduos que integram um grupo.

A divisão social do trabalho surge quando grupos de produtores realizam atividades específicas em consequência do avanço de graus de desenvolvimento das forças produtivas e de organização interna das comunidades. Conduz à formação de grupos especializados nas diferentes atividades produtivas e à obtenção de níveis de produtividade que permitem a criação de excedentes econômicos.

Portanto, entende-se que a divisão social do trabalho alia-se à tendência para a apropriação, numa primeira fase, dos instrumentos de trabalho e, posteriormente, dos restantes meios de produção. Determinam-se relações sociais entre os indivíduos respeitantes ao uso e posse dos instrumentos, dos materiais e até dos bens produzidos.

A formação de grupos de pessoas com diferentes posições no processo produtivo é assegurada por formas de propriedade que acabam por conduzir à divisão da sociedade em classes sociais e por permitir à parte da sociedade explorar a outra. Manifestam-se as primeiras contradições entre interesses individuais de grupos ou famílias e o interesse comunitário dos indivíduos que mantêm um intercâmbio entre si.

As alterações, da organização e principalmente na divisão do trabalho dentro da citricultura, apesar de permanecerem sazonal, revelam mudanças nas relações entre produtores e indústrias; mudanças na seleção social na citricultura; nos modos de produção agrícola que respondem às exigências de internacionalização do setor e na organização da produção fundada, especialmente, na pequena e média propriedade. A sazonalidade atinge principalmente os trabalhadores engajados na colheita.

Essas considerações e argumentos podem ser percebidos nas relações de trabalho que se estabelecem no processo de produção agrícola brasileiro, em especial a da citricultura, que mesmo com toda “modernização”, apresenta, no caso de Sergipe, relações arcaicas de produção e reprodução.

4.2. TRABALHO E CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

4.2.1. O trabalho no processo de produção capitalista

O capitalismo teve forte impulso com a primeira Revolução Industrial. Esta caracteriza-se a priori, por um conjunto de transformações técnicas e econômicas aplicadas na produção que trouxe por consequência a revolução nos processos de produção que alteraram as relações sociais e territoriais. Marcou a transição do feudalismo para o capitalismo, causando impactos sobre a estrutura da sociedade, especificamente pela notável evolução tecnológica (CANÊDO, 1987).

Com a Revolução Industrial, o expressivo crescimento da produção eliminou logo as formas anteriores de apropriação do trabalho, baseadas no controle do Estado e das corporações. A apropriação dos meios e o controle do trabalho passam ao grupo burguês

capitalista. A relação "burguês/trabalhador" no interesse da produção faz da força de trabalho mercadoria; o trabalho é apropriado pelo dinheiro, pelo salário.

O proletariado surgido com a indústria urbana fica sujeito a todas as vicissitudes da expansão burguesa. Não tardou para que o trabalhador se tornasse apêndice da máquina, e a sua capacidade produtiva se condicionasse à noção de lucro; isto é, o trabalho representa a consecução do produto. Estabelece-se, portanto, o domínio do trabalho pelo capital, e a mais-valia torna-se a marca registrada dessa dominação.

Esse foi um processo rápido que se fez por constantes lutas de classe devido a choques de interesses e dominação de uma sobre a outra na apropriação do resultado e no acúmulo de capital.

A mais-valia é a forma mais visível de exploração do trabalhador, seja de maneira absoluta ou relativa.

Mediante o contrato de trabalho, o trabalhador dispõe energia para produzir, em troca de uma remuneração do trabalho, com a qual reproduz sua energia: o salário, que deve corresponder às necessidades materiais e/ou culturais do trabalhador e de sua família.

O elemento mais importante na exploração capitalista é a mais-valia, pois a extração desta gera lucro ao capitalista, uma vez que ela representa tempo extra de trabalho não-remunerado, e além disso, como bem questiona ALBORNOZ (1998:38): “Chegamos a uma das características mais decisivas do mundo do trabalho em que vivemos, que é a sua submissão ao capital, aos interesses dos capitalistas e dos proprietários (...).” A força do trabalho é dada como uma mercadoria.

Em termos de mais-valia, torna-se importante ressaltar que esta, junto à renda da terra, é um dos temas mais complexos da teoria marxista. No entanto não aprofundaremos comentários, pois a concepção marxista é dual: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, ambas comumente utilizadas, tanto por grandes grupos econômicos urbano-industriais, como pelo mundo agrícola.

Segundo Tomazi (1997), baseado em leituras marxistas, o processo capitalista de trabalho apresentou três características em sua época, as quais podem ser elencadas neste processo: a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual; o controle hierárquico e a fragmentação e desqualificação crescente do trabalho.

As duas primeiras formas de organização da produção e de trabalho foram a cooperação simples e a manufatura, que ocorreram na época da transição do feudalismo para o capitalismo. Na cooperação simples, o proprietário do capital reúne um grupo de artesãos que não detêm mais os meios de produção, porém continuam responsáveis por todo o

conjunto de tarefas necessárias à execução de certa mercadoria. Não há ainda a divisão do trabalho na produção; apenas se organizam as matérias-primas, as ferramentas, os horários, os locais, como também a relação entre os trabalhadores (o que fazem o mestre, os diaristas, os aprendizes). Mantém-se o mesmo processo de produção anterior, só que sob o controle do proprietário do capital, que decide o que e quanto produzir, porém ainda não como produzir.

Na manufatura se introduz um elemento essencial para a futura caracterização do processo de trabalho propriamente capitalista: as várias atividades que antes eram todas centralizadas na confecção do produto por inteiro foram fragmentadas, decompostas e reorganizadas, de tal forma que cada trabalhador realiza apenas uma parte do processo de produção.

A fragmentação das atividades faz aparecer a imagem do trabalhador coletivo, isto é, grupo de trabalhadores que em conjunto produz muito mais do que se cada um fizesse determinado produto na íntegra. Cada um faz uma parte, consequentemente produz mais. Desta forma, a simples mudança no processo produtivo altera substancialmente o caráter da produção, haja vista que também não se precisa mais de trabalhadores que saibam todo o processo de produção e sim contratar um que saiba proceder a algumas operações; alguém que no final possa dar o acabamento e realizar o controle da produção.

Mas é com a mecanização e o surgimento da fábrica que se concretiza o processo de trabalho propriamente capitalista, designado como maquinofatura. É aqui que aparece o fenômeno da passagem da destreza manual para a máquina. Aquilo que se fazia com as mãos e as ferramentas, passará gradativamente a ser feito por máquinas.

Entretanto, há uma controvérsia sob o ponto de vista social, demográfico e econômico, pois o “boom” da máquina substituindo o trabalho humano é fato consumado. Contudo, questiona-se: a máquina produz, mas quem consome é a sociedade, e se a sociedade perde poder aquisitivo, como se justifica o exagerado aumento da produção? E a automação do trabalho futuramente trará essa equação a ser resolvida pelos detentores dos meios de produção e do capital, já que os salários tornaram-se inelásticos. Assim, pois, o consumo poderá “explodir” ou mesmo aumentar de maneira simplória.

Nesse momento, o trabalhador não necessita mais saber fazer determinado produto ou mesmo uma parte deste. Ele precisa saber operar uma máquina, que tem um motor (força motriz própria) e um conjunto de mecanismos. Nem precisa mais utilizar ferramentas. Ele agora está submetido aos mecanismos da máquina. Desse modo, sua destreza manual foi transferida para a máquina, e ele deve muitas vezes apenas ligá-la, desligá-la e regulá-la; ela o controla e o domina no processo de trabalho, determinando, inclusive, o ritmo das atividades.

A maquinofatura tem-se desenvolvido desde o final do século XIX, e sua última fase é a automação. Atualmente, já existem máquinas "inteligentes" que fazem quase tudo o que um trabalhador pode fazer. Com a automação crescente, a maioria dos trabalhadores necessita de pouca qualificação, uma vez que essas máquinas têm grande autonomia em relação a eles. Nesse processo é necessário um pequeno grupo de trabalhadores altamente especializados, que, além da programação, fazem os sistemas das máquinas funcionarem. Dessa forma, se as máquinas anteriores incorporavam a destreza manual dos trabalhadores, as novas máquinas computadorizadas incorporam também a capacidade mental, exigindo cada vez menos qualificação para manuseá-las (TOMAZI, 1997).

Nesse momento, todas as fases, ou quase todas, do processo produtivo podem ser programadas, de tal modo que há apenas a exigência de pessoal altamente qualificado para o desenvolvimento dos programas necessários a essas operações.

Essas fases, no processo histórico do capitalismo, foram-se sucedendo gradativamente, mas ainda hoje todas elas continuam existindo, isoladas ou combinadas, servindo para a acumulação do capital e fazendo com que poucos enriqueçam e muitos continuem vivendo na miséria, inclusive no campo, onde a tecnificação é uma constante, contribuindo para a expulsão do trabalhador da terra, a exemplo do que acontece na própria agricultura familiar.

Como discorrido anteriormente, o trabalho no capitalismo é um tema vasto e importante, sempre associado à ciência social e teve como expoente significativo Karl Marx. Para este, a indústria fundou a história mundial, tornando cada nação, cada indivíduo, dependentes, para a satisfação das suas necessidades, no mundo inteiro. Ela destruiu em geral o natural, tanto quanto isso é possível no trabalho, e todas as relações sociais foram substituídas pelas relações do dinheiro; situação prevista por Marx desde os seus primórdios, quando afirmava que:

As forças produtivas entravam no regime da propriedade privada, passando a ter um desenvolvimento limitado; uma quantidade de forças não pode absolutamente ser utilizada sob o regime da propriedade privada. Ela torna intolerável ao trabalhador não somente a relação com o capitalista, mas o próprio trabalho (MARX, 1983:169).

Ressalta-se que nessa época surge a grande indústria e que ela não atinge em todos os países e em todas as regiões de um país o mesmo nível de desenvolvimento. Nessa ótica, não entra o movimento do proletariado, porque os operários que permanecem fora da grande indústria são mergulhados por ela em condição de vida pior ainda do que a dos próprios trabalhadores da grande indústria.

4.2.2. O capital e as exigências/alternâncias críticas no mundo do trabalho

O ritmo da acumulação da crise estrutural desde os anos 1970 revela seus limites na forma mais destrutiva de suas contradições. A dinâmica da reprodução capitalista tem-se mostrado de forma bastante crítica que nem de reproduzir seus “escravos” ela é mais capaz.

No Brasil, por exemplo, o desencadeamento desse processo não se tem dado de forma menos desastrosa, para a alegria dos capitalistas. A inserção da tendência à “desregulamentação” e “flexibilização” tem-se concretizado no uso do trabalho desqualificado e precarizado. Contudo, a dimensão mais destrutiva disso são, de fato, os milhares de trabalhadores empurrados para o trabalho escravo, sobretudo na zona de fronteira agrícola na floresta amazônica, além do uso crescente de trabalho infantil.

O movimento do capital em busca de “produzir mais por menos” não tem cor, sexo, nem mesmo idade. Segundo o IBGE, referente ao ano de 2001, foram registrados quase 5,5 milhões de crianças e adolescentes, de 5 a 17 anos, trabalhando. Deste total, cerca da metade (2.662.794) trabalhava sem rendimento, e mais de dois milhões ganhavam menos de um salário. Em Sergipe, os números contabilizaram um total de 62.946 menores de 5 a 17 anos trabalhando. Destes, 29.621 recebiam baixa remuneração, e o restante (33.325) não tinha trabalho remunerado.

Diante desse quadro e da conjuntura de crise, em que se encontra o capitalismo, é necessária a reestruturação, como assinala MOTA (1998: 27):

A reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de um ‘novo equilíbrio’ que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na composição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais.

Reestruturação implica alternativas ao modelo fordista¹⁴ conduzindo à flexibilização dos processos e das condições de trabalho, alterando significativamente a formação do trabalhador coletivo e do mercado de trabalho com ampliação do desemprego, da terceirização, da precarização do trabalho e quebra dos vínculos formais de trabalho.

Ainda constata (Idem: 29) que essas alterações determinam novas formas de “dominação do capital sobre o trabalho, realizando uma reforma intelectual e moral, visando à

¹⁴ Fordismo – processo de trabalho estabelecido a partir de uma linha parcial de montagem, que criou o operário-massa e que separou o trabalho intelectual do manual, os que elaboram e os que executam.

construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a racionalidade requerida pelo projeto do capital”.

Nesse sentido, a autora amplia a discussão remetendo para as ideias de Gramsci ao lembrar que “os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não se pode obter sucesso em um campo sem obter resultados tangíveis no outro” (*ibid*: 29).

O que se evidencia nas alterações provocadas pela reestruturação produtiva remete para um conjunto de transformações de ordem técnica e política que viabilizam novas condições de acumulação.

Nessa nova forma produtiva ressalta-se uma articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico, como questiona BEHRING (1998: 178)¹⁵,

(...) uma combinação entre trabalho extremamente qualificado e desqualificação (...) a produção flexível, horizontalizada/descentralizada, contrapondo-se à verticalização fordista. Trata-se de terceirizar e subcontratar uma rede de pequenas/médias empresas, muitas vezes com perfil semi-artesanal e familiar; a produção é conduzida pela demanda e sustenta-se na existência do estoque mínimo.

No mundo do trabalho, o modelo japonês da produção flexível, dentre outros, vai se afirmando e alterando o padrão rígido da linha de montagem fordista. Em função disso, propaga-se, amplamente, a substituição das culturas gerenciais pela de qualidade total. É o que muitos estudos chamam de “epidemia da qualidade” e da produtividade, para enfrentar a competitividade, generalizada e absorvida com rapidez na maior parte das atividades econômicas dinâmicas.

Entre as novas estratégias, destaca-se o fator essencialmente político de desestruturação do trabalhador coletivo, estimulando a concorrência entre os trabalhadores e contraditoriamente o envolvimento e a cooperação dos empregados, em atividades e territórios diferentes.

As estratégias de subordinação supõem a crença de que a modernização pode ser portadora de uma sociabilidade harmoniosa, concebida como relações sociais entre iguais,

¹⁵ O *just in time* e Kanban asseguram o controle de qualidade e o estoque. Nestes, um pequeno grupo de trabalhadores multifuncionais ou polivalentes opera uma ilha de máquinas automatizadas, um processo de trabalho intensificado que diminui ainda mais a porosidade no trabalho. Diminui também a hierarquia no chão da fábrica, já que o grupo assume o papel de controle e chefia. Acrescente-se a pressão patronal pelo sindicalismo de envolvimento – e a pressão do desemprego por toda a vida e tem-se o caldo de cultura para adesão às novas regras (BEHRING, 1998: 179).

cujos lugares ocupados na sociedade expressam uma hierarquia dos predicados e do poder decorrentes da cisão entre produtores e proprietários (PAGOTTO, 1996).

Essa análise sobre o trabalho no capitalismo contemporâneo, ainda que superficial, desenvolve uma abordagem crítica também sobre o discurso dominante no segmento empresarial e nos quadros governamentais que propagam essa realidade como sinal de novos tempos. Estes naturalizam a questão do desemprego, enquanto propõem a preparação dos indivíduos para a competição no mercado de trabalho, que é tido como autorregulável, sinônimo de equilíbrio. Além disso, consideram que as disfunções atuais são passageiras e contornáveis. O emprego perdido reaparecerá em outro setor.

Em contraposição a essas postulações, (ANTUNES, 2005:99) afirma:

[...] o capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que, com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do ‘estranhamento’, na medida em que esse desenvolvimento das capacidades humanas não produz necessariamente o desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido, mas, ao contrário, pode desfigurar, aviltar a personalidade humana.

No atual sistema capitalista, as novas formas de produzir e gerir o trabalho têm uma dupla direção: a redução quantitativa do emprego e a alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que redonda em crescente heterogeneidade, complexificações e fragmentação das formas de trabalho remunerado e das classes trabalhadoras. É crescente a redução do número de trabalhadores centrais. Contradicitoriamente, relações de trabalho atípicas não param de desenvolver-se. Aumentam o uso de uma força de trabalho desqualificada, de trabalho autônomo, de trabalho doméstico, de trabalho infantil e de trabalho clandestino, como também os serviços precarizados e terceirizados.

Com essa nova realidade, vamos perceber a geração de uma crise de emprego, sedimentada em escala mundial, que reduz, drasticamente, o trabalho formal e aumenta significativamente o trabalho precário.

O capital, ao reestruturar a produção dinâmica da inovação tecnológica, na citricultura, por exemplo, imprime divisão técnica de trabalho mais flexível que redefine as formas de trabalho, sobretudo a camponesa, que, em Sergipe, e em especial, no município de Lagarto, é percebido no agronegócio da laranja. Essa problematização é apontada na dissertação de mestrado em geografia de Oliveira (2007b).

No trabalho desse autor, consta que os pequenos citricultores foram submetidos ao processo de acumulação e à lógica da reprodução do capital. Subordinados ao mercado de citros, os pequenos citricultores trabalhavam na busca do lucro imediato, embora não no

sentido da acumulação, porque visava ao lucro, mas para melhorar a qualidade de vida. O Estado atuava facilitando meios para ampliar a produção. Outrossim, não houve nenhum esforço da parte dos industriais em promover uma prática de investimentos que permitisse a rentabilidade dos pomares e muito menos de encontrar caminhos para elevar a produtividade agrícola. Enquanto isso, o capital industrial “invadiu” as pequenas propriedades e apropriou-se da produção.

Menezes (2007) observa que o capital, em sua nova ordem, subjuga ainda mais o trabalho; ou seja, o capital é uma riqueza apropriada e roubada dos trabalhadores; confirmado teses marxistas em que o próprio trabalho subjugado, alienado e desefetivado é que se materializa na forma de dinheiro, mercadoria e meios de produção usados com o objetivo de lucro. O capital se expressa na forma de relação social estabelecida a partir do poder dos senhores da terra, mediada pelo poder do Estado, nas relações comerciais, na forma de ideologia e até na intimidade dos sujeitos. É, por essa razão, um sistema “sociometabólico” de produção que difere do “capitalismo”, uma de suas variantes históricas.

No tocante a essa questão, salienta Meszáros (2002:1065):

Capital é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece na forma de capital ‘monetário’, ‘mercantil’, etc. – vários séculos antes de a formação social do capitalismo enquanto tal emergir e se consolidar.

Para alguns pesquisadores, a crise estrutural do capitalismo expressa o “fim das alternativas” possíveis do capitalismo. Toda e qualquer reforma ou reestruturação (como de fato acontece com a ‘reestruturação produtiva’), do ponto de vista do capitalismo, significa um aprofundamento ainda maior da crise.

Mas o capitalismo insiste em encontrar novas saídas, dentre as quais está a inserção da força de trabalho, em um sentido de exploração, de menores, mulheres e idosos. No que diz respeito aos menores, estes são retirados do trabalho familiar, especificamente da agricultura, e doméstico para atividades predominantes nos setores urbanos.

A esse respeito, ARAÚJO (2007: 132) relata:

As crianças dirigem-se para o tráfico de drogas, para a prostituição e/ou outras atividades de ainda maior exploração e risco de vida, largadas nas ruas e centros de grandes cidades. No primeiro caso, ainda funcional a reprodução dos trabalhadores, logo no sistema capitalista, mas, no segundo, fazendo crescer a porção sangrenta do capitalismo sem justiça, sem controle e sem resistência política.

Percebe-se nesse contexto, a existência de um discurso contraditório, de atraso, pois há uma exploração brutal em busca de alternâncias para a crise que assola o sistema

contemporâneo. Como questiona Moreira (2006:56), “Isto introduz uma tremenda diferenciação social entre os homens”.

4.3. PRESSUPOSTOS E LEGISLAÇÃO SOBRE O TRABALHO INFANTIL E SEU DESENVOLVIMENTO NO CENTRO-SUL SERGIPANO

4.3.1. Introduzindo a questão: passado e presente

O contingente populacional de crianças e adolescentes vivendo em cidades e no campo é bastante significativo na população mundial. Há aquelas que brincam nas ruas, divertem-se no mar, em piscinas ou rios, sobem em árvores e jogam futebol. Outras passam a maior parte de seu tempo, reclusas em apartamentos, casas, pequenos barracos, cortiços ou instituições.

Muitas trabalham desde pequenas, quebram pedras, fazem carvão, capinam a roça, embalam compras em supermercados, limpam para-brisas de automóveis, fazem carregos em feiras livres, etc. Outras são responsáveis por seus irmãos menores, preparam a comida e arrumam a casa. Uma parcela possui uma agenda cheia de atividades culturais e esportivas; mas existe uma outra parcela, e esta infelizmente é bem maior, que tem uma agenda repleta de trabalho para ajudar nas despesas da família, no seu próprio sustento.

O trabalho infantil é uma mazela que a sociedade está longe de erradicar. Em todas as regiões do mundo, seja no meio rural seja nos centros urbanos, é comum ver crianças e adolescentes trabalhando em diversos setores da economia.

O trabalho infantil encontra-se nos mais variados setores de atividades econômicas: na agricultura, pesca, setor industrial, turismo, serviços domésticos, construção civil, indústrias extractivas e economia informal urbana, inclusive no setor doméstico, que é o caso das meninas que trabalham como empregadas domésticas e babás. Independentemente do setor em que ocorre, o trabalho infantil está ligado à economia dos países.

Estima-se que 246 milhões de crianças entre 5 e 17 anos estejam envolvidas em trabalho infantil. Desses, 179 milhões estão sujeitas às piores formas de trabalho. São as que têm sua própria vida colocada em risco, isso sem falar dos danos à integridade física, mental e moral (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2005).

O trabalho tem uma longa história de exploração de mão de obra infantil. As crianças pobres sempre trabalharam para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os capitalistas do início da industrialização, como ocorreu com as crianças

órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras como boias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; nas casas de família, e finalmente nas ruas para ajudarem na manutenção de suas vidas e de suas famílias.

A experiência da escravidão havia demonstrado que a criança e o jovem trabalhador constituíam-se em mão de obra mais dócil, mais barata e com mais facilidade de adaptar-se ao trabalho. Nessa perspectiva, muitas crianças e jovens eram recrutados nos asilos de caridade, alguns a partir dos cinco anos de idade, sob alegação de propiciar-lhes uma ocupação considerada mais útil, capaz de combater a vagabundagem e a criminalidade. Trabalhavam 12 horas por dia em qualquer ambiente insalubre, sob rígida disciplina.

Em meados da década de 1870, anúncios de estabelecimentos industriais solicitavam crianças e adolescentes para trabalharem principalmente no setor têxtil. A exploração do trabalho se dava por meio da compressão salarial do trabalhador adulto masculino, da exploração da mão de obra feminina, uma vez que a remuneração de meninas caracterizava a dupla discriminação de sexo e de idade.

Crianças e adolescentes, em função da pouca idade, talvez tenham sido, entre os trabalhadores, aqueles que viveram os exemplos mais exarcebados dessa relação: o poder sobre os pequenos, o qual claramente os transformou no alvo privilegiado de uma disciplina muito severa.

Em levantamento baseado em fontes documentais realizado por Priore (2004), em 194 indústrias de São Paulo, em 1919, apurou-se que cerca de 25% da mão de obra era composta por operários menores de 18 anos. Destes, mais da metade trabalhavam na indústria têxtil.

Famílias do sertão eram recrutadas por agentes para o trabalho nas fábricas. Como condição, as famílias deveriam ter crianças e jovens, pois o peso do aliciamento recaía sobre os pais.

Na década de 1920, a falta de braços para a agricultura levou à criação de colônias agrícolas no Brasil, respaldadas pela ideia de que a “criança pobre é o melhor imigrante”. Essas colônias albergavam e atendiam a crianças recolhidas nas ruas, visando exatamente à formação do trabalhador nacional.

Também na década de 1920, era comum, meninas serem tiradas dos asilos para trabalhar em casas de família em “sistema de soldada” onde a família se responsabilizava em vestir, alimentar e educar a criança em troca de seu trabalho, depositando uma pequena soma em uma caderneta de poupança em seu nome. Se por um lado as meninas preferiam ir para as

casas, porque queriam sair do asilo, as fugas eram comuns, devido aos maus-tratos, à exploração do seu trabalho e ao abuso sexual (PRIORE, 2004).

Esse sistema, administrado pelas fundações estaduais de bem-estar do menor, recebeu um novo nome de “Colocação Familiar” e foi mantido até o ano de 1980.

O desafio de ser criança é um velho conhecido nosso. Talvez pese ainda sobre os nossos ombros a herança da Lei do Ventre Livre, que lançou à liberdade milhares de crianças negras escravizadas por um sistema injusto de trabalho forçado (Idem).

A herança de tratar a infância de forma precária e não-prioritária contribuiu para que o cenário da infância e da adolescência fosse esse espetáculo de horror que vemos hoje: crianças trabalhando sem direito algum, até mesmo de brincar e estudar.

A maioria das crianças que trabalham tem muito pouco tempo ou oportunidade para brincar e praticar esportes. Seu dia é preenchido pela escola (pouco interessante e nada motivadora) e pelo trabalho não-qualificado. Sobra pouco tempo para a diversão. Alguns só brincam nas folgas e fins de semana, confirmando a influência perniciosa do trabalho em seu cotidiano.

A infância deve ser considerada como uma fase da vida dedicada à educação e à formação, que, em seus sentidos mais amplos, incluem o desenvolvimento de aspectos físicos, psicológicos, emocionais, intelectuais e sociais.

Além dos danos físicos e psicológicos que o trabalho infantil pode ocasionar, como fadiga, dores musculares, deformações ósseas, fraturas e até mutilações e mortes, a atividade laboral de crianças e adolescentes contribui para mantê-los num ciclo de miséria, pois, como elas não têm oportunidades de se desenvolver, de aprender, serão adultos incapazes, formando um grupo de pessoas que estarão sempre à margem da sociedade.

Segundo Priore (2004), no que diz respeito às consequências para o desenvolvimento da criança, é possível dividir essas atividades em dois grandes grupos: No primeiro, são apresentadas as atividades que causam riscos e impactos evidentes e imediatos, que são gerados pelo trabalho na cultura de cana de açúcar, do sisal, da erva-mate, nas carvoarias, nas cerâmicas e olarias, na produção de calçados, nas serrarias, na indústria moveleira e nas madeireiras. Todas estas atividades têm um alto índice de acidentes e apresentam riscos físicos, ergonômicos, mecânicos, biológicos e químicos.

No segundo grupo, incluem-se as atividades realizadas no meio urbano, e também aquele em que a criança participa da agricultura familiar antes dos catorze anos.

O maior agravante das más condições em que a atividade é exercida é o fato de que uma parte das crianças trabalha em tempo integral, cumprindo, muitas vezes, uma porção da jornada noturna.

Nessa ótica, apenas uma pequena parte das crianças trabalha menos de cinco dias por semana. A maioria trabalha de segunda a sexta-feira, e um pequeno grupo ultrapassa a chamada semana inglesa, trabalhando seis ou sete dias por semana.

Infelizmente, a sociedade cultiva uma ideologia que considera o trabalho como a mais nobre atividade exercida pelo homem, como panaceia para todos os males, como remissão para o crime e saída da marginalidade, como única forma legítima de acesso aos meios de vida.

Segundo tal concepção, a criança pobre com atividades na cidade ou no campo não provoca surpresa nem indignação. De modo geral, sente um relativo alívio por não estar pedindo esmolas nas esquinas, cheirando cola nas praças ou dormindo embaixo dos viadutos, como se a única alternativa à marginalidade infantil fosse o trabalho.

Na verdade, crianças e adolescentes ampliam o segmento do subproletariado que se insere no mecanismo de desqualificação da mão de obra, o que é contraditório diante de todo discurso da qualificação e do novo papel da educação.

O trabalho infantil representa o barateamento e maior controle do fator trabalho, facilmente substituível e de baixo preço, munido de insegurança e de desproteção, altamente funcional e rentável ao capitalismo.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2007 revelam que, no mundo, mais de 200 milhões de crianças trabalham (apesar da imprecisão estatística em face do número escondido ou invisível). Mais de 100 milhões estão nas piores formas de trabalho um milhão delas nunca foram à escola. Das crianças trabalhadoras no mundo, algumas têm só 5 anos, e a maioria tem menos de 15 anos. Muitas estão em atividades em que há perigo, manipulando ferramentas ou operando máquinas perigosas; trabalhando em fazendas e plantações; minas ou pedreiras ou em canteiros de obras; respirando gases tóxicos e expostos a produtos químicos nocivos à saúde, além de outros perigos. Milhões delas estão presas às suas piores formas: escravidão, servidão por dívidas, trabalho forçado, conflito armado e prostituição.

A escola e as brincadeiras são substituídas pelo trabalho nas minas de carvão, enfrentando a enxada e as plantações, quebrando pedras e realizando atividades domésticas, até mesmo na prostituição e outros serviços. Para a OIT, é considerado trabalho infantil todo

aquele realizado por pessoas com menos de 15 anos. No mundo inteiro, a idade mínima considerada social e juridicamente própria para o trabalho varia de 12 a 18 anos.

Ainda segundo os estudos da OIT, o continente que mais utiliza o trabalho infantil é a Ásia (61%), seguido da África (32%) e da América Latina (incluindo o Caribe), com 7%. Mesmo na Europa e na América do Norte, com regiões altamente desenvolvidas, ainda há crianças que trabalham. Embora com características bem especiais, e sem denotar exploração abusiva, grosso modo, realizam tarefas periódicas sedimentadas, principalmente na cultura familiar (OIT, 2007).

Foi a própria Organização Internacional do Trabalho que estabeleceu uma série de recomendações para controlar o ingresso da criança e do adolescente no mundo do trabalho. Na Convenção 138/73 e na Recomendação 146/73 estabeleceu-se a idade de 15 anos como mínima para o exercício do trabalho, sendo flexível, idade inferior (14 anos) em países cujos recursos econômicos e educacionais são insuficientes.

O conjunto de normas da OIT discute e trata de temas como: idade mínima, trabalhos proibidos, trabalho noturno, peso máximo a transportar, escolas técnicas, exames médicos obrigatórios, férias, orientação profissional, formação profissional e aprendizagem, participação de empregados e empregadores e relação entre trabalho e escola.

A UNICEF tem procurado discutir em Convenção Internacional as exigências para proteção da criança no trabalho e sanções para os países que não as cumprirem. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança, da ONU, realizada em 1989 e ratificada pela maioria dos países membros, foi transformada em lei internacional em 1990 e trata de uma série de questões relacionadas ao trabalho infantil e seus efeitos sobre as crianças, tais como: educação, saúde, nutrição, descanso e lazer, segurança social e responsabilidade dos pais (GONÇALVES, 2000).

4.3.2. Situando o Brasil no contexto legal

Em nível de Brasil, a Constituição Federal de 1988 “proíbe qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, e o trabalho noturno perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos” (Cap. VII, Art. 227). Também é proibido o trabalho realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico.

O preceito constitucional em tela aproxima-se da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no que se refere a impedir a exploração do trabalho infanto-

juvenil e quando propõe que crianças e adolescentes sejam preparados profissionalmente para adequado ingresso, em momento propício, no mundo do trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também estabelece para o país um novo paradigma de proteção integral à infância e à juventude brasileira. A emenda Constitucional de dezembro de 1998 fixa a partir de 16 anos a faixa etária em que pode ter lugar o trabalho formal¹⁶.

O ECA prevê no seu artigo 18 que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Também no artigo 240, estabelece-se que é ilegal “Producir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando-se de criança ou adolescente em cena de sexo explícito, pornográfica ou vexatória”.

Apesar de contarmos com um aparato legal razoável, é notório que essas normas, mesmo os mecanismos constitucionais, são totalmente ignoradas, considerando-se as estatísticas significativas do trabalho da criança e do adolescente no Brasil.

Segundo Diniz (1999), fundamentada em dados do DIEESE, no Brasil havia cerca de 16.992.089 crianças na faixa etária de 10 a 14 anos, das quais 2.548.847 estavam trabalhando; número que vem preocupando autoridades e órgãos governamentais. Esse mesmo quadro destaca o estado de Sergipe com 41.315 menores ocupados no trabalho, classificando-o em 6ª posição no país na taxa de exploração da mão de obra infantil. Em 2005/2004 esta situação foi alterada. No Brasil, o trabalho infantil recrudesce mesmo com alguns programas e ações desenvolvidas pela sociedade cível e pelo governo. Em Sergipe, em 2004 cai consideravelmente, mas no ano seguinte torna a elevar-se. Isto demonstra a dificuldade de eliminação do trabalho infantil junto à população pobre.

Tabela 27: Ranking do Trabalho Infantil por Unidade Federativa (comparação entre 2005 e 2004, levando em conta pessoas de 5 a 15 anos de idade).

Unidade da Federação	População Ocupada 2005	Taxa Ocupação 2005 (%)	Posição 2005	Taxa Ocupação 2004 (%)	Posição 2004
Piauí	116.649	17,11	1	16,68	1
Maranhão	240.142	16,20	2	12,20	3
Paraíba	104.133	13,32	3	10,94	6
Rondônia	46.018	12,43	4	13,47	2

¹⁶ Norma inserida na Constituição pela emenda da Previdência Social, que passou despercebida pelos legisladores e que causou polêmica no poder judiciário.

Ceará	222.302	11,89	5	10,20	8
Acre	20.423	11,36	6	10,73	7
Pará	196.582	11,20	7	11,33	4
Bahia	334.056	10,93	8	11,00	5
Pernambuco	203.069	10,86	9	9,39	12
Tocantins	33.622	10,63	10	9,86	10
Alagoas	66.303	8,93	11	8,46	15
Rio Grande do Sul	175.093	8,63	12	9,97	9
Paraná	175.727	8,56	13	8,95	14
Mato Grosso	53.630	8,50	14	9,63	11
Santa Catarina	91.349	8,18	15	9,39	13
Rio Grande do Norte	51.806	8,06	16	6,58	17
Minas Gerais	301.411	8,01	17	5,94	22
Sergipe	31.376	7,80	18	5,30	23
Espírito Santo	47.365	7,18	19	7,46	16
Mato Grosso do Sul	28.385	6,04	20	6,32	20
Goiás	60.460	5,17	21	6,39	19
Roraima	4.763	5,17	22	6,54	18
Amazonas	43.692	5,12	23	6,15	21
Amapá	5.755	3,57	24	2,39	25
São Paulo	210.802	2,87	25	2,93	24
Rio de Janeiro	62.239	2,31	26	1,81	26
Distrito Federal	7.572	1,64	27	0,62	27
Brasil	2.934.724	7,80	-	7,33	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2006.

Quase o mesmo número de crianças e adolescentes trabalhadores em Sergipe, em 2005, ou 31 mil crianças, foram inseridas nos programas de erradicação do trabalho infantil, criados a partir do final da década de 1990, recebendo auxílios mensais, a princípio por volta de R\$ 25, para as residentes na zona rural, e R\$ 40, para as da cidade, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2006).

A legislação brasileira do trabalho infantil não é recente; remonta a 1891, materializada no Decreto 1.313, que, entre outras medidas, definia que os menores do sexo feminino, com idade entre 12 e 15 anos, e os do sexo masculino, de 12 a 14 anos, só poderiam trabalhar, no máximo, sete horas diárias, além de fixar, para o sexo masculino de 14 a 15 anos, a jornada de até nove horas.

Segundo Gonçalves (2000), até o advento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, uma série de dispositivos procurou disciplinar a matéria, em especial através da fixação de idade mínima para o exercício do trabalho. Destaca-se entre estes o Primeiro

Código de Menores da América Latina (o Código Mello Mattos), de 1927, que limitava a idade mínima de trabalho em 12 anos, além de proibir o trabalho noturno aos menores de 18 anos.

Com a CLT, faz-se uma ampla abordagem da produção do trabalho infantil, contando com dispositivos que tratam da fixação de idade mínima para o exercício laboral (fixada em 12 anos), das atividades vedadas à sua atuação, das condições de trabalho, entre outras.

Em contrapartida, é importante frisar que na virada do século XX para o século XXI, grandes mobilizações foram registradas no Brasil com o objetivo de incluir a criança no trabalho. A esse respeito, ALVIN & VALADARES (1988:37) dizem: “(...) considerável contingente de crianças pobres passa a compor o mercado de mão de obra, baseando-se na concepção da infância pobre, como necessariamente perigosa e, consequentemente, ameaçadora”.

Desde 1940, com a regulamentação do salário mínimo, foi incentivada no país a colocação, pelas famílias, de um maior número de membros trabalhando, como forma de melhorar a renda e resistir às dificuldades. A família era levada a entrar coletivamente no trabalho, com a anuência da lei, ficou instituído um meio de reprodução do capital.

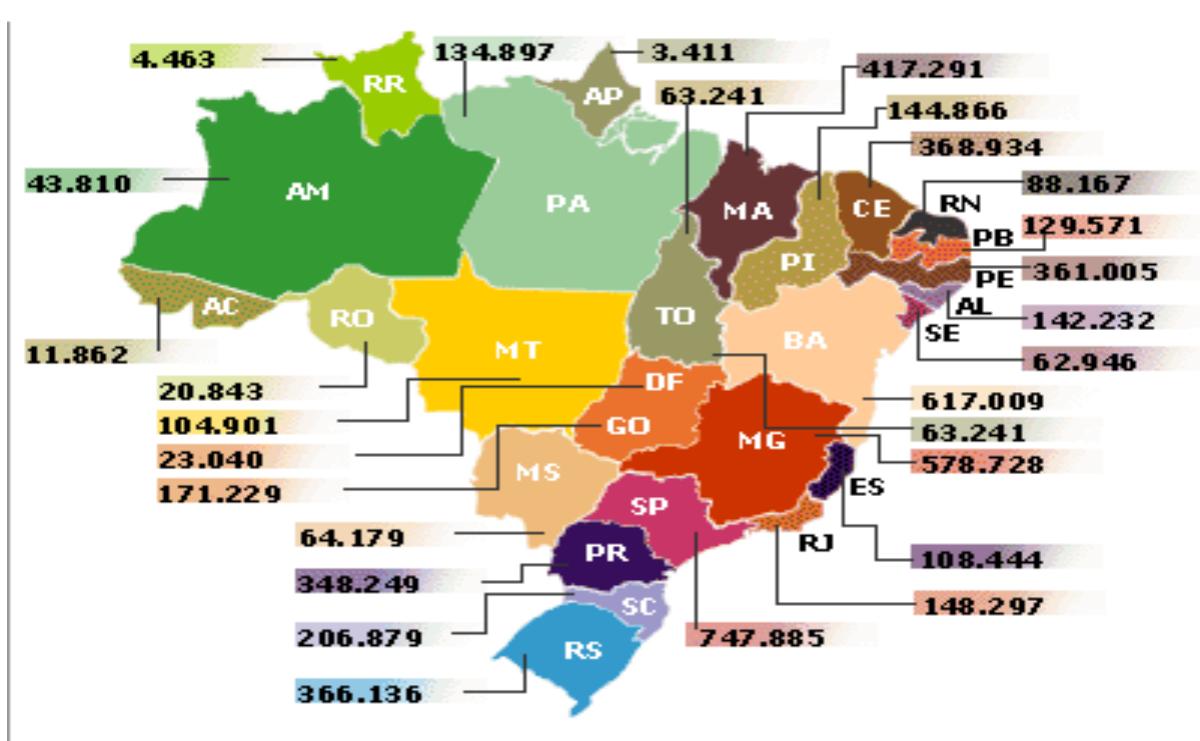
No campo social, essas famílias sempre foram cobradas para gerar a criança cidadã, embora fossem usurpadas em sua cidadania, expostas ao empobrecimento e à miséria. Segundo dados do mapa da fome (1998), um quarto da população infanto-juvenil no Brasil, ou seja, 15 milhões de crianças e adolescentes, encontram-se nas famílias consideradas indigentes (DINIZ, 1999).

A exclusão social, caracterizada de forma acentuada no Brasil dos anos 1990, expõe uma grande parcela das famílias ao desemprego e ao empobrecimento, reduzindo suas condições de sobrevivência e de arcar com as exigências de inserção no desenvolvimento nacional. A economia da unidade familiar passa a ser o parâmetro de proteção social à população pobre, resultando daí a intensificação de todos os seus membros no trabalho, os mais variados e informais, expondo suas crianças ao atraso e à exploração.

Ainda que a legislação brasileira restrinja o trabalho de crianças e adolescentes, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio (PNAD), realizada anualmente pelo IBGE, precisava, em 2001, o quantitativo de 5.482.515 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade ocupadas em atividades econômicas. Entre estas, 2.231.974, em torno de 40%, tinham menos de 14 anos e trabalhavam de alguma forma. Em 2006, houve uma ligeira redução no

total, pois, conforme a Agência Estado, “No Brasil os dados mais recentes do IBGE mostram que havia 5,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalhando”. Em termos absolutos, a concentração do trabalho infantil está em São Paulo, mas em números relativos é no Norte e Nordeste que se tem maior significação, regiões onde a acumulação capitalista utiliza relativamente com maior freqüência este expediente de exploração.

Figura 22: Número de trabalhadores entre 5 e 17 anos. Brasil, 2001



Fonte: PNAD, 2002.

Por trabalho infantil segue-se a OIT, em sua versão primeira de lei, que o definia como “aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos de idade”. A legislação brasileira – de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, aprovada em 15 de dezembro de 1998 – proíbe o trabalho a crianças e adolescentes menores de 16 anos, permitindo, no entanto, o trabalho a partir dos 14 anos de idade, desde que na condição de aprendiz. Aos adolescentes de 16 a 18 anos está proibida a realização de trabalhos em determinadas atividades que lhes prejudiquem o desenvolvimento psíquico, moral e social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) promoveu mudanças de conteúdo, método e gestão no panorama legal e nas políticas dos direitos da criança e do adolescente, constituindo-se em mecanismo de proteção para o qual criou sistema abrangente e capilar de defesa de direitos, inclusive no direito ao trabalho.

4.3.3. A unidade familiar de exploração infantil nos territórios de citricultura sergipana

A miséria econômica produz a miséria cultural e a desagregação familiar. Esta síntese, mesmo que aparentemente panfletária, reflete a realidade da população pobre do centro-sul sergipano, foco de estudo e onde se observa a problemática do trabalho infantil. As famílias sem-terra ou com dificuldades para plantar proletarizam-se e ficam na dependência do trabalho especificamente agrícola, a exemplo da citricultura. Nessa nova modalidade de vida e trabalho, envolvem seus filhos, crianças e adolescentes que também contribuem nas atividades dos sítios e pequenos pomares da família.

O trabalho camponês, mesmo com a égide capitalista de produção, ainda persiste na estrutura familiar rural. Cabe ao camponês, em sua célula de reprodução, segundo Antonello (1996), organizar-se conforme sexo e idade. Tarefas distintas propiciam melhor aproveitamento do potencial de cada membro do grupo. Alguns teóricos denominam o fenômeno de trabalhador coletivo, ressaltando que cada membro do grupo depende do chefe, seja o pai, o patrão ou esposo.

Nessa ótica, a divisão do trabalho na unidade familiar diferencia tarefas de acordo com o sexo e a faixa etária, considerando o fato de que alguns membros, durante certa época do ano, voltam-se para atividades fora da unidade familiar, externa ao âmbito agrícola. A redução da oferta de trabalho abre oportunidade para o trabalho assalariado, e torna-se inviável a possibilidade de retorno desses membros à condição de produtor.

Os municípios produtores de citros, especificamente laranja, possuem estrutura de produção centrada na força de trabalho familiar, notadamente no trabalho feminino e infantil agrícola e em outros serviços que complementam a renda familiar, como outras modalidades de trabalho doméstico, tais como a criação de animais de pequeno porte, aves e hortifruticultura.

Em estudo sobre o campesinato sergipano, a autora mencionada anteriormente ainda retrata a situação do produtor e da produção rural, caracterizando-se o primeiro a partir do trabalho familiar, no qual se sobressai o caso dos citricultores. Nesse estudo ela comenta sobre a citricultura:

A força da laranja chega a um ponto que, em determinados casos, o camponês, comedido pela exiguidade de sua unidade de produção, dedica-se em totalidade ao produto mercadoria, e se converte em ‘camponês sem-terra’ para o cultivo de produtos alimentícios. O dispositivo encontrado é o pagamento de uma renda a grandes proprietários de terra, para suprir a necessidade de terras de sua gleba original (ANTONELO, 2001:155).

Constata que em 1974, a área plantada com laranja era de 9.500 hectares, passando em 1980 para 28.517 hectares e em 1991 para 42.458 ha, destacando a mudança ocorrida na década de 1980, quando Sergipe passou a ser o primeiro produtor regional e segundo produtor nacional.

A composição das unidades familiares camponesas da área em foco, descritas por Matta (1996), sofreu redução no valor pago ao trabalhador, bem como no número de trabalhadores permanentes, bastante inferior ao número dos temporários. Esta situação decorre das relações e intermediações durante a comercialização da produção, nas quais se avulta a exploração dos camponeses, em negociações em que o produtor fica com o menor preço, arcando com todos os custos.

Em tais considerações, essas autoras abordam a questão que envolve o trabalhador camponês no período pós-safra, havendo o deslocamento de membros das unidades de produção, os quais migram à procura de melhorias; isso devido ao excedente de força de trabalho, que se agrava ainda mais. Porém, algumas unidades contam com o auxílio de rendas complementares dos tipos aposentadorias, atividades públicas e outras, retornando no período de safra.

Em estudo citado por Aquino (2002), constatam-se insuficientes transformações ocorridas em alguns municípios da área citricultora sergipana em virtude de obstáculos provenientes da baixa produtividade, falta de controle de pragas, comércio desorganizado, por intermediários e o encarecimento do produto em relação ao consumidor, além da exploração do agricultor e consequentemente de sua família.

A exploração ou superexploração do trabalho é uma constante na região citrícola de Sergipe. Os trabalhadores recebem baixa remuneração, especialmente as mulheres e crianças (muitas vezes sem remuneração e incluídas como parte do trabalho dos pais). Este segmento do trabalho especializou-se na colheita por sua característica peculiar de cautela na seleção dos frutos.

Meneses (1996) corrobora com essa questão quando enfoca:

Crianças são usadas para subir nas árvores e colher os frutos de acesso mais difícil aos trabalhadores. O trabalho de carregar os frutos dos pomares até a ‘porreira’ ou local de comercialização cabe aos trabalhadores adultos e mais jovens, que correm riscos de ter problemas de saúde, pois reclamam com frequência de dores nas costas (MENEZES, 1996: 194).

Quando o autor trata dos males causados à saúde do menor a partir do trabalho infantil, confirma com resultados obtidos em pesquisa de campo, na qual os entrevistados

alegam sintomas do trabalho exercido, especificamente na agricultura. Também merecem destaque, os requerimentos que chegaram à Procuradoria Regional do Trabalho em Sergipe, os quais protocolavam denúncias de trabalho infantil (**anexo**). Tais denúncias foram instauradas em Lagarto, em 1998, e Cristinápolis, em 1999. Essas, porém, foram arquivadas. Houve uma denúncia no município de Estâncio, 2002, entretanto, houve um ajuste de conduta com o município. Tudo isso e os depoimentos obtidos ao logo deste trabalho comprovam a utilização da força de trabalho de menores na citricultura sergipana.

Figura 23: Crianças trabalhando nos laranjais em Umbaúba e Boquim, 2009



Fonte: Pesquisa de campo, março/2009.

É importante frisar que no município de Umbaúba, entre 30 crianças e adolescentes entrevistados, 24 alegaram ajudar os pais na lavoura. É notório também que a maioria vive com os pais, o que subentende-se ajudarem no trabalho familiar.

Figura 24: Crianças trabalhando nos laranjais em Umbaúba e Boquim, 2009



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2009.

Foto: Amanda dos Santos Souza

Figura 25: Crianças trabalhando nos laranjais em Umbaúba e Boquim, 2009



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2009.

Foto: Amanda dos Santos Souza

Figura 26: Criança trabalhando acompanhada do pai, 2009



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2009.

Foto: Tiago Cipriano

Reforçando a questão elucidada, aponta-se o depoimento de um menor de 14 anos, no município de Santa Luzia do Itanhy, quando escreve: “(...) tive um empeno na coluna de tanto pegar caixa de laranja” (Evanildo Alves Santos, 18 de março de 2008).

Esse depoimento ressalta os males causados à saúde, devido ao trabalho do menor. Além disso, há as longas jornadas de trabalho a que estão submetidos. Observa-se, então, que

as condições que esses trabalhadores enfrentam (desgaste físico, baixa remuneração e riscos à saúde) são difíceis e denotam que a modernização só se dá em nível técnico organizacional, enquanto as condições de trabalho são mantidas tradicionais em situação semelhante ao que acontecia no mundo de produção escravocrata.

Figura 27: Crianças trabalhando nos laranjais sergipanos, 2007.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Nesta figura demonstra-se a periculosidade do trabalho infantil, especificamente na colheita de citros ou os riscos de acidente que os menores se expõem.

Tabela 28: Desgastes físicos pelas condições do trabalho no centro-sul de Sergipe

Municípios	Total de entrevistados	Consequências do Trabalho					
		Dores no corpo	Dor de cabeça	Dores nas costas (coluna)	Picadas de insetos	Can-saço	Outras
Arauá	30	08	07	-	12	05	23
Boquim	55	-	-	-	-	-	-
Cristinápolis	39	02	04	-	-	10	04
Estância	29	02	-	02	-	-	-
Indiaroba	25	-	-	04	-	01	-
Itabaianinha	51	-	-	01	-	01	-
Itaporanga d'Ajuda	36	-	-	-	-	-	01
Lagarto	45	-	01	-	-	-	02
Pedrinhas	19	-	-	-	-	-	-
Riachão do Dantas	29	-	-	-	-	-	01
Salgado	35	-	01	03	-	-	01
Santa Luzia do Itanhy	20	01	-	06	-	-	-
Tomar do Geru	19	-	-	-	-	-	-
Umbaúba	30	-	04	04	01	02	08
Total	472	13	17	20	13	19	40

Fonte: Pesquisa de campo, 2007/2008.

O procurador do Trabalho e coordenador Nacional do Núcleo do Trabalho Infantil do Ministério Público em Sergipe Mário Luiz Vieira Cruz disse em entrevista sobre o trabalho infantil em entrevista ao Jornal da Cidade em 2007. As pessoas falam: “eu trabalhei e hoje sou um homem de bem. Talvez, se tivesse sido estimulado na infância, em vez de estar trabalhando, seria melhor ainda, mais bem preparado para o mercado de trabalho e melhor colocado na sua vida profissional”.

O trabalho de crianças e adolescentes é encontrado na informalidade, mas também no setor formal. A Delegacia Regional do Ministério do Trabalho em Sergipe afastou, entre 2007 e 2008, 206 crianças do trabalho. Deste total, 181 estavam na informalidade trabalhando em feiras livres, vendendo objetos e guloseimas nos semáforos, nas casas de farinha e onde predomina a economia familiar.

O trabalho infantil é importante para o capitalismo, tanto em tempos de redução quantitativa do emprego quanto na alteração qualitativa na forma de ser do trabalho. O que se constata é a atribuição do trabalho infantil no processo de ampliação do trabalho precário em reposição ao emprego estrutural, substituindo, muitas vezes, a mão de obra adulta.

LOPES (1991:47) destaca a funcionalidade familiar do trabalho infantil:

O trabalho infantil tem peso fundamental na reprodução familiar. As crianças chegam mesmo a assumir o trabalho paterno quando este migra temporariamente. As crianças são muito mais trabalhadoras que estudam, do que estudantes que trabalham. Quanto mais pobre e quanto maior é a situação de expropriação em que a família se encontra, maior importância ganha a socialização para o trabalho.

Especificamente em Sergipe, Rodrigues (2002) corrobora com essa ideia, quando se refere aos anos da década de 1990 e, com menor intensidade, aos anos 2000, quando enfatiza que o panorama da atividade citrícola, em especial no município de Boquim, foi marcado pela utilização não só da mão de obra adulta de mulheres, como também de menores filhos dos trabalhadores, que foram envolvidos nas atividades para garantir a sobrevivência da família, pois o trabalho da criança aumentava a renda familiar da população pobre de Boquim que dependia exclusivamente do trabalho na citricultura.

Reforçando essa situação, “cerca de 11 mil crianças trabalhavam 14 horas por dia no cultivo da laranja em Sergipe, submetendo-se à atrofia mental e física, e quando ganham dinheiro recebem R\$ 0,20 por 200 laranjas colhidas, ajudando os pais” (CINFORM, 1997).

Acrescenta-se que em pesquisa feita pela Delegacia Regional do Trabalho em Sergipe, no ano de 1999, infere-se que dos 176 menores pesquisados, trabalhadores da citricultura, 66,5% diziam que suas dores musculares estavam associadas ao trabalho; 64,6% declararam que passaram a sofrer de lombargias e 55,7% reclamaram das cefaleias constantes, dentre outros agravos de menor porcentagem.

Considera o estudo da DRT/SE que esses agravos à saúde resultam das extensas jornadas – com mais de 8 horas de trabalho – dos movimentos repetitivos e dos esforços físicos excessivos no carregamento das caixas com pesos superiores à capacidade desses pequenos trabalhadores.

De certo, e a partir de dados mais recentes, Sergipe apresenta 73.669 crianças com idades de 5 a 17 anos trabalhando como adultos, segundo a PNAD/IBGE de 2005. Esse número representa 7,46% das crianças do estado, um índice bem acima do verificado no Distrito Federal – 1,37% –, unidade territorial com menor expressividade de trabalhadores infantis. Das pouco mais de 73 mil crianças, 42.281 estão atuando em atividades no meio urbano, como os pequenos trabalhadores das feiras livres. Isso demonstra, de certa forma, que

está acontecendo uma transferência do trabalho de menores da zona rural para a zona urbana, porém o índice ainda é preocupante. Consequentemente, os riscos à saúde permanecerão, (Jornal da Cidade, 24 de setembro de 2007).

Quando não ocorrem danos imediatos, como entorse, distorções, contraturas, as repercussões de médio e longo prazos se fazem sentir sobre a musculatura, tendões, articulações, que vão acumulando microlesões e processos inflamatórios, dando lugar a dores permanentes e possíveis deformidades futuras que se tornam mais graves quando associadas à desnutrição severa. Os problemas de crescimento que se manifestam por baixo peso, baixa estatura (juntos ou isolados) e encurtamento de membros, são distúrbios que numa realidade de extrema pobreza podem estar em grande medida vinculados à carência econômica e nutricional, além do impacto à saúde provocado pelo trabalho (DRT/SE, 1999).

Por fim, o médico Byron Ramos, em matéria veiculada pelo Jornal da Cidade, em 24 de setembro de 2007, relata que muitos casos atendidos em hospitais de crianças da capital e do interior do estado demonstram certo dano físico e/ou moral aos menores. Inclusive, por conta do peso que estes carregam, “vi muitos casos de garotos com dores musculares, por conta de postura, asma e também com danos psíquicos. Percebia que eram danos causados pelo trabalho precoce”.

CAPÍTULO V

5. TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS DE ERRADICAÇÃO.

5.1. ASPECTOS GLOBAIS DO TRABALHO INFANTIL: GÊNESE

A realidade do trabalho infantil, segundo concepção demonstrada no estudo de DINIZ (1999), deve ser analisada a partir de um contexto sócio-capitalista, como também de uma perspectiva crítica, dimensionando as determinações históricas, sócio-econômicas e culturais.

Este trabalho pretende investigar essa questão através do viés da categoria que permite distinguir a criança infante da criança cuja infância lhe é negada.

A concepção adotada neste estudo sobre o trabalho infantil está sob a luz de outros autores, que criticam a condição atual e futura de inserção precária. Segundo, Diniz:

[...] teoria da infância traída ou negada – que concebe que a criança pobre tem que abdicar de seu papel de infante, ou seja, da infância protegida e isenta de

preocupações e responsabilidades, em função de uma antecipação drástica no mundo do trabalho, assumindo todos os riscos inerentes às exposições prematuras do trabalho (DINIZ, 1999: 28).

O trabalho infantil é tratado com o enfoque de problemática compulsória à infância pobre, enquanto mecanismo de sobrevivência e/ou disciplinador, como forma de inserção dessas crianças e adolescentes no mundo socialmente aceito.

A situação da criança é a mesma da classe social a que ela pertence, e ela desenvolve características sociais e culturais dessa classe.

Verifica-se, então, que a situação da pobreza mostra-se na problemática do trabalho infantil, “pobreza como expressão direta das relações sociais existentes na sociedade e que não se reduzem apenas às privações materiais. (...) categoria política que se traduz pela carência de direitos, de possibilidades, de esperança” (YAZBEK, 1993:23).

Com essas considerações, desmistifica-se, de certa forma, o viés ideológico de explicações para o fenômeno do trabalho infantil, de modo a não transparecerem as relações contraditórias entre as classes.

Um desses componentes ideológicos, desenvolvido no trato da problemática do trabalho infantil, é a distinção que se procura estabelecer entre o trabalho e a exploração do trabalho infantil, como duas realidades distintas: “(...) os abusos são imperdoáveis, mas o trabalho significa o homem – envolve o cidadão”. São expressões do senso comum, veiculadas pela ideologia dominante, manifestadas pelos mais diferentes segmentos da sociedade. O trabalho para a criança pobre deve ser uma referência para a vida e mantém um peso central no modo como constrói o seu entendimento do mundo e no lugar ocupado por ela (DINIZ, 1999).

Ser pobre, porém trabalhador, diminui a conotação negativa de ser pobre. O fato de ser trabalhador minimiza o estigma da pobreza, pois inclui virtudes como a honestidade, disposição para vencer, garra, boa índole e outros. “A criança que não trabalha é delinqüente” (Idem).

O trabalho, deve, pois, ser estimulado na criança pobre. Os excessos é que são condenáveis. Vejamos o exemplo, a partir de depoimento:

Quando criança eu engraxava sapatos em minha cidade, como muitos meninos pobres daquela época (...) aos 11 anos consegui trabalhar de boy em um escritório e passei a conviver com pessoas trabalhadoras e honradas que às vezes faziam o papel de meu segundo pai (...) consegui concluir meu curso superior numa faculdade particular, e me aposentar como gerente de um banco estatal, enquanto alguns daqueles meus amigos de infância acabaram tendo várias passagens pela polícia. Hoje me pergunto: neste país não seria inteligente permitir o trabalho a partir dos 12 anos? (Folha de São Paulo, 21/03/99).

São esses resultados singulares, de caráter individual, que passam a ser enfatizados como uma particularidade das crianças pobres: se trabalharem, perseguirem as oportunidades, tiverem interesses, movimentarem-se, serão vencedoras. Com isso, transferem-se determinantes estruturais que afligem segmentos inteiros da população para o plano individual.

Outra construção ideológica veiculada no trato do trabalho infantil é a questão cultural dos pais que, em face de sua “ignorância”, empurram a criança para o trabalho. O trabalho infantil passa a ser visto como uma violência, uma forma de exploração que os pais aplicam aos seus próprios filhos. Esta situação é percebida, também, pela alegação da complementaridade de renda e ocupação dos filhos na família.

Essa situação é bem desmistificada por Marx (1987:71), quando alega que:

[...] não foram os abusos do poder paterno que criaram a exploração direta ou indireta das forças imaturas do trabalho pelo capital: foi o modo capitalista de exploração que ao suprimir a base econômica correspondente à autoridade paterna, faz o exercício dela degenerar em abusos nefastos.

Fatos assim caracterizados podem até ser, considerados em situações localizadas e individuais, mas não podem constituir esquemas de explicação da totalidade do problema vivenciado no trabalho infantil pela criança pobre.

Trata-se o trabalho infantil como uma situação de exploração, uma atividade irregular, uma forma “estranhada” de trabalho, uma (des)montagem social operada pelo capitalismo na sua lógica destrutiva; a dupla face da alienação que se opera no processo e no produto do trabalho: “o trabalhador trabalha sobre o controle capitalista a que pertence o seu trabalho; além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador” (Idem: 209).

O trabalho infantil é um fenômeno universal e histórico; é perceptível em todas as partes do mundo, mesmo nos países mais desenvolvidos, e remonta ao princípio das civilizações, com as especificidades próprias de cada sociedade e cultura.

A literatura universal mostra que a preocupação com a infância pobre data do surgimento da industrialização. Todos passam a preocupar-se com os altos índices de abandono, vadiagem e mendicância constatados nos grandes centros da Europa, e o universo fabril apresenta-se como a alternativa salvadora, mecanismo de afirmação, disciplina e ordem.

Mariano Enguita (1989) salienta que, mesmo na Idade Média, já havia uma inquietação em relação às crianças órfãs ou aos filhos de pobres. A preocupação era com a

questão da ordem e do desperdício, pois essas pessoas, para a nação em geral, representavam inatividade.

Ao analisar essa questão na Inglaterra industrial, o autor destaca a opinião entre os patrões: “Somos de opinião de que é mais adequado para o bem-estar do nosso povo esforçar-se em fazer deles cristãos e ilustrados que sábios no conhecimento mundano; não queremos estadistas em nossas fábricas, mas indivíduos de ordem” (Silver, citado por ENGUITA, 1989: 113).

É também nesse instante do capitalismo na Inglaterra que Marx destaca a exploração do trabalho infantil:

[...] as crianças começam a aprender a trançar palha geralmente aos quatro anos e não recebem nenhum tipo de educação (...) são postas a trabalhar até concluírem a tarefa, em regra uma produção de trinta jardas por dia (...) a palha corta-lhe os dedos e a boca com a qual a umedecem constantemente (Idem, 1987: 537)¹⁷.

Observa-se ainda, que os salários são reduzidos, muito abaixo do seu montante normal; e pagos em gêneros alimentícios.

Outra característica salientada por Marx nessa fase do capitalismo diz respeito ao desemprego do adulto que é substituído pelo trabalho da criança. “Onde se empregam mulheres e crianças há mais homens desempregados”. Com a imigração, o êxodo na direção das cidades aumenta, o serviço das crianças é absolutamente indispensável” (Ibid: 810).

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, foram introduzidos alguns aparatos legais referentes à Lei Fabril e ao processo de educação para as crianças, condição indispensável para o emprego: “o ensino às crianças empregadas nas fábricas é obrigatório e é uma das condições para o trabalho” (op cit: 557).

Segundo o autor, a explicação para esse “privilegio” era dada pelos legisladores: “a criança que desde cedo fica sentada na escola não pode concorrer com outra que chega alegre e animada do seu trabalho” – discurso do Sénior no Congresso Sociológico de Edimburgo em 1863, citado por Marx, (1987:553).

Esse argumento é muito bem trabalhado por Enguita: “as escolas estavam ali e se podia tirar bom proveito delas (...) o hábito da laboriosidade (...) as crianças que freqüentavam

¹⁷ Nas notas de Marx sobre o trabalho em Londres, ele faz menção a alguns relatórios de comissários de menores: as crianças se cansam progressivamente e ficam agitadas como pássaros, à medida que se aproxima o fim da longa tarefa a que estão aprisionadas, monótonas, fatigantes para a vida, esgotantes pela postura uniforme do corpo. É um verdadeiro trabalho de escravo. Não admira que gerassem a ignorância e o vício em gente assim criada. Sua moral está no nível mais baixo, isto é, o que as crianças usufruem da vida até os 12 ou 14 anos. Os pais, mergulhados na miséria e na degradação, só pensam em extraír o máximo possível dos filhos (Marx, 1987:538).

as escolas voltavam mais tratáveis e obedientes e menos briguetas e vingativas" (Thompson, citado em ENGUITA, 1989: 114).

Ainda a esse respeito, Enguita chama a atenção para o fato de que "o acento deslocou-se da educação religiosa, em geral do doutrinamento ideológico, para (...) a organização da experiência escolar, de forma que fossem gerados nos jovens os hábitos e formas de comportamento; as disposições e os traços de caráter mais adequados para a indústria" (Idem:114).

Para Marx, "a indústria transforma o espírito através da transformação que opera o modo material de produção e nas relações sociais de produção: até então os pais mais pobres, em certas zonas rurais, eram proibidos de mandar seus filhos à escola sob pena de morrerem de fome" (1987:554).

Adverte o autor que a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente o instrumental de produção e, em consequência, as relações de produção e todas as relações sociais¹⁸.

Todas as relações fixas, enriquecidas com suas concepções e ideias, dissolvem-se; todas as que de novo se formam tornam-se obsoletas antes de se ossificarem – tudo que é estável e sólido se esfumaça; tudo que é sagrado se profana, e os seres humanos são por fim compelidos a encarar objetivamente suas reais condições de vida (ENGELS & MARX, 1995).

Outra ponderação que merece destaque é a apropriação indevida que as classes dominantes fazem das conquistas batalhadas pela classe operária, como afirma ENGUITA (1989:121) sobre a relação trabalho/escolarização:

[...] em que medida não foi a escola uma conquista popular e operária que as classes dominantes tentaram adulterar com maior ou menor êxito (...) fator importante dessa substituição foi, sem dúvida, a ingênuo confiança do movimento operário nas virtudes reformuladoras e progressistas da educação em geral.

Então, essa realidade de controle, abuso e violência exposta no trabalho infantil é antiga. Dentro do capitalismo contemporâneo, ela não só reforça esse estado de exploração, como também caracteriza outras nuances próprias da atualidade. Pode-se observar que no mundo presente, o trabalho infantil não é um fenômeno restrito aos setores tradicionais e não-

¹⁸ O desenvolvimento histórico da indústria moderna criou a necessidade de generalizar a Lei Fabril a toda produção – o capital quando fica sujeito ao controle do Estado procura compensar-se nos demais, de maneira desmesurada; o clamor dos próprios capitalistas pela igualdade das condições de concorrência, isto é, o estabelecimento de barreiras iguais para todos que exploram o mesmo trabalho: uma vez continuando a vigorar o sistema antigo nas oficinas vizinhas ficam eles expostos à injustiça de verem seus jovens empregados a continuarem seu trabalho noutra parte, arrebatando-lhes encomendas (Marx 1987:561).

competitivos da economia de trabalho; ele se faz presente em todos os segmentos. O desemprego, a flexibilização e a terceirização estão na base de sustentação do trabalho infantil, inclusive no meio rural.

Tendo em vista que pouco mais de um terço da população economicamente ativa do mundo está desempregada, aumenta-se de forma contraditória o trabalho da criança e do adolescente, como uma das formas de redução do custo da força de trabalho. Estimulada pela terceirização e outros agravos do sistema capitalista, acredita-se que a exploração da mão de obra infantil não tende a acabar.

A problemática do trabalho infantil está alicerçada e/ou demarcada em uma ordem territorial mundial, com o reordenamento do trabalho no capitalismo contemporâneo, agravando cada vez mais o quadro social dos países, e, em especial dos subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil.

5.1.1. A evolução do trabalho de crianças e adolescentes

A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e foi implantada, progressivamente, a partir de 1967. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que investiga diversas características sócio-econômicas, como: educação, trabalho, rendimento e habitação. Esporadicamente, outras características sócio-econômicas são investigadas.

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Dentro dessas investigações, tem-se o trabalho infantil. Investiga diferentes situações de trabalho e não-trabalho, distinguindo pessoas economicamente ativas ou não, ocupadas e desocupadas, e diferentes tipos de ocupação e atividade econômica.

No que se refere às pessoas "economicamente ativas", estas são as que estão ocupadas de alguma forma em atividades de natureza econômica, ou que estão desocupadas, mas procurandoativamente trabalho no período de referência da pesquisa (ou seja, os desempregados ou desocupados). Quem não está ocupado nem procurando trabalho é considerado como fora da população economicamente ativa – pessoas mais velhas ou mais jovens, estudantes, donas de casa, pessoas que desistiram de procurar emprego (desalentados), etc.

O conceito de "ocupação" na PNAD inclui o emprego regular e informal, permanente ou ocasional, e as atividades de produção de alimentos e construção para o próprio consumo,

mesmo quando não-remuneradas; mas não inclui as tarefas domésticas realizadas na própria família (cozinhar, limpar a casa, lavar a roupa da família, cuidar dos irmãos). Para as pessoas economicamente inativas na semana de referência da pesquisa, a PNAD verifica se elas tiveram alguma atividade econômica durante o ano. Nos anos em que há informação sobre trabalho de crianças de 5 a 9 anos, a única informação disponível é sobre ocupação, já que não faz sentido falar de "desemprego" para esta faixa de idade. A rigor, também não faz sentido falar de desemprego para crianças de 10 a 13 anos, que são impedidas legalmente de trabalhar, embora seja importante saber quantas crianças nessa idade alegam estar procurando trabalho, sem encontrar (**Anexo 2**).

No que se refere às atividades e ocupações de menores, constata-se que o trabalho de crianças e adolescentes se dá, sobretudo, nos grupos de idade acima dos 14 anos, e muda de característica conforme a idade. As crianças e adolescentes de 10 a 14 anos trabalham, principalmente, em atividades agrícolas na área rural. À medida que a idade aumenta, o trabalho agrícola diminui em termos relativos, e as atividades de serviços, predominantemente urbanas, passam a predominar.

Quase todo o trabalho de crianças e adolescentes é do tipo informal. Na área rural, 77% dos que trabalham, produzem ou trabalham em atividades de construção e para o próprio consumo.

No tocante ao rendimento, segundo a pesquisa da PNAD em 2002, a remuneração das crianças e adolescentes que trabalham depende da idade, do sexo, da região em que vivem e do trabalho que exercem. Na média, o rendimento obtido entre os que tinham renda era de aproximadamente três quartos do salário mínimo; no entanto, quase a metade dos economicamente ativos não tinha rendimento monetário algum. O emprego formal é o que paga melhor, e as mulheres que estão neste grupo, ganham mais do que os homens. O trabalho informal paga pouco, e as crianças e adolescentes que trabalham por conta própria não chegam a fazer a metade de um salário mínimo mensal.

A relação entre idade e rendimento é extremamente forte. Em 2002, 88% das crianças de 10 anos que trabalhavam não recebiam nada, e a média dos ganhos de quem recebia era abaixo de 50 reais. Aos 17 anos, a proporção de pessoas trabalhando sem rendimento caía para 25%, e a renda chegava a 175 reais (SCHWARTZMAN, 2004).

O rendimento é influenciado também pela região. O maior rendimento médio se dá nas áreas metropolitanas do sul e sudeste; o menor, na área rural do nordeste, cerca de três vezes menos. Em termos de ramos de atividade, os serviços auxiliares à atividade econômica, a indústria e outras atividades urbanas pagam mais do que as atividades rurais. E ainda que os

homens ganhem na média, um pouco mais do que as mulheres, estas ganham mais do que os homens na indústria de transformação, transporte, comunicações, serviços auxiliares, comércio de mercadorias e outras, provavelmente por exercerem funções de natureza administrativa.

É importante ressaltar, ainda, que a renda, e mais especificamente a renda familiar, a partir do trabalho de crianças e adolescentes, depende de variáveis como as características da família, o tipo de atividade, a ocupação e a posição na ocupação dos pais e onde eles vivem. Notifica-se que certa parcela dos menores de 18 anos vivem sem o pai. Então é notável a influência mais direta da mãe no comportamento e decisões dos filhos, sobretudo em relação à educação.

O tipo de família, por si mesmo, não tem impacto significativo no trabalho dos filhos – viver com os dois pais ou só com a mãe não parece alterar o trabalho infantil de forma mais significativa. As atividades econômicas do pai e da mãe, por outro lado, têm um efeito bem definido: uma variação acima de 10 pontos percentuais nos dois casos, mas no sentido inverso ao que se poderia esperar. Quando o pai e, sobretudo, a mãe trabalham existe maior tendência para que os filhos também trabalhem. Isto pode significar que o trabalho infantil é antes uma atividade complementar ao trabalho dos pais do que uma compensação pela ausência de trabalho destes (SCHWARTZMAN, 2004).

Em pesquisa monográfica que aborda a questão da família, Morais (1999) descreve depoimentos de pais e crianças sobre o trabalho infantil, em síntese, com algumas variações entre os depoimentos. Para a maioria dos pais entrevistados, a concepção sobre trabalho infantil está diretamente relacionada às precárias condições econômicas das famílias, bem como à necessidade de acesso à educação formal.

Diante do exposto, pode-se deduzir que a família torna-se uma transmissora da ideologia do trabalho enquanto atribuidora de *status* familiar, que confere valor e superioridade ao homem pobre, distinguindo o trabalhador do marginal. No entanto, para grande maioria dos pais, a educação é o elemento principal propiciador de *status* social. Neste caso, o trabalho infantil passa a ser encarado como algo intolerável, porém imprescindível para a sobrevivência das famílias.

Ainda sobre os depoimentos dos próprios atores da problemática do trabalho infantil – as crianças e adolescentes –, são explicitados de maneira que se correlacionam com as concepções dos pais, no que tange à exclusão dos membros dos processos educacionais e à periculosidade e insalubridade provocadas pelo trabalho, especificamente na citricultura.

As crianças, assim como seus pais, demonstraram insatisfação quanto ao desconforto físico causado pelas excessivas jornadas de trabalho exercidas e pelas péssimas condições de trabalho, sendo este fator o que mais prevaleceu nas entrevistas. Deve-se ressaltar que as premissas enunciadas também foram abordadas e verificadas em nossa pesquisa de campo.

Diante desse contexto, é importante mencionar que a família representa, perante os envolvidos com a temática, de certa forma, uma identidade indefinida, relatada nas diversas histórias de vida.

A família, como núcleo natural e fundamental da sociedade, é o lugar de proteção por excelência, perpetuação e inclusão social, ressaltando que atualmente torna-se complexo conceituar a família brasileira, visto que existe uma pluralidade de composições denominadas de família: laços sanguíneos, relações formalizadas por parentesco, família conjugal extensa, núcleo doméstico e família não-legitimada juridicamente, entre outros (CERVENY, 2001).

No entanto, o modelo de família que predomina na zona rural sergipana e, mais especificamente, nos municípios pesquisados é a nuclear (pai, mãe e filho). Na tabulação dos dados de nossa pesquisa, identificamos que, dentre os 472 menores contatados, 10,2% não convivem no modelo nuclear de família, apesar de a permanência dos filhos nas atividades ligadas ao campo constituir-se na primeira e mais importante aspiração do campesinato para garantir sua reprodução.

Nesse sentido, inclusive de reproduzir a Unidade Camponesa, MATTA (1996:175) destaca:

A desintegração da família, provocada pela saída dos filhos da unidade de produção paterna, quebra a unicidade das relações afetivas bem como as relações do trabalho coletivo. Todavia, a preocupação dos pais quanto ao futuro dos filhos faz com que alguns incentivem essa saída, na tentativa de evitar a continuação do desgaste físico provocado pelo trabalho árduo no campo e sem compensações econômicas.

Reforçando que este modelo de família interfere de forma primordial para a sustentação da família, pois nem sempre é só o pai que trabalha, que tem emprego fixo. Ele tem a colaboração da mulher e dos filhos, mesmo que seja de forma esporádica.

Outro ponto evidente que merece respaldo é a complexidade do termo família, tendo em vista que muitas políticas públicas sociais têm um conceito diferenciado de família, englobando, na maioria das vezes, a união de pessoas que têm laços de afetividade e proximidade, compartilhando sentimentos e momentos comuns entre os membros.

Tabela 29: Composição familiar da mão de obra infantil na citricultura sergipana – 2007/2008

Municípios	Responsáveis na Família			Pais que Trabalham		
	Pai	Mãe	Pai e Mãe	Sim	Não	Às vezes
Arauá	03	02	35	35	-	05
Boquim	02	05	48	37	-	18
Cristinápolis	02	02	36	35	01	03
Estância	02	02	25	19	01	09
Indiaroba	-	01	23	23	01	-
Itabaianinha	-	04	47	49	02	-
Itaporanga d'Ajuda	-	01	35	31	-	05
Lagarto	01	01	43	41	-	04
Pedrinhas	-	-	19	17	-	02
Riachão do Dantas	03	05	21	20	05	04
Salgado	02	-	33	29	01	05
Santa Luzia do Itanhy	01	01	18	19	-	01
Tomar do Geru	-	02	17	19	-	-
Umbaúba	02	04	24	20	06	04
Total	18	30	424	394	17	60

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

Esta representação demonstra a característica do trabalho familiar, que se divide entre membros da família, conjugando atividades domésticas com trabalho produtivo. Em geral concorrem com outras atividades humanas de lazer, de educação, de cultura, etc. No caso das crianças e adolescentes, é um tempo irreparável. Em alguns lugares o trabalho familiar na citricultura sergipana é mais frequente, tais como Boquim, Itabaianinha e Lagarto, e em outros municípios nem tanto, a exemplo de Pedrinhas, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru. Isto mostra a extrema relação entre expansão da atividade e trabalho familiar ou de exploração de crianças e adolescentes.

5.1.2. Caracterizando a questão e situação do grupo das crianças entre 5 e 9 anos

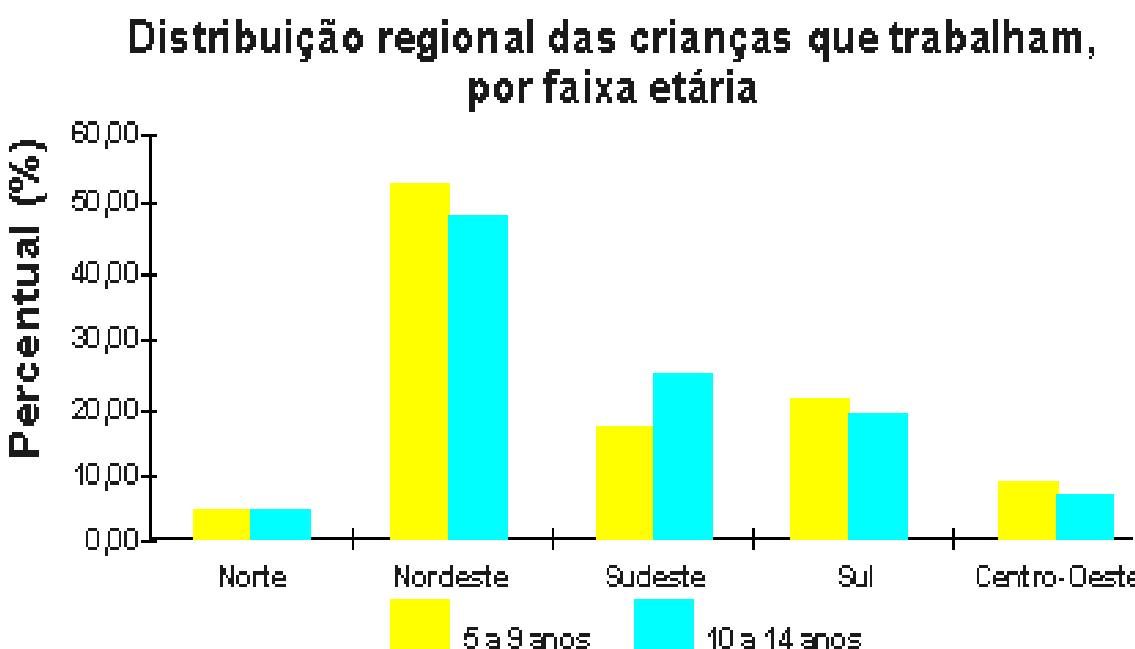
A literatura sobre os determinantes da participação de crianças na força de trabalho indica cinco evidências principais: 1) a participação das crianças na força de trabalho – entendida como a proporção de menores de certa idade que estão ocupados ou procurando

trabalho em relação ao total das crianças daquela mesma faixa etária – cresce com a idade e é maior entre o gênero masculino; 2) essa participação é maior entre aqueles de cor negra ou parda; 3) a participação das crianças decresce com o nível de renda das famílias em que estão inseridas; 4) a taxa de participação de menores é mais elevada na área rural do que na urbana; 5) finalmente, no caso do Brasil urbano-metropolitano, as taxas de participação são mais elevadas no sudeste e no sul do que no nordeste e no norte

Convém, todavia, descrever as características do trabalho infantil, priorizando-se os grupos dos 5 aos 9 anos, de 10 aos 14 anos e dos 15 aos 17 anos. Os dados da PNAD de 1995 indicaram que 3,6% (581,3 mil) das crianças entre 5 e 9 anos de idade estavam trabalhando, com jornada média semanal de 16,2 horas.

A maior parte desse trabalho (79,2%) ocorre em ocupações típicas da agricultura, especialmente na pequena produção familiar, assim como 63,2% das crianças ocupadas na agricultura trabalhavam por conta própria, ressaltando que 75% das crianças que trabalham, nessa faixa etária, têm o chefe de família ocupado em atividades agrícolas. Vale salientar também que 61% dos chefes de família com trabalho infantil são autônomos, e sua maior parte está envolvida naquela atividade. Ainda na faixa etária de 5 a 9 anos, 51,7% dos que trabalhavam residiam nos estados da região nordeste, a maioria desenvolvendo atividades vinculadas à agricultura familiar (Gráfico 11).

Gráfico 11: Brasil, 1995



As características demográficas e econômicas dos chefes de família indicam que nos domicílios onde crianças dos 5 aos 9 anos trabalhavam, 92% dos chefes eram homens; 57,8% eram pardos e 37% brancos; 35,4% ganhavam até R\$ 100,00 mensais; 56% sabiam ler e escrever. Ainda, 91% das crianças que trabalhavam vinham de domicílios em que os pais estavam presentes.

Os dados revelam, portanto, que, no grupo dos 5 aos 9 anos, o trabalho infantil não é muito significativo em sua intensidade e jornada, caracterizando-se por ser uma atividade rural, localizada, em sua maior parte, no nordeste, e predominantemente por conta própria, sendo típica de famílias pobres e de baixo nível educacional. Este é um quadro que se mantém, e os dados da PNAD de 2001 não diferem de forma significativa das estatísticas apresentadas anteriormente.

No tocante à pesquisa empreendida para este trabalho, constatou-se que dentre o universo de menores (472), apresentavam-se na faixa etária de 5 a 9 anos 62 crianças, ou 13,1% delas. Contudo, a maioria se encontrava há alguns anos trabalhando, pois é comum iniciar no trabalho nessa faixa etária, segundo informaram 172 dos adolescentes (36,4%).

Tabela 30: Crianças e adolescentes que ajudam os pais na citricultura, segundo a idade em que iniciou a trabalhar. Municípios selecionados da citricultura sergipana – 2007/2008.

Municípios	Idade atual			Ajuda os pais		Idade em que iniciou a trabalhar com os pais		
	5 – 9	10 – 14	15 - 17	Sim	Não	5 – 9	10 – 15	Mais de 15
Arauá	04	11	02	37	05	20	06	01
Boquim	05	24	16	54	01	26	13	-
Cristinápolis	15	24	-	36	03	15	19	-
Estância	06	22	02	26	03	10	15	-
Indiaroba	-	14	10	23	01	-	17	06
Itabaianinha	14	35	02	24	27	-	-	-
Itaporanga d'Ajuda	-	31	06	32	04	15	15	-
Lagarto	12	26	02	35	10	09	13	-
Pedrinhas	-	15	04	08	11	-	07	-
Riachão do Dantas	01	20	07	20	09	20	07	-
Salgado	02	27	06	18	17	14	05	-
Santa Luzia do Itanhy	01	15	04	18	02	11	08	-
Tomar do Geru	-	19	-	17	02	06	11	-
Umbaúba	02	23	03	24	06	26	06	-
Total	62	306	64	372	101	172	142	07

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

Os dados da PNAD de 2006 demonstram que o trabalho infantil no Brasil requer estudos e políticas mais eficazes. Mais de 1 milhão e 200 mil crianças e adolescentes de 5 a 13 anos ainda eram vítimas de exploração (IBGE/PNAD, 2007).

Os dados revelam também que os meninos negros ou pardos, de famílias de baixa renda (até um salário mínimo) e que moram em áreas rurais do norte-nordeste, formaram o perfil médio do trabalhador infantil. Mais da metade das crianças de 5 a 13 anos morava no campo e, consequentemente, 60,7% delas trabalhavam em atividades agrícolas. Entre jovens com mais de 14 anos, a proporção de pessoas no trabalho agrícola cai para 32%.

Os mais novos são os principais contribuintes do trabalho sem remuneração (60%). Em todas as regiões do país, a presença de crianças trabalhando sem qualquer tipo de contrapartida incide, sobretudo, nas atividades agrícolas (83,6%); nas atividades não-agrícolas são diminutas (18,7%).

Quase metade do número de crianças de 5 a 13 anos ocupadas (44,2%) trabalha até 14 horas por semana e 6,6% o fazem em jornada até 40 horas semanais. Apesar disso, 94,7% delas também foram à escola, praticamente a mesma porcentagem obtida entre as crianças que não trabalhavam (97,7%).

5.1.3. Caracterizando e analisando o grupo de menores de 10 a 14 anos e adolescentes de 15 a 17 anos

Estudo do Núcleo de Assessoria de Planejamento e Pesquisa (NAPP) em 2000, por solicitação da UNICEF, traça breve perfil do trabalho de crianças e adolescentes na segunda metade da década de 1990. Nesta época no Brasil havia 205 milhões de crianças trabalhando na faixa etária de 10 a 14 anos e 375 mil na faixa etária de 5 a 9 anos. No caso dos adolescentes de 15 a 17 anos, o contingente total de ocupados era de 3,6 milhões de pessoas. As taxas de atividade eram de 2,4% na faixa etária de 5 a 9 anos; 16,6% na faixa de 10 a 14 anos e 44,6% na faixa de 15 a 17 anos.

Tabela 31: Número de crianças e adolescentes trabalhadores por faixa etária e grandes regiões brasileiras – 1999.

REGIÃO	10 a 14 anos		15 a 17 anos	
	Absoluta	%	Absoluta	%
Nordeste	1.334.088	52,7	1.318.069	36,8
Sudeste	513.715	20,3	1.224.306	34,2
Sul	383.483	15,1	611.483	17,1
Norte Urbano	136.190	5,4	165.036	4,6
Centro-Oeste	154.584	6,1	257.651	7,2
Brasil	2.532.965	100,0	3.584.954	100,0

Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílios 1999

Na região nordeste, o trabalho infantil assume dimensão significativamente maior do que nas demais regiões. Além de compreender mais da metade do contingente de crianças de 10 a 14 anos, essa região apresenta uma taxa de atividade superior à das outras regiões. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, a distribuição é mais equilibrada do contingente de ocupados e com variação proporcionalmente menor das taxas de atividades por região. Além do aspecto ligado à distribuição regional, outras características importantes diferenciam o trabalho de crianças e adolescentes.

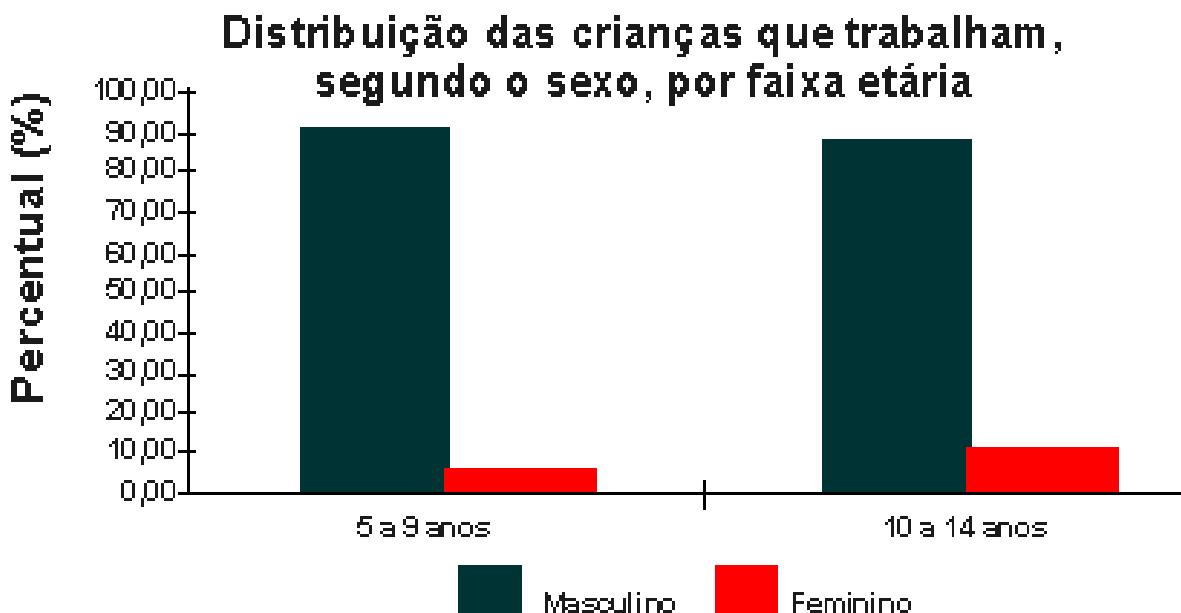
Na faixa de 10 a 14 anos, a maioria das crianças trabalhadoras reside em áreas rurais. A incidência do trabalho infantil é comparativamente mais elevada nessas áreas, com a taxa de atividade chegando a superar em quatro vezes aquela verificada em áreas urbanas. Coerentemente com esse indicador, predominam entre as atividades laborais exercidas por crianças nessa faixa etária as ocupações relacionadas à agricultura (58%), seguidas daquelas do setor de serviços (16,5%), comércio (12,3%) e indústria (8,6%).

O trabalho, em geral, é sem remuneração, sugerindo que essas crianças e adolescentes trabalham juntamente com os pais. No interior da pequena produção familiar ou no trabalho em *plantations* de cana de açúcar no nordeste, as crianças acompanham os pais para ampliar as cotas de produção da família e a renda por ela auferida.

No tocante às características do trabalho de adolescentes de 15 a 17 anos, segundo a PNAD, essas diferem em diversos pontos dos grupos e quadro anteriores. A maioria dos trabalhadores dessa faixa etária (70%) reside em áreas urbanas. Embora a taxa de atividades dos adolescentes residentes em domicílios rurais seja superior à dos que vivem em domicílios urbanos, o diferencial é bem menor do que o observado no caso de crianças de 10 a 14 anos. Quanto ao setor econômico em que estão alocados, nota-se um equilíbrio maior, pois cerca de um terço dos trabalhadores adolescentes está ocupado na agricultura, seguida de serviços (22,5%), indústria (18,6%) e comércio (15,5%).

O percentual de adolescentes não-remunerados é de 28%. Entre os demais, predominam as ocupações de caráter informal: 34% são empregados sem carteira assinada; 16% são empregados com carteira assinada; 12% são empregados domésticos e 6% trabalham por conta própria.

Gráfico 12: Brasil, 1995



Fonte: Programa Nacional de Amostras por Domicílio, 1995.

A distribuição regional das crianças brasileiras que trabalham indica que 47,5% delas estão no nordeste e 23,8%, no sudeste, como observado no Gráfico 11. A participação nordestina é superior à população ocupada (28,7%). Do total de crianças (1,48 milhão) com domicílio urbano, 34,1% situava-se no nordeste e 33,1%, no sul, revelando uma repartição equilibrada entre as duas regiões. Ressalte-se que, das crianças com domicílio rural (1,78 milhão), a proporção de nordestinas é elevada (58,6%) e bem superior à da região sul, onde a urbanização é uma realidade mais visível (16%). Assim, os dados apontam para uma participação relevante de crianças que trabalham na zona rural da região nordeste e, secundariamente, na área rural do sul do país, predominando as do sexo masculino, como verificado no Gráfico 12.

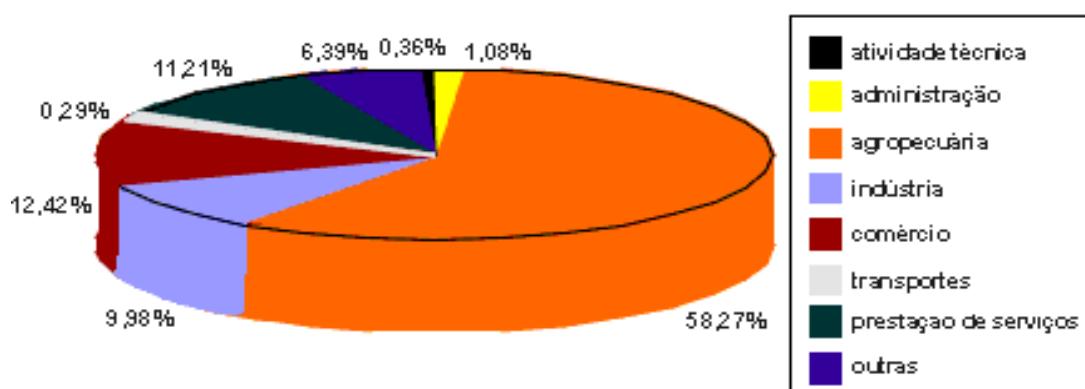
A principal ocupação infantil (Gráfico 13) ainda ocorre com agropecuária (58,3%), seguida do comércio (12,4%), da prestação de serviços (11,2%) e da indústria (10%). De fato, os dados revelam que 53,8% exerciam atividades em fazendas, sítios, granjas, chácaras, entre outros, e 23,1%, em lojas, fábricas, oficinas e escritórios (Gráfico 14). As crianças desenvolvem atividades nas pequenas propriedades rurais que trabalham em regime de economia familiar, a exemplo das atividades fumageira e citrícola sergipanas.

Nas atividades fora da pequena produção familiar, nas *plantations*, principalmente de cana de açúcar e na produção de carvão vegetal, os pais utilizam o trabalho dos filhos para garantir as cotas de produção; ou seja, a inserção precoce de crianças deve-se à decisão da família, que a entende como estratégia para aumentar a produção e complementar a renda, justificando o trabalho infantil no processo produtivo.

Essa estratégia desenvolve-se segundo racionalidade econômica imediata, como forma de assegurar a sobrevivência das famílias, porém reveste-se de elevado custo social, e com o tempo perpetuam a pobreza e a desigualdade dentro das gerações e entre estas. O trabalho infantil ocorre no contexto familiar e com a proteção dos pais, quer em oficinas, pequenos negócios quer no trabalho doméstico. O setor informal também absorve mão de obra infantil em atividades exercidas na rua, tais como no comércio ambulante, lavadores e guardadores de automóveis, engraxates, etc.

Gráfico 13: Brasil, 1995

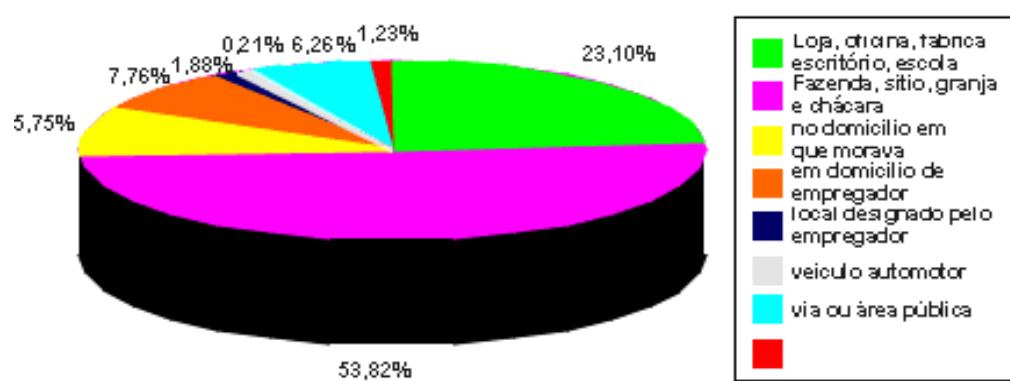
Distribuição das crianças de 10 a 14 anos que trabalham, segundo o setor onde exercem a ocupação



Fonte: Programa Nacional de Amostras por Domicílio, 1995.

Gráfico 14: Brasil, 1995

Distribuição das crianças de 10 a 14 anos que trabalham, segundo o local onde exercem suas atividades



Fonte: Programa Nacional de Amostras por Domicílio, 1995.

Os dados apresentados nesse gráfico evidenciam que 56,6% dos menores trabalhadores não tinham sua atividade remunerada, e dos que recebiam alguma remuneração, 88,8% ganhavam até um salário mínimo. Cerca de 58% das crianças desenvolviam jornadas de trabalho de 15 a 39 horas semanais, sendo a média de 26,5 horas (Gráfico 15).

Gráfico 15: Brasil, 1995



Fonte: Programa Nacional de Amostras por Domicílio, 1995.

Esses dados ainda sinalizam as seguintes características dos chefes de família dos menores que trabalham: I) 87,4% das famílias eram chefiadas por homens; II) 52,2% eram pardos e 41,7%, brancos; III) 39,8% não sabiam ler nem escrever; IV) 56,1% eram trabalhadores por conta própria; e V) 34,5% ganhavam até um salário mínimo mensal.

Assim, para o grupo de 10 aos 14 anos, confirmam-se as mesmas evidências do grupo dos 5 aos 9 anos: as crianças trabalhadoras originam-se de famílias pobres, de baixo nível educacional, cujos pais, em sua maioria, são trabalhadores por conta própria na agricultura familiar, sendo, em grande proporção, residentes no nordeste. O grupo dos 10 aos 14 anos, entretanto, além de constituir um contingente bem mais expressivo, está alocado em uma gama mais ampla de atividades, sobretudo em ocupações tipicamente urbanas, cujas condições de risco e abusos a que estão submetidas são frequentes e mais graves.

5.2. QUESTÕES SOCIAIS NOS PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

5.2.1. A pobreza como causadora da exploração infantil

O trabalho realizado por crianças e adolescentes tem sido objeto de diversas pesquisas, comprovando impactos negativos na vida adulta dessas crianças e até certo ponto, no desenvolvimento econômico e social do país. Esta assertiva é discutida ao longo deste capítulo, revelando a utilização e a forma de exploração do trabalho infantil no mundo, ao longo dos anos.

O trabalho infantil no Brasil está, em grande maioria, associado a formas tradicionais de agricultura familiar, especialmente nas áreas de menor desenvolvimento das forças produtivas. As melhores oportunidades de trabalho no Brasil urbano-metropolitano concentram-se nas regiões sul e sudeste, mas que não prescindem do complemento do trabalho infantil e estimulam crianças e adolescentes a abandonarem a escola. Tal decisão parece ser influenciada pela escassez de recursos econômicos da família, mas também pela atratividade do mercado de trabalho. Em outras palavras, em geral consideram-se a pobreza e a desigualdade como principais fatores que influenciam na inserção precoce das crianças no mercado de trabalho, mesmo sendo necessário considerar o interesse mercadológico e de acumulação capitalista da exploração dessa força de trabalho.

A despeito de haver na literatura disponível uma certa concordância de que a pobreza seja a principal causa do trabalho infantil também no Brasil, estudos recentes questionam a força dessa correlação. Considera-se uma conclusão simplista de política social, pois não seria suficiente acabar com a pobreza para erradicar o trabalho infantil. Ademais, como eliminar a pobreza requer investimentos sociais que demandam tempo para surtir efeito, o problema do trabalho infantil só seria equacionado a longo prazo, quando o processo de desenvolvimento beneficiasse todos os segmentos da sociedade. Independentemente das medidas mais gerais destinadas a combater a pobreza e a reduzir as desigualdades, a luta contra o trabalho infantil, em especial as atividades que envolvem situações de risco para a vida e a saúde das crianças, constitui preocupação não somente de interesse do Estado, mas também de toda a sociedade.

Esse argumento respalda-se em estudos de Barros e Mendonça (1996) que indicam alta participação de crianças brasileiras entre 10 a 14 anos na força de trabalho, comparativamente a outros países. Este fato não é explicado apenas pela pobreza ou pela maior desigualdade, mas sim pelo estilo do capitalismo. Segundo a OIT, no Brasil, o

percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham é superior ao apresentado por outros países, a exemplo da Índia (14,4%) e da China (11,5%). De fato, em 1990, a taxa de participação de menores de 10 a 14 anos foi quase quatro pontos percentuais mais alta do que a média dos 14 países da América Latina e mais de seis pontos percentuais maior do que a de países com renda per capita similar.

No Brasil, as disparidades regionais e as variações temporais na taxa de participação de crianças no mercado de trabalho não concentram evidências únicas na pobreza. Embora se observe uma correlação alta do trabalho infantil com o baixo nível de renda familiar per capita, a magnitude desse dado foi insuficiente para que a pobreza fosse considerada a causa principal do trabalho infantil no país.

É mister considerar que trabalho e educação são atividades que, a curto prazo, são competitivas. As crianças, de forma geral, deveriam estar na escola e não no trabalho. Associa-se trabalho precoce com a evasão escolar. Além disso, o trabalho das crianças pode constituir o principal mecanismo de transmissão da pobreza por gerações, pois ainda paira diante de alguns atores envolvidos com o trabalho infantil o pensamento de que a causa dessa exploração é justamente a pobreza. Esta concepção ofusca a ação do capitalismo na consciência de classes das camadas pobres da sociedade, levando-as a crerem que é a pobreza uma consequência natural. A pobreza não é vista como resultante de um processo econômico que explora e maltrata as classes menos favorecidas; é considerada como algo natural, e que, através do subemprego, poderá ser combatida e amenizada.

Então, não podemos negar que há uma convergência da literatura referente a essa questão: a criança que trabalha reduz rendimento escolar ao mínimo, comprometendo a escolaridade final, atingindo nível mais baixo do que o alcançado por aquelas que não trabalham e, consequentemente, quando adultos, terão salários menores do que os dos indivíduos que começaram a trabalhar na idade adequada, inclusive com treinamento. Esse mecanismo é o que também se conhece como ciclo da perpetuação da pobreza.

5.2.2. Ações/Programas de erradicação do trabalho infantil

Diante da realidade, com desemprego e, sobretudo, com desestruturação familiar, e no tocante à geração de renda para as famílias, surgem ações como as do Ministério Público tentando erradicar, com o apoio da justiça local, o trabalho infantil, a exemplo da

implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹⁹. Este Programa foi concebido como resposta governamental às denúncias feitas sobre o trabalho infantil na citricultura, com peso significativo e durante as fases áureas dessa cultura. Apesar de sua vinculação federal, o programa não atinge todos os estados da federação; fragmenta-se e assiste territórios de maior repercussão do trabalho infantil denunciado pela imprensa e por organismos da sociedade civil, além do fator político-partidário. Bahia, Pernambuco, Mato Grosso e Sergipe foram contemplados na fase inicial do programa.

O PETI tem por objetivo erradicar todas as formas de trabalho infantil do país e ao mesmo tempo propõe-se ao resgate da cidadania de seus usuários e inclusão social de suas famílias. Atende às diversas situações de trabalho de crianças e adolescentes, com idade inferior a 16 anos.

Em Sergipe, resulta da preocupação e mobilização da sociedade civil, inclusive de autoridades e entidades sindicais, com a problemática do trabalho infantil. O PETI iniciou-se em 1997, mais especificamente nos municípios citricultores, cujo foco de trabalho infantil era visível, principalmente no município de Boquim, e que depois se expandiu para os demais municípios produtores.

Diniz (1999), Rodrigues (2002) e Santana (2006) produziram estudos sobre o trabalho infantil na citricultura, cujos impactos sensibilizaram os poderes governamentais e culminaram com a implementação do PETI, com inclusão de denúncias veiculadas na imprensa local, notadamente aquelas provenientes do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Citricultura.

Esse sindicalista era militante combativo e crítico que alcançou postos políticos na região, tendo sido assassinado para impedir essa ação política emergente. Depois outros tipos de atividades das crianças foram denunciados: trabalho nas pedreiras, olarias, lixeiras, etc.

O crime de que foi vítima o sindicalista, ocorrido em 22 de setembro de 2001, na cidade de Pedrinhas (SE), teve repercussões nacional e internacional. Ele era conhecido pela atuação em favor dos trabalhadores da citricultura e pelo combate acirrado que exercia contra os empregadores de mão de obra infanto-juvenil nas lavouras de laranja e em pedreiras da região centro-sul de Sergipe, chegando a ser eleito vereador do município de Boquim e primeiro secretário da União dos Vereadores do Brasil, além de ter atraído para Sergipe o

¹⁹ O PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) foi criado pela Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, em Brasília, no ano de 1996. A princípio, atendeu apenas às áreas rurais, depois estendeu-se à área urbana.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e contribuído para o Bolsa Escola (INFONET/ CIDADE 25/03/2008).

Outro fato que contribuiu para a inserção do PETI em Sergipe, especificamente no município de Boquim, foi a elaboração de um documento denominado “Carta de Boquim”. Assinada pelos prefeitos de 14 municípios envolvidos com a citricultura no território centro-sul, estes reivindicavam medidas governamentais para enfrentamento do problema. Toda essa mobilização culminou com a inclusão do PETI no estado, tendo o presidente Fernando Henrique Cardoso implantando o programa oficialmente em julho de 1997.

É importante mencionar depoimento que consta no trabalho de Rodrigues (2002: 55) quando diz: “houve uma certa resistência não só por parte dos pais, como também dos empresários da laranja, os quais não concordavam em dispensar as crianças da tiragem de laranja”.

A proposta do PETI é incluir toda criança na escola, evitando o envolvimento dela com o trabalho. A princípio, o programa concedia mensalmente bolsa de R\$ 25,00 por criança de até 14 anos. Atualmente a bolsa é de R\$ 40, para as famílias residentes nas áreas urbanas de capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes. Para as famílias residentes em outros municípios ou em áreas rurais, o valor da bolsa continua sendo R\$ 25 reais. Entretanto, há toda uma classificação e seleção do benefício com base no Cadastro Único, repassado para menores de 16 anos.

As crianças beneficiadas permanecem no turno escolar formal e no outro são encaminhadas ao programa de jornada ampliada, organizado pelas prefeituras municipais. Nessa jornada complementar, além do reforço escolar, são promovidas atividades esportivas e de lazer, assistência médica e odontológica. São atividades intercaladas com a merenda escolar, onde se oferece um lanche ou refeição completa.

Figura 28: Escola que desenvolve atividades sócio-educativas no município de Tomar de Geru



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

Figura 29: Escola que desenvolve atividades sócio-educativas no município de Tomar de Geru



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

Figura 30: Atividades escolares complementares desenvolvidas pelo PETI



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 2008.

Especificamente no município de Tomar de Geru, autoridades expandiram qualitativa e quantitativamente as atividades da jornada ampliada. Essas ações são desenvolvidas em um espaço “agradável” e bem arejado, nas instalações do campus do Colégio Agrícola do município, como se vislumbra nas figuras anteriores. A instituição fica a 3 km da sede da cidade e desenvolve plantio de várias culturas, que são utilizadas na merenda escolar do município, além de desenvolver atividades físicas como futebol, voleibol, tênis de mesa, música e teatro. No programa atuam 20 monitores, um coordenador e cinco serventes. O coordenador do PETI é um especialista em Arte-educação. Já os monitores desenvolvem trabalhos relativos a temas com datas comemorativas nacionais e regionais e ainda abordam assuntos relacionados à família, ao meio ambiente e à saúde. Também realiza o programa Baú de Leitura.

Para atender ao programa, a prefeitura de Tomar do Geru realizou obras de reforma e ampliação na escola agrícola. Na estrutura atual, o programa tem seis salas de aula, sala da coordenação, banheiros e refeitório.

É importante ressaltar que Tomar do Geru foi um dos primeiros municípios do estado de Sergipe a instituir o PETI, em função das denúncias relativas à exploração do trabalho de crianças e adolescente nas pedreiras e nos laranjais. Essas atividades, consideradas insalubres e de risco, estavam prejudicando tanto o desenvolvimento físico quanto o intelectual de crianças e adolescentes.

Nesse município o programa foi instituído em 1998 e envolveu inicialmente 200 crianças e adolescentes que estavam ajudando na ampliação da renda das famílias da zona rural. Em 2006, o PETI envolvia 567 meninos e meninas. Para cada criança, a família recebia uma bolsa, e os menores participavam de uma jornada de dois turnos, sendo que a turma da manhã entra às 7h30 e sai às 11h30, e a turma da tarde entra às 13h e sai às 17h. A instituição oferece as principais refeições e o lanche. Parte dos alimentos (hortaliças e verduras) é cultivada por alunos (acompanhado por técnicos) de outras séries do Colégio Agrícola, garantindo aos alimentos qualidade nutricional (CORREIO DE SERGIPE, 24/08/2006).

Em Sergipe, ao final da década de 1990, eram atendidos 19 municípios que apresentavam atividades de menores na citricultura, pedreiras, casa de farinha, olaria, pesca, fumo e lixo. Posteriormente se estendeu para todos os municípios do estado.

As ações do PETI em Sergipe, a partir de 1997, ocorreram de forma gradativa. Inicialmente o programa estabeleceu como meta o atendimento a 5.000 crianças e adolescentes através do Programa Bolsa Criança Cidadã em quatorze municípios da região citrícola do estado (RODRIGUES, 2002).

Hoje, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil está associado ao programa Bolsa Família. Entretanto, até julho de 2009 havia 30.470 menores cadastrados no programa no estado, segundo dados cadastrais da Coordenadoria Estadual do Programa e da SEIDES em 2009.

Atualmente, como se visualiza na tabela adiante, a estatística de crianças e adolescentes cadastrados no território centro-sul totalizou 13.151 beneficiados, o correspondente a 43,2% do total do estado, que é de 30.470.

Tabela 32: Número de crianças cadastradas no PETI. Sergipe. Municípios da citricultura, 2009.

Município	Número de cadastrados	Percentuais
Arauá	893	6,8
Boquim	1.808	13,7
Cristinápolis	853	6,5
Estância	1.074	8,2
Indiaroba	570	4,3
Itabaianinha	1.145	8,7
Itaporanga d' Ajuda	661	5,0
Lagarto	1.220	9,3
Pedrinhas	530	4,0
Riachão do Dantas	815	6,2
Salgado	414	3,1
Santa Luzia do Itanhy	423	3,2
Tomar do Geru	1.883	14,3
Umbaúba	862	6,6
TOTAL	13.151	100,0

Fonte: SEIDES, 2009

Percebe-se que no território centro-sul, com apenas 14 municípios dos 75 do estado, concentram-se 43,2% dos cadastrados do PETI, demandando maiores recursos. Isto demonstra a alta incidência de trabalho infantil. É notável que apenas dois municípios, Boquim e Tomar de Geru, representam juntos 28% de todo o número de cadastros do território. A justificativa para esta situação, além da utilização do trabalho infantil nos laranjais, apresenta uma diferenciação: Boquim, pela tradição histórica — onde foi implantado o programa no estado —, e Tomar do Geru, pela utilização da força de trabalho infantil na extração e quebra de pedras em pedreiras, conforme figura a seguir.

Figura 31: Pedreiras no município de Tomar de Geru, palco de trabalho infantil



Fonte: Pesquisa de campo, setembro 2008.

O trabalho infantil é recurso capitalista para enfrentamento de crise. E, atualmente, reflete-se nessa região geoeconômica uma crise semelhante à que permeia todo o país: vários trabalhadores foram dispensados, e as formas alternativas de trabalho informal não sobrevivem no campo com a mesma dinâmica produzida nos centros urbanos. A população da periferia ou a da zona rural esperam pelo trabalho na laranja, o qual, apesar das dificuldades, continua sendo ainda uma das poucas possibilidades de emprego e renda, inclusive com a ajuda da força de trabalho infantil.

Por outro lado, alguns problemas detectados por familiares e pelas próprias prefeituras em relação ao PETI foram constatados em estudos mencionados neste tópico e mais no estudo de AQUINO (2002), que são: 1) O grande dilema das crianças não-incluídas no programa, agora proibidas de trabalhar, sob a fiscalização dos Conselhos de Assistência à Criança e ao Adolescente e pelo próprio poder judiciário local, os quais responsabilizavam os pais criminalmente; 2) A exclusão das crianças que completaram 15 anos. O que fazer com elas quando perderem a bolsa? Deixarem a escola e voltarem para o trabalho?; 3) A própria bolsa é geradora de algumas dificuldades, devido ao atraso em seu pagamento (as famílias passam 2 e até 3 meses sem nada receber), provocando um clima de incerteza quanto

à continuidade do programa²⁰; 4) Os pais das crianças reclamam dos critérios de seleção para a bolsa, os quais favorecem alguns que nunca trabalharam.

Do ponto de vista de determinados órgãos, a exemplo das prefeituras, as observações giram em torno das dificuldades para a manutenção do turno complementar. Abriram mais vagas na rede escolar oficial, mas para a jornada ampliada tiveram que organizar espaços próprios (geralmente são usados os centros sociais). Inclusive, contrataram instrutores “extras” com recursos próprios das prefeituras “onerando os cofres municipais já desequilibrados pela queda na receita dos municípios com a crise da citricultura” e, de maneira geral, do próprio país, como salientou o prefeito da cidade de Boquim, município líder por longo tempo na produção de laranja (RODRIGUES, 2002).

No setor educacional, dados das prefeituras revelam que houve um aumento significativo no índice de aprovação nas escolas, com menor taxa de evasão²¹.

Entretanto, todas essas questões detectadas no programa, a partir da amplitude reduzida, da seletividade e dos critérios estabelecidos em nível nacional, das próprias dificuldades apresentadas pelas prefeituras e dos estudos analisados e mencionados ao longo do texto, percebe-se a debilidade de um programa imposto que não penetra nas causas reais do trabalho infantil; não possibilita aos pais condições de manterem estruturadas suas famílias sem dependerem do trabalho dos filhos. Com o atraso do pagamento das bolsas, as famílias “ameaçam” retirar as crianças da escola e só não retornam ao trabalho porque o mercado é restrito na região.

Como observou um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na dissertação de DINIZ (1999), “o programa não fez acabar com o trabalho infantil; este foi desativado como toda atividade na citricultura, agora temos apenas desempregados, adultos e crianças”.

Reforçando o objetivo do PETI, em parceria com os setores dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil, que é pôr fim às atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas urbana e rural, questiona-se: até que ponto esse programa vem sendo aceito pela população? Ele tem um caráter esporádico ou contínuo? Que tipo de ações vem desenvolvendo? Como as crianças atendidas vêm concebendo o PETI? Houve afastamento

²⁰ Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social, a proposta do PETI não é conceder a bolsa permanentemente; ela será prioritária até que a família se recupere das dificuldades materiais.

²¹ O Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe considera que os índices de aprovação nas escolas deve-se ao critério adotado pelo MEC de baixar a média para aprovação dos alunos, sistema implantado no estado de Sergipe.

das crianças do trabalho infantil e consequentemente melhor produtividade na escola? E agora, como está funcionando com a inclusão a outros programas?

Diante da problemática apontada relativa ao trabalho infantil e a sua erradicação ou políticas públicas voltadas para essa temática, ainda se induz: o que fazer para gerar renda na área citrícola? Quais os riscos a que estão submetidas essas crianças e adolescentes?

5.2.3. Programas sócio-educativos: transferências de renda

Vários programas de transferência de renda focalizados na pobreza foram instituídos, ao longo da década de 1990. Voltados para famílias de baixa renda, geralmente os programas vinculam a transferência de renda à frequência escolar. Em 2001, o Bolsa Escola²² era o programa federal de transferência de renda com maior número de beneficiários, quase 2/3 da população-alvo (menores de 6 a 15 anos com renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo) ou 8,3 milhões de beneficiários. Os programas Bolsa Alimentação e Auxílio Gás distribuíram no mesmo ano 3,6 e 4,8 milhões, respectivamente.

A proporção de beneficiados é maior nas regiões nordeste, norte e sudeste. Este fato de certa forma surpreende devido à exigência de frequência à escola dos programas. Na verdade, apenas confirma que trabalho e estudo concomitantes são possíveis, pois muitos menores de idade trabalham e estudam. Kassouf (2004) estima, a partir dos dados da PNAD, que os programas de transferência de renda reduzem as horas mensais trabalhadas, mas não encontram resultado conclusivo sobre a redução do trabalho. Entretanto, é perceptível a diminuição do trabalho, especificamente nas áreas rurais, consequentemente está aumentando a frequência escolar.

Chama a atenção o fato de a proporção e número absoluto de famílias beneficiárias serem maiores na região nordeste. Isso não se deve ao caso de a região ser a mais pobre do país, pois a amostra analisada da PNAD inclui apenas famílias com renda inferior de até meio salário mínimo. As famílias beneficiárias aparecem em maior proporção na área rural. A distribuição de benefícios está, na verdade, vinculada à implementação do Programa Bolsa Escola, que começou atendendo prioritariamente a municípios já assistidos anteriormente,

²² O Programa Bolsa Escola Federal, além dos programas Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação (Fome Zero) passaram a integrar o Programa Bolsa família em 2003.

seguidos dos 14 estados com menor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – e/ou pertencentes a microrregiões com IDH igual ou inferior a 0,5²³.

Para fins de demonstração, seguem dados do desenvolvimento socioeconômico dos municípios que constituem o território de pesquisa em foco, todos inseridos nos programas governamentais de combate à pobreza e de erradicação do trabalho infantil.

Em nossa pesquisa, detectamos que a situação sócio-econômica é mais agravante em relação aos moradores da zona rural, entretanto, encontram-se dentro dos limites medianos de desenvolvimento da região nordeste.

O nível de desenvolvimento intrarregional é desigual, e mesmo entre os municípios de determinado estado há diferenças. Observa-se que no caso dos municípios citricultores sergipanos a partir do IDH ou índice de desenvolvimento humano, há pelo menos cinco grupos de desenvolvimento: o nível de Estância, que se coloca bem acima dos demais; Itaporanga d'Ajuda, Boquim, Arauá, Lagarto, Salgado, os que formam o segundo patamar; Indiaroba, Pedrinhas, Umbaúba, no terceiro degrau; Itabaianinha, Cristinápolis, Tomar do Geru e Riachão do Dantas, no quarto nível, e Santa Luzia do Itanhy no nível mais inferior. É interessante observar na Tabela 33 que nem sempre o IDH combina com crescimento econômico, que é visto em termos do PIB. Arauá, por exemplo, classifica-se com alto IDH, porém produz baixo valor do PIB, ao contrário de Itabaianinha, cujo destaque econômico está acima do desenvolvimento social, o que nos leva a questionar o tipo de desenvolvimento produzido pela atividade da citricultura com sua exploração do trabalho infantil.

²³ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1, sendo 1 o resultado ideal.

Tabela 33: Índices de desenvolvimento sócio-econômico do centro-sul sergipano, 2000.

Município	IDH	PIB R\$ (mil)	PIB Per capita (R\$)
Estância	0,672	554.549	8.913,00
Itaporanga d'Ajuda	0,638	228.186	7.947,00
Boquim	0,634	94.783	3.803,00
Arauá	0,621	39.598	3.570,00
Lagarto	0,614	366.104	4.052,00
Salgado	0,611	62.198	3.075,00
Indiaroba	0,605	43.712	3.096,00
Pedrinhas	0,601	24.080	2.895,00
Umbaúba	0,601	68.186	3.112,00
Itabaianinha	0,590	111.640	2.914,00
Cristinápolis	0,577	48.911	2.990,00
Tomar do Geru	0,563	36.024	2.607,00
Riachão do Dantas	0,556	61.900	3.007,00
Santa Luzia do Itanhy	0,545	43.847	3.612,00
Centro-sul sergipano	0,602	1.783.718	55.593,00

Fonte: PNUD, 2000; IBGE, 2005.

Elaboração: Carlos Vasconcelos

Discorrendo sobre o Programa Bolsa Escola, anterior ao Bolsa Família, Arbache (2003) e Santana (2006) avaliam-no colocando que, apesar do programa compensatório, há indícios de saída sustentável da pobreza, pois se verifica relação explícita entre a distribuição dos recursos para as famílias e a formação do capital humano. O programa tem por evidência a relação positiva entre a permanência da criança na escola e sua inserção no mercado de trabalho. Este programa tem por forte apelo o combate ao trabalho infantil e o abandono precoce da escola.

A transferência de renda pode ser apontada como uma medida viável para a eliminação do trabalho infantil no Brasil, através do programa Bolsa Escola, que transfere para as famílias pobres de 60% a 80% do valor médio do trabalho infantil por criança em idade escolar que esteja frequentando a escola, independentemente de a criança ser ou ter sido trabalhadora. Além do que, atualmente, todos os programas estão associados ao Bolsa Família (OIT, 2005).

Partindo da hipótese de que as crianças trabalham, entre outros motivos, para complementar a renda da família, ou seja, trabalham porque são pobres, FERRO (2003:5) acrescenta:

As iniciativas que visam ao combate ao trabalho infantil ajudam a diminuir as diferenças entre pobres e não-pobres, uma vez que atuam numa de suas causas. Enfim, são ações capazes de quebrar o ciclo que mantém pobres várias gerações de uma mesma família.

Hoje, o Bolsa Família é transferência de renda para as famílias, que, para terem direito, precisam permanecer com os filhos na escola e manter atualizado acompanhamento da saúde.

O Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, formalizado e regulamentado em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O PBF integra o fome Zero, que visa garantir o direito à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional. O Programa unificou os antigos programas de transferência de renda do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), também chamados Programas Remanescentes. Cada um deles estava sob responsabilidade de determinado órgão do Governo, o que dificultava ou impedia a coordenação de ações entre setores governamentais para o combate à pobreza. A unificação dos programas no Bolsa Família permitiu atender a maior número de brasileiros.

O Programa trabalha em três frentes: transferência direta de renda às famílias beneficiadas; cumprimento dos compromissos exigidos às famílias nas áreas de saúde e educação; programas complementares de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e documentos, entre outros.

O Programa Bolsa Família constitui-se numa política intersetorial voltada ao enfrentamento da pobreza, ao apoio público e ao desenvolvimento das famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, requerendo, para sua efetividade, cooperação interfederativa e coordenação das ações dos entes públicos envolvidos em sua gestão e execução.

Os estados brasileiros são entes autônomos, de acordo com o art. 18, caput, da Constituição da República, assim os recursos provenientes dos Programas Sociais do Governo Federal são repassados aos estados e municípios que os compõem. Esses recursos estão condicionados, além da adesão, à atualização do Cadastro Único, a fim de cooperar, no âmbito do seu território, com o Ministério de Desenvolvimento Social.

Em 2007, segundo pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), as famílias em situação de extrema pobreza ou com renda per capita de até R\$ 50,00 gastavam com alimentação R\$ 388,22/ano a mais do que aquelas não incluídas no programa, um ganho

de 35%. Nos domicílios em situação de pobreza (renda per capita de até R\$ 100,00) os gastos com alimentos superavam em R\$ 278,12 por ano em comparação com os não beneficiários do programa Bolsa Família.

O estudo indica que a frequência escolar entre crianças pobres de 7 a 14 anos atendidas pelo Programa é 3,6% superior em relação aos que não recebem o benefício. Na região nordeste essa diferença é ainda maior, 7,1%. A evasão escolar é também menor no caso dos beneficiários do Bolsa Família. Nas famílias pobres, a evasão é de 1,8% menor em relação aos lares não incluídos no programa.

Segundo o MDS, o Governo Federal decidiu reajustar os benefícios do Bolsa Família em 9,67% para manter o poder de compra da população atendida e reforçar a distribuição de renda entre as famílias brasileiras. Os novos valores incorporam 6% de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), entre julho de 2008 e junho de 2009, mais 4% de ganho real, destinados a consolidar a estratégia de redução das desigualdades individuais e regionais. Com a correção, que será paga a partir de setembro de 2009, o benefício médio passa de R\$ 86,00 para R\$ 95,00. “O reajuste protege o poder de compra das pessoas mais pobres, mantendo aquecido o mercado interno, o que ajuda diretamente as pequenas economias, barrando o ciclo da crise”, afirmou o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, em reportagem veiculada em 28 de julho de 2009, na agência Estado de notícias.

A partir de setembro de 2009, o benefício básico pago às famílias com renda de até R\$ 70,00 por pessoa subirá de R\$ 62,00 para R\$ 68,00. Já o benefício variável (pago de acordo com o número de crianças) passará de R\$ 20,00 para R\$ 22,00, e o recurso vinculado aos adolescentes será reajustado de R\$ 30 para R\$ 33,00. Os dois benefícios variáveis são pagos a toda a população cadastrada que se enquadra no perfil do programa (renda mensal de até R\$ 140,00 *per capita*), mas são limitados a três crianças e a dois adolescentes por família. E todos precisam cumprir as condições do Bolsa Família: frequência escolar de 85% das aulas para alunos dos 6 aos 15 anos; de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos; vacinação infantil e acompanhamento do pré-natal.

Com a alteração, o valor mínimo aumentará de R\$ 20,00 para R\$ 22,00 e o máximo de R\$ 182,00 para R\$ 200,00. Presente em 11,4 milhões de domicílios pobres de todos os municípios brasileiros, o Bolsa Família é usado, especialmente, na aquisição de alimentos, material escolar, medicamentos e vestuário. O programa é considerado um eficaz instrumento para a redução gradual das desigualdades regionais. Do total de famílias atendidas em julho de 2009, cerca de 47% residem na região nordeste e aproximadamente 10% na região norte,

áreas que concentram pobreza no Brasil. Cálculos realizados pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, considerando a estimativa de beneficiários e o percentual de recomposição dos valores, o reajuste poderá contribuir com a redução do Índice de Gini do Brasil em 2,37% e com 30% da queda no número de famílias extremamente pobres.

5.3. CENÁRIO SÓCIO-EDUCACIONAL NO ESTADO SERGIPANO: BREVE RELAÇÃO

5.3.1. Programa Bolsa Família em Sergipe

A participação dos estados no Programa Bolsa Família é efetivada por meio de adesão. A portaria GM/MDS nº 76/08 (Anexo 3) estabelece os critérios e procedimentos para a adesão dos estados ao Programa Bolsa Família, quais sejam: Assinatura do Pacto de Aprimoramento de Gestão, conforme portaria GM/MDS nº 350/07, Instituição de coordenação intersetorial e Elaboração de Plano de Ampliação da Documentação Civil.

O Programa Bolsa Família (PBF) visa articular os diversos agentes políticos em torno da promoção e inclusão social das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, estabeleceu um modelo de gestão compartilhada, em que a União, os estados e os municípios atuam como corresponsáveis pela sua implementação, gestão e fiscalização.

A participação dos municípios no Programa Bolsa Família é efetivada por meio de adesão. A Portaria GM/MDS nº 246/05 estabelece os critérios e procedimentos necessários para a assinatura do Termo de Adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família e Cadastro Único. Duas condições são necessárias para a formalização da adesão municipal: a indicação do gestor municipal e a instância de controle social.

O Programa Bolsa Família atende a todos os 75 municípios do estado com estimativa crescente de inclusão de famílias pobres, dentro dos limites estabelecidos pelo programa, para famílias extremamente pobres e famílias pobres. Em junho de 2009 havia 295.338 famílias cadastradas em todo o estado, sendo atendidas com o benefício 198.461.

Tabela 34: Programa Bolsa Família no centro-sul sergipano, em Junho de 2009.

Municípios	Famílias Pobres (A)	Famílias Cadastradas (B)	% (B/A)	Famílias atendidas (C)	% (C/A)	Valor
Lagarto	10.643	15.319	143,93	10.623	99,81	1.020.116,00
Estâncua	7.353	8.813	119,86	6.160	83,78	573.292,00
Itabaianinha	5.024	7.444	148,17	4.546	90,49	452.098,00
Itaporanga d'Ajuda	3.649	5.418	148,48	2.833	77,64	273.426,00
Boquim	2.883	5.750	199,45	2.812	97,54	270.218,00
Riachão do Dantas	2.504	3.817	152,44	2.695	107,63	263.642,00
Umbaúba	2.490	3.994	160,40	2.588	103,94	249.985,00
Salgado	2.433	3.822	157,09	2.157	88,66	206.102,00
Tomar do Geru	1.909	3.286	172,13	1.995	104,50	197.240,00
Cristinápolis	2.128	3.180	149,44	1.860	87,41	187.116,00
Indiaroba	2.314	2.388	103,20	1.838	79,43	184.344,00
Santa Luzia do Itanhy	1.979	2.533	127,99	1.843	93,13	182.669,00
Arauá	1.414	2.740	193,78	1.510	106,79	141.602,00
Pedrinhas	1.101	1.882	170,94	1.065	96,73	99.475,00
Total	36.784	55.199	150,06	34.496	93,78	3.340.016,00

Fonte: Relatório do Programa Bolsa Família, caixa econômica federal, junho 2009.

Elaboração: Ana Maria Matos Araújo, 2009.

É interessante destacar sobre os valores totais distribuídos no Programa Bolsa Família entre os municípios citricultores da tabela anterior que quanto mais desenvolvido o município, ou quanto maior o crescimento econômico do município, maiores são os benefícios sociais concedidos pelo estado. Veja-se a incrível diferença entre Lagarto e Estâncua, primeiro e segundo beneficiados no território da citricultura, e entre o primeiro e o último colocados, isso é, entre Lagarto e Pedrinhas, o primeiro recebe mais de um milhão de reais e o último, menos de cem mil reais. Para entender esta lógica contraditória, é preciso reconhecer que o capitalismo, assim como produz riqueza, também gera pobreza, sendo esta última em proporções humanas bem mais significativas, pois a concentração da renda é uma das principais características da acumulação. Portanto, vemos que os municípios de maior expansão econômica são os que requerem maior ajuda do estado.

Do total estadual de 198.461 famílias beneficiadas, 27,81% estão nos municípios citricultores. A tabela adiante, com dados da pesquisa de campo, mostra que grande quantidade de menores (253) recebia alguma ajuda governamental. Entretanto, eles não

souberam especificar o tipo nem o valor, até porque, o valor varia por família em relação ao número de filhos e à condição de pobreza.

Tabela 35: Número de crianças e adolescentes com ajuda de Governo. Municípios citricultores selecionados. Sergipe, 2007-2008.

Municípios	Futuro na Escola			Recebe ajuda do governo, quais?				
	Número de entrevistados	Sim	Não	Peti	Bolsa Escola	Bolsa Família	Outras	Não*
Lagarto	45	44	01	01	-	21	-	14
Itabaianinha	51	51	-	14	-	15	-	11
Boquim	55	54	01	06	06	31	-	10
Arauá	40	39	01	17	02	12	-	09
Itaporanga d'Ajuda	36	35	01	-	-	-	-	07
Umbaúba	30	25	-	01	01	20	-	07
Pedrinhas	19	18	01	-	14	-	-	05
Estância	29	29	-	-	-	-	-	04
Salgado	35	35	-	04	-	27	-	04
Santa Luzia do Itanhy	20	20	11	-	01	11	-	03
Tomar do Geru	19	19	-	-	-	-	-	02
Cristinápolis	39	37	02	-	-	-	-	01
Riachão do Dantas	29	28	01	07	-	15	01	01
Indiaroba	25	25	-	03	20	-	03	-
Total	472	459	19	53	44	152	04	78

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

* Mesmo recebendo alguma ajuda do governo, não especificaram.

Essa questão não obteve uma resposta significativa das crianças, que desconheciam ou não sabiam especificar o tipo de ajuda governamental que suas famílias recebiam. De acordo com a informação anterior, víamos que o maior beneficiado no programa Bolsa Família entre os municípios selecionados era Lagarto. Contudo, é neste município onde há o maior número de crianças sem esta informação.

Os cadastros são processados pela Caixa Econômica Federal, que dá a cada família um Número de Identificação Social (NIS). É por meio desse número que os operadores do cadastro único das secretarias municipais: localizam as pessoas cadastradas; atualizam dados do cadastro; verificam a situação do benefício, caso este exista; realizam as ações de gestão de benefícios.

Em relação à frequência do aluno na escola, o PBF analisa sua ausência, justificando os motivos de: doença no aluno; óbito na família; inexistência de oferta de serviços educacionais; fatores impeditivos de ir e vir; inexistência de atendimento à pessoa com deficiência; conclusão do ensino médio; gravidez, mendicância; negligência de pais ou responsáveis; trabalho infantil; violência sexual e doméstica; violência no ambiente escolar; motivo sem identificação; escola não informou; motivos sociais e familiares; trabalho do jovem e motivo inexistente. Todas estas informações ou itens constam em uma tabela elaborada para tal finalidade.

Em Sergipe, o índice dos que não alcançam a frequência exigida oscila em torno de 2% a 3% apenas. Segundo a coordenadora do PBF na Educação em Sergipe, há acompanhamento das famílias, especificamente dos beneficiados que estão na escola. Caso o acompanhamento não corresponda à exigência do programa, em relação à frequência exigida, comunica-se aos pais, procede-se à suspensão temporária e, finalmente, bloqueia o benefício. Se for revertida a situação de agravos, o benefício retorna. A coordenadora destaca a importância do PBF, ressaltando que “(...) pais pagam reforço escolar para seus filhos com a renda do programa (...) o Bolsa Família é o líquen do Fome Zero” (Entrevista em 25 de setembro de 2009).

5.3.2. Ensaios sobre educação e trabalho infantil

É perceptível que o trabalho infantil contraria ou fere o direito fundamental à educação. Neste sentido, ao ratificar a Convenção 182 da Organização Internacional do trabalho (OIT), em 17 de junho de 1999, o governo brasileiro se comprometeu a tomar medidas imediatas e eficazes para assegurar a eliminação das piores formas de exploração de mão de obra infantil. Dez anos depois, no entanto, 4,8 milhões de pessoas entre 5 e 17 anos continuam trocando a infância e a adolescência por diversas formas de trabalho, incluindo o doméstico, conforme aponta a PNAD de 2007.

A partir de dados de pesquisa de campo em Sergipe, entre 2007 e 2008, constata-se significativa presença de crianças e adolescentes que, de forma “voluntária” ou remunerada, executam afazeres domésticos. Esta situação não foge à regra geral e nacional, tendo em vista que o Brasil ocupa a terceira posição nessa modalidade de trabalho infantil (OIT, 2004).

Tabela 36: Atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes nos municípios citricultores selecionados. Sergipe, 2007-2008.

Municípios	Atividades complementares ao trabalho dos pais				
	Roça, Agricultura Lavoura	Serviços Domésticos	Vendas/ Comércio	Outras atividades	Não Trabalham ou não informaram
Itabaianinha	–	14	–	10	27
Salgado	08	11	–	–	16
Boquim	22	16	05	–	12
Pedrinhas	08	–	–	–	11
Lagarto	10	23	02	–	10
Riachão do Dantas	10	10	–	–	09
Itaporanga d'Ajuda	15	11	–	06	06
Umbaúba	10	12	–	–	06
Arauá	10	23	02	–	05
Estância	05	15	–	05	05
Cristinápolis	06	30	–	02	03
Santa Luzia do Itanhy	08	10	–	–	02
Tomar do Geru	03	11	–	03	02
Indiaroba	14	11	–	–	–
Total	129	197	09	26	114

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

Dentre os entrevistados predominaram os que desenvolvem alguma atividade doméstica, geralmente realizada no próprio lar, ou até mesmo em residências próximas: lavando louças; varrendo a casa; cuidando de irmãos menores; carregando água; dando recados; ajudando os vizinhos, etc.

O exercício de afazeres domésticos por crianças e adolescentes, em função da tradição que cerca a formação da família brasileira, é destinado com maior frequência e intensidade às meninas, tendo em vista, entre outros motivos, a perspectiva de que futuramente assumirão a responsabilidade de sua realização e/ou do seu gerenciamento.

No trabalho infantil, os municípios que compõem o centro-sul sergipano demonstram a redução do trabalho, embora permaneça significativo o número de crianças e adolescentes que trabalham. São 6,3 milhões de menores em 2001, distribuídos na faixa etária de 5 a 15 anos, dos quais 38,23% estão na zona rural e 61,77% na zona urbana, em um total de 12.235 e 19.770, respectivamente, no estado de Sergipe (IBGE/PNAD, 2002).

No nordeste, o número mais elevado concentra-se na Bahia, com 26,2% dos trabalhadores infantis. Cerca de 62,95% destes trabalhadores estão na área rural, o que representa aproximadamente 892 mil crianças e adolescentes de 5 a 15 anos em atividades laborais. Já em 1999, a zona rural concentrava 70,43% dos casos de trabalho infantil (op cit). Na zona urbana, a PNAD de 1999 indicava um percentual de ocupados de 29,57%, elevando-se para 37,05% em 2002. Tem-se, assim, o mesmo comportamento verificado em nível nacional, qual seja, uma tendência de redução do trabalho infantil no meio rural e um incremento no meio urbano. Essa tendência é verificada em todos os estados da região nordeste, com exceção do Rio Grande do Norte, onde a taxa de trabalho infantil no meio rural elevou-se de 52,08% em 1999 para 62,38% em 2002. Inobstante aquela tendência geral de inversão do trabalho infantil do meio rural para o urbano, todos os estados da região nordeste ainda apresentam maior concentração no meio rural, ressalvando-se a situação de Sergipe, onde a concentração do trabalho infantil urbano é maior do que a do rural (61,77% e 38,23%, respectivamente aos espaços urbano e rural).

Uma das consequências mais notórias do trabalho infantil é a queda no desempenho escolar. Apesar de matriculado e de sua frequência a escola, o aluno não tem educação de qualidade ou uma aprendizagem significativa. Estudos mostram que as crianças trabalhadoras sofrem desgaste físico constante, o que impede seu desenvolvimento intelectual; e isto é um fator que contribui para a educação brasileira manter-se em patamar baixo. “As avaliações do MEC apontam que os municípios com maior taxa de trabalho infantil responderam por menores índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB”, diz o gerente do Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Renato Mendes, em entrevista ao UOL notícias em 18/9/2008.

Segundo o relatório Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente (CEPAL/PNUD/OIT), lançado em 2008, 19% das crianças e dos adolescentes no Brasil que trabalham não estudam; e os que permanecem nas salas de aula, devido ao cansaço e ao tempo reduzido para se dedicar aos estudos, muitas vezes não alcançam aprovação.

Em geral, o trabalho tem um efeito perverso no desenvolvimento educacional da criança e do adolescente. Este efeito, no entanto, depende da idade, tipo e duração do trabalho, e pode afetar tanto a presença ou não da criança na escola, assim como seu aproveitamento.

Podemos citar três indicadores facilmente observáveis de desempenho escolar: o analfabetismo, a presença ou ausência à escola e a distorção idade-série. Nos últimos anos, o acesso à educação básica no Brasil tornou-se praticamente universal, e os dados de 2002

refletem este desenvolvimento. Somente 3,4% da população entre 10 e 17 anos de idade foi identificada como analfabeta; entre os economicamente ativos neste grupo de idade, o analfabetismo se eleva para 4%. Na população entre 5 e 17 anos, 91,7% dos que não trabalham frequentam escolas, em contraste com somente 80,7% dos que trabalham. Esta diferença se deve em boa parte ao fato de que os que trabalham são em geral mais velhos.

A distorção idade-série é uma característica bastante generalizada da educação brasileira, que apresenta um dos piores índices de repetência escolar em todo o mundo.

Nos anos recentes, houve um esforço sistemático por parte do Ministério da Educação e de muitos governos estaduais para reduzir o atraso escolar, mantendo as crianças com seu grupo de idade e compensando pelas deficiências quando necessário; mas a noção de que a repetência escolar é um instrumento pedagógico importante ainda tem muitos adeptos. Teoricamente, crianças com 10 anos deveriam estar na 4^a série do ensino fundamental, as de 11 na 5^a, e assim sucessivamente.

É visível que na maioria das vezes esses dados são interpretados em função do impacto do trabalho sobre a educação, mas é bastante provável que eles surtam também um efeito inverso, sobretudo para os grupos de menor idade, ou seja: que a ausência à escola leva ao trabalho, e não o contrário. De fato, apesar de o acesso à escola estar praticamente generalizado no Brasil de hoje, a situação da oferta educacional ainda é precária nas regiões rurais, sobretudo a partir da 5^a série do ensino fundamental. Mesmo quando existem escolas para adolescentes de 14 a 17 anos, é bastante frequente, nas áreas rurais e nas periferias urbanas, o funcionamento delas de forma precária, inclusive com professores desmotivados e despreparados, transmitindo conhecimentos que fazem pouco ou nenhum sentido para a realidade dos estudantes. A ausência ou precariedade das escolas, o atraso acumulado ao longo dos anos, a desmotivação do meio e o desejo de ter alguma renda própria reúnem-se para constituir o número de adolescentes que abandonam a escola por volta dos 14 anos, e a partir daí o trabalho passa a ser a alternativa de ocupação razoável, que traz benefícios monetários imediatos e evita a ociosidade. Na medida em que isso ocorre, é possível argumentar que não faz sentido coibir o trabalho de crianças e adolescentes sem assegurar que eles tenham condições efetivas de frequentar uma escola que os motive e faça-os ter interesse.

Por outra parte, é possível argumentar também que se, primeiro, esperamos que surjam as condições efetivas de frequência a uma boa escola para depois coibirmos o trabalho infantil, corremos o duplo risco de que as condições não se deem nunca, e que, mesmo que as escolas deixem a desejar em termos de qualidade do ensino e de infraestrutura, é importante

assegurar o acesso à escola de maneira a provocar sua melhora por meio da pressão da comunidade escolar.

Dentro das explicações sobre a ausência à escola, o suplemento especial da PNAD (2001) coloca dois importantes questionamentos sobre o abandono e a falta ocasional à escola, e os resultados principais podem ser resumidos no abandono como decisão do próprio aluno, sobretudo entre os mais velhos. É comum escutarmos ditos como "não quis frequentar a escola". O trabalho aparece como segunda razão, com 20% das respostas entre os mais velhos. Na área rural, um forte fator para o abandono ainda é a ausência de escola próxima à residência (16%). A falta ocasional é explicada, sobretudo, por doença (51% das respostas) e depois, novamente, pela decisão individual do aluno (não quis comparecer). Problemas com a própria escola (falta de professor, greve) são também significativos e afetam principalmente, o segmento de maior idade.

Para muitas crianças e, sobretudo, adolescentes, a escola não é vista como garantia futura; querem mesmo é uma “boa vida”. Esta assertiva pode ser constatada nas tabulações dos questionários infantis, integrantes deste trabalho, apesar de na pesquisa o índice de crianças e adolescentes que estudam ser elevado (porcentagem), tendo em vista o recurso estratégico de pesquisá-los nas escolas e não nas famílias.

Tabela 37: Concepções e expectativas sobre a escola e o trabalho. Sergipe. Municípios da citricultura, 2007-2008.

Municípios	Escola e trabalho			Expectativas Futuras (1)				
	Sim	Não	Não infor- maram	Total	Emprego Trabalho	Professor	Estudar/ Faculdade	Outros
Arauá	39	01	–	30	04	02	18	10
Boquim	52	03	–	55	10	04	17	10
Cristinápolis	38	01	–	39	–	15	02	22
Estância	26	–	03	29	–	04	–	05
Indiaroba	25	–	–	25	–	02	–	11
Itabaianinha	50	01	–	51	–	11	–	15
Itaporanga d'Ajuda	35	01	–	36	12	01	06	08
Lagarto	43	02	–	45	06	06	08	21
Pedrinhas	16	02	–	19	05	01	04	03
Riachão do Dantas	27	02	–	29	10	02	08	08
Salgado	35	–	–	35	08	–	18	04
Santa Luzia do Itanhhy	20	–	–	20	09	–	07	04
Tomar do Geru	19	–	–	19	08	01	–	07
Umbaúba	27	03	–	30	12	02	14	04
Total	417	15	03	472	84	51	102	132

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

Nota: (1) As expectativas são por diversas profissões, inclusive em estudar para alcançar tais profissões, embora alguns não demonstrassem quaisquer perspectivas.

Tabela 38: Número de menores que estudam por municípios pesquisados. Sergipe. Municípios da citricultura, 2007-2008.

Municípios	Idade			Frequenta Escola		Série/Nível			
	5 - 9	10 - 14	15 - 17	Sim	Não	1 ^a a 4 ^a	5 ^a a 8 ^a	Ensino Médio	Outro*
Arauá	04	11	02	40	-	20	16	-	5 ^a e 6 ^a
Boquim	05	24	16	55	-	26	29	-	-
Cristinápolis	15	24	-	39	-	28	10	-	2 ^a
Estância	06	22	02	29	-	24	06	-	3 ^a
Indiaroba	-	14	10	25	-	-	25	-	8 ^a
Itabaianinha	14	35	02	51	-	40	10	-	3 ^a e 4 ^a
Itaporanga d'Ajuda	-	31	06	35	-	03	32	02	7 ^a
Lagarto	12	26	02	42	03	32	10	03	-
Pedrinhas	-	15	04	18	-	05	12	-	-
Riachão do Dantas	01	20	07	29	-	-	29	-	5 ^a e 6 ^a
Salgado	02	27	06	35	-	19	16	-	4 ^a
Santa Luzia do Itanhy	01	15	04	20	-	-	20	-	6 ^a
Tomar do Geru	-	19	-	19	-	17	02	-	-
Umbaúba	02	23	03	30	-	08	20	-	5 ^a e 6 ^a
Total	62	306	64	467	03	222	237	05	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007/2008.

* Série Predominante.

O abandono à escola em razão da necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar fica evidente quando se analisa a taxa de escolarização dos adolescentes ocupados e não ocupados. De acordo com a PNAD 2007, dos adolescentes de 15 a 17 anos que trabalham, apenas 21,8% estão na escola.

Ainda em relação ao trabalho e escolarização, pode-se ilustrar que os jovens em Sergipe representam em torno de 25% da população que se encontra na faixa etária de 15 a 17 anos. Também é evidente a maior presença de homens no mercado de trabalho e de mulheres nas escolas. Deve-se ressaltar que o nível de instrução de uma pessoa pode ser diferente do seu grau de escolaridade, uma vez que pode aprender fora da escola. Todavia, para se levar em conta essa diferença, ter-se-ia de organizar uma avaliação do saber das pessoas, o que foge à perspectiva dos questionamentos de nossa pesquisa.

Para muitos dos pesquisados, o trabalho é a chave de uma boa vida ou, pelos menos, de uma vida “normal”. É ele que possibilita ajudar a família. É ele que exige das crianças e adolescentes estudos cada vez mais longos. O problema é conseguir emprego estável, bem pago e que agrade o trabalhador.

Geralmente, crianças e adolescentes vivem à custa de suas famílias; não têm renda pessoal, “senão marginal, estudam e terão uma renda mais tarde, boa, e seus estudos foram bem sucedidos”. Pelo menos essa é a situação prevalecente no primeiro mundo e nas famílias brasileiras ricas (CHARLOT, 2006), mas, na verdade, não é a situação prevalecente na grande maioria das famílias brasileiras e sergipanas. Em situação de amplo desemprego e informalidade das relações de produção, grande parte da atividade econômica absorve crianças e principalmente adolescentes, que participam de uma forma ou de outra dos esforços da família para auferir o dinheiro para sobreviver, às vezes viver à vontade, mesmo com a fiscalização e proibição do trabalho infantil, salvo em forma de aprendiz, como prevê a legislação.

De antemão, uma coisa é visível: o índice de escolarização e matrículas na área estudada tem aumentado. E esta constante aplica-se a todo o estado, ou melhor, a todo o país. Há diversas políticas nesse sentido; entretanto, questiona-se a qualidade do ensino e da aprendizagem, tendo em vista que esse crescimento se dá, muitas vezes, por incentivos governamentais visando a dados quantitativos. Em 2006, Sergipe contou com 70.657 alunos matriculados na 1^a série do ensino fundamental e 23.509 concluintes desse mesmo nível de ensino (MEC, 2006).

Tratando-se especialmente dos municípios pesquisados, o panorama educacional em 2008 no centro-sul sergipano apresentou um total de 137.026 alunos matriculados na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional e na educação de jovens e adultos. Desse total, 63,7% estavam matriculados no ensino fundamental.

Para fins de visualização, segundo o Projeto Presença do MEC, e mais especificamente do Resultado da Coleta – Desempenho por município, em julho de 2009, encontramos a seguinte situação nos citados municípios investigados, em termos de frequência e número de alunos relacionados ao Bolsa Família/Escola. Os dados incluem o BF de 0 a 15 anos e o BVJ (Benefício Variável Jovem), que é uma modalidade nova no programa, atendendo a adolescentes de 16 e 17 anos que comprovem vínculo com a escola, cujo objetivo principal é contribuir para a permanência na escola de jovens que, ao

completarem 16 anos, eram desligados do BF, além do fortalecimento dos laços familiares, favorecendo a valorização da família pelos jovens.

Tabela 39: Quantitativo de beneficiados com BF e frequência escolar, municípios do centro-sul, em julho de 2009.

Municípios	BFA	BVJ	Total
Lagarto	13.848	2.033	15.881
Estância	8.929	1.416	10.345
Itabaianinha	6.775	1.021	7.796
Itaporanga d'Ajuda	4.369	720	5.089
Riachão do Dantas	3.744	661	4.405
Umbaúba	3.690	541	4.231
Boquim	3.512	563	4.075
Indiaroba	3.162	439	3.601
Salgado	3.076	462	3.538
Cristinápolis	3.026	433	3.459
Santa Luzia do Itanhy	2.849	349	3.198
Tomar do Geru	2.557	495	3.052
Arauá	1.980	330	2.310
Pedrinhas	1.671	203	1.874

Fonte: Projeto Presença, MEC. Desempenho por município, resultado da coleta, julho 2009.

Mais uma vez constatam-se maiores benefícios para municípios com nível de crescimento econômico mais expressivo em Lagarto e Estância, por exemplo, embora outros nem tanto desenvolvidos economicamente sejam igualmente beneficiados, tais como Itabaianinha e Itaporanga d'Ajuda. Afinal, as necessidades sociais são uma constante tanto entre municípios onde as forças produtivas são mais desenvolvidas quanto naqueles onde predominam formas de produção baseadas no sustento das famílias. A educação formal fica, de certa forma, à margem de seus reais objetivos.

Pode-se concluir preliminarmente que o trabalho infantil é condição da expansão capitalista e somente na representação das famílias é condição de sobrevivência familiar. Afinal, nos municípios onde se exploram mais trabalho de crianças e adolescentes necessita-se de maior ajuda do estado, reconhecendo as desigualdades sociais que o capitalismo gera nos territórios, sobretudo na exploração agroindustrial dos espaços rurais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término proposto, ou necessário, é tempo para reflexões e inquietações finais, além das sugestões que decorreram da própria pesquisa. Mas, antes de encerrar a discussão da temática, outros pontos de questionamentos e anseios científicos, almejados pela ciência como um todo, emergiram e provocam a necessidade de novos estudos.

As transformações sócio-espaciais e produtivas de determinado lugar passam, necessariamente, pelo entendimento de delimitação do território físico e social. O território é definido por seu conteúdo tangível: de relações de poder e de determinantes culturais e identitários. Os elementos naturais e culturais, responsáveis pela identidade do lugar, combinados entre si, constituem as paisagens que reúnem tudo o que há para ser visto e sentido em determinada parcela do espaço. O espaço é apropriado como uma porção de paisagem, e o território, recortado por relações de poder. O território ligado ao poder também se diferencia de lugar, que se caracteriza pelo domínio ou gestão do espaço e por conferir identidade ao usuário. Toda identidade é uma identidade sócio-territorial e constitui o referencial central do território. Então, pode-se afirmar que não há território sem alguma identificação e valorização simbólica do espaço habitado.

No centro-sul sergipano, a cultura de citros qualificou e consolidou a identidade territorial da região. O reconhecimento da cultura e de sua identidade foi assimilado nos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. O território foi inicialmente territorializado com a plantação de cítricos, especificamente da laranja, e desterritorializado, em determinados momentos por pastagens e pela agricultura de subsistência e, por último, é territorializado novamente com o cultivo da laranja em escala industrial. Na trajetória socioeconômica, manteve-se, principalmente, o território citrícola de Boquim, às vezes fortemente evidenciado, outros escassamente recortados, mas permanecendo com identidade do lugar. A identidade revela aspectos culturais e potenciais dos territórios que perpassam para o lugar, pelas características espaciais e pelas relações de poder ali existentes.

No centro-sul sergipano, a citicultura está imbricada por transformações no espaço geográfico globalizado, com sua ótica capitalista contraditória de gerar simultaneamente ou alternadamente malefícios e benefícios. Tem fomentado a economia do estado de Sergipe desde a década de 1980, momento em que chegou a 40,8% do valor total da produção agrícola e participou com 35,8% do ICMS da agricultura, correspondendo a 3,5% da arrecadação

estadual. A importância econômica do “ouro amarelo” confere prestígio à agricultura e à economia sergipana. Nessa década de apogeu, o território citricultor abrangeu 38,7% das propriedades dos municípios produtores ou, aproximadamente, 50.000 hectares de pomares plantados. É considerada uma atividade agrícola modernizada pelos índices elevados de utilização de insumos modernos (adubação e mecanização), financiamentos bancários e vínculos com instituições da política da modernização. Situação que persiste, apesar da crise do final da década de 1990.

A expansão da citricultura em territórios foi favorecida por políticas modernizadoras; consequentemente aumentou o assalariamento permanente e temporário associado ao intenso uso do trabalho familiar, incluindo o infantil, particularmente, nas pequenas propriedades da região produtora (SILVA & LOPES, 1996).

A modernização de orientação estatal tornou a agricultura dependente de produtos industriais e, ao mesmo tempo, fornecedora de insumos industriais. Houve estreitamento de relações entre agricultura e indústria, estando a agricultura a montante da indústria, como fornecedora de insumos a serem beneficiados para o mercado. O Complexo Agroindustrial (CAI) fez da agricultura um elo da cadeia produtiva.

Observando o CAI citrícola como rede de poder, verificam-se, desde sua formação ao final dos anos 1990, mudanças significativas e decisivas que marcaram as relações de poder nesta cadeia. Um dos grandes marcos foi a implantação do contrato-padrão, cuja implantação provocou forte representatividade de citricultores e industriais organizados em associações (VIEIRA, 2003).

A modernização da citricultura fez-se por introdução de tecnologias na região centro-sul do estado, conforme diversos autores (Wanderley, 1988; Pinto, 1996; Vasconcelos, 2000; Santos, 1990; Oliveira, 2007b e outros). Os governos federal e estadual apoiam a acumulação capitalista com infraestrutura e tecnologia de produção agrícola, com sistema de crédito e órgãos de pesquisas e de extensão rural.

Contudo, o setor recente-se de novos estudos com foco na produção primária e no processamento da laranja. A fruta *in natura* é o grande entrave para a melhoria da qualidade do suco na região, como também concluiu Machado (2005).

A lavoura permanente, e especificamente a laranja, vem apresentando sinais de recuperação. A produção cítrica, por exemplo, teve incremento de 3,5% devido ao surgimento de novos territórios citricultores, desterritorializando antigos pomares pela expansão da agroindústria processadora de suco. Somente em 2006 foram exportados no Brasil 32,1 milhões de dólares em suco concentrado de laranja. Em 2005 a Produção Agrícola Municipal

(PAM) do IBGE contabilizou uma área plantada de 54,6 mil hectares e produção de 738,7 mil toneladas, com valor de produção de 130,5 milhões de reais, representando, assim, 27,7% do valor da produção do setor agrícola estadual. Melhor desempenho se fez nas culturas de tangerina e limão, cujos crescimentos chegaram, respectivamente, a 15,8% e 5,3% (SEPLAN, 2007).

Em 2008, Sergipe ocupou a terceira posição na produção de laranja, com 772.070 toneladas do fruto. A quantidade de laranja produzida no estado correspondeu a 4,2% da produção nacional, e manteve-se a política de recuperação apesar do tênue crescimento de 1% em relação ao ano anterior, expandindo território de 53 mil hectares.

Importante nesse contexto e, em especial, no uso do território pela citricultura, são os deslocamentos interestaduais dos pequenos produtores e a territorialização da atividade citrícola, tendo em vista que o processo modernizador da agricultura foi o mediador da mobilidade de produtores, principalmente da região centro-sul de Sergipe, para as áreas rurais dos municípios baianos. Rio Real constitui-se no novo espaço em que se presencia o processo da territorialização dos citricultores em busca de oportunidades de reprodução do capital.

A reterritorialização intensificou-se na década de 1990 com a instabilidade do mercado externo da laranja repercutindo no território citricultor sergipano. A superação da crise capitalista, motivando a desterritorialização e a consequente mobilidade do pequeno citricultor, direcionou-se à fronteira sul de Sergipe com a Bahia. As facilidades promovidas pelo capital com a compra e doações políticas de terras devolutas na fronteira impulsionaram a (des)territorialização.

A modernização da agricultura no Brasil é espacialmente diferenciada, não atingindo as regiões do país com a mesma intensidade. Igualmente, no estado de Sergipe, a modernização não se fez homogeneousmente, e comparando-se com os estados do centro-sul do país, ela é incompleta. No caso específico da citricultura, apesar da expressividade da produção estadual, São Paulo comanda a dinâmica citricultora nacional com liderança absoluta na produção e produtividade, notadamente por se constituir polo de inovações tecnológicas, informacionais e científicas.

Muito se tem comentado sobre a crise da citricultura, sofrida em âmbito nacional e estadual, especialmente ocasionada pela crise financeira mundial que repercutiu fortemente na redução do mercado para o suco concentrado, principal produto do complexo laranja. Contudo, para vários analistas, a tendência de perda de mercado do suco de laranja faz-se pela crescente penetração de outros produtos similares, tais como polpas de outras frutas, sucos

prontos, refrescos, refrigerantes e águas com sabor. Há dez anos o suco de laranja concentrado representava 53% do total de sucos vendidos no mundo; hoje ele representa menos de 40%.

De acordo com a Associtrus (Associação Brasileira de Citricultores), desde a década de 1990, mais de 20 mil citricultores paulistas abandonaram o setor, restando apenas oito mil produtores. Nos principais estados produtores de laranja do Brasil, o poder de barganha dos citricultores restringe-se pela diminuição do peso no mercado *in natura*. Em Sergipe, além desses fatores, o aumento dos custos de produção impõe dificuldades crescentes. Reconhece-se a importância dos investimentos de base tecnológica na produtividade e sustentabilidade; porém, a remuneração do produto ofertado é vital para superar custos e obter lucros. Na situação atual, os preços estão abaixo dos custos de produção, aumentando o déficit financeiro, que não pode se perpetuar por muito tempo.

A estratégia de expansão territorial e do trabalho familiar é alternativa dos territórios periféricos de superação da crise, que de certa forma, se faz imperativa sobre o trabalho infantil.

O trabalho infantil no território do centro-sul sergipano é resultante das profundas transformações em curso, visando atingir os padrões de acumulação capitalista brasileira, principalmente a partir da década de 1990.

O trabalho infanto-juvenil ocorre com maior frequência nas regiões agrícolas e em atividades também agrícolas, e em famílias que trabalham por conta própria, seja na agricultura, seja em atividades urbanas, como o pequeno comércio e os serviços²³. Em termos regional e nacional, ele prepondera em estados pobres e ricos, a exemplo de Bahia e Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todos com tradição de agricultura familiar consolidada. Quanto menores as idades dos trabalhadores, maior é o índice de trabalho sem remuneração. Boa parte do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil está associada à condição de pobreza das famílias, mas não pode ser explicada primordialmente como estratégia de famílias pobres para aumentar a renda. Há outras questões a considerar, dentre as quais está a tradição de agricultura familiar predominante na região sul, e a precariedade e incapacidade do sistema educacional de manter e integrar as crianças e adolescentes nas escolas, particularmente nas áreas rurais e nas regiões urbanas mais pobres. No mundo, é conhecida a necessidade dos jovens que se aproximam dos 17 anos de idade de começarem a buscar seu próprio sustento, autonomia.

²³ A distinção entre regiões urbanas e rurais nem sempre é muita clara, 7,7% das pessoas em áreas definidas como “urbanas” trabalham em atividades agrícolas, enquanto que 23% das pessoas em áreas definidas como “rurais” trabalham em atividades não agrícolas (IBGE, 2005).

Entretanto, há situações específicas da criança e adolescentes no trabalho familiar, algumas chegando, inclusive, à exploração abusiva. A colheita dos citros é uma dessas situações degradantes, embora o tempo que as crianças dedicam ao trabalho tenda a ser pequeno, e não há incompatibilidade absoluta entre trabalhar e estudar, ainda que as crianças trabalhadoras atinjam nível de escolaridade abaixo das que somente estudam, diferença que se agrava com a idade. A deficiência escolar, principalmente nas idades mais avançadas e na zona rural, sofre limitações do sistema educacional e influencia o gosto pelo estudo. Há um peso maior destes fatores em relação à necessidade de trabalhar da criança ou adolescente, ou de suas famílias.

Critica-se a política de combate ao trabalho de crianças e adolescentes cujo foco único se faz pela repressão do trabalho. Defende-se a necessidade de criar condições para que o trabalho seja descontínuo. A principal destas condições é, sem dúvida, a melhoria do sistema educacional e a criação de programas de geração de emprego e renda com prioridade para as famílias específicas. O trabalho de crianças e adolescentes é indispensável como meio de sustento para as famílias, que precisam ser compensadas. Existem situações óbvias de exploração de trabalho de crianças e adolescentes que precisam ser coibidas diretamente. Entre estas, talvez a mais significativa, e que não costuma receber atenção maior, é o trabalho doméstico feminino, situação que remete para a semisservidão que precisaria de estudo aprofundado e de política específica para sua erradicação.

Assim, a exploração do trabalho de crianças e adolescentes é prática antiga que não necessariamente se extingue por ser proibida por lei. Os números das estatísticas disponíveis apresentadas cobrem posições distintas, desde as formas mais infames de exploração à participação limitada ou ocasional de crianças e adolescentes em atividades da família, não necessariamente prejudiciais. No limite inferior, há situações em que o trabalho impede a criança ou adolescente de estudar; no outro extremo, proporciona ocupação para os que, por várias razões, abandonaram a escola, relativamente, situação alternativa à desocupação pura e simples, sobretudo para adolescentes.

O trabalho infantil na citricultura sergipana ocorre como em qualquer outra parte do mundo. Está diretamente vinculado aos níveis de pobreza das famílias; estas com quadro abrangente de privações de todo tipo. Famílias submetidas a toda sorte de adversidades: condições sanitárias e de moradia inadequadas, desnutrição, precárias condições de saúde e de educação, entre outras.

Contradicitoriamente, o trabalho infantil foi ganhando vulto, no momento áureo da citricultura, ou após crises prolongadas. No início, no território citricultor, as crianças

trabalhavam em pequenos pomares de seus pais, onde plantavam laranja e outras culturas, não requerendo tanto esforço e desgaste. Com a modernização implantada na citricultura, o processo de trabalho tomou outro rumo, e essas crianças e adolescentes passaram a constituir-se trabalho não-pago, e mesmo trabalhando com seus pais, mas não para estes, concorrem para o aumento da produtividade nos laranjais. Mesmo com toda uma intensidade de pressão e fiscalização estatal, o trabalho infantil no estado de Sergipe persiste, especificamente na citricultura, confirmado nossos pressupostos iniciais.

Nossa explicação é que a modernização na citricultura aprofundou as formas de precariedade no trabalho, aproveitou o trabalho infantil para complementar o trabalho adulto, barateando mais ainda a força de trabalho explorado; tudo isso à mercê dos surtos de maior ou menor desenvolvimento dos ciclos da citricultura estadual e nacional.

O trabalho infantil produz impacto na sociedade, pois as ações institucionais são transitórias e apenas amenizam a exploração das crianças. As propostas e ações governamentais, principalmente para algumas famílias, são preteridas diante da necessidade que a unidade de produção familiar tem do trabalho infantil. Corroborando com isto, infelizmente, a escola não é interessante e promissora para a família e nem para a criança. Muitos não veem perspectivas futuras nessa instituição.

No denominado “subcapitalismo agrário”, ou na produção com relações não tipicamente capitalísticas, o trabalho infantil demarca o atraso, a estagnação em que se confrontam as relações de trabalho no campo, demandando grande quantidade de subempregos, com baixo custo de trabalho, mesmo que imbricadas nas novas e/ou formas de organização produtiva, especificamente nos circuitos da laranja.

Várias crianças iniciam-se precocemente no trabalho familiar antes de adentrarem no mercado de trabalho. Com isto, elas acabam se expondo, antes do período apropriado, a situações danosas (físicas e/ou psicológicas), podendo resultar em prejuízos irreversíveis no decorrer de suas vidas. Em contrapartida, apesar de ser considerada pela sociedade como uma meta que fomentaria o bem-estar social, a erradicação do trabalho infantil e, consequentemente, a perda da renda por ele gerada podem agravar ainda mais a situação da pobreza das famílias no país, principalmente diante da ausência de programas sociais com mecanismos eficientes que permitam à população adulta substituir, de forma compensatória, a renda gerada pelas crianças e adolescentes.

O trabalho precoce, como causa da transmissão da pobreza entre gerações, fundamenta o estabelecimento de uma relação circular, ou círculo vicioso: a pobreza é causa do trabalho precoce e, ao mesmo tempo, o trabalho precoce constitui causa da pobreza futura.

O trabalho infantil é um mal que assola a sociedade brasileira, destruindo a vida de inúmeras crianças e adolescentes e limitando as oportunidades de uma vida futura melhor, perpetuando o ciclo de pobreza dos pais. Para alguns é mal necessário, visto que a renda gerada por esses seres é de suma importância para a vida familiar e para a fuga dos níveis de pobreza e indigência.

Para evitar o “mal necessário”, recomenda-se a urgente adoção de políticas sociais e econômicas que forneçam alguma renda complementar ou permitam aos adultos responsáveis pelas famílias encontrarem outros mecanismos de acumulação.

Na perspectiva dos citricultores, a utilização das crianças e adolescentes no trabalho está naturalmente vinculada às “necessidades”, ou seja, às exigências do processo produtivo. Com este ponto de vista, justificam que as condições objetivas de produção levam a não dispensar a “ajuda” dos filhos menores, sobretudo ao se levar em conta os períodos de intensa demanda de trabalho sazonal. Os produtores rationalizam sua estratégia tendo por base a dimensão cultural e o significado atribuído ao trabalho de crianças em sua socialização, em especial, o seu caráter formativo e a perspectiva de preparação para a vida adulta. Neste sentido, destaca-se a importância concedida ao “saber-fazer”, de dominar algumas habilidades básicas para o enfrentamento da vida futura, questões recorrentes nos estudos vinculados à temática do trabalho infantil, como já induzidas em capítulos anteriores. Nos depoimentos de agricultores e pais de crianças em idade escolar da região centro-sul de Sergipe, são evidenciadas concepções e perspectivas vinculadas à questão da inserção precoce no trabalho, envolvendo desde os significados atribuídos ao trabalho como preocupações direcionadas à segurança futura, até as situações a serem enfrentadas. Inclusive, mesmo alegando não ter em sua roça o trabalho de crianças, muitos alegaram que o vizinho utiliza esta estratégia.

Nas reflexões dos agricultores com filhos sobre a relação escola/trabalho/PETI, evidenciam-se as expectativas da educação e a necessidade de conciliação das atividades escolares e laborativas (possibilidades de “ajuda na roça”). Atribuem o mesmo peso de importância à escola e ao trabalho: “a escola é importante; sem ela não tem futuro”; “é preciso fazer a união – trabalho e escola, um tempo para cada um”; “O PETI deveria ir até umas duas horas, depois liberar os filhos para ajudar os pais”; “eu estou aqui precisando e ele lá brincando”. Estes depoimentos demonstram a reafirmação do sentido do trabalho infantil na configuração da realidade familiar, na qual reforça a sua necessidade e o papel de ajuda indispensável na dinâmica das relações familiares de produção, como estratégia de acumulação e ao mesmo tempo de reprodução da força de trabalho.

É importante repensar a infância e a adolescência na perspectiva de sujeitos de direitos, de pessoas em processo de desenvolvimento. Isso implica, evidentemente, a não admissão da inserção no trabalho e, portanto, na sua proibição, tendo em vista as repercussões de natureza física, mental, social e cultural do exercício laboral abaixo da idade por lei – 16 anos.

As alternativas oferecidas pelo estado colocam-se em um quadro de precariedades insuficientes para alterar as condições locais. O afastamento do trabalho não pode se processar de forma definitiva, pois as condições concretas de existência, de vida, permanecem; as unidades familiares inseridas na dinâmica produtiva da região, persistem, enfrentando os desafios de sua manutenção. As perspectivas são de expansão dos territórios cítricos em decorrência dos incentivos governamentais e reduzindo incremento de preços, implicando aumento do trabalho assalariado ou da manutenção de condições de inserção de parte do segmento infanto-juvenil nas atividades rurais.

As unidades de produção familiares (onde se percebe a maior utilização do trabalho infantil) não se extinguiram, como preconizaram Lênin e Kautski. Ao contrário, são uma realidade evidente e situada do ponto de vista histórico e geográfico, contrariando a expectativa irreversível do declínio da produção familiar com a industrialização do campo e consequente proletarização do camponês (VERAS, 2005).

A objetivação do trabalho torna-se escravização do trabalhador ao produto criado. O trabalho “abstrato” reduzido à prática pura e simples de atividades mecânicas sem acrescentar ao desenvolvimento e à formação intelectual das crianças; trabalho “estranhado” que permanece no limiar do século XXI, com características semelhantes às identificadas no início do século XX, representa mão de obra barata, mecanismo de disciplina e ordem, e dentro da nova organização mundial do trabalho e, contraditoriamente, tem crescido quando decresce o emprego estrutural, tal como verificado no mundo.

Conclui-se, finalmente, que a pequena unidade de produção agrícola familiar reproduz a lógica contraditória capitalista de exploração da mão de obra, mesmo comprometendo seus termos de sustentação futura, pois não garante a reprodução da força de trabalho, devido ao trabalho não pago (ou sem remuneração) e pelo uso recorrente do trabalho infantil.

A produção familiar não se faz por conflito entre classes diferenciadas: capitalistas e trabalhadores. Ela reúne em única classe, interna à unidade de produção, trabalhadores (o que é explorado e gera o lucro) e produtores (o que se apropria do lucro). Assim, a unidade familiar objetiva o lucro e deseja a reprodução do trabalho; contudo, essa contradição fica

ainda mais acirrada, e um dos termos tende a entrar em conflito e se torna insustentável: a reprodução capitalista ou a reprodução da força de trabalho.

Assim como a expansão territorial é uma alternativa à modernização e à elevação da produtividade, o trabalho infantil constitui a lógica de superação da produção agrícola a preços reduzidos para fornecimento da indústria de citros nos mercados nacional e mundial.

Do ponto de vista espacial, o constante refazer e desfazer dos territórios diz respeito a essa contradição capitalista. A re(des)territorialização de municípios tradicionais de citros segue um movimento de mercado em direção a espaços de reserva cujo mecanismo de trabalho familiar e infantil ainda pode ser reproduzido e não chegou ao limiar de sua contradição fundante.

O estado de Sergipe tem participação nesse movimento territorial mediando as condições necessárias para a acumulação ampliada, via instituições, créditos e desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, a exemplo do que ocorre em São Paulo e, parcialmente, na Bahia nos limites de Sergipe. O que se constatou nesta pesquisa foi que, ao contrário, com a modernização incompleta, a produção de citros tende a romper a fronteira política do estado de Sergipe em direção ao da Bahia, estabelecendo uma territorialidade de base econômica. Mas este é outro suposto para investigações futuras que esta pesquisa não pode constatar e assim levantar como possibilidade de explicação deste movimento de re(des)territorialização dos citros da região centro-sul para o sul de Sergipe.

7. REFERENCIAS

7.1. LIVROS E CAPÍTULOS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: HUCITEC, 1992.
- AGUIAR, G. M. **Agricultura brasileira:** economia e política. Recife, 1989 (mimeo.).
- _____. **Agriculturas no nordeste.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998 (Coleção Primeiros Passos, 171).
- ANDRADE, M. C. **A Terra e o homem do nordeste.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- _____. **Lutas campesinas no Nordeste.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1996 (Série Princípios, 52).
- ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. et al (Org.) **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 213 - 220
- ANTONELLO, I. T. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato.** São Cristóvão: NPGEU, Universidade Federal de Sergipe, 2001.
- _____. Força de trabalho familiar: célula da reprodução camponesa In: **Camponeses de Sergipe:** estratégias de reprodução. São Cristóvão: NPGEU/UFS, 1996.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14 ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- ARANHA, L. **Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial.** São Cristóvão: Editora da UFS, 1999.
- ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação.** 2. ed., São Paulo: Moderna, 2002.
- ATLAS DE SERGIPE. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, 1979.
- BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, SOUZA & SILVEIRA (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 51 – 71.
- BERGAMASCO, M. S., NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos, 301).
- BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 1998.

- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmacha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRASIL. **Constituição do Brasil, 1998.** Recife: SEC/PE-CEPE, 1999.
- BRESSAN, D. **Gestão racional da natureza.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Economia brasileira:** uma introdução crítica. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRUNO, L. (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo:** leituras selecionadas. São Paulo: Atlas, 1996.
- BULL, D., HATHAWAY, D. **Pragas e venenos:** agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo. Petrópolis: Vozes; OXFAM; FASE, 1986.
- CANÊDO, L. B. **A revolução industrial.** 8. ed., São Paulo: Atual, 1987 (Coleção Discutindo a História).
- CARAS, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires. In: SANTOS et al (org.) **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 261 – 269.
- CARIDE, J. A.; MEIRA, P. A. **Educação ambiental e desenvolvimento humano.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001 (Horizontes Pedagógicos, 107).
- CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CATTANI, A. D. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CERQUEIRA, M. dos M. L. **A ação sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco.** Recife: CONDEPE, 1986.
- CERVENY, C. M. O. **A família como modelo:** desconstruindo a patologia. São Paulo: Livro Pleno, 2001.
- CHARLOT, B. **Juventudes sergipanas:** relatório de pesquisa. Aracaju: J. Andrade, UNESCO, 2006.
- CORREA, R. L. **O espaço urbano.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1993. (Série Princípios, 174).
- _____. **Rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios, 168).
- _____. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.). **Geografia, conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. Territorialidade e Corporação: um exemplo In: SANTOS et al. (Org.) **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 251 - 256

- CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. **Geografia cultural:** um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- COSTA, W. M. **O estado e as políticas territoriais do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.
- CRUZ, M. T. S. et al. **Organização do espaço sergipano:** trajetória histórica de Sergipe. São Paulo: Ática, 2002. (Suplemento do Livro Geografia do Brasil e História do Brasil).
- CUENCA, M. A. G & SILVA, L. M. S da. **A citricultura nos tabuleiros costeiros de Sergipe:** uma evolução entre 1990 e 2000. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002.
- CUNHA, E. da. **Os sertões.** 38. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1997.
- DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- DE MASI, D. **O futuro do trabalho:** fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 5. ed., Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Editora da UNB.
- DINIZ, J. A. F. **Geografia da agricultura.** São Paulo: Difel, 1984.
- _____. **Geografia da agricultura.** 2 ed. São Paulo: Difel, 1986.
- _____. **Os camponeses de Sergipe.** Aracaju: NPGEU/UFFS, 1993.
- _____. **A condição camponesa em Sergipe:** desigualdade e persistência da agricultura familiar. São Cristóvão: NPGEU, 1996.
- DINIZ, J. A. F.; FRANÇA, V. L. A. (Orgs.). **Capítulos de geografia nordestina.** São Cristóvão: NPGEU, 1998.
- DORST, J. **Antes que a natureza morra.** São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1973.
- DOWBOR, L. Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Desenvolvimento sustentável.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DREW, D. **Processos interativos homem x meio ambiente.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- ELIAS, D. **Globalização e agricultura:** a região de Ribeirão Preto/SP: São Paulo: EDUSP, 2003 (Coleção Campi, 21).
- ENGUITA, M. F. A. **A face oculta da escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- FRANÇA, V. L. A; CRUZ, M. T. S (Coord.). **Atlas escolar de Sergipe:** espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2007.

- FRANCO, T. (Org.). **Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável?** Salvador: CRH/FFCH/UFBA, 1997.
- FREIRE, F. **História territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.
- FREITAS, M. C. **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1989 (Biblioteca Universitária. Série 2, Ciências Sociais, 23)
- _____. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GARCIA, R. **Modernización en el agro: ventajas comparativas para quién**; México: UNRISD/CINVESTAU, 1988.
- GEIGER, P. P. (Des)territorialização e espacialização. In: SANTOS, M. et al. (Org.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 233 - 246.
- GEORGE, P. **Geografia rural**. 5 ed. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. **A geografia ativa**. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- GODELIER, M. **Horizontes e trajetórias marxistas na antropologia**. Paris: Maspero, 1984.
- GOMES, G. M., SOUZA, H. R., MAGALHÃES, A. R. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável no nordeste**. Brasília: IPEA, 1995.
- GOMES, Pimentel. **Fruticultura brasileira**. São Paulo: Nobel, 2007.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed., Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1998a.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.
- HASSE, G. **A laranja no Brasil 1500 - 1987**. São Paulo: Duprat, IOBE, 1988.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

- HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1990.
- _____. **A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República.** São Paulo: HUCITEC, 1986.
- IBGE. **Censo agropecuário do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1995/96.
- _____. **Censo agropecuário do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- _____. **Censo agropecuário, Sergipe, 1995/96.** Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- _____. **Contagem da população.** Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- _____. **Contagem da População.** 2007.
- _____. **Produção agrícola municipal.** v. 31, 2004. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. **Produção agrícola municipal.** 2003, 2005, 2006 e 2007. Rio de Janeiro.
- _____. **Produção agrícola municipal 2002.** Brasil, v. 29, Rio de Janeiro, 2003.
- IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979 (Coleção Sociologia Brasileira, 11).
- KASSOUF, A. L. (Coord.). **O perfil do trabalho infantil no Brasil, por regiões e ramos de atividade.** Brasília: OIT, 2004.
- KAUTSKI, K. A. **Questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Coleção Os Economistas).
- LAVINAS, L. et al. (Org.). **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1998.
- LINS, R. C. (Coord.). **Áreas de exceção do agreste pernambucano.** Recife: SUDENE, 1989. (Série Estudos Regionais, 20).
- LOMBARDI, J. C; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).

LUKÁCS, G. **As bases antológicas do pensamento e da atividade do homem.** São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978.

MACHADO, L. O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, I.E. et al. **Brasil:** questões atuais sobre a reorganização do território. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MARQUES, M. E; NEVES, M. A.; NETO, A. C. **Trabalho infantil:** a infância roubada. Belo Horizonte: TEM; PUC, 2002.

MARTINS, J. S. **O massacre dos inocentes:** a criança sem infância no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARX, K. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **O capital – crítica da economia política.** Livro I, 11 ed. São Paulo: Difel, 1987.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** Textos, São Paulo: Ed. Sociais, 1995.

MATTA, J. M. B. Estratégias e aspirações camponesas. In: SANTOS, L. S (Org.). **Camponeses de Sergipe:** estratégias de reprodução. São Cristóvão: NPGEU/UFS, 1996.

MATOS, R. **Espacialidades em rede:** população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Artes, 2005.

MAZALLI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial:** do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

MELO, M. L. de. **Regionalização agrária do Nordeste.** Recife: SUDENE, 1978. (Série Estudos Regionais, 3).

_____. **Os agrestes, estudo dos espaços nordestino do sistema gado-policultura de uso de recursos.** Recife: SUDENE/CPR/DPE, 1982. (Série Estudos Regionais, 4).

MENEZES, N. S. Campesinato e modernização: avaliação das transformações ocorrida no centro-sul sergipano. In: SANTOS, L. S. (Org.). **Camponeses de Sergipe:** estratégias de reprodução. São Cristóvão: NPGEU/UFS, 1996.

MESZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora da UNICAMP, Boitempo, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOREIRA, I. **O espaço geográfico:** geografia geral e do Brasil. 39 ed. São Paulo: Ática, 1998.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico:** por uma epistemologia da crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos:** ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. São Paulo: Cortez, 1998.

MOURA, M. **Camponeses.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios, 48).

MUELLER, C. C. **Organização e ordenamento do espaço nordestino.** Relatório Final. Brasília: SEPLAN/PR/Projeto Áridas, Jan. 1995.

MÜLLER, G. **Complexo agro-industrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec/EDUC, 1989.

_____. Desenvolvimento sustentável. In: **Redes:** sustentabilidade e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1996.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: NEVES, M. F.; LOPES, F. F. (Org.). **Estratégias para a laranja no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2005.

NEVES, M. F. et al. **Caminhos para a citricultura:** uma agenda para manter a liderança mundial. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVA, T. A & SANTOS, L. A. **Para conhecer a história de Sergipe.** Aracaju: Opção Gráfica, 1998.

OLIVEIRA, O. **O trabalho da criança e do adolescente.** São Paulo: LTr; Brasília:OIT, 1994.

OLIVEIRA, C. R. **História do trabalho.** São Paulo: Ática, 1987 (Série Princípios).

OLIVEIRA, O. **O Trabalho infanto-juvenil no direito brasileiro.** [S.l.]:OIT, 1993.

Organização Internacional do Trabalho. **O trabalho infantil:** a perspectiva da OIT. Brasília: OIT Brasil, 1993.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder e territórios produtivos:** indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX. São Carlos: Rima; Editora da UFSCar, 2000.

PERNAMBUCO. **Constituição do Brasil – 1988.** Recife: SEC/PE-CEPE, 1999.

PRIORE, M. D. **História das crianças no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PRIORE, M. D; VENÂNCIO, R. **Uma história da vida rural no Brasil.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, S. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

RESENDE, J. O et al. Citricultura nos solos coesos dos tabuleiros costeiros: **análise e sugestões**. Salvador: SEAGRI/SPA, 2002 (Série Estudos Agrícolas, 3).

RODRIGUÊS, L. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1974.

RODRIGUES, O. et al. **Citricultura brasileira**. Campinas: Fundação Cargil, 2001.

_____ & VIÉGAS, F. C. P. **Citricultura brasileira**. v.1, São Paulo: Fundação Cargil, 1980.

ROSSETTI, V.; MULLER, G. W.; COSTA, A. S. **Doenças dos citros causadas por algas, fungos, bactérias e vírus**. São Paulo: Fundação Cargil, 1993.

RÜEGG, E. F. et al. **Impacto dos agrotóxicos: sobre o ambiente, a saúde e a Sociedade**. 2ed. São Paulo: Ícone, 1991. (Coleção Brasil Agrícola).

SÁ, A. J.; CORRÊA, A. C. B (Org.). **Regionalização e análise regional**: perspectivas e abordagens contemporâneas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

SALES, T. **Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SARANDÒN, S. Impacto ambiental de la agricultura; el enfoque agroecológico como necesidad para el logro de una agricultura sustentable. In: **Sistemas agrícolas sustentables**. Santiago: CLADES/Facultad de Ciencias Agrícolas Universidad Central do Ecuador, 1996.

SANTOS, A.F.; ANDRADE, J. A. **Geografia de Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Educação do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1986.

SANTOS, A. F.; FONTES, A. L (Org.). **Geografia, agricultura e meio ambiente**. São Cristóvão/SE; NPGEU/UFS, 1999.

SANTOS, L. S (Org.) **Camponeses de Sergipe**: estratégias de reprodução. Aracaju: NPGEU/UFS, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: HUCITEC, 1988 (Coleção Geografia: teoria e realidade, série Linha de Frente).

_____. **Por uma geografia nova**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

_____. **Espaço e método**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994a.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

- _____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio-técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994b.
- _____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio-técnico-científico informacional. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- _____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. 2 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- _____. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: Santos, M. et al. (Orgs). **Fim de século e globalização.** São Paulo: HUCITEC, 1992.
- SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. A. A. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro.** Brasília: ABMES, 2000.
- SCHENEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFGS, 2003.
- SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- _____. **Trabalho infantil no Brasil.** Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2001.
- SILVA, A. C. **Geografia e lugar social.** São Paulo: Contexto, 1991.
- SILVA, A. G. Meio rural: o espaço da exclusão? In: VALENÇA, M. M.; GOMES, R. C. C. (Org.). **Globalização & desigualdade.** Natal: A. S. Editores, 2002.
- SILVA, A. S. **Desenvolvimento e convivência com o Semi-Árido:** experiências nacionais e internacionais. Brasília: ABEAS, 1998. (Curso de Desenvolvimento Sustentável para o Semi-Árido Nordestino, módulo, 19).
- SILVA, R. M & LOPES, E. S. A. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe.** Aracaju: Editora da UFS, 1996.
- SILVA DIAS, G. L.; AMARAL, C. N. Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980 – 1998. In: **Serie Desarrollo productivo.** n. 99, Santiago de Chile: CEPAL, Unidad de Desarrollo Agrícola, Janeiro, 2001.
- SILVEIRA, M. L. Globalização, funcionamento técnico e funcionamento político na rede urbana argentina e nordpatagônica. In: SANTOS, M. et al. (Org.) **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 125 – 140.

- SILVEIRA, M. L. **Argentina:** território e globalização. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- SODRÉ, N. W. **A ideologia do colonialismo, seus reflexos no pensamento brasileiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965 (Retratos do Brasil).
- SOJA, E. M. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social-crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980 (Coleção Repensando a História).
- SOUZA, M. A. **Governo Urbano.** São Paulo: Nobel, 1988.
- SOUZA, M. A. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos.** Campinas: Edições Territoriais, 2003.
- SPOSITO, E. S. Sobre o território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingues et al. (Org.). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.
- STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: VIRÍLIO, P. **O espaço crítico.** São Paulo: Editora 34, 1993.
- SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil:** repensando a história. 4 ed., São Paulo: Contexto, 1990.
- TAVARES, E. D. et al. Estratégias de produção e inserção comercial dos produtores familiares de laranja de Sergipe. In: TAVARES, E. D. **Agricultura familiar:** desafios para a sustentabilidade. Aracaju: EMBRAPA/CPATC, SDR/MA, 1998.
- TOMAZI, N. D. **Sociologia da educação.** São Paulo: Atual, 1997.
- UNICEF. **Situação mundial da infância.** Brasília, DF, 1997.
- VALENÇA, M. M & GOMES, R. C. C. (Org.). **Globalização & desigualdade.** Natal: A. S. Editores, 2002.
- VASCONCELOS, C. A., PINTO, J. E. S. de S., PEREIRA, E. C. Reestruturação do espaço rural no município de Sairé/PE. In: **GEOGRAFIA 2001.** São Cristóvão, Aracaju: NPgeo/UFS, 1999.
- VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** (Tradução de Luiz Fernando Cardoso). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.
- VEIGA, G. E. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, USP, 1991.
- VELHO, O. G. **Capitalismo, autoritarismo e campesinato.** São Paulo: Difel, 1976.

WOORTMAN, E. F.; WOORTMAN, K. **O trabalho da terra:** a lógica simbólica da lavoura camponesa. v. XXV. Brasília: Editora da UNB, 1997.

YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993.

ZYLBERSTAQN, H; PAGOTTO, C. S.; PASTORE, J. **A mulher e o menor na força de trabalho.** São Paulo: Nobel; Brasília: Ministério do Trabalho, 1985.

7.2. TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

ANDRADE. N. **Grandes e pequenos produtores de laranja frente à modernização:** estratégias e trajetórias (Colônia Treze/SE). Campina Grande, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba.

AQUINO, K. M. O. **Trabalhadores da citricultura:** Pedrinhas (1985-2001). Estâncio, 2002. Monografia (Licenciatura em História) – Programa de Qualificação Docente, Universidade Federal de Sergipe.

ARAÚJO, A. M. M. **Mobilidade populacional na produção do espaço metropolitano regional:** o caso de Fortaleza. São Cristóvão/SE, 2007. Tese. (Doutorado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

BARROS, I. M. de. **O desenvolvimento da agroindústria da laranja no eixo Sergipe/Bahia:** período de 1970 a 1990. São Cristóvão, 1997. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe.

BEZERRA, M. E. G. **O trabalho infantil afeta o rendimento escolar?** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Piracicaba, 2006. Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

BORGES, S. S. **Agrotóxicos, sociedade e natureza:** a problemática do Perímetro irrigado da Macela-SE. São Cristóvão, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

CARVALHO, M. J. V. **Trabalho infantil:** infância perdida. Aracaju, 2005. Monografia (Graduação em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil) Faculdade Pio Décimo.

CHALITA, M. A. N. **Cultura, política e agricultura familiar:** a identidade sócio-profissional de empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COSTA, C. A. F. **Evolução e expansão da citricultura em Sergipe: Boquim 1960 – 1980.** São Cristóvão, 1996. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe.

COSTA, W. T. **A citricultura em Arauá:** expansão e declínio (1980 – 2000). Estância, 2002. Monografia (Graduação em História) Programa de Qualificação Docente, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

COUTINHO, S. F. S. **Espaços agrários do estado de Pernambuco.** Recife, 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco.

DA SILVA, M. I. C. **O compromisso das famílias com a erradicação do trabalho infantil:** um estudo junto ao Peti em Maceió/AL. Recife, 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

DINIZ, N. L. **A acidez dos laranjais:** o trabalho infantil na ótica das crianças e adolescentes, trabalhadores da citricultura em Boquim/SE. São Cristóvão, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe.

FERRO, R. A. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil.** Piracicaba, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

FREDERICO, S. **Sistemas de movimentos no território brasileiro:** os novos circuitos espaciais produtivos da soja. Campinas/SP, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

HORA, K. E. R. **Configuração espacial e exclusão social na relação campo – cidade:** estudo de caso no assentamento Paulo Freire. Goiânia, 2000. Monografia. (Graduação em Arquitetura) Universidade Católica de Goiás.

JOLY, C. **Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis/BA.** São Paulo, 2007. (Mestrado em Geografia Humana) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil no Brasil.** Piracicaba, 1999. Tese (Livre Docência em Economia) Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

LISBOA, J. B de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste:** políticas públicas na (dis)simulação da esperança. São Cristóvão, 2007. Tese (Doutorado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

LOPES, E. S. A. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local:** dimensões econômicas, sócio-políticas e redes sociais no campo sergipano. Rio de Janeiro, 2000. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

LOPES, H. S. M. **Agricultura, modernização e uso corporativo do território.** São Paulo, 2006. (Mestrado em Geografia Humana) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo.

MATTA, J. M. B. da. **Laranja:** da estratégia à aspiração camponesa. Aracaju, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

MACHADO, M. Y. O. T. **Dimensões competitivas na estratégia de produção e distribuição das agroindústrias exportadoras de suco de laranja em Sergipe.** Porto Alegre, 2005. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Programa de Pós-graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARIN, J. **Trabalho infantil:** a constituição de um problema social. Araraquara/SP, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista/UNESP.

MARINO, M. K. **Avaliação da intervenção do sistema brasileiro de defesa da concorrência no sistema agroindustrial da Laranja.** São Carlos, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos.

MENEZES, S. O. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital:** a geografia do (des)trabalho. São Cristóvão/SE, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

MORAIS, L. S et al. **Massacre nos laranjais:** uma análise histórico-estrutural acerca do trabalho infantil em Boquim. São Cristóvão, 1999. Monografia (Curso de Serviço Social) Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe.

MOTA, D. M. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais:** os trabalhadores da fruticultura do Platô de Neópolis/SE. Recife, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

MUNIZ, A. L. P. **As características e os determinantes do trabalho infantil em Minas Gerais em 2004.** Uberlândia/MG, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

NEVES, M. F. **Sistema Agroindustrial Citrícola:** um exemplo de quase-integração no agribusiness brasileiro. São Paulo, 1995. Dissertação de (Mestrado em Economia) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, M. O. F. **Sustentabilidade ambiental da citricultura no município de Boquim/SE.** São Cristóvão, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

OLIVEIRA, V. D. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital.** São Cristóvão, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

PAGOTTO, M. A. F. **Mito e realidade na automação bancária.** Campinas/SP, 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PEREIRA, A. **Programa de erradicação do trabalho infantil:** uma visão do programa em Sergipe. Aracaju, 2005. Monografia (Graduação em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil) Faculdade Pio Décimo.

PEREIRA, G. A. **Em busca da (re)construção de um novo espaço:** citricultores sergipanos em Rio Real/BA. São Cristóvão, 2002. Dissertação. (Mestrado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

PINTO, J. E. S. S. **Os reflexos da seca no estado de Sergipe.** Rio Claro, SP, 1997. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

PINTO, M. F. **Espaço, citricultura e trabalho temporário no Centro Sul de Sergipe.** São Cristóvão, 1996 Dissertação de (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

RODRIGUES, P. S. **Da laranja quero o pão:** cotidiano e trabalho infantil do menor na citricultura de Boquim/SE (1980-2000). Lagarto, 2002. Monografia (Graduação de Licenciatura em História). Departamento de História, Programa de Qualificação Docente, Universidade Federal de Sergipe.

SÁ, A. J. **O espaço citricultor paulista nos anos 90:** a (re)afirmação de um meio técnico-científico-informacional da globalização. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANTANA, A. G. **A erradicação do trabalho infantil.** Aracaju, 2007. Monografia (Graduação em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil) Faculdade Pio Décimo.

SANTANA, E. A. de. **Agroindústria citrícola no estado de Sergipe e suas perspectivas: 1980 – 1997.** São Cristóvão, 1997. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe.

SANTANA, M. P. C. **Políticas sociais e inclusão no Brasil:** o programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) em Itabaiana/SE, 2000-2005. Aracaju, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, A. M. **Indústria e agricultura de cítricos no Brasil:** o caso de Sergipe 1960-1989. Aracaju, 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, G. R. “Então eu penso que as coisas são como haverá de ser”: o cotidiano dos pequenos citricultores de Sergipe. São Cristóvão, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, R. S. **As classes sociais em Pedrinhas entre o apogeu e o declínio da monocultura da laranja (1980 – 2001)**. Estâncio, 2002 Monografia (Graduação em História) Programa de Qualificação Docente, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

SILVA, M. E. F. **A (des)territorialização do povo Xucuru – Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios/AL**. São Cristóvão, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, F. V. K. **Cooperativismo: alternativa da produção familiar? O caso da Coopertreze**. São Cristóvão, 1997. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Geografia.

SOUZA, M. A. **O uso do território e sua relação com a produção de confecções e bordados em Tobias Barreto/SE**. São Cristóvão, 2006. (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

TOLEDO, M. R. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil: uma nota sobre o papel da Cargil no uso corporativo do território brasileiro**. Campinas/SP, 2005 (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas.

TOLEDO, R. Jr. **Território e densidades técnicas: redes de fibra óptica no Brasil**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VASCONCELOS, C. A. **Meio ambiente e espacialização da citricultura no município de Sairé/PE**. São Cristóvão, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

VERAS, M. M. **O trabalho infanto-juvenil nas atividades rurais: desvendando a persistente inserção nas unidades familiares de produção**. Recife, 2005 Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

VIEIRA, A. C. **Integração vertical, concentração e exclusão na citricultura paulista**. São Carlos/SP, 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos.

WANDERLEY, L. L. **Mudanças na utilização da terra e modernização da citricultura sergipana, 1970- 1985**. São Cristóvão, 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

ZANFOLIN, D. E. **Geografia eleitoral:** reforma política e uso do território brasileiro. São Paulo, 2006 Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

7.3. PERIÓDICOS, DOCUMENTOS TÉCNICOS, ANAIS

ALVES, F; PAULILLO, L & SILVA, E. **A flexibilização dos direitos trabalhistas chega ao campo:** o caso do setor citrícola – o ouro que virou suco. Revista LTr. v. 60, n. 2. Fevereiro, 1996.

ALVIN, R. B. e VALADARES, L. **Infância e sociedade no Brasil:** uma análise de literatura. BIB/ANPOCS, nº 26, 1988.

ANDRADE, L. A. Desenvolvimento sustentável: uma abordagem conceitual. **Boletim da UFV**, n.19, Viçosa, 1995.

ANDRADE, M. **As secas e o nordeste.** Jornal do Commercio, 28 nov. de 1999.

_____. **Seca e poder.** Jornal do Commercio. 25 dez. de 1998.

ABRAMOVAY, R.; SACHS, I. Habitat: a contribuição do mundo rural. **São Paulo em Perspectiva**, v.9, n.3, 1995.

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território:** funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Projeto BRA/97?013 (Primeiro Relatório de Pesquisa). Brasília: IPEA, 1999.

ABRAMOVAY, R. Juventude rural: ampliando as oportunidades. In: **Raízes da terra.** Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Abril/20005. Ano 1, n. 1.

AGRIANUAL. **Anuário de agricultura brasileira.** Instituto FNP, São Paulo, 2006, 2007 e 2008.

ARBACHE, J. S. **Pobreza e mercados no Brasil:** uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL/DFID, 2003.

BARROS, R. P; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil:** retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista da ANPOCS, 2000.

BARROS, R. P.; SANTOS, E. C. **O menor no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 1991.

_____. **Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.** Rio de Janeiro: DIPES/IPEA, 1991.

_____. **Determinantes da participação de menores na força de trabalho.** Rio de Janeiro: IPEA, 1990 (Texto para Discussão, 200).

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Trabalho infantil e evasão escolar.** Rio de Janeiro: DIPES/IPEA, 1996.

_____. **Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.** Rio de Janeiro: DIPES/IPEA, 1991.

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) VALADARES, Senador Antônio Carlos. Senado Federal. Brasília, 2004.

GONÇALVES, R. O trabalho infantil e a agenda social. **Revista do BNDES.** Rio de Janeiro, v. 4, nº 7, jun. 1997.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Agroindústria. **Informe Setorial**, n. 18, dezembro 2000.

BRASIL/MEC/MDS. **Projeto presença:** resultado da coleta/desempenho por município. Brasília, julho de 2009.

BRASIL/TEM/SIT. **Mapa de indicativos do trabalho da criança e do adolescente.** 3 ed. Brasília: MTE/SIT, 2005.

BRASIL. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília: Centro Brasileiro para Infância e Adolescência/Ministério do Bem-Estar Social, 1990.

BRASIL. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável.** Relatório do Brasil para a CNUMAD. Brasília, 1991.

BRASIL/MPT. **Atividades do MPT na erradicação do trabalho infantil e na regularização do trabalho do adolescente.** Brasília: MPT, 2000.

BRASIL em números. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Sistema Nacional de Cadastro Rural. **Índices Básicos.** Brasília: INCRA 1992.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Diagnóstico preliminar dos focos do trabalho da criança e do adolescente.** Brasília: MTE, 1996.

BRASIL. **Programa nacional de direitos humanos.** Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Sistemática de financiamento do ensino fundamental.** Brasília: MEC, 1997.

_____. **Programa toda criança na Escola.** Brasília, 1997.

CAMPELO, F. B. et al. Diagnóstico florestal da Região Nordeste: Projeto IBAMA/PNUD/BRA/93/003. Brasília, **Boletim Técnico**, n.2, mar. 1999.

CARNEIRO, R. Relações de produção e emprego na agricultura do nordeste. **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 5, São Paulo, 1982.

CARVALHO, M. C.B. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 55, nov./1997.

CASER, D. V., AMARO, A. A. A evolução da produtividade na citricultura paulista. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 10, out. 2004.

CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

CINFORM. **Onze mil crianças gastam a vida na colheita de laranja em Sergipe**. Ano XV, Aracaju, 21 a 27 de julho de 1997.

_____. CINFORM. **Ortézia ameaça a citricultura sergipana**. Ano XVII, Aracaju, 13 a 19 de dez. 1999.

_____. **Colheita de laranja confirma queda estimada para este ano**. Ano XVIII 2000.

_____. **Delegacia da agricultura destrói viveiros e preocupa citricultores**. Ano, XXII Aracaju, 28 de junho a 4 de julho de 2004.

_____. **Ascice diz que programa de revitalização exclui viveiristas**. Edição 1112, Aracaju, 2 a 8 de agosto de 2004.

CUENCA, M. A G; SILVA, L. M. S. **A citricultura nos tabuleiros costeiros de Sergipe: sua evolução entre 1999 e 2000**. Aracaju, EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, 2002 (Documentos, 45).

CUENCA, M.A.G. et al. Análise da tendência histórica de preços recebidos pelos produtores de laranja no estado de Sergipe e sua participação percentual na variação do valor bruto da produção citrícola estadual. In: **XX CONGRESSO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA**, 12 a 17 de outubro, Vitória/ES, 2008. Anais.

CUENCA, M. A. G; MANDARINO. D. C; SIQUEIRA, O. J. W. **Mudanças na geografia agrícola no âmbito de microrregiões**: Sergipe, 1990 e 2004. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007.

CRUZ, F. L. Reflexões sobre a crise da citricultura. In; **JORNAL DA AESE**. Aracaju, outubro de 2008. p. 7.

COSTA, A. **O estatuto da criança e do adolescente e o trabalho infantil no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas**. Brasília/São Paulo: OIT/ LTr, 1994.

ELIAS, D.. Globalização e modernização agrícola. In: **Revista paranaense de geografia**, n. 1, 1996. p. 38 69.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília, 1995. Resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036. 2^a versão.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DE SERGIPE. **A Pluriatividade na agricultura familiar do estado de Sergipe.** Projeto de Pesquisa, Aracaju, FAP/SE, 2005.

GRAJEW, O. **Trabalho infantil e comércio internacional.** São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 11/10/97.

GRAZIANO DA SILVA, J. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1998, Brasília. **Anais.** Brasília: SOBER, 1998b.

IBGE. **Censos agropecuários de Sergipe, 1970 – 1995/96.** Rio de Janeiro: IBGE 1970 a 1995/96.

_____. **Produção agrícola municipal, Sergipe. 1975 – 2005.**

IBGE/PNAD. **Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio,** 2002.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Trabalho Infantil,** 2001 Rio de Janeiro, 2003.

IBGE/PNAD. **Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil:** comentários. Rio de Janeiro: IBGE/PNUD, 2006.

_____. **Suplemento especial.** Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

International Labour Organization. **Every child counts: new global estimates on child labour.** Genebra: ILO, 2002.

INVESTIGAÇÃO dos comprometimentos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes: um estudo de caso na citricultura de Boquim. Ministério do Trabalho e Emprego, Delegacia Regional em Sergipe. 1999.

ISNARD, H. O espaço do geográfico. **Boletim geográfico,** Rio de Janeiro, n. 258/159, 1978.

EMBRAPA. Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros, 1994. **Plano diretor** do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros. Brasília: EMBRAPA-SPI.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno do leitor,** caderno 1, pág. 3, 21/03/1999.

FONTES, H. R; TAVARES, E. D; MOTA, D. M. Sistemas de produção das unidades produtivas familiares dos tabuleiros costeiros sul de Sergipe. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 3, Florianópolis/SC. **Anais.** Florianópolis: EPAGRI/EMBRAPA/IAPAR/UFSC, 1998 1CDROM.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Laranja para dar e vender.** Recife, 31 out. de 1999.

GEOGRAFIA, política e cidadania. São Paulo, **Terra Livre**, n. 11-12, 1996.

GLICO, N. Los factores críticos de la sustentabilidad ambiental del desarrollo agrícola. México, **Comercio Exterior**, v. 40, 1990.

GONÇALVES, R. **O trabalho infantil e a agenda nacional**. Brasília: BNDES, 2000.

JORNAL DA CIDADE. **Crise da laranja é discutida na câmara dos deputados**. Ano XXXVIII, n. 11.096 Aracaju, 12 e 13 de julho 2009.

_____. Sergipe tem a terceira maior produção de laranja do país. **Ano IX, n. 2627 Aracaju, 22 de outubro de 2009**.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro. In: **Agricultura e políticas públicas**. Brasília. IPEA, 1990.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Análise geral das amostras da pesquisa de campo: determinantes da renda e efeitos da pluriatividade. In: **O novo rural brasileiro - Renda das famílias rurais**. v. 5, Brasília: EMBRAPA, 2004.

KASSOUF, A. L. A importância do trabalho infantil no setor rural brasileiro. **Preços agrícolas: mercados e negócios agropecuários**. Piracicaba, março de 1999.

LOPES, E. S. Estrutura agrária e produção de alimentos em Sergipe. **Cadernos UFS de Extensão**. Série Estudos Rurais, nº 1, 1995.

LOPES, R. M. Socialização e organização familiar rural. In: **Cadernos CEDES**, 2 ed., Campinas/SP: UNICAMP, 1991.

MEIO rural tem maior índice de pobreza. **Jornal do Commercio**. Recife, 22 nov de 1998.

MELO, M. B.; SILVA, L. M. S. **Aspectos técnicos dos citros em Sergipe**. Aracaju; Embrapa Tabuleiros Costeiros, Deagro, 2006 CD-ROM.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Investigação dos comprometimentos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes: um estudo de caso na citricultura de Boquim**. Aracaju: MTE/DRT/SE, 1999.

MOTA, D. M. et al. **Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade**. Aracaju: EMBRAPA/CPATC, 1998.

NASCIMENTO, A. S. **Manual de manejo integrado das pragas do pomar cítrico**. São Paulo: EMBRAPA, 1992.

NEVES, E. M. et al. Perspectivas econômicas da citricultura e suas consequências, **Laranja**, Cordeirópolis, v. 11, n. 02, 1991.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil. **Relatório de atividades 1992/1996**. [S.l.] v. 1.

PADRÃO, L. N. (Coord.). **Pesquisa da laranja**: Sergipe. Aracaju: CPT/SE e CESE [mimeo]. 1995.

PNUD. IPEA. FJP. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. Meio virtual: CD-ROM.

PORDEUS, R. A Produção do espaço no Agreste de Pernambuco e a pecuarização. In: Encontro Regional de Estudos Geográficos, 1., 1991, Recife. **Anais**. Recife: AGB, UNICAP, 1991.

PROJETO Áridas. Estudos sobre políticas e programas de desenvolvimento sustentável no Nordeste Semi-Árido. Brasília, 1993.

REVISTA DO FUNDECITRUS, ano XXII, n. 135, set/out. 2006.

REVISTA DO FUNDECITRUS, ano XXIII, n. 140, jul./ago 2007a.

REVISTA DO FUNDECITRUS. Edição especial comemorativa, set/2007b.

REVISTA DO FUNDECITRUS. Ano XXIV, n. 143, jan./fev. 2008.

REVISTA DO FUNDECITRUS. v, 15, n. 92/98. Araraquara-SP: Fundo Paulista de Defesa da Citricultura, 1999.

ROSSETI, V; SILVA, L. M. S.; MELO, M. B. Novos sintomas em plantas cítricas em pomares de Sergipe. In: **CONGRESSO PAULISTA DE FITOPATOLOGIA**, 20, 1997, São Paulo. Anais... São Paulo: Instituto Biológico, 1997.

SAGRI. **Programa de revitalização da citricultura sergipana**. Relatório do período 2003 – 2006. Aracaju, SAGRI, 2006.

SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A. A citricultura na modernização da agricultura em Boquim. **Cadernos Sergipanos de Geografia**, n. 9, 1980.

SCHENEIDER, S. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**: uma apresentação do estudo da OIT. In: FETAG/RS. Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel. Série Documentos, n.1 Jan/2005.

SEPLAN/SUPES. **Contas regionais**: produto interno bruto do estado de Sergipe 2002 – 2006. Aracaju: SEPLAN/GEPEA/SUPES, 2007 CDROM.

_____. **Sergipe em dados**. v. 1. Aracaju: SEPLAN/SUPES, 2007. CDROM.

SERGIPE. Cartilha de orientação às famílias participantes: Bolsa família. Aracaju: SEIDES, 2008.

_____. **Planilha do programa bolsa família**. Aracaju, SEIDES/CEF, junho 2009.

SILVA, M. B. D. da; GOMES, L. J. & HOLANDA, S. F. R. S. Seleção de indicadores de sustentabilidade no pólo citrícola do estado de Sergipe. **Informações econômicas**, SP, v 38. n. 11, Nov. 2008.

SILVA, M. S & ALCÂNTARA, P. I. (Coord.). **O direito de aprender:** potencializar avanços e reduzir desigualdades. Brasília: UNICEF, 2009.

SILVEIRA, C; AMARAL, C & CAMPINEIRO, D. **Trabalho infantil:** examinando o problema, avaliando estratégias de erradicação. Brasília: NAPP/UNICEF, 2000.

SILVA, L. M. S. Aspectos da Atual Citricultura em Sergipe. In: EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical. **Citricultura brasileira:** difusão de material básico e certificação de mudas. Cruz das almas/BA, 1992.

SUDENE/DRN/EMBRAPA. **Levantamento exploratório e reconhecimento de solos do estado de Sergipe.** Recife, 1975.

SUDENE/DRN/CONDESE. **Zoneamento ecológico-florestal do estado de Sergipe.** Aracaju, 1976.

SUDENE/DPG/PRN/HME. **Banco de dados hidroclimatológicos do nordeste/Sistema de pluviometria/pluviometria mensal.** Recife, 1995.

TAVARES, V. G. et al. Estratégias de produção e inserção comercial dos produtores familiares de laranja de Sergipe. In: MOTA, D. M; TAVARES, V. G. F.; GUEDES, L. R. Q. **Agricultura familiar:** desafios para a sustentabilidade. Aracaju: EMBRAPA/CPATC/SDR-MA, 1998.

TUBÈLIS, A. Clima: fator que afeta a produção e a qualidade da laranja. **Laranja,** Cordeirópolis, v.16, n.2, 1995.

UNICEF. **Situação mundial da infância.** Brasília, 1997.

USDA – United States Department of Agriculture - World Horticultural Trade & U.S. Export Opportunities. National Agricultural Statistics Service and U.S. Department of Commerce, Bureau of Census. Florida Department of Citrus. Reports from U.S. Agricultural Counselors and Attachés and/or USDA/FAS Estimates. February – 2005.

VASCONCELOS, C. A. **Trabalho infantil na citricultura sergipana.** Projeto de Pesquisa. Lagarto: FJAV, 2008.

_____. Evolução sócio-temporal do trabalho e população. In: **Revista Tomo.** n.1, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Cristóvão/SE, UFS, 2004.

VEIGA, J. Eli. Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1998, Brasília. **Anais.** Brasília: SOBER, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1998, Brasília. **Anais.** Brasília: SOBER, 1997.

7.4. SITES CONSULTADOS (REPORTAGENS, ARTIGOS, DOCUMENTOS ELETRÔNICOS)

ABECITRUS. Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos. Disponível em: <http://www.abad.com.br>. Acessado em 30 de novembro de 2003.

ABECITRUS. **História da laranja.** 1998. Informação na Internet: <http://www.abecitrus.com.br/história>, 23 jun. 1999.

AGÊNCIA ESTADO. Bolsa família deve ter reajuste de 10 % a partir de setembro. Disponível no site: www.agenciaestado.com.br/midia. Acessado em 28 de julho de 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – (BNB). Disponível no site: <http://www.bnb.gov.br>. Acessado em 13/03/2006.

BOQUIM. Disponível no site: <http://www.boquim.com/historia/hlaranja.htm>. Acessado em 20/6/2006.

BRASIL/MDS/ASCOM. **Reajuste mantém poder de compra da população de baixa renda.** Disponível no site: www.mds.gov.br. Acessado em 7 de setembro de 2009.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Disponível em: www.cepea.esalq.usp.br. Acessado em 2008 e 2009.

Citrus: World markets and trade. Foreigne agricultural service/USDA. Julho 2008. Disponível em www.fas.usda.gov. Acesso em 1º de set/2008.

CORREIO DE SERGIPE. Atividade do PETI é ampliada em Tomar do Geru. Disponível no site: www.correiodesergipe.com.br/lernoticia. Acessado em 26 de dezembro de 2007.

CNPQ. Conselho Nacional de Pesquisa. Disponível em: www.cnpq.br/saladeimpressa. Notícias de 29 de janeiro de 2007.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS ON LINE. **Erradicação do trabalho infantil tem R\$ 54 milhões a menos este ano.** Aracaju, Pastoral da Criança, 12 de janeiro de 2009.

DEAGRO. Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe. Disponível em: www.redesergipe.se.gov.br. Visitado em 2006.

DELGADO, G. C. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica reprodução e configuração contemporânea. Brasília: IPEA, junho de 2004 (Texto para Discussão, 1025).

DIMENSTEIN, G. **Força de trabalho chega a 40% no campo.** Disponível em www.gazetamercantil.com.br. Acessado em 26 de setembro de 2009.

EMDAGRO. Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe. www.emdagro.se.gov.br. Acessado em 5 de março de 2008 e 23 de setembro de 2009.

EMBRAPA. Disponível no site: <http://www.cnpmf.embrapa.br>. Acessado em 18/08/2008.

EMBRAPA. Disponível no site: <http://www.cpatc.embrapa.br>. Acessado em 27/06/2007.

FAO. Food and agriculture organization. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em 15 março de 2003.

FERRO, A. R. & KASSOUF, A. L. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola sobre o trabalho infantil no Brasil**. Setembro de 2004. Disponível no site: www.cepea.esalq.usp.br. Acessado em 5 de setembro de 2009.

FUNDAÇÃO ABRINQ. www.fundabrinq.org. Acessado em 06 de novembro de 2005.

FUNDECITRUS. **Doenças e pragas da citricultura**. 1997. <http://www.fundecitrus.com.br>, 28 jun. 1999.

FUNDECITRUS. Disponível no site: <http://www.fundecitrus.com.br>. Acessado em 10/02/2009.

GCONCI. **Citricultura brasileira e mundial**. 1998. <http://www.limeira.com.br>, 23 jun. 1999.

História da laranja em Boquim, 1998. Disponível no site: <http://www.viax.com.br>. Acessado em 7 de julho de 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 16 dezembro de 2004 e 2 de setembro de 2005.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. PNDA 2002. Disponível no site www.ibge.gov.br. Acessado em 9 de junho de 2008.

IBGE. **Produção agrícola municipal** IBGE. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível no site www.ibge.gov.br. Acessado no período de maio a dezembro de 2007 e 28 de outubro de 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br. Acesso no Período de 2005 a 2007.

INFONET. **Acusados de assassinar “Carlos Gato” serão julgados em Aracaju**. Disponível no site www.infonet.com.br. Acessado em 25 de agosto de 2008.

INFONET. Portal de Informações de Sergipe. www.infonet.com.br. Acessado em 2008 e 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: www.inep.gov.br/basica/censo. Acessado em 4/12/2006 e 25/9/2009.

Informe EMDAGRO. www.emdagro.se.br. Acesso em 25 de abril de 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível no site: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em 03/07/2004.

MEC/INEP. **Resultados do censo escolar 2008:** educacenso. Disponível no site: www.Inep.gov.br/censo/escolar/matricula/censoescolar_2008. Acessado em 26 de setembro de 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Exportações Brasileiras de Sucos de Frutas.** Disponível no site: www.agricultura.gov.br. Acessado em 6/2/2007.

MDIC/SECEX. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível no site: www.desenvolvimento.gov.br/indicadores. Acessado em 18/06/2004 e 15/03/2006.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível no site: www.mds.gov.br. Acessado em 2009.

MTE. Ministério do Trabalho e do Emprego Disponível em www.mte.gov.br/trabalhoinfantil. Acessado em 2008 e 2009.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Disponível no site: www.oitbrasil.org.br. Acessado no período de 2003 a 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. www.onu-brasil.org.br. Acessado em 28 de outubro de 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). O trabalho infantil. Disponível no site: www.oitbrasil.org.br. Acessado em 28 de dezembro de 2005 e 29 de fevereiro de 2007.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. www.pnud.org.br. Acessado em 4 de dezembro de 2006.

Produção de laranja e suco cresce no Paraná. **Notícias Agrícolas.** De 5/12/2007. Disponível em <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias>. acesso em 12/09/2008.

Relatório de mercado de citrus: **Laranja.** Setembro/2008. Disponível no site: www.desenbahia.ba.gov.br. Acessado em 31 de março de 2009.

SAGRI. Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Sergipe. www.sagri.se.gov.br. Acessado em 22/12/2001; 30/05/2005 e 30/10/2009.

SEBRAE. Disponível no site: www.se.sebrae.com.br. Acessado em 15/03/2006.

SEIDES. Secretaria de estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em: www.seides.se.gov.br. Acessado em 2009.

SERGIPE. Superintendência de Recursos Hídricos. www.seplantec-srh.se.gov.br. Acessado em 7 de novembro de 2008.

Situação do trabalho infantil no Brasil. Disponível no site: www.trabalhoinfantil.com.br. Acessado em 27 de outubro de 2006.

Tendências do mercado de citros para 2008/2009. Disponível em <http://www.associtrus.com.br>. Acessado em 22 de agosto 2008.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: www.unicef.org.br. Acessado no período de 2006 a 2009.

UNICEF. **Situação da infância brasileira.** Relatório 2006. Disponível no site: www.unicef.org.br. Acessado em 30 de agosto de 2009.

UOL NOTÍCIAS. Trabalho infantil no Brasil cai pouco e ainda há 1,2 milhão de crianças vítimas de exploração. Entrevista com Renato Mendes em 18/07/2008, disponível no site: www.uol.com.br. Acessado em 23 de agosto de 2009.

USDA. United States Department of Agriculture. Disponível em: www.usdabrazil.org.br. Acessado em dezembro de 1997, dezembro de 2004, 2008 e 2009.

A N E X O S

Anexo 1: Estabelecimentos agropecuários de proprietários e ocupantes, Sergipe, municípios selecionados, 1995/1996

Número de estabelecimentos	Proprietários	%	Ocupantes	%
Lagarto	6.038	5,4	2.383	2,1
Itabaianinha	3.654	3,2	122	0,1

Riachão do Dantas	3.000	2,7	722	0,6
Estância	2.283	2,0	1.619	1,4
Tomar do Geru	2.130	1,9	394	0,3
Salgado	1.927	1,7	90	0,1
Boquim	1.826	1,6	422	0,4
Pacatuba	1.648	1,5	514	0,5
Indiaroba	1.487	1,3	145	0,1
Umbaúba	1.429	1,3	176	0,2
Itaporanga d'Ajuda	1.373	1,2	2.148	1,9
Santa Luzia do Itanhy	1.351	1,2	321	0,3
Arauá	1.337	1,2	18	0,0
Cristinápolis	1.251	1,1	76	0,1
Subtotal (municípios com citros)	29.086	25,8	9.150	80,9
Japoatã	1.181	1,0	723	0,6
São Cristóvão	582	0,5	0	0,0
Pirambu	520	0,5	326	0,3
Japaratuba	447	0,4	276	0,2
Santo Amaro das Brotas	443	0,4	150	0,1
Barra dos Coqueiros	270	0,2	21	0,0
Aracaju	187	0,2	26	0,0
Subtotal (principais municípios com lavoura permanentes)	5.278	4,7	2.036	19,1
Total do estado	79.585	100,0	14.817	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário do Estado de Sergipe, 1995/96

Anexo 2. Municípios citricultores de Sergipe. Área dos estabelecimentos agropecuários com lavouras permanentes, temporárias com pastagens. 1995/1996.

Condição do produtor	Proprietário	Área (ha) Estabelecimentos	Ocupante	Área (ha) Estabelecimentos	Total	Área (ha) Estabelecimentos
Frutas cítricas	11.739	83.296	302	1.199	12.060	84.643

Outros	11.839	131.740	935	5.679	12.840	138.073
Total de lavouras permanentes	23.589	215.108	1.240	6.888	24.876	222.799
Frutas cítricas/totais (%)	14,8	5,0	2,0	2,8	12,1	5,0
Lavouras permanentes/totais (%)	29,6	13,0	8,4	15,9	24,9	13,1
Totais	79.585	1.649.560	14.817	43.399	99.774	1.702.629

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário do Estado de Sergipe, 1995/1996.

Anexo 3: Pessoal ocupado segundo a condição de ocupação, Sergipe, municípios selecionados, 1995/1996

Pessoal ocupado	Total	%	Responsáveis (1)	%	Responsável /total (%)	Empregados permanentes	%	Empregados temporários	%	Parceiros empregados	%	Outra condição	%
Japoatã	4.296	1,4	4.043	1,6	94,1	128	0,9	117	0,3	0	0,0	8	0,3
Pacatuba	5.561	1,8	5.229	2,0	94,0	84	0,6	246	0,6	0	0,0	2	0,1
Tomar do Geru	8.487	2,7	7.758	3,0	91,4	210	1,4	486	1,3	0	0,0	33	1,2
Umbaúba	4.307	1,4	3.867	1,5	89,8	148	1,0	218	0,6	5	2,0	69	2,6
Itabaianinha	14.135	4,5	12.670	4,9	89,6	459	3,1	845	2,2	4	1,6	157	5,9
Cristinápolis	5.409	1,7	4.820	1,9	89,1	323	2,2	53	0,1	6	2,5	207	7,8
Indiaroba	5.428	1,7	4.671	1,8	86,1	192	1,3	508	1,3	13	5,3	44	1,6
Santo Amaro das Brotas	1.228	0,4	1.040	0,4	84,7	75	0,5	110	0,3	2	0,8	1	0,0
Itaporanga d'Ajuda	5.959	1,9	4.966	1,9	83,3	591	4,0	333	0,9	0	0,0	69	2,6
Estância	7.350	2,3	6.100	2,4	83,0	606	4,1	305	0,8	0	0,0	339	12,7
Lagarto	23.335	7,4	19.207	7,5	82,3	837	5,7	2.935	7,7	14	5,7	342	12,8
Boquim	5.137	1,6	4.122	1,6	80,2	247	1,7	721	1,9	2	0,8	45	1,7
Salgado	7.858	2,5	6.242	2,4	79,4	735	5,0	827	2,2	2	0,8	52	1,9
Riachão do Dantas	11.142	3,6	8.513	3,3	76,4	177	1,2	2.443	6,4	1	0,4	8	0,3
Pirambu	2.025	0,6	1.468	0,6	72,5	84	0,6	472	1,2	0	0,0	1	0,0
Arauá	4.485	1,4	3.155	1,2	70,3	418	2,8	868	2,3	2	0,8	42	1,6
Japaratuba	1.942	0,6	1.334	0,5	68,7	196	1,3	382	1,0	0	0,0	30	1,1
Santa Luzia do Itanhy	7.118	2,3	4.130	1,6	58,0	348	2,4	2.600	6,8	28	11,5	12	0,4
Barra dos Coqueiros	959	0,3	544	0,2	56,7	42	0,3	346	0,9	1	0,4	26	1,0
Aracaju	627	0,2	334	0,1	53,3	117	0,8	170	0,4	0	0,0	6	0,2
São Cristóvão	2.878	0,9	1.430	0,6	49,7	824	5,6	547	1,4	1	0,4	76	2,8
Subtotal	129.666	41,4	105.643	41,1	81,5	6.841	46,3	15.532	40,5	81	33,2	1.569	58,8
Total do estado	313.271	100,0	257.225	100,0	82,1	14.773	100,0	38.362	100,0	244	100,0	2.667	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário do Estado de Sergipe, 1995/1996.

Anexo 4. Questionário Agricultável

Data ____/____/_____

Nº _____

Localidade _____ Município _____

Nome _____

Idade _____

Escolaridade _____

01 – O que você cria?

() bovinos () caprinos () suíños () equinos () aves () outros _____

02 – Qual o tipo de alimentação utilizada?

() capim () ração () doméstica () outros _____

03 – O que você cultiva?

laranja mandioca feijão/milho verduras limão
 maracujá fumo outras frutas _____

04 – Qual a ocupação das terras anteriormente?

() cultivos de subsistência () citricultura () pecuária () outros _____

05 – Quais os principais problemas existentes na agricultura?

() falta de créditos () terra () seca () mão de obra () outros

06 – Qual o período de plantio e colheita dos principais produtos agrícolas?

Produção

07 – Qual a quantidade da produção de laranja?

Digitized by srujanika@gmail.com

08 – Quantos hectares são cultivados?

Digitized by srujanika@gmail.com

09 – Qual o destino da produção?

local Aracaju Estância outros _____

10 – Qual a mão de obra utilizada?

() familiar () temporária () permanente () compadrio () outras

11 – Quantos empregados tem atualmente e quantos tinha antes?

Atualmente - _____

Antes - _____

12 – Há financiamentos para a produção da laranja? () sim () não
Quais?

13 – As terras utilizadas para o cultivo da laranja são?
() próprias () arrendadas () parcerias () ocupadas () outras

14 – Há quantos anos você trabalha com laranja?

15 – O que mais favorece e prejudica o cultivo da laranja?
Favorece: () terras () mão de obra () financiamentos () mercado () outros
Prejudica: () terras () mão de obra () financiamentos () mercado() outros

16 – O Senhor utiliza técnicas para melhorar a produção?

17 – Existe mão de obra infantil na citricultura? () sim () Não
Comentário _____

18 – Na sua opinião, o que poderia ser feito para manter o homem na zona rural?
a) _____
b) _____

19 – Quais as alternativas para uma melhor qualidade de vida da população no meio rural?

20 – Como funciona o transporte/beneficiamento da produção?

Informações complementares:

Anexo 5: Tabela Metodológica

Município	Área km ²	População (2007)*	Quantidade de laranja produzida T (2006)**	Área plantada (ha)	Nº de questionários aplicados		Nº de sindicalizados♦	N. de trabalhadores da laranja♦	Nome do presidente	Nome do informante
					Infantil	Agricultor				
Arauá	193	11.633	61.091	4.625	40	20	1.610	70%***	Luiz Menezes dos Santos ou Josina Rosa dos Santos	Luis Menezes***
Boquim	215	24.472	64.142	5.254	55	20	7.000	28,5%	Abelardo Araújo Reis	José Carlos de Jesus Santos
Cristinápolis	254	15.867	81.728	6.324	39	15	600	90%	Núbia Fontes Lins	A própria 9963 5731
Estância	642	61.368	30.408	2.669	29	19	3.889	20%	Fernando Muniz	O mesmo
Indiaroba	314	17.089	40.723	3.011	25	09	1.520	37,5%	Antonio Adilson dos Santos Silva	O mesmo
Itabaianinha	493	37.431	97.792	7.671	51	21	6.662	75,0%	Jailzo Costa Lima	Idem
Itaporanga d'Ajuda	757	28.131	16.340	1.356	36	12	230	68,2%	Jasial de Jesus Santos	O próprio
Lagarto	969	88.980	70.200	5.720	45	20	15.282	1%	Edilza Lisboa de Araújo	Evandro Silva 3631 3032
Pedrinhas	34	8.389	19.170	2.942	19	15	1.080	25,9%	José Claudêne dos Santos	O mesmo
Riachão do Dantas	528	19.019	45.500	3.835	29	10	414	15%	José Firmino dos Santos	Idem
Salgado	248	18.563	55.200	6.025	35	15	1.610	50%	José Carlos dos Santos	João Martins da Cruz
Santa Luzia do Itanhy	330	13.041	43.214	2.954	20	10	1.502	73,2%	Patrícia Atanásio dos Santos	Idem

									Souza	
Tomar do Geru	288	12.877	46.562	3.622	19	07	4.228	89,8%	Daniela	Ana Cristina dos Santos
Umbaúba	121	20.562	51.145	3.880	30	15	2.680	32,0%	Maria Aparecida Feitoza Silva	Própria
Total	5.386	377,42*	723,215 (t)	59,888 (ha)	472	208	48.307	-	-	-

* Contagem da população, IBGE, 2007.

** Censo agropecuário, 2006

♣ Valor aproximado

*** Informações do DEAGRO, 2009.

Anexo 6: Questionário infantil

Data ____ / ____ / ____

Nº ____

Local _____ Município _____

Nome _____

Idade _____

1 – Frequenta a escola () Sim () Não
 Que série? _____

2 – Você tem pais? () pai () mãe () ambos

3 – Seus pais trabalham? () sim () Não () às vezes

4 – Você ajuda seus pais? () sim () Não
 Como? _____

5 – Começou a trabalhar com quantos anos? _____

6 – Vê futuro melhor na escola? () sim () não
 Por quê? _____

7 – Recebe alguma ajuda do governo? () sim () não
 Qual e quanto? _____

8 – Quais suas expectativas para o futuro? _____

9 – Apresente algumas consequências do trabalho que exerce para a saúde.

10 – Tem gosto pelo estudo e pelo trabalho?
 () sim () não
 Por quê? _____

Informações complementares:

Anexo 7: Petição Judicial



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/SE

Avenida Des. Maynard, nº 72, bairro Cirurgia – Aracaju/SE – CEP 49052-210

Telefone: (079) 3226-9100 – Fax: (079) 3226-9136 – Internet: <http://www.prt20.mpt.gov.br>

Página 1 de 1

CERTIDÃO DE PESQUISA

Tendo em vista a documentação abaixo indicada, CERTIFICO que procedi a uma pesquisa no SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DA CODIN – SCPC, tendo sido encontrado(s)o(s) seguinte(s) resultado(s):

• CIDADES DA REGIÃO DO CENTRO SUL DO ESTADO DE SERGIPE	
PEDIDO(S)/DENÚNCIA(S)	PROCEDIMENTO(S)
<ul style="list-style-type: none"> Requerimento protocolado sob o número: 1003/2009 	<ul style="list-style-type: none"> Das cidades mencionadas no aludido requerimento, apenas 3 (três) possuem procedimentos – versando sobre trabalho infantil - instaurados contra a respectiva Municipalidade, quais sejam: CRISTINÁPOLIS – Procedimento Preparatório 28/1999 (status atual: arquivado); ESTÂNCIA – Inquérito Civil 16/2002 (formalizado Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em fevereiro/2002); LAGARTO – Inquérito Civil 2/1998 (status atual: arquivado).

Aracaju, 23 / 07 /2009.

César Lago Santana
Secretário da CODIN – PRT/20ª Região

